



**Relatório Integrado 2018**

# Sumário

## Capítulo 1 – Visão Geral da Organização

Quem somos

Nossos números

## Capítulo 2 – Governança

Estrutura organizacional

Cadeia de valor

Cenário nacional e internacional

Planejamento Estratégico

Gestão de Riscos e Controles Internos

## Capítulo 3 – Resultados da Gestão

Indicadores e resultados alcançados

Justificativas para os resultados

Iniciativas Estratégicas

Desafios e incertezas

|           |   |           |   |            |
|-----------|---|-----------|---|------------|
| <b>5</b>  | <b>Capítulo 4 - Alocação de Recursos e eficiência da gestão</b> | <b>41</b> | <b>Capítulo 6 – Outras Informações Relevantes</b> | <b>141</b> |
| 5         | Gestão orçamentária e financeira                                | 41        | Materialidade                                     | 141        |
| 6         | Gestão de pessoas   | 43        | Determinações e recomendações do TCU              | 141        |
| <b>7</b>  | Gestão de licitação e contratos                                 | 48        | <b>Declaração de Integridade</b>                  | <b>146</b> |
|           | Gestão patrimonial e infraestrutura                             | 50        |   |            |
| 15        | Gestão da tecnologia da informação                              | 51        |   |            |
| 16        | Gestão de custos  | 55        | <b>Anexos e Apêndices</b>                         | <b>147</b> |
| 17        | Sustentabilidade  | 56        |   |            |
| <b>24</b> | <b>Capítulo 5 – Demonstrações contábeis</b>                     | <b>60</b> |   |            |
|           | Demonstrações contábeis   | 60        |   |            |
| 27        | Notas Explicativas  | 63        |   |            |
|           | Relatório do auditor independente                               | 135       |   |            |
| 39        |   |           |   |            |



# Bem-Vindos

## Este é o Relatório de Gestão dos Correios 2018, na forma de Relato Integrado.

O relato integrado é um modelo de relatório que visa demonstrar, com transparência e conectividade das informações, como a organização gerou valor ao longo do tempo, e foi elaborado de acordo com a Estrutura Internacional para o Relato Integrado, desenvolvida pelo Conselho Internacional para o Relato Integrado (IIRC).

A adoção do modelo do relato integrado tornou-se obrigatória pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais) e a Decisão Normativa TCU 170/2018 alterou a estrutura do relatório de gestão de 2018 para que a prestação de contas observe as

diretrizes contidas na estrutura do IIRC.

Este relatório busca não só atender aos normativos vigentes, mas faz parte do processo de evolução da prestação de contas, comunicando de forma eficiente e de fácil compreensão, à sociedade e às partes interessadas, os resultados alcançados pelos Correios no exercício de 2018.

Para mais informações sobre este relatório e seu conteúdo, envie um e-mail para [presidencia@correios.com.br](mailto:presidencia@correios.com.br).

**Boa leitura!**

### Aviso ao Leitor

Informamos que, em consequência de arredondamentos, a soma dos números pode não ser exata (tabelas/gráficos/texto), assim como a soma dos percentuais pode não totalizar 100. Pelo mesmo motivo, pode haver pequena variação entre valores apresentados ao longo do relatório.

Para facilitar a leitura, as siglas, abreviações, tabelas, quadros, gráficos e figuras encontram-se devidamente identificados no próprio texto a que se referem.



# Mensagem do Presidente

2018 foi um ano memorável para os Correios: o da retomada do crescimento da empresa. Registrarmos os melhores índices da história na entrega de encomendas dentro do prazo, chegando aos 99% de qualidade, índice superior, inclusive, ao de gigantes mundiais do setor.

Essa melhora acentuada na qualidade ofertada fez os índices de reclamações de clientes caírem mais de 60% desde o pico, em março de 2018. Em sentido oposto à diminuição das reclamações, houve um aumento significativo nas receitas, que se situaram próximas a R\$ 20 bilhões.

Conscientes de nosso papel institucional de prestar o serviço postal para a sociedade e dos imensos desafios relacionados à execução desse fundamental serviço público, os Correios estão presentes em todo o território nacional, garantindo a universalização e a continuidade dos serviços postais brasileiros.

Um dos grandes desafios colocados pelas novas tecnologias para os correios do mundo todo é o declínio de correspondências em suporte de papel. Assim, os operadores postais, de modo geral, estão promovendo a diversificação e a modernização do seu portfólio de serviços.

Em 2019, seguiremos realizando nossa importante função de integração e de inclusão social, papel indispensável para o desenvolvimento nacional. E ainda seremos uma empresa mais moderna e voltada às necessidades dos nossos clientes. Para isso, diversificar os negócios é primordial.

Queremos oferecer uma gama maior de serviços que facilitem aos usuários utilizarem-se dos Correios como um operador logístico completo, pois fazemos o que nenhum outro concorrente no Brasil faz e estamos onde nenhum deles quer estar. Somos uma estatal independente e, assim como nosso povo, somos capazes de nos reinventar a cada dia.

Os Correios vão prosseguir com as parcerias firmadas para emissão, nas nossas agências, do Documento Nacional de Identificação, o DNI; do passaporte; da carteira de trabalho e da carteira de identidade. Esse é só o começo da próspera relação que estamos desenvolvendo com o poder público.

Essas são apenas algumas iniciativas, dentre muitas outras direcionadas para melhorar a qualidade operacional, ofertar novos serviços, aumentar nossa participação no mercado, crescer em receitas e diminuir nossos custos. Afinal, assim ire-

mos nos adaptar aos novos tempos e aos renovados desafios, tal como temos feito há 356 anos.

Continuaremos crescendo como empresa e fortaleceremos, ainda mais, a marca Correios, para que ela esteja cada vez mais presente no coração de cada brasileiro e à altura da confiança que o cidadão sempre depositou na empresa.

General Juarez Cunha



# Capítulo 1 – Visão Geral da Organização

## Quem somos

A história dos Correios no Brasil começou em 1663, com a instalação do Correio-Mor na então colônia portuguesa. Em 1969, foi criada a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, forma em que hoje se organiza a prestação do serviço postal pelo Estado brasileiro. Para saber mais sobre a história dos Correios acesse <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/historia>. Atualmente, a empresa é vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC).

Como empresa pública, os Correios têm capital social de R\$ 3.179.457.702,21, integralmente constituído pela União e, com sua subsidiária integral, a CorreiosPar (capital social de R\$ 50.261.600,00), a qual contribui para a sustentabilidade, viabilidade e longevidade dos negócios desenvolvidos pelos Correios por meio de criações, aquisições, fusões e parcerias no mercado global.

A Identidade Corporativa dos Correios reúne os principais atributos institucionais que caracterizam a empresa, sendo composta por Negócio, Missão, Visão e Valores.

Ser a primeira escolha do cliente nos produtos e serviços oferecidos



Soluções que aproximam

Conectar pessoas, instituições e negócios por meio de soluções postais e logísticas acessíveis, confiáveis e competitivas

## Valores

01

### INTEGRIDADE

em todas as relações, pautada na ética, na transparência e na honestidade

02

### RESPEITO ÀS PESSOAS

valorizando suas competências e prezando por um ambiente justo e seguro

03

### RESPONSABILIDADE

na prestação de serviços e no uso consciente de recursos para assegurar a sustentabilidade do negócio

06

### ORIENTAÇÃO AO FUTURO

para responder às necessidades dos clientes com agilidade

05

### COMPROMISSO COM O RESULTADO

assegurando retornos consistentes à sociedade

04

### ORGULHO

em servir a sociedade e pertencer aos Correios

## Nossos números em 2018

A existência do serviço postal, obrigação constitucional do Estado brasileiro, implica que os Correios, entidade criada para prestá-lo, esteja presente em todo o território nacional, dispondo de infraestrutura e executando operações compatíveis com o gigantismo do Brasil. A seguir, apresentamos uma visão sintética de números que representam o que são os Correios.



55 mil carteiros

27 mil outros

23 mil atendentes



+1 milhão de encomendas entregues por dia



105 mil empregados



+19 milhões de mensagens entregues por dia



25 mil veículos próprios

1 milhão de Km rodados/dia (última milha)

25 milhões de objetos distribuídos/dia



+11,7 mil agências de atendimento



capacidade de tratar 2,5 milhões de encomendas/dia

capacidade de tratar 25 milhões de mensagens/dia



91,33% de distribuição postal nos distritos brasileiros



11 linhas aéreas 309,7 t de carga aérea transportada/dia

# Capítulo 2 – Governança

A Governança nos Correios é um sistema que envolve estruturas e processos organizacionais que objetivam aumentar a transparência de nossas atividades, definir o direcionamento estratégico, promover mecanismos de responsabilização dos nossos gestores e intensificar a geração de valor para a sociedade.

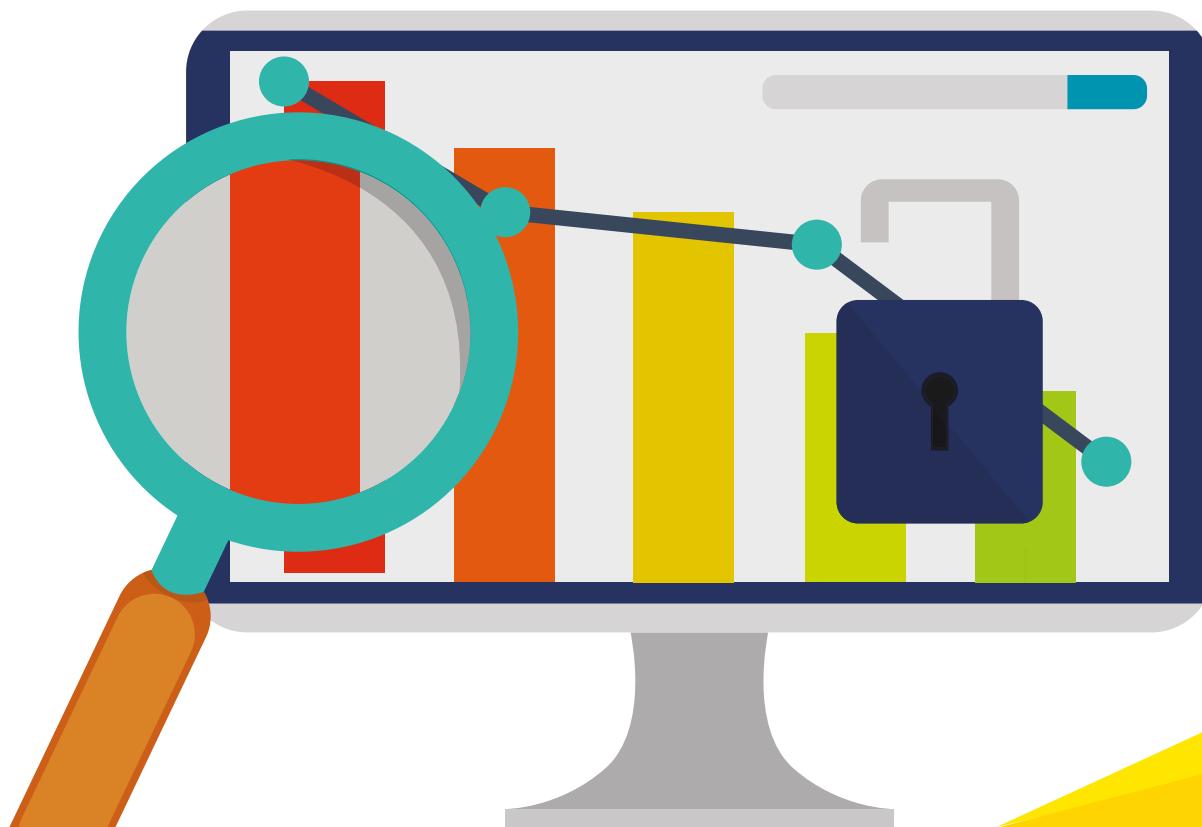
Os Correios atingiram em 2018 o Nível 1 na avaliação do Indicador de Governança (IG), elaborado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest). Esse resultado representa o melhor entre os quatro níveis de classificação existentes, enquadrando-nos no seletivo grupo de empresas que possuem nível elevado de Governança Corporativa dentre as empresas estatais.

O objetivo do indicador é avaliar o cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei 13.303/16 (Lei das Estatais) e das diretrizes estabelecidas nas resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Sociais da União (CGPAR), ou seja, adoção de melhores práticas de governança corporativa.



Já o Núcleo de Gestão da empresa administra os processos organizacionais, executa as estratégias e reporta os resultados.

A governança está organizada a partir da alta administração, que se divide em Núcleo de Governança e Núcleo de Gestão. O Núcleo de Governança é responsável por avaliar, direcionar e supervisionar o processo decisório aprovando estratégias, controlando a execução da gestão e monitorando os resultados.



# Modelo de governança



Para viabilizar a melhoria na gestão e apoiar o alcance dos objetivos, realizamos ajustes em nossos principais instrumentos de governança, como o Estatuto Social, os regimentos internos do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos comitês de assessoramento.

tração em questões relacionadas à governança corporativa, à estratégia, à conformidade, aos riscos e aos controles internos dos Correios, das entidades relacionadas e das suas participações.

**c) Comitê de Elegibilidade:** sua principal função é efetuar a verificação da conformidade e emitir opinião nos processos de indicação e de avaliação dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, bem como dos representantes da empresa nas entidades patrocinadas, subsidiárias, mantidas, coligadas e controladas.

As patrocinadas e mantidas dos Correios, na homologação da candidatura de membro de seus Conselhos Deliberativo, Conselho Fiscal e de sua diretoria, cumprem os requisitos e vedações para elegibilidade dispostos em dispositivos legais e regulamentares do setor de atuação e no Estatuto Social de cada entidade.

**a) Comitê de Auditoria:** formado por membros independentes, sua principal função é auxiliar o Conselho de Administração, assessorando-o em matérias de fiscalização relativas a riscos e controles internos e exercendo suas competências, também, sobre as subsidiárias e controladas;

**b) Comitê de Governança, Riscos e Controles:** Em fase de implantação, tem como função assessorar o Conselho de Adminis-

## Estatuto Social

A empresa aprovou o seu novo Estatuto Social, completamente aderente às exigências da Lei 13.303/2016.

## Comitês

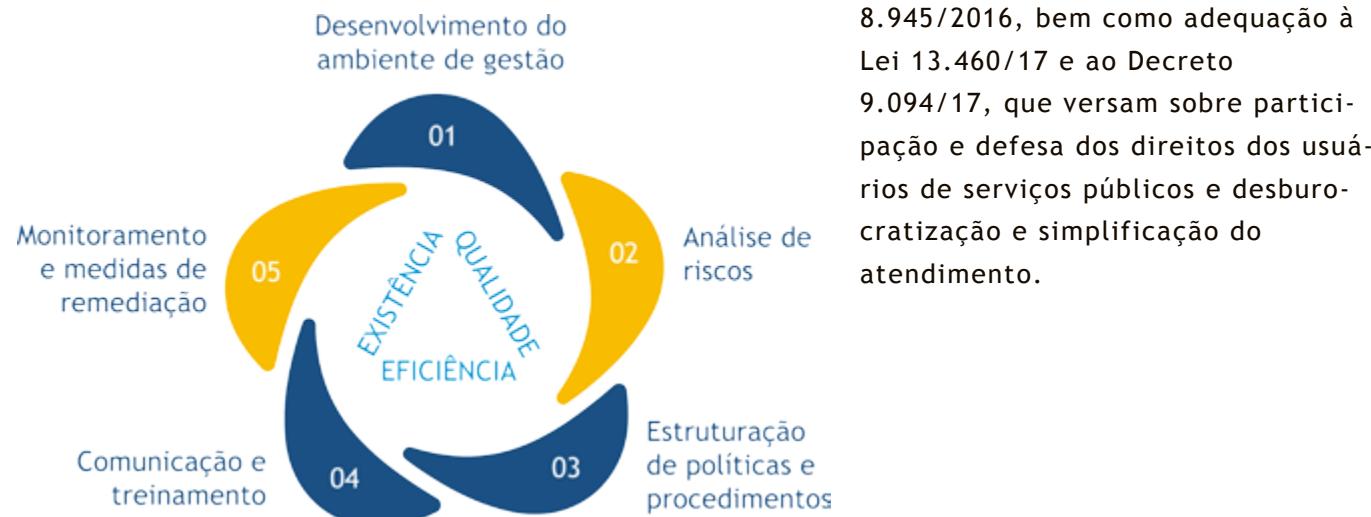
Fortalecendo ainda mais o seu sistema de Governança Corporativa, implantou os seguintes comitês:

Os Regimentos Internos da Diretoria Executiva, dos Conselhos e dos Comitês podem ser consultados através do link: <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/governanca-corporativa/regimentos-internos>

## Compliance

No Sistema de Governança Corporativa dos Correios, o Compliance tem o papel de ampliar e consolidar as ações de fomento à integridade, à conduta ética e à transparência, bem como a conformidade com leis, decretos, normas e regulamentos aderentes relacionados à empresa e ao seu negócio. Busca-se o fortalecimento institucional, por meio de um ambiente de negócios íntegro que se torne um diferencial competitivo no mercado.

Como parte da estratégia de promoção da transparência e do combate à corrupção nos Correios, foi aprovado em 2018 o Programa de Integridade dos Correios, com atuação em cinco dimensões principais, conforme demonstrado na imagem a seguir.



A implementação do Programa de Integridade, por meio destas dimensões, promove a execução, de forma coordenada, de medidas, planos, políticas, diretrizes, normas e procedimentos para prevenção, detecção e remediação de atividades e condutas que possam ocasionar riscos de integridade à empresa. O programa pode ser acessado na íntegra em <https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/programa-de-integridade>.

No que tange à conformidade com leis e normas, foram concluídas as ações de adequação da empresa ao Estatuto Jurídico das Estatais (Lei 13.303/2016) e ao Decreto

8.945/2016, bem como adequação à Lei 13.460/17 e ao Decreto 9.094/17, que versam sobre participação e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos e desburocratização e simplificação do atendimento.

## Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa

Para consolidar em um único documento as informações relevantes, como atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, políticas e práticas de governança corporativa, os Correios publicaram a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, disponível no link: <https://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/publicacoes/carta-anual-de-politicas-publicas-e-governanca-corporativa>.

# Ética – Comissão de Ética e Código de Conduta Ética

A gestão da ética nos Correios é realizada pela Comissão de Ética, que tem como principal competência aplicar o Código de Conduta Ética e esclarecer dúvidas relacionadas ao citado documento. Além de realizar apurações de denúncias que lhe são encaminhadas pelo Canal Único de Denúncias dos Correios, a comissão atua, com enfoque preventivo, na difusão da cultura ética, por intermédio de ações de comunicação e de educação.

Em 2018, houve 30.339 participações de empregados em cursos com conteúdo sobre ética. Naquele mesmo ano, cerca de 80% dos empregados pesquisados informaram saber onde localizar o Código de Ética para leitura e 72% disseram terem-no lido.

## Ouvidoria

Os Correios contam com uma Ouvidoria para receber manifestações e denúncias das partes interessadas, demandar e acompanhar providências e recomendar melhorias.

A Ouvidoria dos Correios recebeu, em 2018,

36.229 pedidos de intervenção para reclamações não solucionadas em relação a objetos nacionais e internacionais. Pelo canal único de denúncias, foram recebidas 13.208 manifestações cadastradas como denúncia. No entanto, após análise, 4.869 foram consideradas como tal. Desses, 2.037 (42%) foram encerradas na própria Ouvidoria e 79 foram reclassificadas como críticas (2%). 2.753 (56%) foram encaminhadas para apuração.

## Auditoria Interna

Com vistas a resguardar a alta administração dos Correios na busca pela consecução dos objetivos organizacionais, a Auditoria Interna oferece informações relevantes acerca do contexto dos controles internos da empresa, especialmente no que se refere à proteção de seus ativos, à fidedignidade de dados e informações, ao cumprimento de leis e regulamentos e ao emprego eficiente, eficaz e econômico dos recursos.

Em 2018, foram implementadas alterações estruturais nas atividades e nos processos da

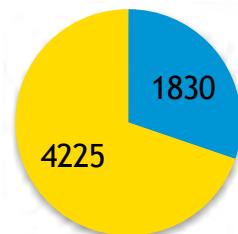
auditoria que resultaram no planejamento dos trabalhos, com foco na revisão e na disponibilização de todos os relatórios de auditoria oriundos de Plano de Auditoria Interna dos Correios (PAINT) dos anos 2013, 2014, 2015 e 2016 e que não foram encaminhados às partes interessadas dentro do cronograma previsto, bem como na conclusão de todos os trabalhos do PAINT/2018; condução das atividades operacionais na execução dos trabalhos; reorganização da área de suporte; procura de novas tecnologias e metodologias, por meio de benchmarking com outras organizações públicas, visando ao aprimoramento dos processos internos; atualização de manuais; implementação de pesquisa de satisfação junto ao Conselho de Administração; além do enfoque na capacitação e no desenvolvimento dos auditores internos e na implantação da nova metodologia de monitoramento de recomendações e determinação de auditoria.

## Corregedoria

A Corregedoria dos Correios é responsável pela gestão dos processos de natureza correcional, inclusive os realizados de maneira descentralizada pelas unidades administrativas e operacionais da empresa.

Em 2018, foram encaminhadas à Corregedoria 1.830 denúncias para avaliação quanto à instauração de procedimento de apuração. No mesmo período, foram encerradas 4.225 denúncias já avaliadas, inclusive recebidas anteriormente a 2018. Naquele ano, também, a Corregedoria recebeu 203 demandas para realização de procedimentos de exame de admissibilidade e investigação e concluiu 141 procedimentos.

**Denuncias (fale conosco)**



■ Recebidas ■ Encerradas ■ Recebidas ■ Encerradas

Relativamente a fatos apurados segundo a Lei Anticorrupção (Lei 12.486/2013), a Corregedoria recebeu para exame de admissibilidade 11 casos, tendo no período concluído o exame preliminar

ao Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) de 10 casos. Quanto aos PAR, foram instaurados 7 processos e encerrados 8.

**PAR - admissibilidade**



Quanto aos processos de natureza correcional executados ou coordenados pela Corregedoria, em 2018 foram instaurados 6.760 processos administrativos disciplinares e encerrados 6.459 processos. Além disso, foram firmados 1.931 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) e encerrados 1.982, conforme demonstra a figura abaixo.

**Processos administrativos disciplinares**



■ Instaurados ■ Encerrados ■ TAC

O gráfico a seguir apresenta as principais resultados nos processos disciplinares no ano de 2018:

**Resultados nos processos disciplinares em 2018**



Abaixo encontram-se listadas as principais irregularidades motivadoras de apurações disciplinares e as que ensejaram demissão por justa causa no período de janeiro a dezembro de 2018:

| Maiores irregularidades   | Nº   |
|---|------|
| Falta injustificada ao trabalho                                   | 3158 |
| Descumprimento das atribuições profissionais                      | 2401 |
| Extravio de objeto postal   | 1919 |
| Irregularidade na entrega de objeto postal                        | 676  |
| Tratamento descortês  | 276  |
| Dano ao patrimônio da ECT   | 275  |
| Atraso na entrega de objeto postal                                | 247  |
| Conduta incompatível com a legalidade e moralidade administrativa | 201  |
| Diferença de caixa  | 198  |
| Indisciplina  | 159  |

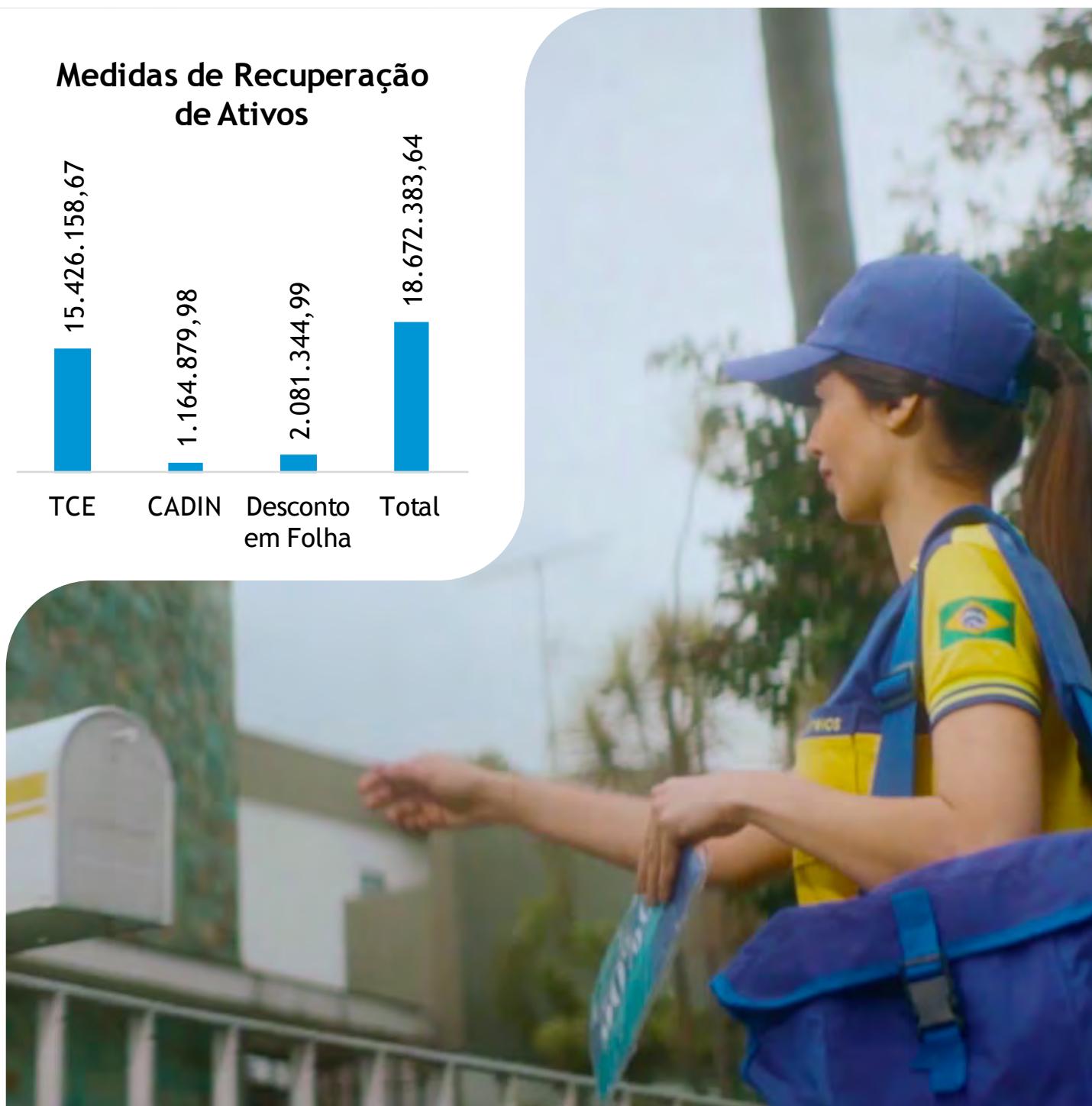
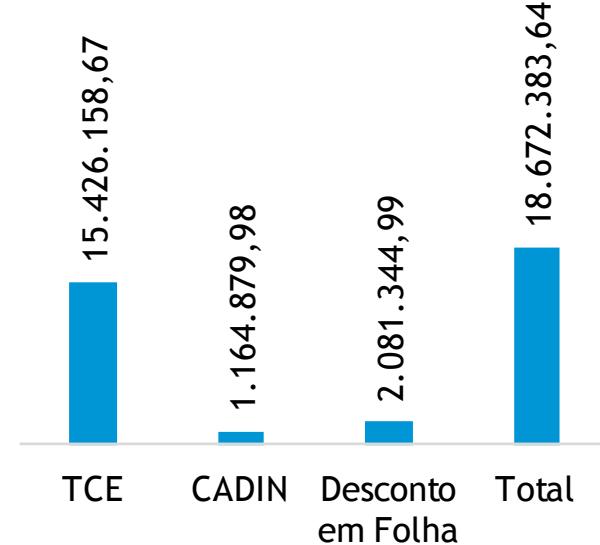
| Demissões por justa causa                   | Nº |
|---|----|
| Falta injustificadas                        | 50 |
| Falta de numerário                          | 36 |
| Diferença de caixa                          | 28 |
| Fraude em atestado médico                   | 22 |
| Descumprimento de atribuições profissionais | 17 |

Em relação às medidas de recuperação de ativos, em 2018 foram obtidos os seguintes dados:

- Processado pela área de recursos humanos, via desconto em folha de pagamento, o valor de R\$ 2.081.334,99;
- Efetuadas 87 inscrições no Cadastro Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN), perfazendo o montante de R\$ 1.164.879,98;
- Instaurados 32 processos de Tomada de Contas Especial, perfazendo a importância de R\$ 7.326.405,10; e concluídos 37, no valor de R\$ 8.099.753,57.

Dos 32 processos instaurados, 29, cuja importância soma R\$ 6.594.428,76, foram concluídos e encaminhados à SFC/CGU dentro do exercício. Os outros três processos estão em fase de finalização, dentro do prazo previsto, conforme estabelecido na IN nº TCU 76/2016.

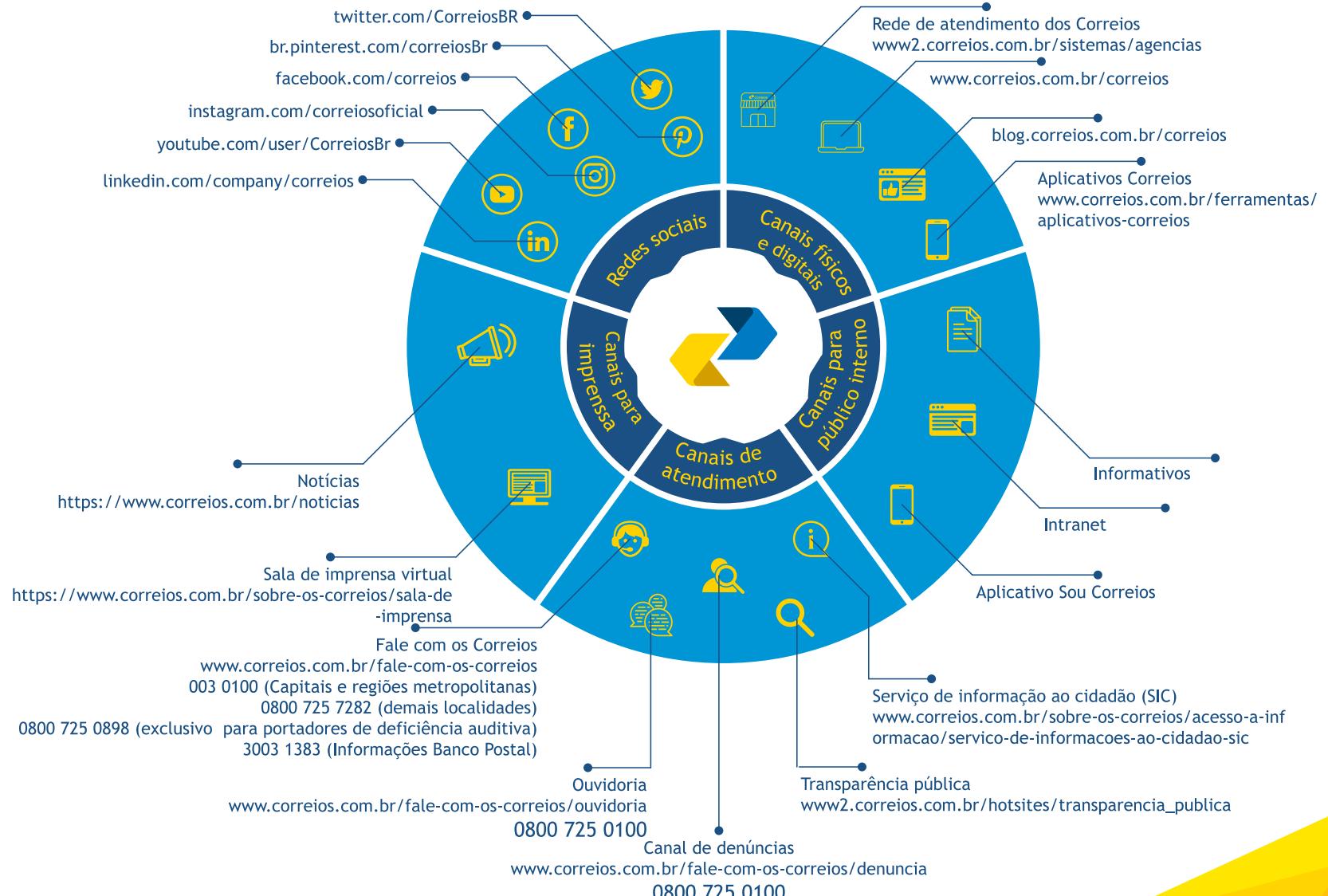
## Medidas de Recuperação de Ativos



# Relacionamento com a sociedade

## Principais Canais de comunicação com a sociedade e partes interessadas

Os Correios possuem diversos canais de comunicação, digitais e presenciais, por meio dos quais se relacionam com a sociedade e dão transparéncia a informações para todos os seus públicos de interesse.

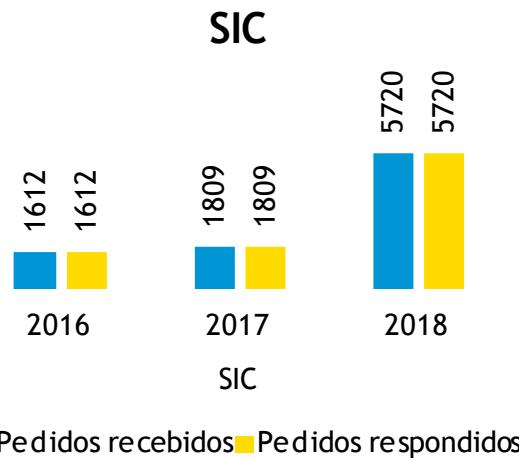


## Serviço de informação ao cidadão

Em 2018, houve um significativo aumento das demandas do SIC, relacionadas a informações sobre objetos postais (cerca de 4 mil).

Do total de pedidos respondidos, 18,3% geraram recursos à autoridade superior, 4,6% subiram para a 2<sup>a</sup> instância, 2,2% para a CGU e 0,5% chegaram à Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

Registou-se uma queda importante nas reclamações por omissão de resposta no prazo estipulado. Em 2018, nenhuma reclamação por omissão de resposta foi repor-



tada à autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) nos Correios.

### Carta de serviços ao usuário

Os Correios disponibilizam a relação dos serviços oferecidos, os canais de acesso da sociedade à empresa, os endereços e horário de atendimento das agências em todo o país no hiperlink <http://www.correios.com.br/sobre-os-correios/a-empresa/carta-de-servicos-ao-usuario-1/carta-de-servicos-ao-usuario>.

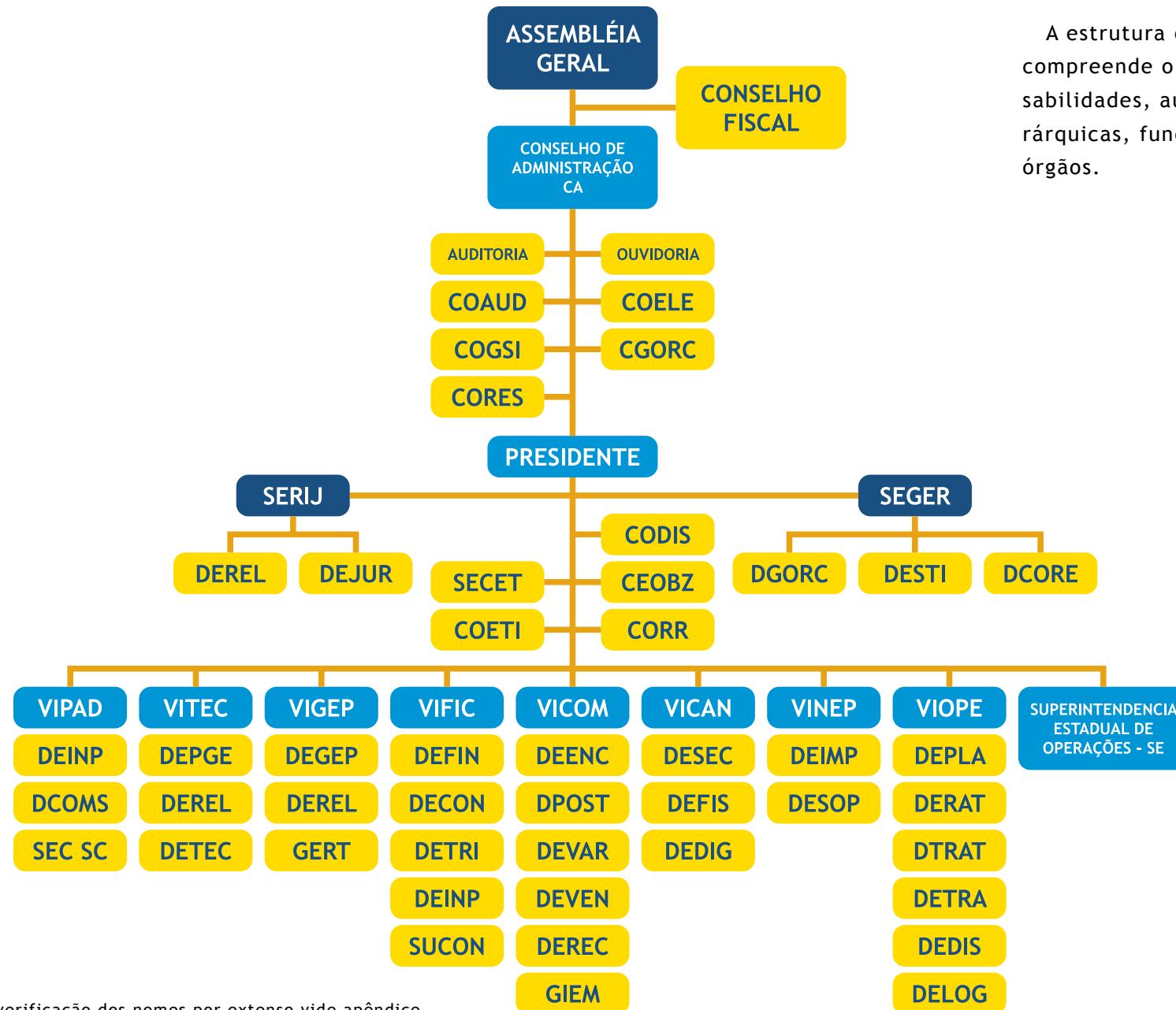
### Acessibilidade

O Portal Correios na internet ([www.correios.com.br](http://www.correios.com.br)) e os principais sistemas (Rastreamento, Busca Agências, Preços e Prazos) foram desenvolvidos em observância às recomendações do Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (eMAG), previsto no Programa de Governo Eletrônico Brasileiro. No menu superior do portal é colocada à disposição a barra de acessibilidade e recurso de download das aplicações headmouse e teclado virtual. Estas aplicações são tecnologias inovadoras que permitem a

pessoas com deficiência física o acesso facilitado à internet e ao uso de computadores pessoais. O headmouse permite às pessoas com mobilidade reduzida controlarem o cursor do mouse pelos movimentos da cabeça. O teclado virtual capta os movimentos faciais e os replica sobre um teclado digital.

Pessoas com deficiência visual contam com o Postal Braille, um serviço adicional para carta comercial, carta não comercial e cecograma de transcrição de mensagens em escrita comum (digitada ou manuscrita) para o braille e vice-versa. O serviço adicional facilita a comunicação entre as pessoas com deficiência visual e os diversos segmentos da sociedade.

## Estrutura organizacional - 2018

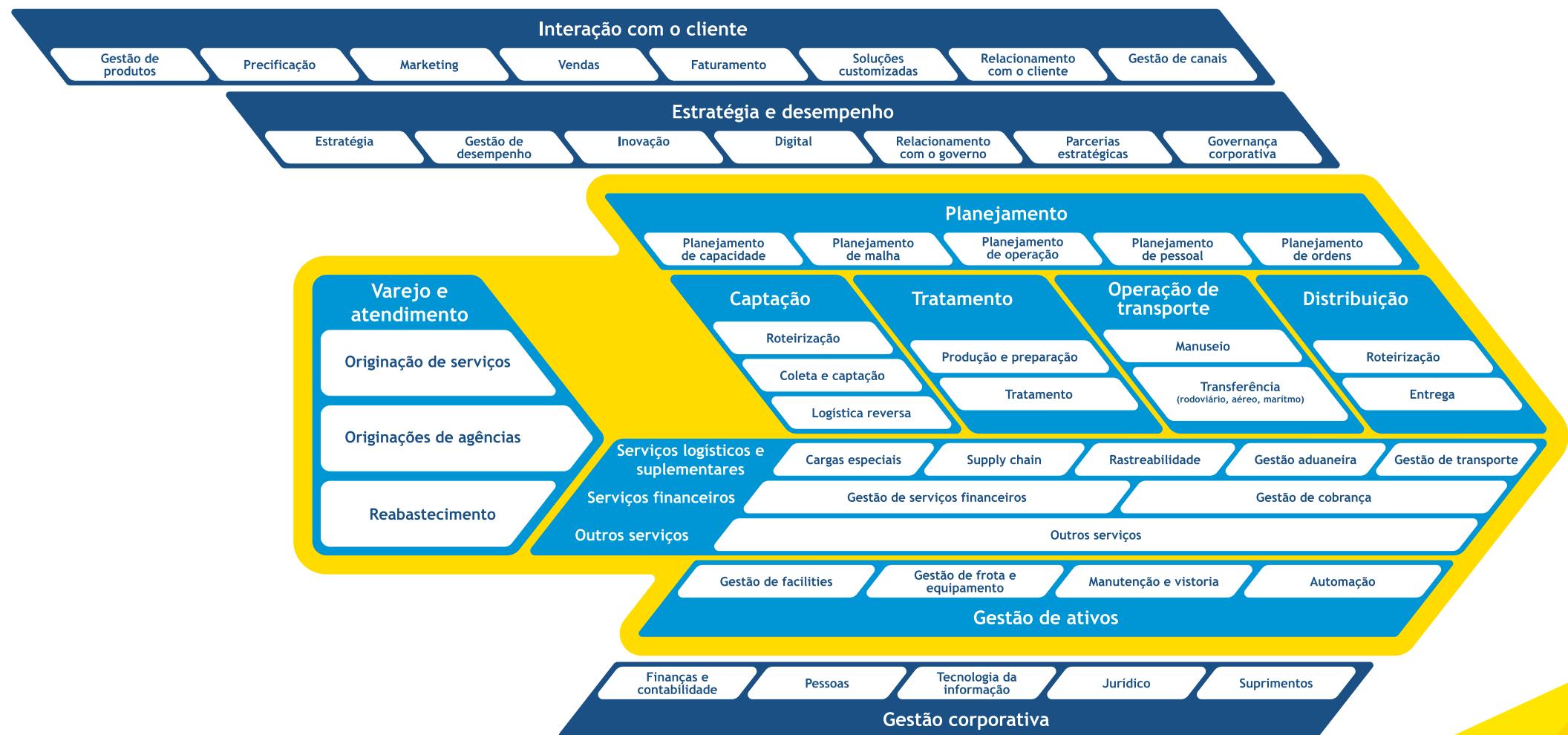


A estrutura organizacional dos Correios compreende o conjunto ordenado de responsabilidades, autoridades, vinculações hierárquicas, funções e descrição das áreas e órgãos.

# Cadeia de Valor

A Cadeia de Valor dos Correios foi elaborada com base em competências de organizações postais de alto desempenho no mundo, destacando as principais competências necessárias para a gestão da estratégia e da governança corporativa. Engloba processos claros e integrados de interação com o cliente - foco na jornada, experiênc-

cia e relacionamento. Aborda também a visão do processo de operação fim a fim (atendimento, captação, tratamento, transporte e distribuição), alinhando o planejamento operacional (tático) ao estratégico.



# Cenário nacional e internacional

O mundo passa por uma revolução tecnológica que vem impactando todos os setores da economia, incluindo o postal. Há um progresso contínuo em termos de conectividade digital global e do uso de novas tecnologias de informação e comunicação, modelando novos comportamentos dos consumidores e da sociedade, os quais demandam por conveniência, qualidade e rapidez no que se refere à entrega de correspondências e encomendas/pacotes, à medida que o varejo físico cede espaço ao varejo on-line (era do comércio eletrônico global).

O crescimento da economia e do comércio internacional, a mudança demográfica e a explosão do comércio eletrônico são fatores que afetam os operadores postais. Esses fatores, combinados com o desejo dos clientes por serviços digitais personalizados, imediatos, ambientais e socialmente responsáveis, além das regulamentações governamentais para disseminação desses serviços criaram, por sua vez, desafios e oportunidades.

Um dos grandes desafios é o declínio da quantidade de correspondências em suporte de papel, que segue a tendência mundial e,

segundo pesquisadores, é irreversível, sobretudo onde o índice de desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (indicador da União Internacional das Telecomunicações) é mais alto. Desde 2005, foram mais de 100 bilhões de cartas que deixaram de ser postadas no mundo. Em países desenvolvidos, a queda está em torno de 2% ao ano. No Brasil, os Correios registraram queda de aproximadamente 10% na quantidade de objetos do segmento mensagem no comparativo entre os anos de 2018 e 2017.

Nesse contexto global, a principal estratégia dos administradores postais tem sido a diversificação seletiva, com o fortalecimento dos segmentos de encomenda, logística e serviços financeiros, os quais, há décadas, já integram o portfólio de inúmeros correios no mundo e são serviços relevantes para a sociedade.

Para se manterem rentáveis, relevantes e atenderem às novas demandas dos clientes, os correios do mundo têm, também, incorporado



Cultura de resultados



Segmento postal de alta rentabilidade

novas tecnologias em todos os eventos da cadeia produtiva postal. Desde a coleta/recebimento dos objetos até a entrega final, têm adotado a gestão rigorosa de despesas e a otimização dos custos. Ainda, a tônica dos principais correios tem sido a racionalização das estruturas de apoio/suporte para que os empreendimentos se tornem ágeis, flexíveis e possam atender melhor às atividades-fim.

Dessa maneira, resta claro que o setor postal mundial está sendo impactado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, pelo processo contínuo de globalização e pelas mudanças de comportamento dos consumidores (Era da Conveniência - comodidade dos clientes com o oferecimento de facilidades para a postagem e retirada de objetos).

Nesse contexto, foram identificadas as principais características de operadores postais de alto desempenho, no cenário nacional e internacional:



Crescimento do e-commerce



Diversificação e aquisição



Geração de valor

No cenário nacional em 2017, os principais fatores que influenciaram os Correios, direta ou indiretamente, com impactos positivos e/ou negativos no planejamento de 2018, foram:



Considerando as variáveis dos cenários nacional e internacional no ano de 2017, foi possível destacar as tendências mais impactantes para o segmento postal, que interfiriram no planejamento de 2018:



## Ameaças e Oportunidades

Considerados os ambientes nacional e internacional, bem como a atuação dos Correios, as principais oportunidades e ameaças identificadas no processo de elaboração da Estratégia Correios foram:

\*\*\*Restrito para acesso exclusivo do TCU, constante do anexo Informações Suplementares.

## Planejamento Estratégico

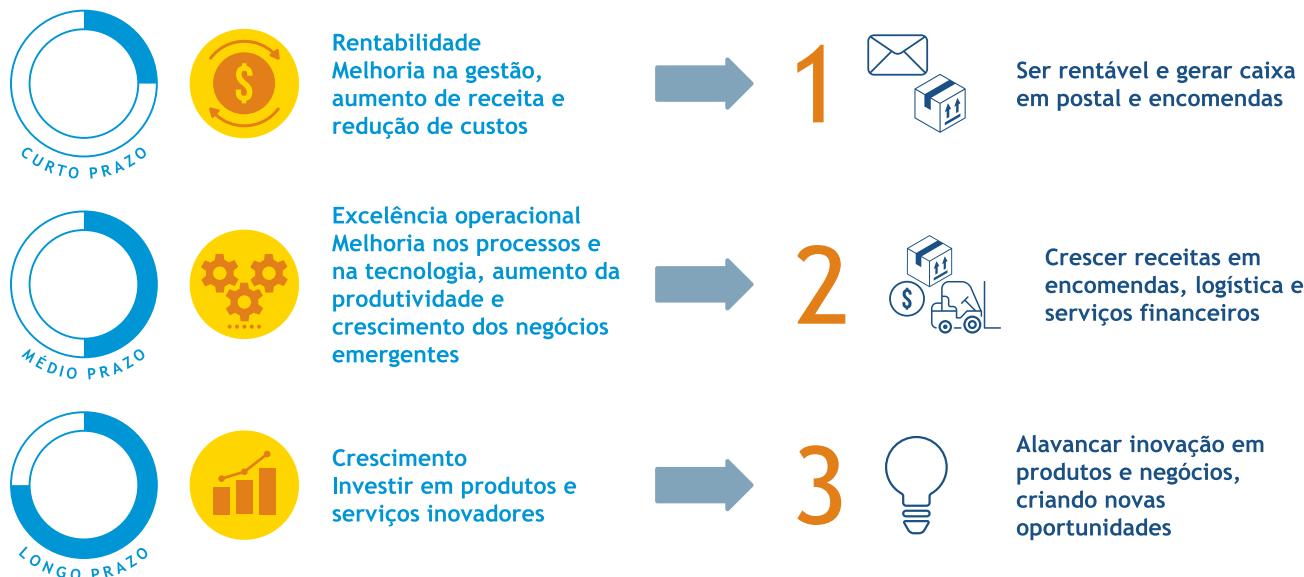


A Estratégia Correios 2017-2022 foi estruturada em três horizontes de atuação baseados na maturidade dos negócios e produtos da empresa, os quais visam propiciar o progresso dos Correios em três fases de evolução com foco em rentabilidade, excelência operacional e crescimento.



Considerando os horizontes e as fases, assim como o diagnóstico empresarial realizado à época, foram definidos sete objetivos estratégicos, distribuídos em visões de negócio e de gestão:

## Visão de negócio



## Visão de gestão

- 4 Gerar rentabilidade positiva e sustentável
- 5 Aumentar a produtividade com excelência operacional
- 6 Crescer negócios de forma acelerada
- 7 Diversificar seletivamente

A partir da definição dos objetivos estratégicos e da identificação dos dez desafios a serem superados pela empresa para o seu alcance, foram estabelecidos nove eixos de atuação (desdobramento), que têm por propósito o direcionamento de esforços para o alcance de resultados mais favoráveis. Os eixos de atuação, por sua vez, foram desdobrados em um rol de iniciativas estratégicas, que são um conjunto de ações a serem implementadas pela empresa para o alcance dos objetivos estratégicos e, por conseguinte, o cumprimento da sua Missão e o alcance da sua Visão.

Apresentamos a seguir os nove eixos de Atuação:

\*\*\* Restrito para acesso exclusivo do TCU, constante do anexo Informações Suplementares.

# CorreiosPar – Subsidiária Integral dos Correios

Para enfrentar os desafios observados durante a estratégia, os Correios identificaram que, por meio da construção de alianças estratégicas (diferentes formas societárias/associativas), é possível alavancar com maior agilidade o atingimento dos objetivos estratégicos.

Desta forma, a empresa utiliza-se da Correios Participações S/A (CorreiosPar), que tem por objetivo a constituição de parcerias, por meio de aquisição de controles ou participações acionárias, além da gestão das relações de governança das empresas constituídas, e, assim, auxiliar na implementação da Estratégia Correios.

A escolha dos Correios está alinhada com o movimento das principais empresas postais no mundo, que têm adotado processos de fusões e aquisições como estratégia de crescimento e desenvolvimento. Correios como os da Itália, França, Canadá, Alemanha, dentre outros, se utilizam dessas soluções e têm logrado êxitos significantes.

Como forma de garantir o alinhamento

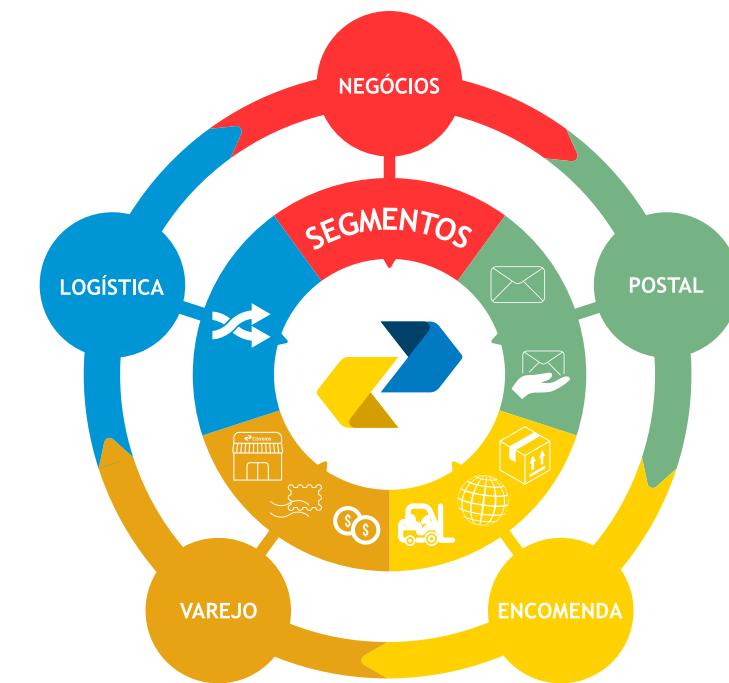
estratégico das ações desenvolvidas na Correios Participações, as oportunidades de negócios são submetidas aos Correios para avaliação da exequibilidade e definição dos critérios de seleção dos potenciais parceiros. A cada trimestre a CorreiosPar faz um relatório junto à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração dos Correios sobre os projetos que se encontram em andamento.

## Portfólio dos Correios

Os Correios proporcionam à população brasileira, distribuída nos 5.561 municípios do país, acesso aos serviços postais e aos serviços financeiros, oferecendo o encaminhamento e o recebimento de objetivos postais (cartas, telegramas e encomendas) e viabilizam, ainda, a prestação de serviços de transferências financeiras (pagamento de contas, recebimento de benefícios, remessas de numerários e serviços bancários básicos), por intermédio do Banco Postal.

Com abrangência em todo o território nacional, os Correios oferecem um extenso portfólio de produtos e serviços, com soluções para atender às empresas privadas e à sociedade, que estão suportadas por oito segmentos de negócios: Mensagem e Marketing Direto

(Negócio Postal), Encomenda, Malote, Internacional e Logística (Negócio Encomenda) e Conveniência e Financeiro (Negócio Varejo).



### Mensagem

É um segmento regulado pelo Estado e tem como obrigação constitucional garantir o sigilo da correspondência entre cidadãos, empresas, governo e demais atores da sociedade. Os principais produtos desse segmento são: carta e Franqueamento Autorizado de Cartas (FAC).



## Marketing Direto

Entende-se por Marketing Direto toda comunicação de caráter publicitário, promocional e/ou informacional, dirigida na forma física, incluindo amostras e brindes, forma híbrida, eletrônica ou digital, por meio da qual os clientes podem promover seus produtos, serviços ou negócios. Por ser concorrencial, demanda dos Correios alta capacidade de adaptação, qualidade operacional, flexibilidade e preços competitivos.



## Encomenda

A atratividade do mercado de encomendas no Brasil é diretamente proporcional à relevância econômica do país, sua massa populacional, seu grande território e as várias oportunidades de negócio decorrentes da dinâmica econômica dos últimos anos, em que pese a recente perda de condição econômica favorável. A posição competitiva dos Correios é de líder absoluto no segmento de encomendas expressas e econômicas nacionais e internacionais fracionadas de até 30 Kg. Para mantê-la, a empresa deve atuar no desenvolvimento de mercados, principalmente ampliando a competitividade dos serviços de encomendas dos Correios nas principais praças, de forma a expandir sua participação.



## Malote

Corresponde ao serviço de coleta, transporte e entrega com regularidade e frequência definidas, em todo o território nacional, de remessa agrupada de objetos de qualquer natureza.



## Internacional

O segmento Internacional apresenta grande potencial de mercado, com dinâmicas diferentes para a vertente de exportação (outbound) e para a de importação (inbound), ainda que, numa visão de comércio, uma vertente acabe por ser indutora da outra (“importar para exportar”, segundo o lema comum nos anos 1990). Em relação à exportação, os Correios, atualmente, têm direcionado sua atuação para o apoio às políticas governamentais de suporte às micros e pequenas empresas (MPEs).



## Logística

O segmento Logística Integrada nos Correios engloba desde a recepção e coleta de bens até sua entrega ao cliente final. A Logística Integrada foi desenvolvida para que os gestores possam gerenciar de forma mais estratégica as atividades de compras,

armazenagem, do processo produtivo e transporte, além de permitir o acompanhamento das atividades dos fornecedores e parceiros, integrando processos. Em se tratando de logística para o governo, a atuação está alinhada à estratégia em relação aos serviços a serem priorizados pela empresa nos próximos anos, tais como saúde, educação, defesa e segurança, dentre outros segmentos de oportunidade. A empresa formou o Balcão de Atendimento dos Correios, prevendo ser o elo entre o Estado e o cidadão.



## Conveniência

O mercado de varejo atual passa por mudanças extremas em função da intensa evolução tecnológica, da inovação em produtos e da alteração nos relacionamentos entre compradores e vendedores. O cotidiano do varejista mudou bastante em função do novo comportamento do consumidor, influenciando diretamente os ciclos de vida dos produtos. O grupo Filatelia, que integra o segmento Conveniência, consiste no conjunto de atividades de cunho mercadológico e institucional, relacionadas ao estudo dos selos postais e objetos que com eles

se relacionam (como envelopes e carimbos) e à prática de colecioná-los. Os produtos filatélicos comercializados são: selos postais, carimbos, carimbos comemorativos e de 1º dia de circulação, envelopes de 1º dia de circulação, cartões postais, aerogramas, mala filatélica e linhas personalizadas.

## Financeiro

Os serviços do segmento Financeiro envolvem o atendimento por meio do Banco Postal para saques, depósitos, recebimento de contas, venda e resgate de títulos de capitalização, transferência de valores e comercialização de consórcios.

A empresa é o único operador financeiro com capilaridade para atendimento em 100% dos municípios brasileiros e que atende, com o Banco Postal, 41% deles.

## Gestão de Riscos e Controles Internos

A gestão corporativa de riscos e controles internos dos Correios possui, entre suas atribuições, a coordenação das políticas e métodos de gerenciamento de riscos, sendo

exercida em três linhas de defesa. Todas as 3 linhas compartilham do mesmo objetivo final, ou seja, contribuir para que a empresa alcance seus objetivos com gerenciamento efetivo de riscos e fortalecimento de controles. Cada linha tem seus papéis e responsabilidades únicas, mas elas compartilham informações e coordenam os esforços para alcançar a efetividade da gestão de riscos e controles.

### Conselho de administração / Conselho fiscal / Comitês

### Diretoria

#### 1ª linha de defesa

Gestão operacional (empregados e gestores dos processos)

Proprietários e gestores dos riscos (responsabilidade primária pelos riscos e controles)

Identificação de riscos e medidas de controle

#### 2ª linha de defesa

Riscos  
Controles internos  
Compliance  
Segurança  
Controladoria

Monitoramento e supervisão  
Consultoria

#### 3ª linha de defesa

Auditoria interna

Avaliar efetividade  
Fornecer garantias independentes

Otimizar as funções do sistema de gestão de riscos

### Independência

Auditória independente

Controle externo

O Conselho de Administração (CA) é responsável pela aprovação das políticas corporativas de gestão de riscos e controles internos. Compete ainda ao CA determinar a implementação e supervisionar os sistemas de gestão de riscos e de controle interno

### Estratégico



Risco estritamente relacionado aos objetivos estratégicos da empresa.

### Reputacional



Possibilidade de perdas, financeiras ou não, decorrentes da empresa ter seu nome desgastado junto ao mercado, sociedade, clientes, órgãos de controle e fiscalização e demais partes interessadas (stakeholders), em razão de publicidade negativa, verdadeira ou não.

### Legal



Possibilidade de perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações, resultantes de descumprimento das leis e regulamentos, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais/administrativos ou de fragilidades contratuais.

### Operacional



Possibilidade de perdas decorrentes de falhas, deficiências ou ações inadequadas de pessoas, de processos e sistemas ou oriundas de eventos externos.

estabelecidos para a prevenção e a mitigação dos principais riscos aos quais os Correios estão expostos, inclusive aqueles relacionados à integridade das informações contábeis e financeiras e à ocorrência de corrupção e fraude. O conselho é continua-



### Financeiro

Possibilidade de a empresa não atingir os resultados esperados. Refere-se ao endividamento da empresa, ou seja, à sua capacidade de honrar compromissos financeiros.

Possibilidade de desequilíbrios entre ativos e passivos, gerados por descasamento entre pagamentos e recebimentos, que possam afetar a capacidade de liquidação dos direitos e obrigações.



### Socioambiental

Avaliação e mensuração de possíveis danos que as decisões administrativas, atividades econômicas, negócios e/ou investimentos podem causar ao meio ambiente ou a sustentabilidade social.



### Mercado

Possibilidade de perdas decorrentes de mudanças verificadas nas condições políticas, culturais, sociais, econômicas ou financeiras do país ou no exterior.



### Integridade

São riscos relacionados à vulnerabilidade institucional que abrange a conduta improba do agente público, terceiros e demais stakeholders decorrente de violações dos princípios da administração pública, leis, códigos de conduta e de ética e regulamentos internos que possam acarretar corrupção, fraude, conflito de interesses e nepotismo, dentre outros inerentes à essa conduta.

mente informado sobre a gestão de riscos praticada por meio de reportes periódicos e apresentações de temas específicos.

A política corporativa de gestão de riscos, aprovada pelo CA em 2017, estabelece prin-

cípios, diretrizes e responsabilida- des a serem segui- dos pela Gestão de Riscos Cor- porativa nos Cor- reios, de forma a agregar valor à tomada de deci- são e ao trata- mento adequado dos riscos, respei- tando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessa- das, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Cor- reios.

No que tange à avaliação de riscos de processos, a partir dos critérios de priorização, os eventos de riscos classificados como de alta ou média probabilidade e/ou alto impacto exigem acompanhamento e adoção de medidas para redução dos seus níveis, sendo monitorados pelos gestores, e implementadas ações para fortalecer os controles e reduzir os níveis de risco.

Os Correios identificaram os Riscos Estratégicos, que são eventos que podem impactar a consecução da Estratégia e que estão, intrinsecamente, associados ao alcance dos Objetivos Estratégicos. São eles:

## Tabela de Riscos Estratégicos

\*\*\*Restrito para acesso exclusivo do TCU, constante do anexo Informações Suplementares.

Tendo em vista a evolução do tema nos Correios, a área corporativa de riscos, como órgão de segunda linha, iniciará, em 2019, o monitoramento global dos riscos para reportes à alta administração.



# Capítulo 3 – Resultados da Gestão

## Indicadores e resultados alcançados frente aos Objetivos Estratégicos

Para acompanhamento do desempenho da Estratégia Correios, é adotada uma cesta de Indicadores Estratégicos que auxiliam no acompanhamento e mensuração do grau de atingimento dos Objetivos Estratégicos. De acordo com o Modelo de Gestão Estratégica, que contempla a Governança da Gestão Estratégica, o reporte dos resultados é realizado mensalmente à Diretoria Executiva e trimestralmente ao Conselho de Administração.

Apresenta-se a seguir a relação dos Objetivos Estratégicos, com os respectivos Indicadores Estratégicos, assim como os resultados alcançados e as justificativas.

1



| Objetivo estratégico                              | Indicador estratégico                                  | Resultado 2017 (c) | Meta 2018 (a) | Resultado 2018 (b) | % de realização da meta (b/a) |
|---|--|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
| Ser rentável e gerar caixa em Postal e Encomendas | Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 - R(H1) | 1,83%              | 6,44%         | -2,78%             | 0,00%                         |

O indicador Percentual de Variação de Receitas Horizonte 1 - R(H1) mensura a receita obtida pela empresa em seus negócios principais e contempla os seguintes grupos de serviços: Mensagem, Distribuição de Contas e Leitura, Impressão e Entrega Simultânea (LIES), Correio Híbrido Telemático, Correio Híbrido Reverso, Marketing Direto, PAC, Malote, Conveniência, Filatelia, Logística Integrada e Cota Mínima Contratual.

Registra-se a redução do segmento Mensagem de 9,5% (- R\$ 813,2 milhões), em decorrência da redução de 14,1% da receita do Franqueamento Autorizado de Cartas(- R\$ 738,4 milhões), serviço composto principalmente por faturas e boletos bancários de empresas de telefonia.

Ressalta-se que o grupo correspondências, composto pelos serviços Mensagem e Marketing Direto, no ano de 2018 foi responsável por 42,2% das receitas reduzindo sua participação em rela-

ção a 2017, quando representava 49,3%, pois apresentou redução de R\$ 831,8 milhões no período analisado.

Apesar das ações de reajustes e recomposições tarifárias, o desempenho obtido nesse indicador é reflexo da tendência de queda do tráfego postal, sobretudo oriunda da substituição das correspondências em meio físico por mídias eletrônicas. A liberalização de mercados, as ações da concorrência, a racionalização dos envios (consolidação de remessas) e a redução de frequência, volume e pesos dos objetos postais são alguns dos elementos que podem provocar a queda do tráfego postal e a consequente queda de receitas. No segmento Marketing Direto, os principais concorrentes são as formas digitais de publicidade, incluindo a publicidade digital para dispositivos móveis.

O tráfego postal acumulado em 2018 atingiu 5,759 bilhões de objetos distribuídos, enquanto em 2017 foram 6,297 bilhões de objetos, uma redução de 8,5%. Para este resultado, destaca-se a queda de 10,0% (533,1 milhões de objetos) registrada no segmento Mensagem; sendo o serviço FAC responsável pela redução de 548,2 milhões de objetos desse total.

Diante do declínio das correspondências em meio físico, em todo o mundo, a empresa adotou ações para que haja a compensação da queda do tráfego de mensagens, sendo as principais iniciativas as relacionadas ao desenvolvimento de soluções digitais, ao aumento de participação do segmento de encomendas e à revisão do modelo de precificação dos produtos monopolísticos e dos reajustes tarifários. Nessa linha, o reajuste tarifário contribuiu para a fixação de uma data base para realização dos reajustes.

Uma outra importante ação versou sobre a revisão do nível de serviços para produtos postais e a flexibilização dos níveis de serviços impostos pela universalização. Com a publicação da Portaria Interministerial nº 4.474/2018, que estabeleceu diretrizes para nortear a universalização do atendimento e da entrega postais e os índices padrões de qualidade para os prazos de entrega dos objetos do serviço postal básico, a Distribuição Domiciliaria Alternada (DDA) foi implantada em 519 unidades. Importantes ganhos do DDA foram: impacto positivo na qualidade da carga simples; aumento de 63% da densidade média de entrega de objetos por distrito; diminuição em 32% da percorrida média do distrito (percurso que faz o carteiro para entregar os objetos de seu distrito) e redução de 25% na quantidade de distritos postais, propiciando ganhos de produtividade e eficiência.

Na linha de novos serviços, afeto à gestão de endereços, em 2018 os Correios promoveram a ampliação da base de endereços das principais capitais com mais de 1 milhão de habitantes e a atualização de 17 milhões de endereços, contribuindo para o reordenamento urbanístico, organização das cidades e melhorias no processo de localização dos cidadãos, estando previsto para 2019 o desenvolvimento e implementação de produtos comerciais, a exemplo de nova modalidade de Mala Direta Perfil e GeoMarketing.



| Objetivo estratégico   | Indicador estratégico                                  | Resultado 2017 (c) | Meta 2018 (a) | Resultado 2018 (b) | % de realização da meta (b/a) |
|--|--|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
| Crescer receitas em Encomendas, Logística e Serviços Financeiros | Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 - R(H2) | 1,29%              | 20,17%        | 15,57 %            | 77,19%                        |
|  | Market share encomendas                                | *                  | 41,0%         | 45,2%              | 110,24%                       |

(\*) Indicador vigente a partir de 2018

O indicador Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 - R(H2) mensura a receita obtida pela empresa em seus negócios emergentes, sendo formado pelos seguintes serviços: Expresso, Sedex Premium, Serviço de Protocolo Postal, Logística Reversa, Financeiro, Correio Híbrido Postal, Correio Eletrônico e Receitas Internacionais.

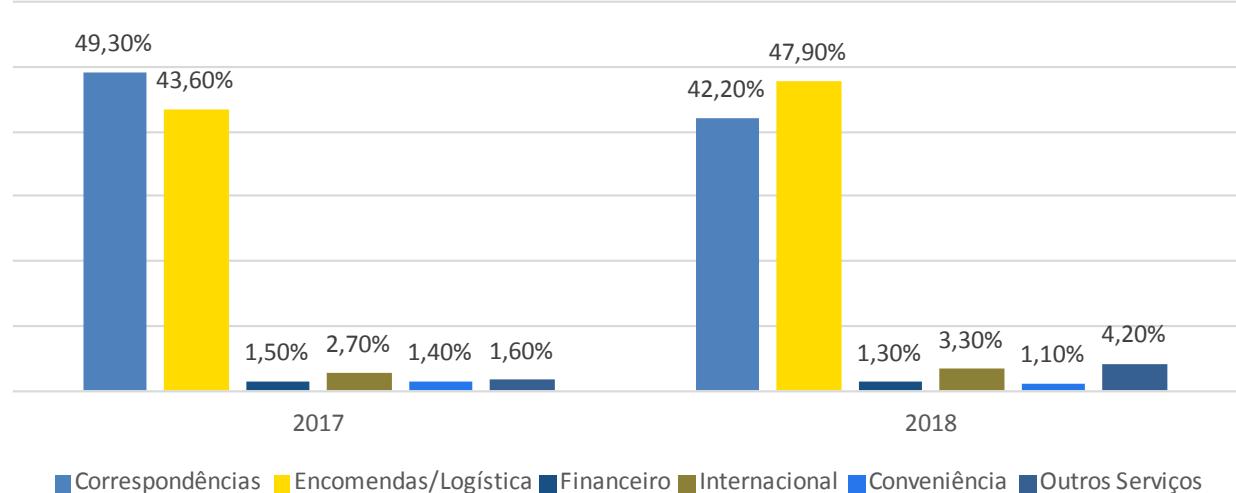
O indicador Market Share visa mensurar o percentual de participação dos Correios no mercado de Encomendas.

Os resultados de ambos indicadores refletem o desempenho do segmento Encomenda, com crescimento de 20,4% (+ R\$ 1,431 bilhão), com destaque para o incremento de R\$ 786,9 milhões na receita do serviço PAC e de R\$ 866,2 milhões do Sedex.

Destaca-se a importância de os segmentos Encomenda e Logística ultrapassarem os segmentos do negócio postal em participação nas receitas, o que reduz a vulnerabilidade decorrente de a empresa ter receitas oriundas de serviços substituíveis pela utilização crescente de mídias eletrônicas para comunicação. Em 2018, a empresa vivenciou o marco histórico de ter maior participação de encomendas do que de mensagens.

em seu faturamento, o que demonstra alinhamento a este objetivo estratégico.

## Composição da Receita - Acumulada até Dezembro



O grupo Encomendas/Logística atingiu 47,9%, elevando as receitas em R\$ 1,344 bilhão, impulsionado pelo crescimento do segmento Encomenda. Registra-se, contudo, que o desempenho obtido neste indicador foi fortemente afetado pela greve dos caminhoneiros e o acirramento da concorrência. A configuração do mercado atual tem atraído diversos concorrentes, tanto nacionais quanto internacionais. Enquanto alguns têm atuação generalista, outros são especializados em nichos promissores, como o de e-commerce. Os concorrentes destacam-se pela flexibilidade comercial, operacional e pela agilidade na oferta de soluções de encomendas com customização para segmentos de clientes.

Para posicionamento dos Correios como player diferenciado no mercado de encomendas, em 2018, foram implementados serviços digitais, a exemplo do rastreamento de objetos por CPF/CNPJ e da automatização do processo de suspensão de entrega pelo remetente para cliente via webservice. Uma importante solução digital para os consumidores consiste no pré-atendimento via aplicativo para celular.



**3**

| Objetivo estratégico   | Indicador estratégico                               | Resultado 2017 (c) | Meta 2018 (a) | Resultado 2018 (b) | % de realização da meta (b/a) |
|--|---|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
| Alavancar inovações e modelos de negócios, criando um portfólio de novas oportunidades | Valor de Receitas Horizonte 3 - R(H3) - R\$ Milhões | 48,36              | 267           | 200                | 74,91%                        |
|  | Índice digital - ID                                 | 1,67               | 2,0           | 2,15               | 107,50%                       |

O indicador Valor de Receitas Horizonte 3 - R(H3) é calculado pela soma das receitas de novos negócios com potencial para gerar receita.

O R(H3) atingiu 74,91% da meta estabelecida de receita para os negócios classificados no Horizonte 3, que se referem aos serviços com foco em manter a sustentabilidade de longo prazo, e que devem ser melhor explorados para geração de receita e caixa nos próximos 5 a 10 anos.

O indicador Índice Digital (ID) tem por objetivo identificar o nível de digitalização de canais, processos e serviços da empresa. Alcançou resultado de 2,15 pontos (em uma escala que varia de 0 a 4), superando a meta estipulada para 2018. Esse resultado representou um crescimento de 28,74% em relação ao obtido em 2017, ao mesmo tempo em que demonstra evolução no nível de

digitalização dos Correios.

O setor postal vem passando por transformações em decorrência do aumento da concorrência entre os operadores públicos e privados, do avanço da comunicação digital, da evolução das estratégias de marketing das empresas e do crescimento do comércio eletrônico. Em resposta a essas ameaças e oportunidades, os Correios, em 2018, buscaram a diversificação de suas linhas de negócios, com destaque, para soluções digitais, dentre as quais:

- Lançamento do aplicativo Correios Celular, que permite ao cliente realizar recarga, portabilidade da linha, consultar saldo, além de obter histórico de recarga, de consumo de dados, de voz e de SMS.

- Modelagem dos novos canais digitais Portal web e Mobile, com o objetivo de

promover a integração entre os canais físicos e digitais, permitindo ao cliente solucionar grande parte de suas demandas por meio da web e do mobile.

- Lançamento do aplicativo Pré-Atendimento, app gratuito para agilizar a postagem de encomendas nacionais, em plataforma mobile, reduzindo o tempo de atendimento presencial.

- Lançamento de site temático Correios GOV ([www.correios.com.br/governo](http://www.correios.com.br/governo)), visando a comunicação direta com os órgãos da Administração Pública e apresentando as soluções de logística de suprimentos, gestão documental e farmacêutica para a AP.

Com essa perspectiva, acrescenta-se a prestação de novos serviços ligados à rede de atendimento, especialmente os relacionados ao governo, os quais possuem grande potencial de crescimento e, ainda, as parcerias com as entidades governamentais.

**4**

| Objetivo estratégico                       | Indicador estratégico   | Resultado 2017 (c) | Meta 2018 (a) | Resultado 2018 (b) | % de realização da meta (b/a) |
|--|---|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
| Gerar rentabilidade positiva e sustentável | Margem EBITDA sem Pós-Emprego   | 9,77%              | 12,4%         | 2,64%              | 21,29%                        |
|  | Margem EBITDA com Pós-Emprego   | 6,20%              | 10,60%        | 1,85%              | 17,45%                        |
|  | Spread Econômico  | *                  | 3,27%         | -8,98%             | 0,00%                         |
|  | Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas - IOBZ | *                  | 100,00%       | 101,80%            | 98,20%                        |

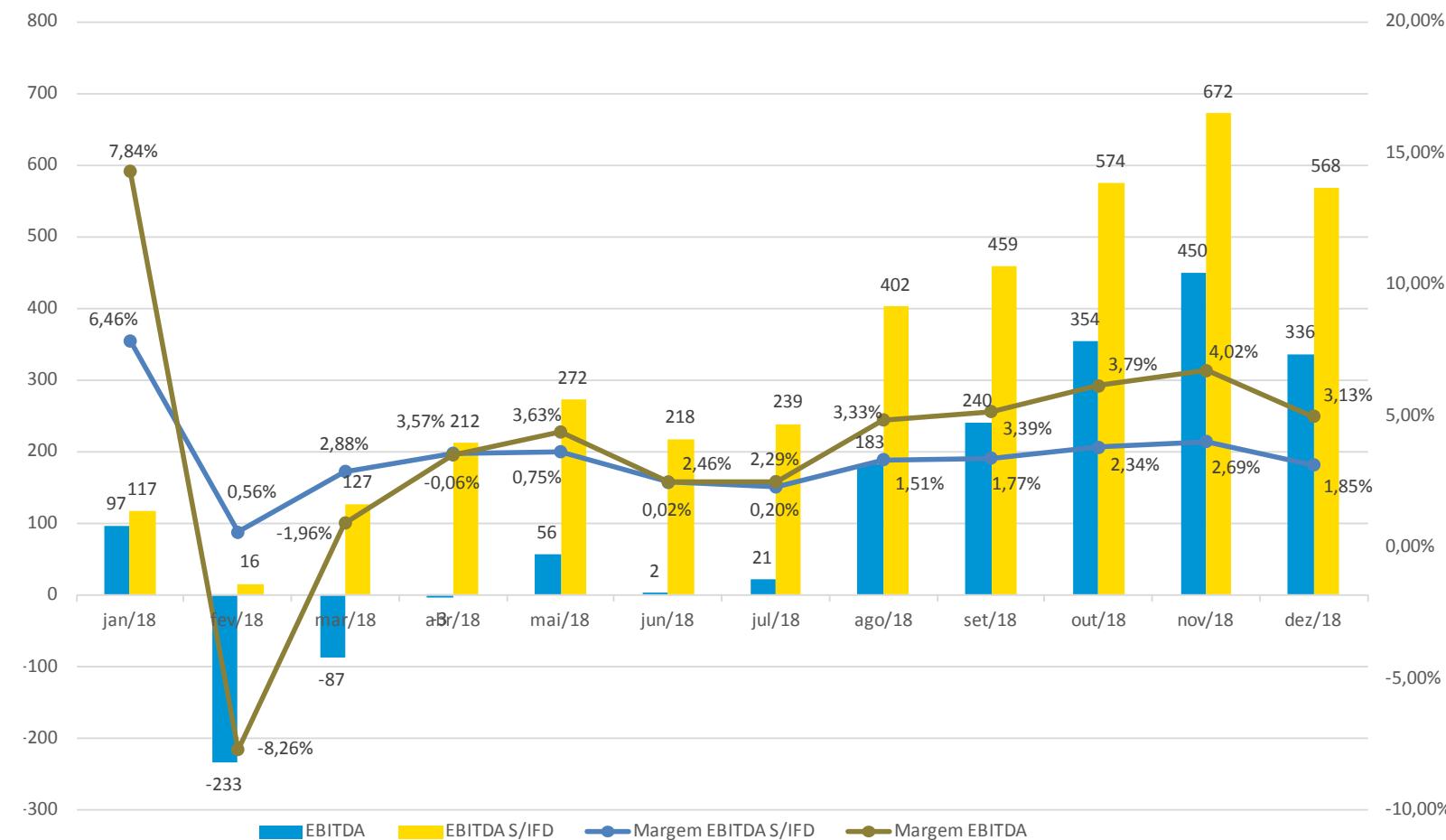
(\*) Indicador vigente a partir de 2018

A Margem Ebitda busca avaliar fatores relacionados à performance e à eficiência que demonstrem quanto o lucro operacional representa sobre o total da receita. Dessa forma, quanto maior seu resultado, menos representativos serão os custos e as despesas operacionais, portanto, melhor será a eficiência na geração de caixa e do lucro.

Os resultados, em 2018, dos indicadores margem Ebitda, em relação às respectivas metas, refletem a superestimação da receita (menor em R\$ 1,124 milhão que a esperada) e subestimação da despesa (maior em R\$ 350,3 milhões que a prevista).

A variação ocorrida na margem Ebitda em 2018 sobre o ano de 2017, reflete, especialmente, a reavaliação contábil das despesas de 2017, resultante da reversão da provisão de despesas com o plano de saúde dos empregados e que propiciou uma redução de R\$ 2,4 bilhões. Assim, mesmo tendo havido decréscimo de 13,5% (964,2 milhões) na rubrica de dispêndio de pessoal, principalmente, em função da redução de R\$ 760,1 milhões em indenizações trabalhistas decorrentes do desligamento incentivado dos empregados ocorrido em 2017, os indicadores apresentaram variação negativa.





Adicionalmente, em alinhamento ao objetivo estratégico de gerar rentabilidade positiva e sustentável, destaca-se a execução do processo orçamentário de 2018 a 2022 com utilização da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ), que foi um dos principais influenciadores na redução das despesas. As iniciativas OBZ proporcionaram R\$ 770

milhões em reduções de despesas até dezembro de 2018 e, para o Indicador de Execução Orçamentária de Custos e Despesas Planejadas (IOBZ), que mede o desempenho dos Correios em realizar as despesas no nível estipulado, a empresa alcançou 98,20% da meta para 2018.

Uma outra ação executada para identificação de oportunidades para ganhos rápidos foi a implantação do Modelo de Gestão da Carteira Imobiliária para propiciar melhor otimização de ativos imóveis. O inventário realizado em 28 Superintendências Estaduais demonstrou a perspectiva de ganhos para os próximos anos.

**5**

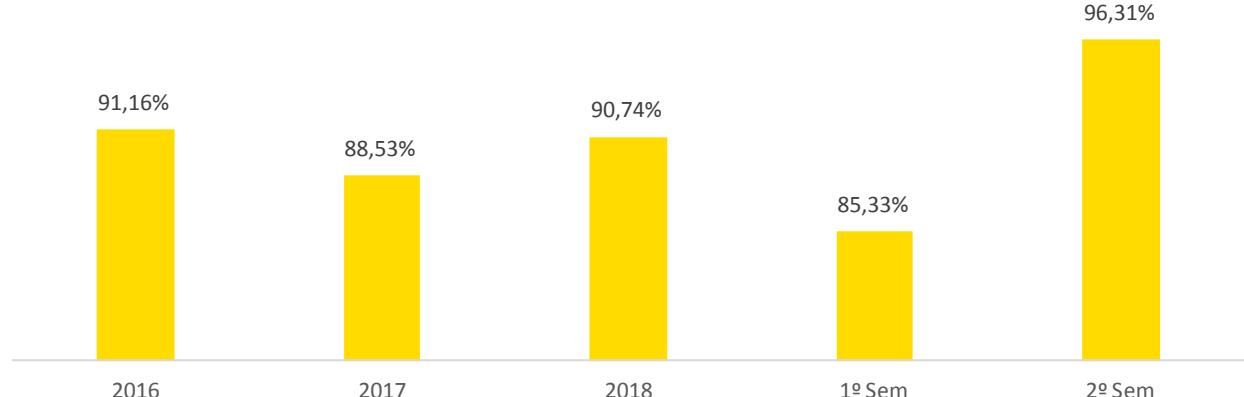
| Objetivo estratégico                                | Indicador estratégico                    | Resultado 2017 (c) | Meta 2018 (a) | Resultado 2018 (b) | % de realização da meta (b/a) |
|---|--|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
| Aumentar a produtividade com excelência operacional | Market Share - Encomenda                 | *                  | 41,0%         | 45,2%              | 110,24%                       |
|   | Indicador de Entrega no Prazo - IEP      | 88,53%             | 95,87%        | 90,74%             | 94,65%                        |
|   | Índice de Produtividade - IP - em R\$    | 18170              | 22638         | 4547               | 20,09%                        |
|   | Indicador de Satisfação do Cliente - ISC | *                  | 79,4%         | 78,8%              | 99,24%                        |

(\*) Indicador vigente a partir de 2018

O Indicador de Entrega no Prazo (IEP) avalia o cumprimento dos prazos estabelecidos com os clientes finais dos principais serviços postais. É formado pelos Indicadores setoriais de Entrega no Prazo de Encomenda, Internacional, de Logística e Mensagens.

No tocante à qualidade operacional, o resultado alcançado para o IEP foi de 90,74%, resultado superior ao índice de 88,53% obtido em 2017.

IEP

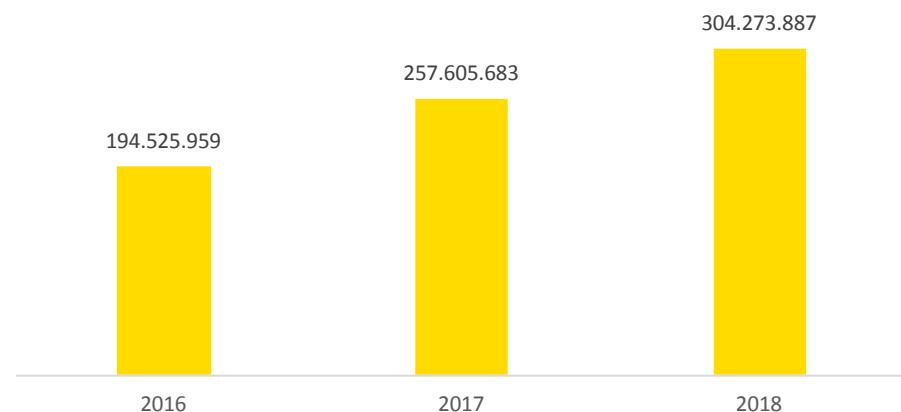


Destaca-se que o IEP apresentou significativa melhora no segundo semestre, principalmente, em função do IEP Encomendas, que compõe mais de 50% do IEP Correios (indicador estratégico). No período observou-se que a entrega no prazo para Mensagem apresentou um resultado acumulado de 83,33%, já a entrega no prazo de Encomenda teve o resultado de 91,36% para a entrega no prazo internacional o resultado foi de 90,02%. A entrega no prazo para Logística apresentou o resultado acumulado de 98,12%.

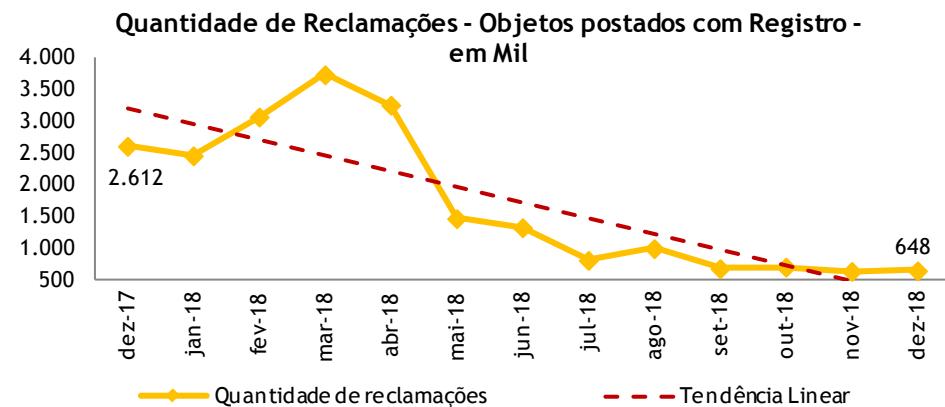
O desempenho do IEP reflete o aprimoramento da qualidade operacional obtida com a atualização, renovação e implantação de sistemas de triagem automatizada, que contribuíram para um crescimento de 40% na capacidade de tratamento ou, aproximadamente, 1,3 milhão de objetos tratados/dia, totalizando 304 milhões de objetos tratados em 2018.

Até dezembro de 2018, os investimentos com máquinas de triagem de encomendas nos últimos três anos totalizaram mais de 320 milhões de reais. Para os contratos que já estão assinados, a previsão de gastos com tais máquinas em 2019 é de R\$ 98 milhões e, para 2020, de R\$ 49 milhões de reais.

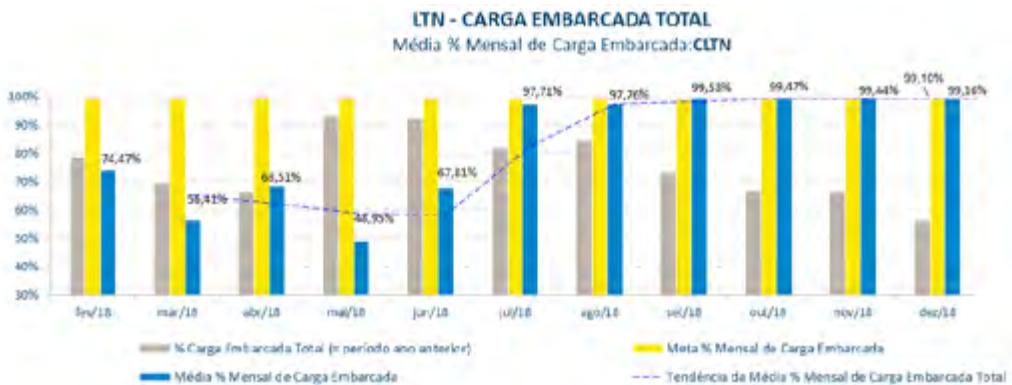
## Encomendas processadas pelas máquinas de triagem:



O resultado da qualidade operacional, apesar de abaixo da meta, refletiu na redução de 14,03% da quantidade de manifestações registradas no sistema Fale Conosco para o ano de 2018 em relação à quantidade registrada em 2017 (redução de aproximadamente 3,349 milhões de ocorrências). Ressalta-se que 90,68% das manifestações referem-se a reclamações de objetos nacionais postados com registro (reclamação nacional).



Outro aspecto que se revelou essencial para a retomada da qualidade operacional foi a adequação da capacidade da malha de transporte à carga total, que proporcionou a eficiência necessária para assegurar o encaminhamento nacional dentro de prazos e níveis de qualidades pactuados com os clientes, conforme pode ser verificado no gráfico abaixo.



Em complemento, foram realizadas ações de otimização da malha e da infraestrutura atual dos Correios. Com o reprocessamento do sistema de distritamento e a implantação da Distribuição Domiciliária Alternada (DDA), em 2018 houve redução de 1832 distritos e de 130 funções de supervisores operacionais, contemplados no processo de remodelagem dos canais de atendimento dos Correios. Esses números equivalem à redução da necessidade de aproximadamente duas mil posições de trabalho (carteiros). O piloto realizado em Maceió demonstrou redução de percurso improdutivo/dia, o que equivale à economia de custos com hora/cartheiro, manutenção do veículo e combustível, bem como aumento da capacidade em 12%, gerando melhoria da qualidade operacional.

Em busca da melhoria contínua no desempenho operacional e da racionalização/otimização de custos, foi implantado um Pro

grama de Excelência Operacional alinhado à Estratégia Correios, denominado Primeira Escolha. Em 2018, houve aplicação de melhorias em 100 processos, sendo 80 operacionais e 20 administrativos.

Sobre a força de trabalho, foi iniciada pela empresa a adequação do efetivo ao modelo operacional vigente, que resultou em 1.751 empregados movimentados.

O Indicador de Satisfação do Cliente (ISC) aproximou-se da meta estabelecida, com 99,24%.

Os Correios alcançaram 78,8% de aprovação em pesquisa de Satisfação e Imagem Institucional realizada em 2018. Nela foram avaliados aspectos referentes à satisfação da população brasileira em relação aos serviços de atendimento e distribuição prestados pelos Correios, bem como a imagem institucional percebida pela população.

Os principais resultados foram: Nível de Eficiência (nota média 7,59); Confiança (87,1% dos entrevistados confiam

nos Correios), Imagem Institucional (78,1%), Satisfação Geral (nota média 8,32).

O Índice de Produtividade (IP) tem por objetivo verificar o resultado médio, em termos financeiros, que cada empregado traz para a empresa. Em 2018, o quadro de empregados teve uma redução de 2,28% em relação a 2017. Entretanto, o IP ficou aquém do esperado devido ao Ebitda sem Pós - Emprego ter ficado abaixo do planejado.

Correlacionado ainda à força de trabalho, a empresa realizou a avaliação das possibilidades da nova legislação trabalhista capazes de contribuir para o aumento de sua competitividade. Sob esse aspecto, foram implantados o teletrabalho e a jornada reduzida de trabalho, assim como estabelecida a extinção do contrato de trabalho por acordo.

Em relação a processos transacionais, foi implantado o Centro de Serviços Compartilhados (CSC), visando à racionalização e à centralização de processos transacionais de tecnologia, gestão

de pessoas, financeiro e administrativo. Como resultado, foram economizados R\$ 292 mil mensais com a extinção de órgãos.

Em 2018, foram iniciadas tratativas para constituição de parceria do tipo joint venture entre Correios, Correios-Par e companhia aérea com o objetivo de aprimorar a operação de transporte e logística.

Em relação ao modelo de atendimento adotado pela empresa, destaca-se a ação de revisão dos canais de atendimento atuais e implantação de novos modelos. Em 2018, foi realizada a etapa de planejamento da implantação dos novos canais e obtida a aprovação do Tribunal de Contas da União (TCU) relativa à implantação de canais modulares.

**6**

| Objetivo estratégico                | Indicador estratégico                                  | Resultado 2017 (c) | Meta 2018 (a) | Resultado 2018 (b) | % de realização da meta (b/a) |
|-------------------------------------|--|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
| Crescer negócios de forma acelerada | Percentual de Variação de Receitas Horizonte 2 - R(H2) | 1,29%              | 20,17%        | 15,57%             | 77,19%                        |
|                                     | Valor de Receitas Horizonte 3 - R(H3) - R\$ Milhões    | 48,36              | 267           | 200                | 74,91%                        |

Entre as ações desenvolvidas, destaca-se o desenvolvimento de soluções logísticas internacionais para a importação e exportação. Um dos serviços desenvolvidos foi o “Compra Fora”, com lançamento oficial definido para 2019.

grada, Soluções Digitais e de Balcão de Atendimento;

Participação no Projeto HubGov, voltado ao desenvolvimento de soluções de negócios inovadores para o setor público ou para a melhoria de processos internos;

Publicação do site temático (landing page) do Governo, que reúne todas as informações relevantes para apresentação dos Correios como parceiro da Administração Pública;

Divulgação da CartaGov, listando, detalhadamente, 39 serviços.

Abrangendo todos os sete Objetivos Estratégicos definidos para a Estratégia Correios, há o Indicador Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos, que visa medir o nível de implantação dos projetos relativos às Iniciativas Estratégicas.

O resultado de 90% alcançado em 2018 evidencia a realização pelos Correios de quase a totalidade do que foi planejado para os projetos estratégicos.

**7**

| Objetivo estratégico       | Indicador estratégico                               | Resultado 2017 (c) | Meta 2018 (a) | Resultado 2018 (b) | % de realização da meta (b/a) |
|----------------------------|---|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
| Diversificar seletivamente | Valor de Receitas Horizonte 3 - R(H3) - R\$ Milhões | 48,36              | 267           | 200                | 74,91%                        |

Alinhados à perspectiva de diversificação, os Correios deram início ao desenvolvimento do processo de inovação e estabelecimento de parcerias com startups e outras instituições privadas. Em 2018, foi efetivada parceria com as instituições de ensino superior Centro Universitário de Brasília (UniCeub) e Universidade de Brasília (UnB) para desenvolvimento de protótipos de produtos e serviços; criado o Laboratório de Inovação e as Células em Recife (PE), Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC) - gerando os seguintes projetos: caixas de coleta inteligente; utilização da capacidade dos veículos na última milha; associação de tecnologia/solução para gestão de imóveis; modelo de negócios para embalagens frágeis e modelagem de curso de inovação.

Os Correios criaram uma estrutura dedicada ao desenvolvimento de soluções customizadas para a Administração Pública. As principais iniciativas foram:

Estruturação de curso básico para os clientes públicos, inclusive voltado à divulgação dos Correios como empresa especializada em prover soluções customizadas de Logística Inte-



| Indicadores Estratégicos                          | Resultado 2017 (c) | Meta 2018 (a) | Resultado 2018 (b) | % de realização da meta (b/a) |
|---|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
| Realizado/Planejado para Projetos Estratégicos(*) | -                  | 100 %         | 90%                | 90%                           |

(\*) Indicador vigente a partir de 2018

Por fim, há os Indicadores de universalização oriundos das metas de universalização e de qualidade dos serviços postais básicos estabelecidos aos Correios pela Portaria Interministerial nº 4.474/2018 e que estão diretamente relacionados ao Desafio Estratégico - Obrigatoriedade de Universalização.

| Obrigatoriedade de Universalização | Indicadores Estratégicos              | Resultado 2017 (c) | Meta 2018 (a) | Resultado 2018 (b) | % de realização da meta (b/a) |
|------------------------------------|---------------------------------------|--------------------|---------------|--------------------|-------------------------------|
|                                    | Universalização do Atendimento - DAPB | 89,91%             | 100 %         | 88,83%             | 88,83%                        |
|                                    | Universalização Distribuição - PDPE   | 89,58%             | 92,94%        | 91,33%             | 98,27%                        |

O indicador Universalização Atendimento (DAPB) mensura o percentual de distritos com população igual ou superior a 500 habitantes com prestação de serviços de atendimento postal (Portaria 6.206/2015).

No decorrer de 2018, ocorreu mudança nas diretrizes estabelecidas para universalização do atendimento, mediante a Portaria 4.474/2018, não sendo mais exigida a meta de atendimento por distritos. O DAPB não foi alterado em 2018 para nova forma de medição.

A partir de 2019 o indicador Universalização Atendimento passa considerar a quantidade adequada de pontos de atendimento, conforme a demanda Padrão de Atendimento Postal (PAP)  $PAP = \frac{\text{Demanda diária}}{432 \text{ minutos}}$ , seguindo as metas determinada pela Portaria 4.474/2018.

O indicador Universalização Distribuição (PDPE) mensura o percentual de distritos atendi-

dos com entrega postal externa, com população igual ou maior do que 500 habitantes. Em dezembro de 2018, o resultado do PDPE foi de 91,33%, representando 8.972 distritos e alcançando 98,27% do esperado para o período.

Evidencia-se, portanto, sob a ótica dos Indicadores Estratégicos, que a empresa obteve expressivo percentual de melhoria na maioria dos Objetivos Estratégicos em relação ao período de 2017. Em relação ao Objetivo 1 (Ser rentável e gerar caixa em Postal e Encomendas), merece destaque o fato do resultado estar sendo fortemente impactado, ao longo dos anos, principalmente pelo declínio do tráfego postal, dentre outros.

# Iniciativas estratégicas

As Iniciativas Estratégicas são um conjunto de ações implementadas pela empresa para alcance de seus Objetivos Estratégicos, das quais oito foram priorizadas. O processo de priorização considerou as avaliações econômico-financeiras, a identificação de riscos e as simulações de cenários potenciais, que alinhadas à cesta de Indicadores Estratégicos e respectivas metas possibilitam o acompanhamento e a mensuração da execução da Estratégia Correios.

\*Valores Aplicados, Resultados e Justificativas para cada iniciativa estratégica, podem ser verificadas no anexo Informações Suplementares, por questões sigilosas.

## Objetivo estratégico

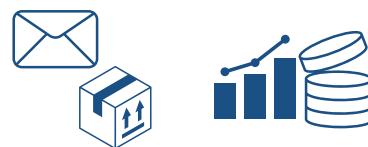


## Iniciativa estratégica

Revisar portfólio de serviços por prazo, preço e região.

## Escopo e impactos

Revisão dos produtos e serviços de encomendas oferecidos à luz da oferta concorrencial e melhoria do desempenho dos produtos atuais.



Revisão tarifária postal  
Adequação da força de trabalho ao novo modelo operacional.

Revisão do modelo de precificação dos produtos monopolísticos para adequação ao mercado.  
Avaliar o potencial de redução de pessoal e alocação da força de trabalho necessária na nova estrutura, reduzindo custos e aumentando produtividade.



Centro de Serviços Compartilhados -CSC

Revisão do modelo de canais de atendimento

Otimização da malha operacional dos Correios

Gestão de desempenho organizacional

Implementar a nova arquitetura tecnológica

Implantação do CSC com a centralização dos processos transacionais de TI, gestão de pessoas, financeiro e administrativos e as atividades transacionais de facilities, engenharia e modelos alternativos, promovendo a redução de custos e otimização de processos.

Revisar e implantar os canais considerando as regras de universalização, custos e produtividade e canais de pré-atendimento, visando redução de custos e adequação à demanda de mercado.

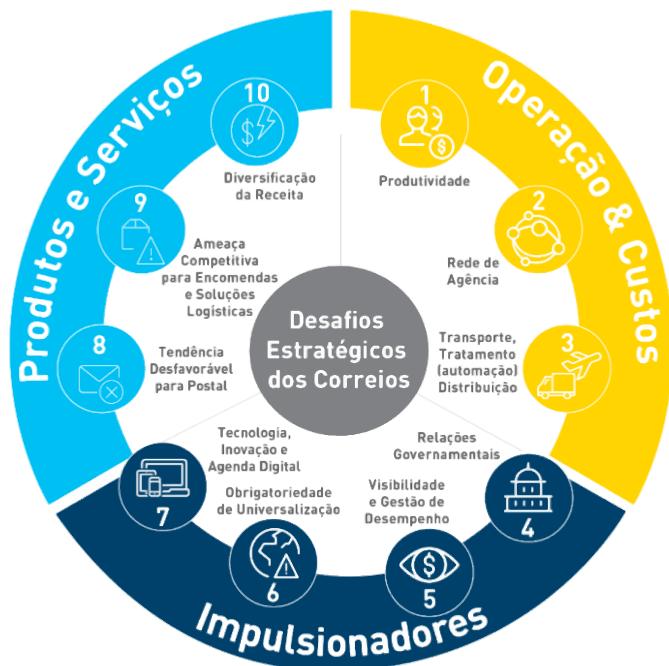
Otimização da malha e da infraestrutura atual, visando aumento da produtividade e redução de custos.

Estruturação da gestão do desempenho organizacional, envolvendo sistemas para melhoria de visibilidade de custos e de receita na tomada de decisão.

Implantação de nova arquitetura de TI alavancando agilidade, integração e controle nos processos tecnológicos, permitindo maior sinergia entre TI e negócios.

# Desafios e incertezas

Foram identificados 10 desafios estratégicos a serem superados pela empresa para o alcance dos Objetivos Estratégicos nos próximos anos (Ciclo 2017/2022), agrupados nos temas: Operação e Custo, Impulsionadores e Produtos e Serviços.



## Desafios de Operação e Custos

1. Produtividade/Custos de Pessoas: impactados, principalmente, pelos acordos sindicais.

2. Rede de Agências: rentabilização das unidades, com modelos flexíveis e alinhados aos mercados.

3. Transporte, Tratamento (automação) e Distribuição: flexibilidade no modelo de contratação do transporte terrestre; automação no tratamento de objetos, entre outros.

## Desafios Impulsionadores

4. Relações Governamentais: potencial de relação comercial com a Administração Pública.

5. Visibilidade e Gestão de Desempenho: custos fixos de operação e pouca visibilidade de margem real por produto.

6. Obrigatoriedade de Universalização: custo de universalização.

7. Tecnologia, Inovação e Agenda Digital: priorização das iniciativas e estratégia digital para o consumidor.

## Desafios de Produtos e Serviços

8. Tendência Desfavorável para Postal: queda do tráfego de mensagens e digitalização dos meios de comunicação.

9. Ameaça Competitiva para Encomendas e Soluções Logísticas: acirramento da concorrência.

10. Diversificação da Receita: processo de aprovação e implementação dos projetos de novos produtos e serviços.

Com a perspectiva de ser o elo entre o Estado e o cidadão, a empresa trabalhou na formatação do Balcão de Atendimento dos Correios, em virtude de o governo federal já estar desenvolvendo um canal único e integrado para prestação de serviços públicos e para a disponibilização de informações aos cidadãos.

O desenvolvimento de serviços centrados no cidadão possibilitará a oferta de novas soluções ao governo, tais como a logística de medicamentos, propostas de balcão de atendimento e, ainda, soluções cria-

tivas e inovadoras para a administração pública, de forma a aumentar a participação nos mercados de saúde, educação e defesa.

Uma outra perspectiva de atuação que merece destaque é a disponibilização de serviços bancários básicos nas agências, por meio de uma plataforma que permita a participação compartilhada de várias instituições financeiras. A proposta do multibanco consiste no desenvolvimento e implantação de novo modelo de negócio para prestação de serviços financeiros tradicionais por meio de múltiplos parceiros.

Com a perspectiva de crescimento, geração de caixa e de buscar um posicionamento competitivo, a empresa vem atualizando o seu modelo de negócio e desenvolvendo novos serviços em virtude do crescimento do mercado digital. Para 2019, pretende-se inovar com o serviço Correios Digital.

Considerando a tendência de crescimento do comércio eletrônico e o fato desse mercado ser o principal impulsionador de negócios, a empresa continuará realizando investimentos para a automação de encomendas e irá, entre outras ações, ampliar a oferta

de soluções digitais para os consumidores e a participação dos serviços internacionais no e-commerce.



# Capítulo 4 – Alocação de Recursos e Eficiência da Gestão

## Gestão orçamentária e financeira

A execução de dispêndios correntes dos Correios em 2018 totalizou R\$18,8 bilhões e representa a economia de R\$ 1,9 bilhão em relação ao valor aprovado no Programa de Dispêndios Globais (PDG). Em comparação à

execução de 2017, apurou-se a redução de despesa de R\$ 1,06 bilhão. A implementação da metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) no processo orçamentário é um dos principais fatores que impactou a redução das despesas.

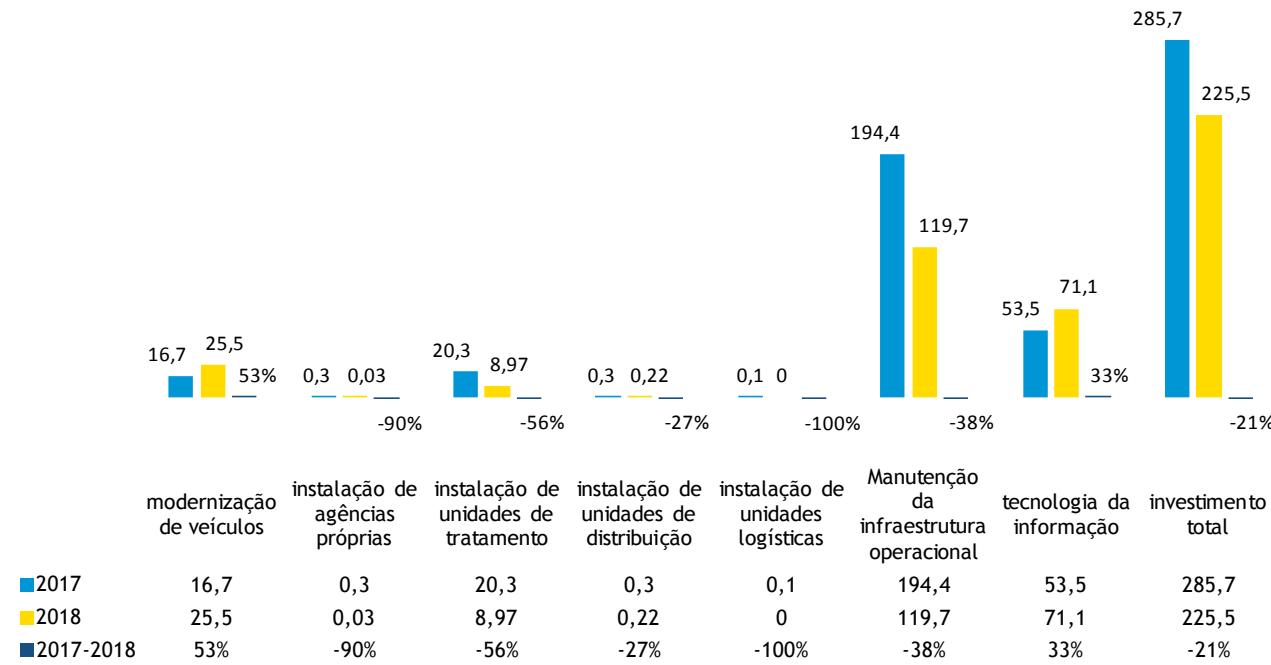
| Evolução Execução das Despesas Correntes |                   |                                 |                       |                   |                                 |   |
|--|-------------------|---------------------------------|-----------------------|-------------------|---------------------------------|---|
| DESPESSAS                                | Orçamento 2017    | Liquidado Acumulado dezembro/17 | Pago                  | Orçamento 2018    | Liquidado Acumulado dezembro/18 | Pago                                    |
|  | (dotação)         | (execução)                      | acumulado dezembro/17 | (dotação)         | (execução)                      | acumulado dezembro/18                   |
| <b>Pessoal e Encargos</b>                | <b>12.644.264</b> | <b>11.675.412</b>               | <b>10.162.085</b>     | <b>11.031.008</b> | <b>10.291.364</b>               | <b>10.089.167</b>                       |
| Materiais e Produtos                     | 270.000           | 215.330                         | 125.114               | 272.893           | 236.983                         | 126.750                                 |
| Serviços de Terceiros                    | 6.098.021         | 5.931.786                       | 6.079.536             | 7.112.699         | 6.293.143                       | 6.832.091                               |
| Utilidades e Serviços                    | 400.000           | 319.730                         | 218.449               | 401.694           | 320.019                         | 220.366                                 |
| Tributos e Encargos Parafiscais          | 811.112           | 772.741                         | 519.809               | 942.153           | 755.083                         | 549.011                                 |
| Encargos Financeiros e Outros            | 176.325           | 173.351                         | 6.764                 | 53.155            | 87.456                          | 604                                     |
| <b>Outros Dispêndios Correntes</b>       | <b>924.925</b>    | <b>823.181</b>                  | <b>740.930</b>        | <b>953.652</b>    | <b>859.006</b>                  | <b>775.042</b>                          |
| <b>TOTAL</b>                             | <b>21.324.646</b> | <b>19.911.531</b>               | <b>17.852.687</b>     | <b>20.767.252</b> | <b>18.843.054</b>               | <b>18.593.030</b><br><i>R\$ milhões</i> |

Entre os grupos de despesas que compõem o PDG, o grupo pessoal e encargos apresentou maior redução comparada a 2017, uma economia total de R\$ 1,3 bilhão, influenciada principalmente pelo Programa de Demissão Incentivada (PDI) e pela implantação da mensalidade e o aumento da co-participação dos empregados no Plano de Saúde - Postal Saúde.

Em relação às despesas de capital, os Correios realizaram investimento no valor de R\$ 225,5 milhões, distribuídos entre ações que integram os programas temáticos e de gestão (ciclo do Plano Plurianual - PPA 2016-2019). Entre os principais investimentos destacam-se a aquisição de máquinas de triagem, veículos e ativos de informática.



## Investimento Correios 2018 (R\$ milhões)



A tendência para 2019 é a continuidade da implementação de medidas que visam à redução das despesas e o aumento dos valores investidos com foco nas aquisições que contribuem para a expansão dos serviços de comunicação e para os conjuntos de ações necessárias ao apoio à gestão e à manutenção da nossa atuação governamental.

## Principais desafios e ações futuras

A metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) implantada nos Correios em 2017 é uma ferramenta de gestão capaz de auxiliar no controle dos custos e despesas da empresa, proporcionando visibilidade dos gastos e da responsabilização, por meio de fóruns de acompanhamento mensal. Assim, a solidificação da Metodologia Orçamento Base Zero (OBZ) no orçamento de custeio e investimento e a disseminação da cultura de redução de custos nos Correios são alguns dos desafios da

empresa para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos.

## Desempenho Financeiro

Apesar de todas as dificuldades do cenário econômico e financeiro do país nos últimos anos e da concorrência cada vez mais acirrada, os resultados foram revertidos e a Empresa saiu de um prejuízo de R\$ 1,5 bilhão em 2016 para um lucro de R\$ 667 milhões em 2017 e de 161 milhões em 2018, com expectativa de retomada do crescimento por meio de uma gestão madura e comprometida com os resultados.

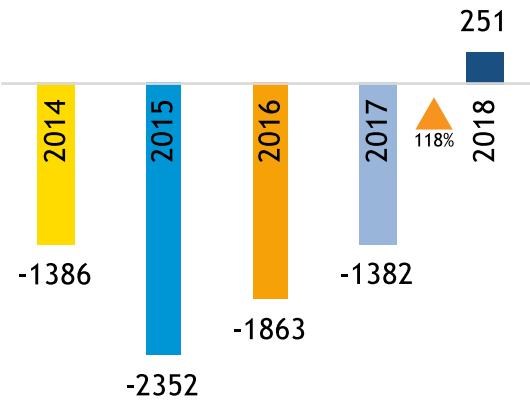
Esses resultados são frutos das medidas realizadas ao longo de 2017 e 2018, como por exemplo, a melhoria da eficiência operacional e o aumento de receitas, especialmente, o segmento de Encomendas com crescimento de 20,4% em 2018, bem como a redução de despesas com pessoal.

Em 2018 os Correios atingiram lucro líquido de R\$ 161 milhões, uma redução de 75% em relação ao mesmo período de 2017, ano impactado, principalmente, pela reversão de provisão atuarial do benefício pós-emprego saúde no valor de R\$2,9 bilhões e relacionado à decisão do TST sobre o

custeio do plano de saúde dos empregados e dependentes, evento extraordinário que aumentou o lucro do exercício de 2017.

O resultado operacional recorrente, sem o impacto da reversão de provisão atuarial do benefício pós-emprego saúde, da imunidade tributária e do incentivo financeiro diferido do Plano de Demissão Incentivada/PDI, alcançou em 2018 um resultado positivo de R\$ 251 milhões, evolução de 117,9% em 12 meses, após 4 anos de resultados negativos.

## Resultado Operacional



Destaca-se que, durante o exercício de 2018, o Patrimônio Líquido que estava negativo (Passivo a Descoberto) até abril, foi revertido para um PL positivo de R\$ 255 milhões em 31/12/18, que representa uma melhora de R\$ 95 milhões comparado com 2017.

| Descrição   | 2018  | 2017    |
|---|-------|---------|
| <i>Resultado Líquido do Período</i>                 | 161   | 667     |
| <i>Depreciação e Amortização</i>                    | 304   | 323     |
| <i>Imposto de Renda e Contribuição Social</i>       | 145   | 10      |
| <i>Despesas e Receitas Financeiras</i>              | (277) | 71      |
| <b>EBITDA</b>                                       | 333   | 1.071   |
| <i>Pós-emprego previdência - BD</i>                 | (1)   | (78)    |
| <i>Superávit - PostalPrev</i>                       | (89)  | (91)    |
| <i>Pós-emprego saúde</i>                            | 145   | 618     |
| <i>Reversão do custo do serviço passado - saúde</i> | -     | (2.903) |
| <i>IFD</i>  | 232   | 993     |
| <b>EBITDA AJUSTADO</b>                              | 620   | (390)   |

R\$ milhões

## Gestão de pessoas

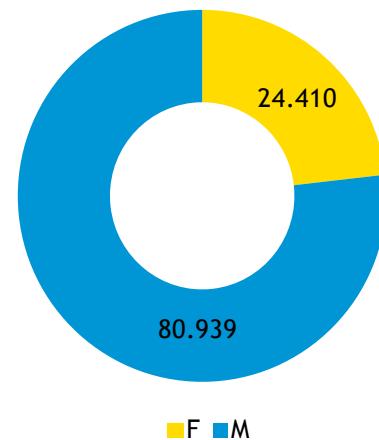
No exercício de 2018, com o objetivo de promover ações que viabilizassem a sustentabilidade da empresa, bem como prestar o suporte necessário às demandas das áreas negociais, a área de gestão estratégica de pessoas teve, entre suas principais linhas de ação, o desenvolvimento de políticas de redução dos custos e melhoria do bem estar da força de trabalho, além da adequação do efetivo da empresa, o que contribuiu para a otimização de recursos e resultados, fortalecendo o posicionamento dos Correios no mercado.

Entre essas ações, destacam-se a iniciativa de adequação da Força de Trabalho, e a implantação da jornada de trabalho reduzida, do Plano

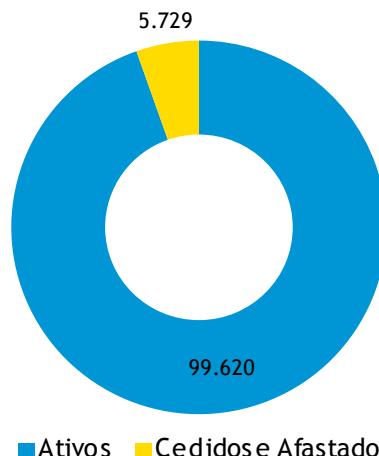
de Desligamento Incentivado e da modalidade de teletrabalho, entre outras.

Somos 105.349 empregados, sendo:

### Gênero

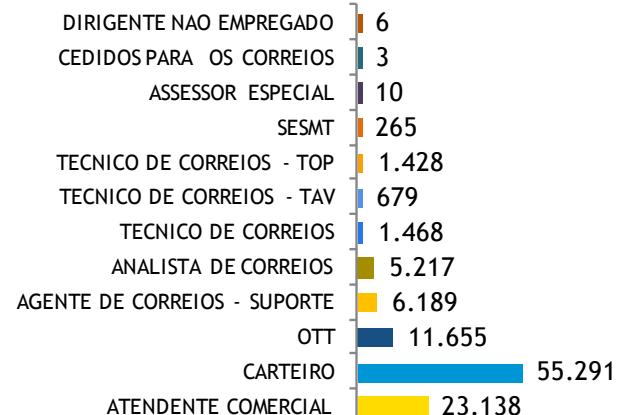


### Situação Funcional

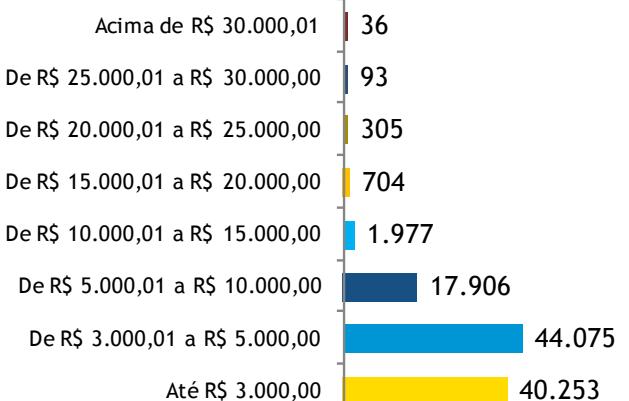


## Principais números dos Correios – Pessoas

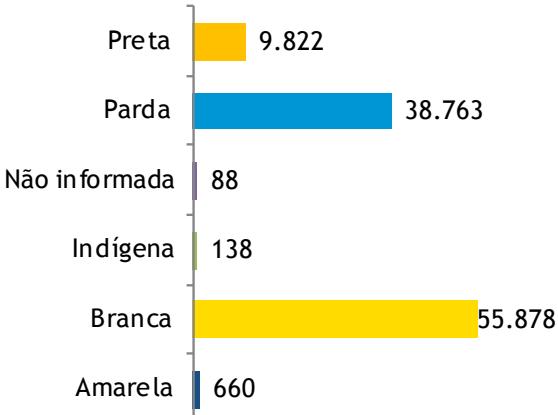
### Carreira



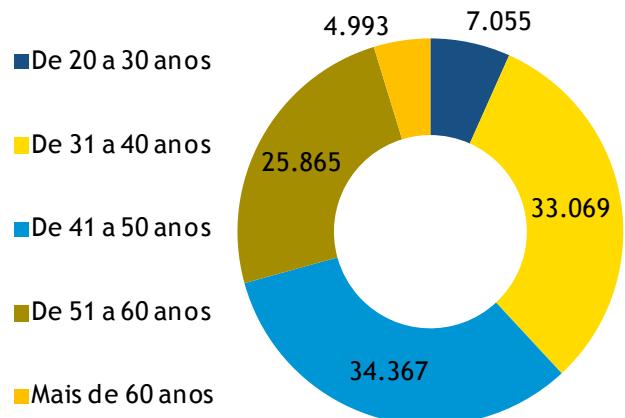
### Faixa Salarial



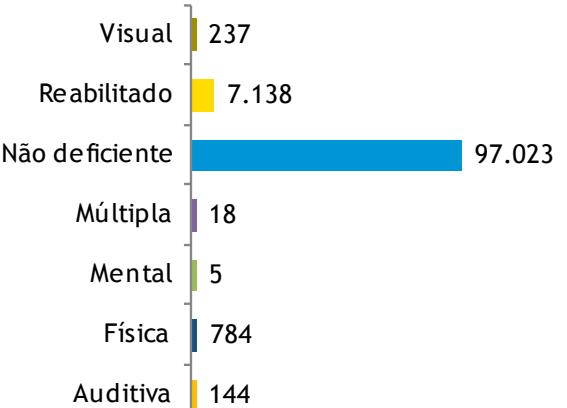
### Etnia



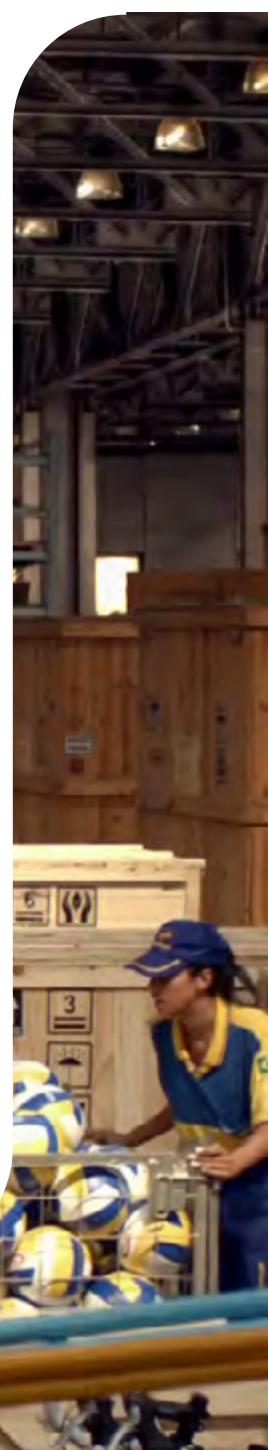
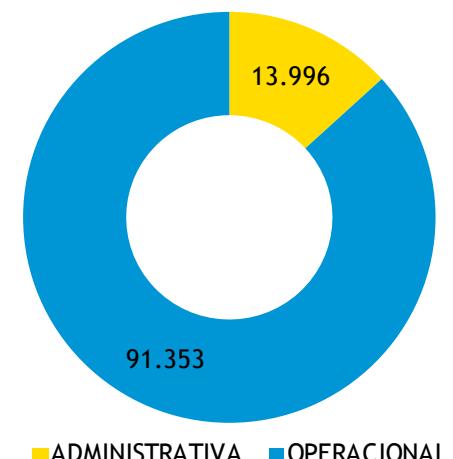
### Faixa Etária



### Deficiência



### Área de trabalho



## Processos Seletivos Externos:

Os processos seletivos externos da empresa são orientados pela diretriz de “Prover vagas em aberto, selecionando no mercado profissionais que atendam ao perfil profissional desejado pela empresa, em conformidade com a legislação e normativos internos vigentes”.

- SESMT - Para atender à Norma Regulamentadora Nº 4, que dispõe sobre o dimensionamento dos Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), em fevereiro de 2018 ocorreu a homologação do Concurso Público Nº 001/2017 para cargos do SESMT. O concurso possibilitou a contratação de 117 empregados, até dezembro de 2018, para suprir o déficit no quadro desses profissionais nos Correios;
- COAUD - Em cumprimento à Lei 13.303/2016 e ao Decreto 8.945/2016, amparada pelo Estatuto dos Correios, foi realizada a seleção de três membros do Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD), o qual foi definitivamente constituído em 28/06/2018;
- Jovem Aprendiz - Desenvolvido em consonância com a Lei de Aprendizagem, o Programa Jovem Aprendiz tem por objetivo oferecer

capacitação técnico-profissional aos jovens participantes. O processo seletivo é realizado por meio de edital aberto a jovens entre 14 e 22 anos. Em 2018, foi realizada a Seleção Pública Nº 31/218, com a oferta de cinco mil vagas, efetivando a contratação de 1363 jovens.

## Processos Seletivos Internos:

Os processos seletivos internos são orientados pela diretriz de “Prover vaga em aberto recrutando e selecionando entre os empregados aquele que melhor atende ao perfil profissional definido pela empresa, observando os normativos internos vigentes”.

Para garantir maior celeridade e qualidade de entrega às demandas de pessoal das áreas de negócio, foram introduzidas nos processos de seleção interna a inscrição on-line de candidatos e a aplicação de provas na modalidade on-line, com a utilização dos smartphones corporativos.

## Capacitação

Foram realizadas mais de 3,5 milhões de horas de treinamento, totalizando, em 2018, uma média de 34 horas de treinamento por empregado. Como estratégia para racionalizar os recursos e capacitar os empregados distribuídos em todo o territó-

rio nacional, tem-se investido em Educação à Distância (EaD) e Treinamentos no Local de Trabalho (TLT). Em 2018, as participações na modalidade EaD aumentaram 10% em relação a 2017, como mostra o quadro a seguir, que apresenta os números gerais das ações de educação. Destaca-se, também, o aumento de 20% na quantidade de empregados que participaram de ações de capacitação em relação ao exercício anterior.

| Ações de Educação Corporativa             | 2018      |
|---|-----------|
| Horas em treinamento                      | 3.566.104 |
| Recursos em treinamento (R\$ milhões)     | 4,1       |
| Bolsas de estudos (qtd)                   | 3.515     |
| Empregados capacitados (qtd)              | 102.449   |
| Ações presenciais (número de ações)       | 1238      |
| Cursos EaD (número de cursos)             | 124       |
| Cursos EaD (participações)                | 143.007   |
| Média Anual (horas treinamento empregado) | 34,81     |

## Detalhamento da despesa de pessoal: justificativa para o aumento/diminuição

Dentre as diversas iniciativas voltadas à redução dos custos com pessoal em 2018, destacam-se a implantação do Plano de Demissão Incentivada e a revisão do custeio do Plano de Saúde, que passou a contar com o pagamento de mensalidade e de co-participação de até 30% do valor dos custos assistenciais.

| Rubricas                            | 2016          | 2017          | 2018          |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Dispêndios de pessoal               | 6.267         | 7.124         | 6.160         |
| Ordenados e Salários                | 2.767         | 2.864         | 2.655         |
| Décimo Terceiro Salário             | 459           | 433           | 431           |
| Férias                              | 935           | 846           | 862           |
| Gratificações                       | 628           | 544           | 533           |
| Jornada Extraordinária Gerenciável  | 1.381         | 1.425         | 1.428         |
| Abono                               | 0             | 0             | 0             |
| Indenizações Trabalhistas           | 74            | 996           | 236           |
| Diárias                             | 11            | 7             | 7             |
| Outras                              | 11            | 8             | 8             |
| Benefícios                          | 1.738         | 1.709         | 1.726         |
| Vale Ref./Alimentação/Cesta         | 1.567         | 1.551         | 1.568         |
| Vale Transporte                     | 75            | 68            | 74            |
| Auxílio Creche                      | 38            | 39            | 38            |
| Treinamento                         | 8             | 5             | 2             |
| Cartão Vale Cultura                 | 50            | 46            | 44            |
| Outros Benefícios                   | (0)           | (0)           | (0)           |
| Indenizações Trabalhistas           | 74            | 996           | 236           |
| Diárias                             | 11            | 7             | 7             |
| Outras                              | 11            | 8             | 8             |
| Despesas de saúde                   | 1.741         | 1.774         | 1.491         |
| Serviço Médico                      | 5             | 11            | 18            |
| Postal Saúde/ Aposent./ Pós-Emprego | 1.735         | 1.763         | 1.473         |
| Encargos                            | 2.607         | 2.729         | 2.536         |
| Previdência Social                  | 1.603         | 1.662         | 1.502         |
| FGTS                                | 476           | 474           | 454           |
| Postalis / Pós-Emprego              | 379           | 447           | 436           |
| Salário Educação                    | 136           | 134           | 132           |
| Outros Encargos                     | 12            | 12            | 11            |
| Outras despesas operacionais        | 1.208         | (2.364)       | 143           |
| Provisão Pós-Emprego Prev./Postalis | 149           | (79)          | (2)           |
| Provisão Pós-Emprego Saúde          | 1.059         | (2.285)       | 145           |
| <b>Total</b>                        | <b>13.559</b> | <b>10.972</b> | <b>12.057</b> |

Obs: Em 2017 houve a reversão de 2,9 bilhões (valor Nominal) na conta de Provisão de Pós-Emprego Saúde devido à Decisão do TST de mudança no custeio do Plano de Saúde dos Correios.

## Tabela de Remuneração

A empresa dispõe de duas tabelas salariais:

Tabela 1: Para os cargos da Carreira de Nível Médio, Auxiliar de Enfermagem do Trabalho e Técnico de Segurança do Trabalho. É composta por 90 referências salariais, denominadas “NM”;

Tabela 2: Para cargos da Carreira de Nível Superior, Analista de Saúde, Médico do Trabalho, Enfermeiro do Trabalho e Engenheiro de Segurança do Trabalho. É composta por 60 referências, denominadas “NS”.

A progressão, em ambas as tabelas salariais é feita por meio das Promoções por Antiguidade e Mérito. O último reajuste de valores ocorreu em agosto de 2018, decorrente do Acordo Coletivo de Trabalho 2018-2019.

## Progressão Funcional

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS/2008) prevê a aplicação anual de Promoções Horizontais por Antiguidade e por Mérito.

As promoções (vertical e horizontal) limitam-se ao percentual de 1% da folha salarial, definido pelos órgãos de controle, de acordo com disposições contidas na Consolidação das Leis do Trabalho e demais normativos. Entre outros critérios, para serem consideradas elegíveis à promoção, é necessário atingir o desempenho mínimo exigido na avaliação de desempenho, que é uma das ferramentas do Gerenciamento de Competências e Resultados adotada pelos Correios.

## Detalhes sobre a Igualdade de Oportunidades

Os Correios vêm intensificando ações de sensibilização e reflexão para proporcionar um ambiente socioprofissional saudável, inclusivo, equilibrado, justo e seguro a toda a força de trabalho, visando, consequentemente, gerar reflexos positivos no desempenho da empresa no mercado. Para isso, em 2018 foram desenvolvidas diversas ações - inseridas no programa corporativo Diversidade, Inclusão e Direitos Humanos -, que abrange 5 eixos temáticos (Equidade de Gênero, Cultura de Paz e Não-Violência, Diversidade e Direitos Humanos; Igualdade Étnico-Racial e Inclusão da Pessoa com Deficiência).

Quer seja na sociedade, quer seja no ambiente empresarial, mecanismos para inibir e/ou erradicar discriminações por motivos de sexo, idade, religião, deficiência, raça e outros podem ser estabelecidos como impulsionadores de igualdade de oportunidades.

### Informações Complementares em 2018

Empregados autodeclarados negros (pretos/pardos) - 46% do efetivo

Mulheres - 24% da força de trabalho.

Funções gerenciais - 42% ocupadas por empregados autodeclarados pretos e pardos - negros; 28% ocupadas por mulheres.

As mulheres autodeclaradas pretas ou pardas ocupam 10% do total das funções gerenciais, sendo 9,24% da força de trabalho.

55.192 participações (efetivo próprio) nas ações de educação e atividades de sensibilização voltadas à diversidade, inclusão, direitos humanos e ética e 640 participações do efetivo de agências franqueadas (rede de relacionamento).

13.072 participações nas atividades de sensibilização e conscientização sobre saúde da mulher.

4.444 participações na Semana de Reflexão Sobre Violência no Trabalho com o tema Comunicação não-violenta e Prevenção à violência do trabalho.

234 denúncias envolvendo situações de assédio, discriminação e conflito, entre as quais, 150 tiveram tratamento por comitê multiprofissional ou pela área de relações do trabalho e 84 estão em tratamento.

15 programas inéditos de rádio e TV, com

reprises uma vez na semana em três horários diferentes, foram veiculados na Rádio Correios. Na programação, entrevistas sobre liderança feminina, igualdade racial, inclusão de pessoas com deficiência e outros temas de diversidade, inclusão e direitos humanos.

A empresa ainda realizou, corporativamente, três grandes campanhas de comunicação abordando assuntos relativos à cultura de paz, respeito às diferenças e valorização da diversidade humana.

### Principais desafios e ações futuras

Entre os principais desafios da área de gestão estratégica de pessoas dos Correios para 2019 estão a priorização das relações do trabalho, da gestão do absenteísmo, da implementação do novo modelo do plano de carreiras, da otimização da força de trabalho e do fortalecimento da educação corporativa.

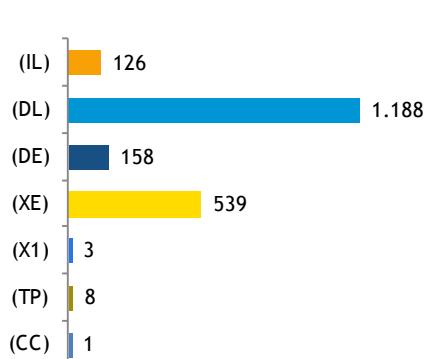
## Gestão de licitação e contratos

Durante o ano de 2018, foram realizadas 2.023 contratações envolvendo R\$ 3.365.760,00. A participação das contratações diretas (Dispensa de Licitação e Inexigibilidade) no total de contratações dos Correios representou 73% da quantidade de processos realizados e de 17% quando se leva em conta o valor total.

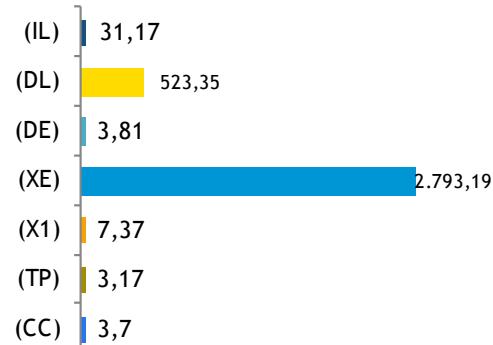
| Números de contratações por tipo de enquadramento |                  |       |          |
|---|------------------|-------|----------|
| Tipo Modalidade                                   | Sigla Modalidade | Qtde  | Valor    |
| Concorrência                                      | CC               | 1     | 3,7      |
| Tomada de Preço                                   | TP               | 8     | 3,17     |
| Pregão Presencial                                 | X1               | 3     | 7,37     |
| Pregão Eletrônico                                 | XE               | 539   | 2.793,19 |
| Dispensa de Licitação Eletrônica                  | DE               | 158   | 3,81     |
| Dispensa de Licitação                             | DL               | 1.188 | 523,35   |
| Inexigibilidade                                   | IL               | 126   | 31,17    |
| Total Geral                                       |                  | 2.023 | 3.365,76 |

(em R\$ milhões)

**Contratações - 2018 - Quantidade**



**Contratações - 2018 - Valor (R\$ milhões)**



## Contratações mais relevantes

| Objetivo estratégico  | Contratações   | Justificativa  | Valor   | Principais desafios e ações futuras  |
|---|--|--|---|--|
|    | <p>Furgão com capacidade nominal de carga útil de 600 kg</p> <p>Furgão com capacidade nominal de carga útil de 1.500 kg</p>  | <p>Atender às demandas de novos serviços e/ou expansão dos serviços postais, sobretudo dos segmentos de Mensagem, Encomendas e Malotes.</p> <p>Substituir veículos com vida útil econômica esgotada.</p>   | 108.956.541,88<br>88.061.173,34   | <p>Os Correios buscam o aprimoramento da área de compras com a adoção da metodologia de gestão de compras estratégicas (Strategic Sourcing), que modificará o perfil transacional atual para estratégico. Para isso, é necessária a capacitação dos empregados na metodologia e foco na redução do custo total.</p> <p>O aprimoramento do planejamento e do monitoramento das contratações permitirá maior agilidade e padronização dos processos. O Plano de Gerenciamento das Contratações (PGCON) é o instrumento que proporciona às unidades da empresa a organização dos processos para maior eficiência do acompanhamento das necessidades de compras. Ao mesmo tempo, permite a adequação da capacidade da área de contratação e o equilíbrio da carga de trabalho.</p> |
|    | <p>Transporte rodoviário de carga postal (Salvador)</p> <p>Transporte rodoviário de cargas postal (Rio de Janeiro/São Paulo)</p> <p>Transporte rodoviário de cargas postal (Brasília)</p> <p>Transporte rodoviário de cargas postal (SP/Porto Alegre)</p> <p>Transporte rodoviário de cargas postal (SP/BH)</p> <p>Transporte rodoviário (Indaiatuba)</p> <p>Rede Postal Noturna - RPN (linha Salvador/São Paulo/Rio de Janeiro/Salvador)</p> <p>Transporte rodoviário de cargas postal (Minas Gerais)</p> | <p>Substituir as linhas de Salvador e ajustar a capacidade de transporte à demanda atual.</p> <p>Substituir as linhas do grupo RJ/SP e ajustar a capacidade à demanda atual.</p> <p>Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual</p> <p>Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual.</p> <p>Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual.</p> <p>Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual.</p> <p>Manutenção de recurso de transporte aéreo para suprir o encaminhamento para mercados priorizados pela área comercial.</p> <p>Substituir e ajustar a capacidade à demanda atual.</p> | 160.465.561,55<br>107.400.089,30<br>106.681.273,96<br>82.863.817,35<br>70.603.347,47<br>69.987.036,03<br>60.500.884,76<br>56.092.593,94 |  |
|  | Prestação de serviço de Mão de Obra Temporária (MOT) para São Paulo Interior   | Suprir demandas sazonais de carteiros e manter a qualidade da capacidade produtiva e do serviço prestado.  | 82.108.333,76   |  |
|  | Contratação de empresa prestadora de serviço de alimentação coletiva.  | Possibilitar o fornecimento de vale-alimentação, vale-refeição e vale-cesta aos empregados.  | 291.334.874,80  |  |
|   |  |  |   |  |
|   |  |  |   |  |
|   |  |  |   |  |
|   |  |  |   |  |

Será aumentada a carteira de documentos padronizados,

para que as unidades centralizadoras possam atuar de forma otimizada. A centralização dos processos de contratação, com a implantação de Centros de Serviços Compartilhados (CSCs), promove a necessidade constante da padronização e da racionalização dos processos de contratação.

A gestão de suprimentos de itens estocáveis contribui para a manutenção do fornecimento de materiais e produtos para unidades próprias e franqueadas. O limite orçamentário aprovado para o exercício é um desafio que promoverá a necessidade de revisão das priorizações das demandas em conjunto com as áreas clientes.

## Gestão patrimonial e infraestrutura

A infraestrutura predial é composta por mais de 8.390 edificações (próprias e alugadas), com aproximadamente 3,5 milhões de metros quadrados de área construída, que é utilizada por suas unidades de atendimento, operacionais e de suporte administrativo. Vale ressaltar que uma mesma edificação pode contemplar mais de uma unidade, funcionando no mesmo edifício unidade administrativa, operacional e

de atendimento, por exemplo.

Um aspecto importante a destacar quanto à infraestrutura predial destinada às unidades de atendimento dos Correios é o investimento em adaptações básicas de acessibilidade na sua rede de agências próprias e franqueadas. Das unidades próprias, 3.620 (57%) possuem acesso em nível ou por meio de rampas; 2.316 (36,5%) dispõem de piso tátil no hall público e 5.928 (93%) possuem módulo/balcão acessível para o atendimento de usuários de cadeira de rodas. A totalidade das agências de Correios franqueadas contempla os itens de acessibilidade. Na rede de agências próprias, em 2018, foram adaptadas ergonomicamente 75 agências.

### Principais investimentos em infraestrutura e equipamentos

Em 2018, foram investidos R\$ 23,1 milhões em contratações de obras e serviços de engenharia, em adequação ergonômica, nas adaptações de acessibilidade e na melhoria da infraestrutura predial, propiciando a melhoria da qualidade e da produtividade operacional dos serviços prestados pelos Correios, além de conforto e segurança aos seus clientes e empregados.

## Locações de imóveis e equipamentos

| Despesas de Escritório                | Valor (R\$)    |
|---------------------------------------|----------------|
| Imóveis - Pessoa Jurídica             | 216.116.618,00 |
| Imóveis - Pessoa Física               | 148.226.546,00 |
| Aluguéis Reunião / Treinamento        | 0              |
| Outras Despesas com Aluguéis          | 83.508,00      |
| Condomínio - Pessoa Jurídica          | 15.742.195,00  |
| Condomínio - Pessoa Física            | 16.007,00      |
| IPTU                                  | 4.669.519,00   |
| Equipamentos de Movimentação de Carga | 14.658.162,62  |
| Outros Equipamentos                   | 2.571.845,30   |
| Total                                 | 402.084.400,92 |

Em razão da importância do segmento de gestão da carteira imobiliária na condução das atividades de alguns órgãos e no apoio para as análises estratégicas da empresa, ferramentas foram implementadas:

- **Política e Diretrizes Imobiliárias (janeiro de 2017):** visa alinhar e dar direcionamento às ações voltadas à gestão imobiliária;

- **Análise comparativa entre negócios imobiliários (dezembro de 2017):** método de análise de viabilidade econômico-financeira, o qual, por meio do Valor Pre-

sente Líquido (VPL), disponibiliza mais um importante insumo para apoio à tomada de decisão de qual modelo de negócio aplicar a demanda apresentada:

- Com transmissão de propriedade: Compra, Venda, Permuta e Sale & Leaseback (venda vinculada à locação);

- Sem transmissão de propriedade: Locação, Parceria Público Privada, Concessão, Turn Key (empreitada integral) e Built to Suit (locação de imóvel com infraestrutura sob medida).

- **Sistema de Gestão da Carteira Imobiliária dos Correios (GCIC), versão corporativa (dezembro de 2018):** objetiva viabilizar a gestão da carteira imobiliária, proporcionando, tanto para o gestor do processo quanto para o cliente e tomador de decisão, a obtenção de informações tempestivas e confiáveis.

## Principais desafios e ações futuras

Um dos principais desafios para a gestão de patrimônio e infraestrutura dos Correios é analisar e iniciar o processo de

exclusão de 15 imóveis aptos a alienar e de grande vulto, como por exemplo, o edifício-sede de Salvador, no valor inicial de R\$ 248 milhões, com previsão de ocorrer ainda no primeiro semestre de 2019.

## Gestão da Tecnologia da Informação

A gestão da Tecnologia da Informação nos Correios, em 2018, objetivou formular, implementar e supervisionar ações de tecnologia, bem como prover os serviços de TI, alinhada à estratégia da empresa, buscando promover a governança de TI, traduzindo a estratégia em demandas de tecnologia para suportar novas funcionalidades requeridas pelo negócio, aportando novas soluções tecnológicas na empresa.

Faz parte da Gestão da Tecnologia da Informação dos Correios o Comitê Estratégico de TIC (COETI), coordenado pela presidência da empresa.

Também dão suporte à gestão de TI a infraestrutura instalada de tecnologia de informação aos sistemas desenvolvidos, mantidos, estruturados e planejados,

gerindo processos e coordenando recursos referentes às atividades transacionais, nos serviços de: suporte, manutenção, operação, produção, banco de dados, aplicações, segurança da informação, conectividade, serviços de rede, microinformática e telefonia, cumprindo os acordos de níveis de serviço estabelecidos.

## Modelo de governança de TI

A governança de TI dos Correios é feita por meio dos indicadores e metas estabelecidas por ocasião das ações estratégicas e táticas definidas no Plano Estratégico de TI (PETI) e no Plano Diretor de TI (PDTI).

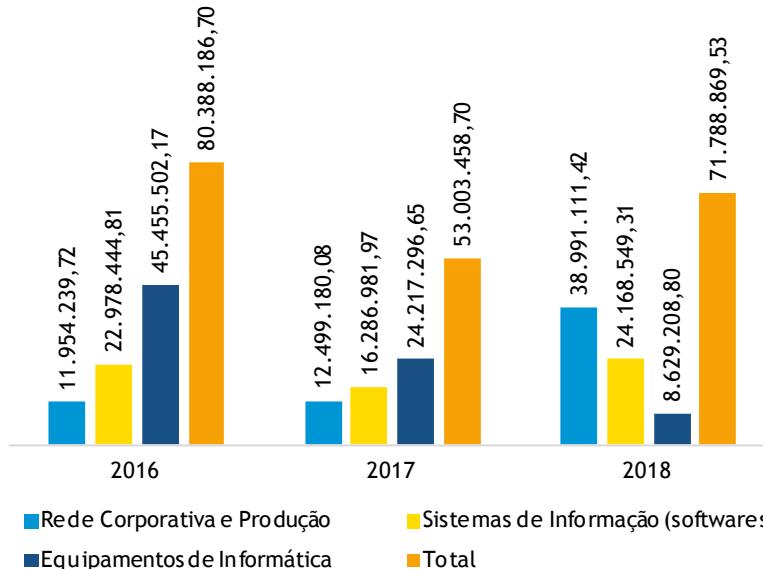
O PETI desdobrado e alinhado à Estratégia Correios é o instrumento que traduz a estratégia da TI, enquanto o PDTI, de cunho tático, desdobrado do PETI, visa dar efetividade ao planejamento estratégico da TI. Elaborados com base nas regulamentações governamentais, como o Guia de Elaboração do PDTI do SISP, COBIT e ISO IEC 38500, os planos PETI 2018/2019 e PDTI 2018 atendem à resolução CGPAR nº 11/2016 e foram aprovados no COETI.

Entre os principais objetivos, indicadores e metas em 2018, podem ser citados:

| Objetivo   | Indicador  | Meta | Alcançado |
|--|--|------|-----------|
| Garantir a disponibilidade e a continuidade de serviços e a capacidade dos recursos de TI que suportam o negócio | Índice de Disponibilidade de Sistemas Prioritários | 98%  | 99,34%    |
| Implementar soluções digitais para o negócio   | Índice de Disponibilidade da Rede Corporativa      | 98%  | 98,72%    |
|  | Quantidade de soluções digitais implementadas.     | 03   | 03        |

### Montante de recursos aplicados em TI

#### Montante de recursos aplicados em TI



### Contratações mais relevantes de TI (acima de R\$ 2 milhões).

| Despesas de Escritório   | Valor         |
|--|---------------|
| Rede: Swtiches Microponte - Ciclo 2015                                   | 4.313.846,14  |
| Telefonia: IPBX - 24 Estados   | 10.992.978,09 |
| Produção: Aquisição de Unidades de Armazenamento de Dados (STORAGE)      | 23.684.287,19 |
| Produção: Direito de Atualização Produtos Oracle                         | 4.240.240,18  |
| Sistema: Direito de Atualização JDEdwards                                | 3.267.390,40  |
| Sistema: Software de automação da Gestão Fiscal e Tributária             | 5.937.460,37  |
| Produção: Aquisição de Software de Gerenciamento de Banco de Dados SGBDs | 5.751.125,33  |
| Produção: Aquisição de Software de Gerenciamento de Banco de Dados SGBDs | 2.054.791,31  |
| Microinformática: Estações Móveis - Projeto Mobilidade                   | 2.551.367,60  |
| Microinformática: Impressora Cupom                                       | 2.386.496,24  |
| Microinformática: Impressora Termica de Etiquetas Tipo 4                 | 2.482.748,01  |
|  | 67.662.730,86 |

## LOGÍSTICA REVERSA



## Principais iniciativas e resultados na área de TI

De acordo com os processos finalísticos e de suporte da Cadeia de Valor dos Correios, os Correios desenvolveram e implantaram as iniciativas descritas abaixo:

| Cadeia de Valor         | Objetivo Estratégico | Principais sistemas na área de TI   | Principais Resultados (Benefícios e Impactos)   |
|-------------------------|----------------------|---|---|
| Interação com o Cliente | 5                    | Aplicativo Pré-Atendimento para agilizar a postagem de encomendas nacionais.  | Redução do tempo de atendimento presencial nas agências dos Correios.   |
|                         | 3                    | Aplicativo Correios Celular que permite ao cliente realizar recarga, portabilidade da linha, consultar saldo, além de obter histórico de recarga, de consumo de dados, de voz e de SMS. | Novo canal de interação com o cliente em conformidade com a transformação digital dos Correios.   |
|                         | 3                    | Nova consulta ao Sistema de Rastreamento de Objetos (SRO).  | Melhoria no sistema que permite realizar o rastreamento dos objetos postados pelo CPF do cliente.   |
|                         | 3                    | Entrega Interativa, durante o fluxo postal do objeto, disponível para os grandes clientes do comércio eletrônico.   | Satisfação do cliente ao interagir com os Correios para solicitar a devolução do objeto quando perceber que o destinatário descumpriu o acordo firmado.                 |
|                         | 3                    | Lançamento do Novo Portal dos Correios, um projeto visual mais moderno, amigável e interativo.  | Melhoria deste canal de interação com foco nos negócios oferecidos e mais adequado à nova realidade institucional da Empresa.   |
|                         | 1,2 e 6              | Sistema de Prospecção de Negócios PRONEG, que visa implantar novas regras de prospecção da área comercial.  | Padronização do novo modelo de atuação da força de vendas, além de oferecer atendimento comercial por meio do site.   |
|                         | 3 e 6                | Implantação do Correios Fácil, sistema em ambiente web que disponibiliza uma nova modalidade de contratação dos serviços de Encomendas a Faturar dos Correios, com assinatura digital.  | Ferramenta que dispensa a obrigatoriedade de atendimento presencial e permite a eliminação do trâmite de documentos físicos.  |
| Estratégia e Desempenho | 4 e 5                | Sistema de Acordo de Nível de Serviço - Encomenda (SLA-E), com o objetivo de simular os dados históricos de objetos de clientes pré-definidos de acordo com o SLA.                      | Diminuição de custos e melhoria na qualidade operacional dos Correios.  |
| Operação                | 4                    | Aplicativo Proter Mobile e sistema de interface com a máquina de triagem com a finalidade de fortalecer controles e diminuir a evasão de receitas, permitindo a retarifação de objetos. | Recuperação de receita.   |
|                         | 5                    | Aplicativo LDI para modernizar a operação de distribuição de livros didáticos para o FNDE.  | Melhoria na conferência dos livros entregues com mais assertividade e tempestividade para as escolas da rede pública, otimizando o controle dos processos operacionais. |

| Cadeia de Valor         | Objetivo Estratégico | Principais projetos na área de TI   | Principais Resultados (Benefícios e Impactos)   |
|-------------------------|----------------------|---|---|
| Interação com o Cliente | 3                    | Desenvolvimento do AR Eletrônico que consiste na modernização do serviço adicional de Aviso de Recebimento - AR convencional e digitalizado.  | Projeto alinhado com a sustentabilidade, pois eliminará o documento físico do AR além de disponibilizar a imagem digital do documento em tempo real.  |
| Estratégia e Desempenho | 4 e 5                | Monitoramento de itens postais com tecnologia Radio - Frequency Identification (RFID)   | Aprimoramento da gestão do fluxo postal por meio do controle involuntário dos objetos com a utilização da tecnologia de radiofrequência que oportuniza a diminuição de extravios e o refinamento das informações de rastreio. |
| Operação                | 2 e 4                | Implantação de solução de tecnologia para a universalização da cobrança dos serviços do Despacho Postal, cujo objetivo é a cobertura dos custos operacionais envolvidos nas atividades de suporte à Receita Federal do Brasil, realizadas pelos Correios. | Incremento de receita.  |
| Gestão Corporativa      | 5                    | Projeto de atualização e migração da Solução de Gestão Integrada - ERP.   | Agilidade para os processos, permitindo a emissão de nota fiscal eletrônica por meio do Software de Gestão Fiscal e Tributária.   |
|                         |                      | Sistema de solução fiscal e tributária  | Cumprimento da geração de obrigações acessórias e cálculos fiscais e tributários para as operações que permeiam as áreas de negócio dos Correios.   |

Visando mitigar uma eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas, os Correios determinaram a inclusão de cláusulas contratuais específicas para facilitar a transferência ou mesmo a retomada do controle do sistema pela contratante. Entre elas:

- Todo o serviço demandado à contratada é acompanhado por um gestor técnico dos Correios;
- Ao término da prestação do serviço de desenvolvimento/manutenção de sistemas, a contratada deve realizar uma “transferência do conhecimento”, que consiste em repassar todo o conhecimento adquirido e produzido para os técnicos da contratante;
- As contratadas devem usar os processos de sof-

tware e tecnologias definidos pelo contratante; • Com relação ao serviço de contratação de suporte técnico dos softwares de prateleira, é exigida a capacitação técnica e funcional da equipe dos Correios, bem como o fornecimento de documentação técnica detalhada do produto.

## Segurança da informação

A Gestão da Segurança da Informação de TI tem por objetivo fornecer diretrizes e orientações para a manutenção e promoção da cultura de segurança da informação de TI nos Correios. Para isso, foram implementadas as seguintes iniciativas:

1. Capacitação: elaboração e criação do curso “Segurança da Informação de TI” na plataforma virtual da Universidade Correios;
2. Criação da Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR);
3. Implantação do processo de análise de vulnerabilidade;
4. Gestão da Continuidade de Serviços de TI: objetiva, fundamentalmente, planejar e responder a incidentes e interrupções de serviços de TI;
5. Conscientização: foram publicadas peças publicitárias para público interno e feitas apresentações aos dirigentes dos Cor-

reios ministradas pela equipe de coordenação do Departamento de Segurança da Informação e Comunicação (DSIC) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.



## Principais desafios e ações futuras para TI

O principal desafio da TI é atender às expectativas institucionais estabelecidas na Estratégia Correios, buscando a transformação e modernização dos processos e sistemas, de forma a contribuir para a entrega de serviços de valor para o negócio de forma mais estruturada, ágil e confiável e, ainda, desen-

volver competências de inovação, analytics, digital, metodologias ágeis e arquitetura.

Objetivando vencer tais desafios, a TI definiu em seu Planejamento Estratégico (PETI) Ciclo 2019/2023, os seguintes objetivos estratégicos: aprimorar a capacidade de entrega de produtos e serviços; promover a Gestão do Conhecimento na TI; entregar capacidades de TI que viabilizem a transformação digital e gerar negócios de TI.

Tais objetivos serão atingidos por meio da execução de várias ações estruturantes, como: garantir entregas de TI, executar os investimentos de TI previstos, garantir a disponibilidade dos serviços de TI, prover infraestrutura ágil, entre outros.

### Gestão de custos

A gestão de informação de custos nos Correios permite a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme normativos pertinentes. Dessa forma, contribui para o alcance dos objetivos organizacionais, tornando os custos mais transparentes e aprimorando os processos de negócio da empresa.

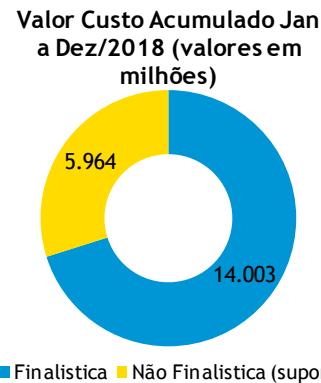
A gestão de informação de custo é realizada por duas sistemáticas: custos para controle e custos para decisão. Os custos para controle estão

voltados para análise de avaliação dos gastos por órgão onde se visualiza o montante consumido na visão departamental, de acordo com a estrutura organizacional. Os custos para decisão são aqueles que subsidiam a tomada de decisão de preços de produtos e serviços baseando-se na metodologia Custo Baseado em Atividades (ABC).

Os custos são apurados por centro de custos, objetivando demonstrar os dispêndios da empresa de forma segregada. Em outra etapa, os centros de custos são agrupados em atividades vinculadas a cadeia produtiva (custos de operação), custos corporativos (área administrativa e despesas comuns).

As informações de custos são disponibilizadas por meio da Ferramenta denominada FGC (Ferramenta de Gestão de Custos), com acesso irrestrito aos usuários da organização.

### Estimativa de custos por área de atuação



## Principais desafios e ações futuras

Os Correios possuem 63 iniciativas de redução de custos, que abrangem todas as áreas da empresa, em fase de implantação e com reflexo de economia em anos futuros.



## Sustentabilidade

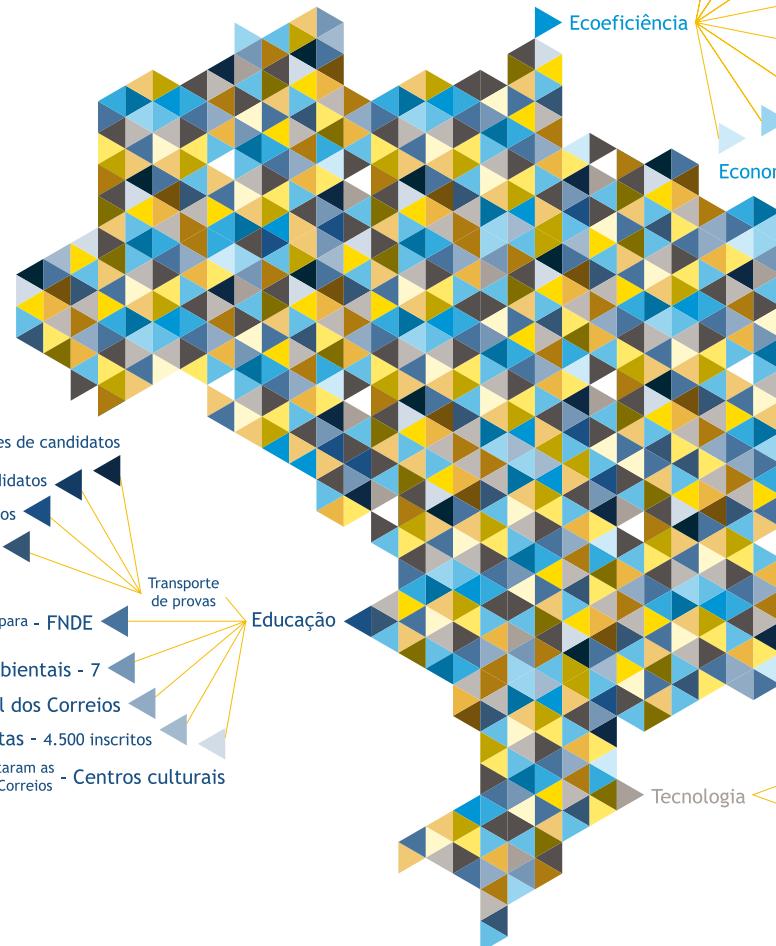
A Política de Sustentabilidade dos Correios, aprovada em 2018, amplia a visão ao contemplar as vertentes social, ambiental e econômica, componentes do tripé da sustentabilidade. Essa nova visão encontra respaldo nas diretrizes nacionais e internacionais ligadas ao tema, incluindo a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Texto da Política de Sustentabilidade dos Correios:

“Os Correios contribuem para o desenvolvimento sustentável ao integrar as dimensões social, ambiental e econômica em seus negócios e em toda a sua cadeia de valor por meio da oferta de soluções inovadoras em resposta às expectativas das partes interessadas.”



Os Correios atuam na promoção do desenvolvimento sustentável, enquanto agente de integração nacional, proporcionando a concretização de políticas públicas e serviços voltados à melhoria da sociedade brasileira, seja com produtos e serviços comerciais, seja com ações institucionais, conforme apresentado no mapa a seguir.



## Variáveis de sustentabilidade e políticas públicas

## Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

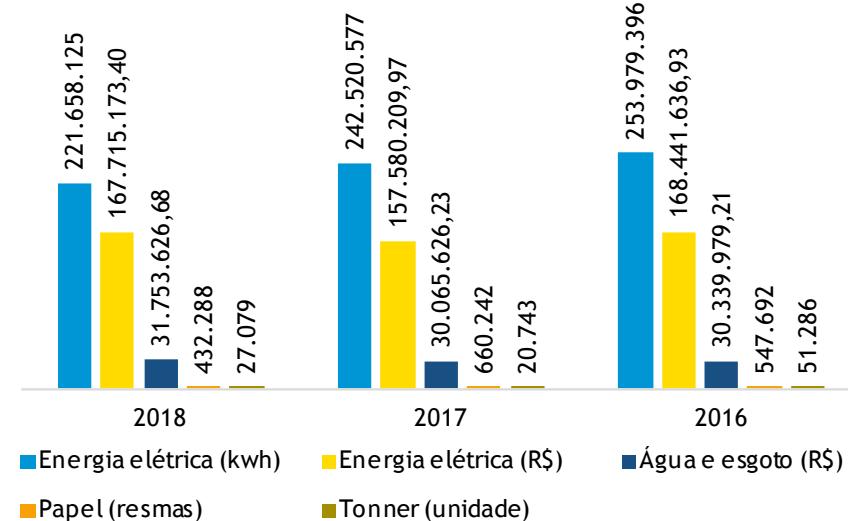
Compras com critérios sustentáveis, com destaque para a inclusão de critérios de redução de poluentes e descarte ambientalmente adequado nas aquisições.

| Material/ Produto             | Valor (R\$)           | Critério de Sustentabilidade   |
|-------------------------------|-----------------------|--|
| Caixa Tam (diversos formatos) | 7.529.131,20          | Papel com certificação FSC, Ceflor ou similar. Admite percentual de reciclagem.  |
| Papel cotepe personalizado    | 1.765.901,28          |  |
| Papel offset laser            | 5.835.888,00          |  |
| furgões                       | 108.956.541,88        | Os veículos atendem às normas e aos limites de emissão de poluentes estabelecidos pelo Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), além de possuírem a Licença para Uso da Configuração do Veículo ou Motor (LCVM), exigida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). |
| Pneus                         | 9.739.398,10          | Os pneus usados são descartados por logística reversa ou outros procedimentos orientados pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).   |
| Baterias                      | 302.561,02            | As baterias são descartadas por logística reversa, com o recolhimento (de igual quantidade fornecida e independente do fabricante) das baterias usadas e/ou inservíveis, bem como emitir parecer que ateste a correta destinação do resíduo  |
| <b>TOTAL</b>                  | <b>134.129.421,48</b> |  |

\* O processo de contratação dos furgões foi realizado em 2018 com valor global de R\$ 108.956.541,88 dividido em dois contratos específicos. O primeiro contrato foi assinado em 2018 no valor de R\$ 50.513.000,00) e o segundo contrato foi assinado em abril de 2019 no valor de R\$ 35.409.613,00.

Mais de cento e trinta milhões de reais foram investidos em compras com critérios sustentáveis, destaque para o cuidado de incluir critérios de redução de poluentes e descarte ambientalmente adequados nas aquisições.

## Ações para redução do consumo de recursos naturais



Duas iniciativas promoveram o consumo sustentável de papel e tonner: corte orçamentário com a redução na distribuição e implantação do Sistema Eletrônico de Informações (SEI), ocorridos em 2017 com resultados positivos em 2018. O consumo de tonner aumentou porque a redução da pauta de distribuição em 2017 foi rigorosa (cerca de 50%) e esgotou as reservas.

O controle de água e esgoto é feito por valor pago, pois o consumo desse recurso pela empresa não é em escala industrial, apenas uso doméstico. Já a energia elétrica, além do orçamento, tem os kwh acompanhados por serem fator determinante do inventário de emissão de gás carbônico. A maior queda do consumo de energia elétrica se deu em 2016, quando implantada a gestão dos principais prédios dos Correios. Nos últimos anos, o consumo tem se mantido estável com leve decréscimo. Em 2019, existe a perspectiva de melhora no consumo de energia elétrica devido à seleção, por chamamento público em 2018, de um projeto dos Correios pela Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Serão substituídas cerca de oito mil lâmpadas ineficientes e tecnologicamente defasadas por quatro mil lâmpadas tipo LED, energeticamente eficientes, no Complexo de Cartas e Encomendas dos Correios da cidade de Belo Horizonte (MG).

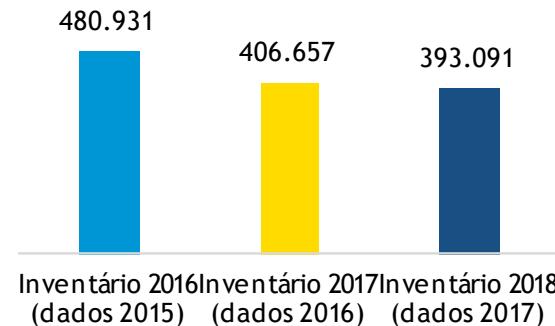
A Coleta Seletiva Solidária beneficiou quase 1.500 catadores de materiais reciclados, pessoas em situação de vulnerabilidade social. Uma ação alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## Redução de resíduos poluentes

A atividade postal não gera resíduos poluentes significativos, sendo a frota de veículos sua principal fonte de poluentes.

A principal contribuição voluntária de mitigação dos resíduos poluentes dos Correios é o programa de gestão das emissões de gás carbônico. O inventário de 2018 mostra uma redução de mais de 13 mil toneladas em relação ao ano anterior, o que gera uma economia de quase 24 milhões em apenas um ano. Os principais fatores foram a diminuição no consumo de energia elétrica, viagens a trabalho e otimização do modal aéreo nas rotas postais.

### Programa de Gestão das Emissões de Gás Carbônico (t)



Os Correios são um importante agente de sustentabilidade, graças a abrangência nacional, capacidade logística, volume de negócios e número de empregados.

## Benefícios da coleta seletiva solidária

36 mil árvores preservadas



178 milhões de litros de água economizados na produção de papel reciclado



1.814 toneladas de papel reciclado



1.412 catadores beneficiados



# Capítulo 5 – Demonstrações Contábeis

## Balanço Patrimonial

### BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

| ATIVO   | Nota      | Controladora      |                            | Consolidado       |                            |
|---|-----------|-------------------|----------------------------|-------------------|----------------------------|
|   |           | 31/12/18          | 31/12/17<br>Reclassificado | 31/12/18          | 31/12/17<br>Reclassificado |
| Circulante  |           | 3.608.585         | 3.236.657                  | 3.643.426         | 3.265.227                  |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                                   | 6         | 14.534            | 6.755                      | 83.758            | 124.872                    |
| Aplicações  | 7         | 817.584           | 340.692                    | 782.161           | 249.458                    |
| Contas a Receber  | 8         | 2.427.977         | 2.465.208                  | 2.427.977         | 2.465.208                  |
| Estoques  | 9         | 33.556            | 53.197                     | 33.556            | 53.197                     |
| Outros Valores e Bens   | 10        | 314.934           | 370.805                    | 315.974           | 372.492                    |
| Créditos com pessoas ligadas                                    | 10.1      | 1.431             | 47.323                     | 1.431             | 47.323                     |
| Adiantamentos   | 10.2      | 117.255           | 95.917                     | 117.255           | 95.917                     |
| Impostos e encargos sociais a compensar                         | 10.3      | 164.697           | 195.135                    | 165.737           | 196.822                    |
| Cobrança jurídica/inadimplência                                 | 10.4      | 10.663            | 2.683                      | 10.663            | 2.683                      |
| Outros créditos   | 10.5      | 20.888            | 29.747                     | 20.888            | 29.747                     |
| <b>Não circulante mantido para venda</b>                        | <b>11</b> | <b>17.406</b>     | <b>-</b>                   | <b>17.406</b>     | <b>-</b>                   |
| Terrenos mantidos para venda                                    |           | 26.330            | -                          | 26.330            | -                          |
| Prédios mantidos para venda                                     |           | 117               | -                          | 117               | -                          |
| (-) Depreciação Acumulada – Prédios mantidos para venda         |           | (5)               | -                          | (5)               | -                          |
| (-) Perda ao valor recuperável                                  |           | (9.036)           | -                          | (9.036)           | -                          |
| <b>Não Circulante</b>   |           | <b>9.897.950</b>  | <b>10.223.561</b>          | <b>9.863.121</b>  | <b>10.194.998</b>          |
| <b>Realizável a Longo Prazo</b>                                 |           | <b>2.780.639</b>  | <b>2.945.793</b>           | <b>2.779.568</b>  | <b>2.944.804</b>           |
| Aplicações  | 7         | 324.297           | 648.509                    | 324.297           | 648.509                    |
| Outras Aplicações - VJORA                                       | 12.1.1    | 6.995             | 4.410                      | 6.995             | 4.410                      |
| Tributos Diferidos  | 20.1.1    | 464.604           | 580.782                    | 464.604           | 580.782                    |
| Depósitos Jud., Rec. e Administrativos                          | 12.2      | 118.337           | 114.915                    | 118.337           | 114.915                    |
| Tributos a Compensar  | 12.3      | 1.861.392         | 1.591.408                  | 1.861.392         | 1.593.408                  |
| Outros  | 12.4      | 5.014             | 3.769                      | 3.943             | 2.780                      |
| <b>Investimentos</b>  | <b>13</b> | <b>642.152</b>    | <b>718.692</b>             | <b>608.394</b>    | <b>691.118</b>             |
| Imóveis Mantidos Para investimento                              | 13.1.1    | 669.930           | 696.377                    | 669.930           | 696.377                    |
| (-) Depreciação Acumulada de Imóveis Mantidos Para Investimento |           | (7.344)           | (6.218)                    | (7.344)           | (6.218)                    |
| (-) Perda ao Valor Recuperável                                  |           | (55.185)          | (34)                       | (55.185)          | (34)                       |
| Museu Correios  |           | 993               | 993                        | 993               | 993                        |
| Correiospar   | 13.2      | 33.758            | 27.574                     | -                 | -                          |
| <b>Imobilizado</b>  | <b>14</b> | <b>6.406.654</b>  | <b>6.469.857</b>           | <b>6.406.654</b>  | <b>6.469.857</b>           |
| Imóveis   |           | 5.561.142         | 5.541.580                  | 5.561.142         | 5.541.580                  |
| (-) Depreciação Acumulada                                       |           | (456.383)         | (398.372)                  | (456.383)         | (398.372)                  |
| (-) Perda ao Valor Recuperável                                  |           | (50.926)          | (50.926)                   | (50.926)          | (50.926)                   |
| Móveis  |           | 3.274.435         | 3.227.315                  | 3.274.435         | 3.227.315                  |
| (-) Depreciação Acumulada                                       |           | (1.921.614)       | (1.849.740)                | (1.921.614)       | (1.849.740)                |
| <b>Intangível</b>   | <b>15</b> | <b>68.505</b>     | <b>89.219</b>              | <b>68.505</b>     | <b>89.219</b>              |
| Softwares   |           | 389.852           | 367.238                    | 389.852           | 367.238                    |
| (-) Amortização   |           | (321.347)         | (278.019)                  | (321.347)         | (278.019)                  |
| <b>TOTAL DO ATIVO</b>   |           | <b>13.523.941</b> | <b>13.460.218</b>          | <b>13.523.953</b> | <b>13.460.225</b>          |

### BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

| PASSIVO   | Nota          | Controladora      |                              | Consolidado       |                              |
|---|---------------|-------------------|------------------------------|-------------------|------------------------------|
|   |               | 31/12/2018        | 31/12/2017<br>Reclassificado | 31/12/2018        | 31/12/2017<br>Reclassificado |
| Circulante  |               | 4.580.203         | 4.450.098                    | 4.580.215         | 4.450.105                    |
| Fornecedores  | 16.1          | 968.581           | 747.272                      | 968.581           | 747.272                      |
| Salários e Consignações                             | 16.2          | 1.306.986         | 1.373.283                    | 1.306.986         | 1.373.283                    |
| Encargos Sociais                                    | 16.3          | 235.089           | 240.293                      | 235.089           | 240.293                      |
| Impostos e Contribuições                            | 16.4          | 154.077           | 157.840                      | 154.089           | 157.847                      |
| Arrecadações e Recebimentos                         | 16.5          | 42.305            | 47.519                       | 42.305            | 47.519                       |
| Adiantamentos de Clientes                           | 16.6          | 21.656            | 6.427                        | 21.656            | 6.427                        |
| Contas Internacionais a Pagar                       | 16.7          | 95.367            | 85.774                       | 95.367            | 85.774                       |
| Precatórios   | 16.8          | 129.728           | 87.944                       | 129.728           | 87.944                       |
| Apropriação por Competência - Patrocinadas/Mantidas | 16.9          | 98.864            | 110.930                      | 98.864            | 11.930                       |
| Empréstimos e Financiamentos                        | 16.10         | 181.694           | 182.647                      | 181.694           | 182.647                      |
| Participação nos Lucros e Resultados                | 16.11         | -                 | 26.384                       | -                 | 26.384                       |
| Receitas a Apropriar                                | 16.12         | 28.495            | 20.474                       | 28.495            | 20.474                       |
| Benefício Pós-Emprego                               | 17.1          | 542.681           | 522.028                      | 542.681           | 522.028                      |
| Obrigações Financeiras a Pagar                      | 16.13         | 334.287           | 344.649                      | 334.287           | 344.649                      |
| Convênio Postal Saúde                               | 16.14         | 212.839           | 320.002                      | 212.839           | 320.002                      |
| Obrigações Trabalhistas                             | 17.5          | 159.831           | 124.197                      | 159.831           | 124.197                      |
| Outros Débitos                                      | 16.15         | 67.723            | 52.435                       | 67.723            | 52.435                       |
| Não Circulante                                      |               | 8.689.024         | 8.850.630                    | 8.689.024         | 8.850.630                    |
| Empréstimos e Financiamentos                        | 16.10         | 363.388           | 545.082                      | 363.388           | 545.082                      |
| Benefício Pós-Emprego                               | 17.1          | 6.589.218         | 6.318.816                    | 6.589.218         | 6.318.816                    |
| Passivos Contingentes                               | 17.2          | 337.013           | 385.618                      | 337.013           | 385.618                      |
| Tributos a Compensar                                | 17.3          | -                 | 13.374                       | -                 | 13.374                       |
| Tributos Diferidos                                  | 17.4 e 20.1.2 | 473.526           | 477.484                      | 473.526           | 477.484                      |
| Precatórios   | 16.8          | 39.243            | 31.128                       | 39.243            | 31.128                       |
| Obrigações Financeiras a Pagar                      | 16.13         | -                 | 282.104                      | -                 | 282.104                      |
| Obrigações Trabalhistas                             | 17.5          | 879.900           | 797.024                      | 879.900           | 797.024                      |
| Outros  | 17.6          | 6.736             | -                            | 6.736             | -                            |
| <b>Patrimônio Líquido</b>                           |               | <b>254.714</b>    | <b>159.490</b>               | <b>254.714</b>    | <b>159.490</b>               |
| Capital   | 18.1          | 3.222.700         | 3.179.458                    | 3.222.700         | 3.179.458                    |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC  | 18.2          | 180.758           | -                            | 180.758           | -                            |
| Ajuste Avaliação Patrimonial-AAP                    | 18.3          | 4.375.771         | 4.458.305                    | 4.375.771         | 4.458.305                    |
| Bens imóveis  | 18.3.1        | 4.359.967         | 4.458.305                    | 4.359.967         | 4.458.305                    |
| Mantidos para venda                                 | 18.3.2        | 15.804            | -                            | 15.804            | -                            |
| Outros Resultados Abrangentes-ORA                   | 18.4          | (4.984.061)       | (4.762.853)                  | (4.984.061)       | (4.762.853)                  |
| Prejuízos Acumulados                                | 18.5          | (2.540.454)       | (2.715.420)                  | (2.540.454)       | (2.715.420)                  |
| <b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>        |               | <b>13.523.941</b> | <b>13.460.218</b>            | <b>13.523.953</b> | <b>13.460.225</b>            |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

CNPJ 34.028.316/0001-03

|  | Nota | 31/12/2018        | Controladora                 | Consolidado       |                              |
|--|------|-------------------|------------------------------|-------------------|------------------------------|
|  |      |                   | 31/12/2017<br>Reclassificado | 31/12/2018        | 31/12/2017<br>Reclassificado |
| <b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>          | 19.1 | <b>18.175.857</b> | <b>17.336.885</b>            | <b>18.175.857</b> | <b>17.336.885</b>            |
| Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados | 19.2 | (15.679.112)      | (16.049.141)                 | (15.679.112)      | (16.049.141)                 |
| <b>LUCRO BRUTO</b>                                   |      | <b>2.496.745</b>  | <b>1.287.744</b>             | <b>2.496.745</b>  | <b>1.287.744</b>             |
| Despesas com Vendas/Serviços                         | 19.3 | (117.667)         | (211.715)                    | (117.667)         | (211.715)                    |
| Despesas Gerais e Administrativas                    | 19.4 | (2.512.373)       | (3.394.872)                  | (2.528.658)       | (3.398.636)                  |
| Resultado de Participação em Controlada              | 19.5 | (14.077)          | (964)                        | -                 | -                            |
| Outras Receitas Operacionais                         | 19.6 | 181.689           | 3.163.587                    | 181.689           | 3.163.587                    |
| Outras Despesas Operacionais                         | 19.7 | (2.755)           | (92.653)                     | (2.870)           | (92.790)                     |
| <b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>   |      | <b>31.562</b>     | <b>751.127</b>               | <b>29.239</b>     | <b>748.190</b>               |
| Receitas Financeiras                                 | 19.8 | 626.573           | 310.887                      | 628.897           | 313.828                      |
| Despesas Financeiras                                 | 19.9 | (351.500)         | (384.655)                    | (351.501)         | (384.659)                    |
| <b>RESULTADO FINANCEIRO</b>                          |      | <b>275.073</b>    | <b>(73.768)</b>              | <b>277.396</b>    | <b>(70.831)</b>              |
| <b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>    |      | <b>306.635</b>    | <b>677.359</b>               | <b>306.635</b>    | <b>677.359</b>               |
| Tributos sobre o lucro                               | 20   | (145.586)         | (10.051)                     | (145.586)         | (10.051)                     |
| Correntes  |      | (12.172)          | -                            | (12.172)          | -                            |
| Diferidos  |      | (133.414)         | (10.051)                     | (133.414)         | (10.051)                     |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>                  |      | <b>161.049</b>    | <b>667.308</b>               | <b>161.049</b>    | <b>667.308</b>               |

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

CNPJ 34.028.316/0001-03

|   |  | Controladora    | Consolidado    |                 |
|---|--|-----------------|----------------|-----------------|
|   |  | 31/12/2018      | 31/12/2017     | 31/12/2018      |
| <b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>   |  | <b>161.049</b>  | <b>667.308</b> | <b>161.049</b>  |
| <b>Impacto sobre outros resultados abrangentes do exercício</b>                             |  |                 |                |                 |
| Aumento/ redução da remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego                    |  | (237.025)       | (441.470)      | (237.025)       |
| Aumento/ redução da CSLL relacionada à remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego |  | 13.282          | 31.547         | 13.282          |
| Aumento/ redução do valor justo de instrumentos financeiros                                 |  | 2.786           | -              | 2.786           |
| Aumento/ redução da CSLL relacionada à variação do valor justo de instrumentos financeiros  |  | (251)           | -              | (251)           |
| <b>Aumento/Redução em Outros Resultados Abrangentes</b>                                     |  | (221.208)       | (409.923)      | (221.208)       |
| <b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>  |  | <b>(60.159)</b> | <b>257.385</b> | <b>(60.159)</b> |
|   |  |                 |                | <b>257.385</b>  |

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO                  |                         |         |   |                                  |   |                                 |       |      |
|--|-------------------------|---------|---|----------------------------------|---|---------------------------------|-------|------|
|  | CNPJ 34.028.316/0001-03 |         |   |                                  |   |                                 |       | 2017 |
|  |                         | CAPITAL | ADIANTA<br>MENTO<br>PARA<br>FUTURO<br>AUMENT<br>O DE<br>CAPITAL<br>- AFAC | RESUL<br>TADOS<br>ACUMU<br>LADOS | OUTROS<br>RESULTA<br>DOS<br>ABRANG<br>ENTES | AJUSTE<br>ÀO<br>PATRIM<br>ONIAL | TOTAL |      |
| <b>Saldo em 31/12/2016<br/>(Reapresentado)</b>                   | 3.179.458               | -       | (3.415.777)   | (4.352.931)                      | 4.488.380                                   | (100.870)                       |       |      |
| <b>Aumento de Capital:</b>                                       | -                       | -       | -   | -                                | -   | -                               |       |      |
| <b>Resultado do período</b>                                      | -                       | -       | 667.308   | -                                | -   | 667.308                         |       |      |
| <b>Outros Resultados Abrangentes</b>                             | -                       | -       | -   | (409.922)                        | -   | (409.922)                       |       |      |
| <b>Realização Custo Atribuído - AAP</b>                          | -                       | -       | 33.049  | -                                | (33.049)                                    | -                               |       |      |
| - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis                 | -                       | -       | 33.049  | -                                | (33.049)                                    | -                               |       |      |
| <b>Reversão/Realização AAP</b>                                   | -                       | -       | -   | -                                | 2.974                                       | 2.974                           |       |      |
| <b>Obrigação Tributária</b>                                      | -                       | -       | -   | -                                | 2.974                                       | 2.974                           |       |      |
| - CSL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis           | -                       | -       | -   | -                                | 2.974                                       | 2.974                           |       |      |
| <b>Saldo em 31/12/2017</b>                                       | 3.179.458               | -       | (2.715.420)   | (4.762.853)                      | 4.458.305                                   | 159.490                         |       |      |
| <b>Aumento de Capital:</b>                                       | 43.242                  | 180.758 | -   | -                                | -   | 224.000                         |       |      |
| - Capitalização de recurso proveniente de AFAC (Nota 18.2)       | 43.242                  | -       | -   | -                                | -   | 43.242                          |       |      |
| - Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC (Nota 18.2) | -                       | 180.758 | -   | -                                | -   | 180.758                         |       |      |
| <b>Resultado do período</b>                                      | -                       | -       | 161.049   | -                                | -   | 161.049                         |       |      |
| <b>Outros Resultados Abrangentes</b>                             | -                       | -       | -   | (221.208)                        | -   | (221.208)                       |       |      |
| <b>Realização Custo Atribuído - AAP</b>                          | -                       | -       | 26.509  | -                                | (90.697)                                    | (64.188)                        |       |      |
| - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis                 | -                       | -       | 26.508  | -                                | (81.660)                                    | (55.152)                        |       |      |
| - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Mantidos p/ venda            | -                       | -       | 1   | -                                | (9.037)                                     | (9.036)                         |       |      |
| <b>Reversão/Realização AAP</b>                                   | -                       | -       | -   | -                                | 8.163                                       | 8.163                           |       |      |
| <b>Obrigação Tributária</b>                                      | -                       | -       | -   | -                                | 9.726                                       | 9.726                           |       |      |
| - CSL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Bens Imóveis           | -                       | -       | -   | -                                | 9.726                                       | 9.726                           |       |      |
| - CSL - Ajuste de Avaliação Patrimonial - Mantidos p/ venda      | -                       | -       | -   | -                                | (1.563)                                     | (1.563)                         |       |      |
| <b>Impacto da adoção inicial do CPC 48</b>                       | -                       | -       | (12.592)  | -                                | -   | (12.592)                        |       |      |
| <b>Saldo em 31/12/2018</b>                                       | 3.222.700               | 180.758 | (2.540.454)   | (4.984.061)                      | 4.375.771                                   | 254.714                         |       |      |

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA   |              |                              |             |                              |
|--|--------------|------------------------------|-------------|------------------------------|
| ATIVIDADES OPERACIONAIS  | Controladora |                              | Consolidado |                              |
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017<br>Reclassificado | 31/12/2018  | 31/12/2017<br>Reclassificado |
| <b>Lucro antes do imposto de renda</b>                                   | 161.049      | 667.308                      | 161.049     | 667.308                      |
| <b>Itens de resultado que não interferem no caixa</b>                    |              |                              |             |                              |
| Depreciação e amortização  | 303.990      | 322.972                      | 303.990     | 322.972                      |
| Resultado de participação em controlada                                  | 14.077       | 964                          | -           | -                            |
| Provisões  | 236.578      | (2.433.430)                  | 236.578     | (2.433.430)                  |
| Despesas de variação patrimonial e perdas                                | 16.719       | 77.190                       | 16.719      | 77.190                       |
| Receita de variação patrimonial  | (133.387)    | (141.496)                    | (133.387)   | (141.496)                    |
| Atualização de créditos tributários – Imunidade tributária/ Banco Postal | (266.834)    | (56.050)                     | (266.834)   | (56.050)                     |
| Resultado da alienação de bens   | (1.204)      | (15.425)                     | (1.204)     | (15.425)                     |
| Incentivo financeiro diferido – IFD/ PDI                                 | 273.267      | 1.013.132                    | 273.267     | 1.013.132                    |
| <b>Mutações patrimoniais</b>   |              |                              |             |                              |
| Contas a receber   | 37.231       | (330.522)                    | 37.231      | (330.522)                    |
| Estoques   | 19.641       | 28.060                       | 19.641      | 28.060                       |
| Outros valores e bens  | 189.258      | 254.439                      | 189.905     | 254.031                      |
| Realizável a longo prazo   | 107.778      | 115.474                      | 107.778     | 115.474                      |
| Fornecedores   | 221.309      | (38.461)                     | 221.309     | (38.461)                     |
| Salários e consignações  | (66.297)     | 180.974                      | (66.297)    | 180.974                      |
| Outras obrigações  | (819.055)    | (425.698)                    | (818.968)   | (427.090)                    |
| <b>Recursos líquidos aplicados nas atividades operacionais</b>           | 294.120      | (780.569)                    | 280.777     | (783.333)                    |
| <b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>  |              |                              |             |                              |
| Integralização de capital - Correiospar                                  | (20.262)     | -                            | -           | -                            |
| Aplicações financeiras   | (152.679)    | 1.047.758                    | (208.491)   | 464.769                      |
| Adições de ativo imobilizado   | (199.024)    | (265.469)                    | (199.024)   | (265.469)                    |
| Adições de ativo intangível  | (24.041)     | (18.663)                     | (24.041)    | (18.663)                     |
| Baixas do ativo imobilizado  | 1.559        | 5.568                        | 1.559       | 5.568                        |
| Baixas das propriedades para investimento                                | -            | 5.301                        | -           | 5.301                        |
| Bens sucateados  | 2.565        | -                            | 2.565       | -                            |
| Perda por <i>Impairment</i>  | 64.188       | -                            | 64.188      | -                            |
| <b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>            | (327.694)    | 774.495                      | (363.244)   | 191.506                      |
| <b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>                                       |              |                              |             |                              |
| Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC                       | 224.000      | -                            | 224.000     | -                            |
| Empréstimos e Financiamentos   | (182.647)    | 5.806                        | (182.647)   | 5.806                        |
| <b>Caixa originado nas atividades de financiamento</b>                   | 41.353       | 5.806                        | 41.353      | 5.806                        |
| <b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>                 | 7.779        | (268)                        | (41.114)    | (586.021)                    |
| Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no início do exercício                | 6.755        | 7.023                        | 124.872     | 710.893                      |
| Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no final do exercício                 | 14.534       | 6.755                        | 83.758      | 124.872                      |

| DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO                                |                               |                   |                              |                   |                              |
|---|-------------------------------|-------------------|------------------------------|-------------------|------------------------------|
|   | I GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO | Controladora      |                              | Consolidado       |                              |
|   |                               | 31/12/2018        | 31/12/2017<br>Reclassificado | 31/12/2018        | 31/12/2017<br>Reclassificado |
| <b>1 RECEITAS</b>   | <b>19.034.794</b>             | <b>21.170.765</b> | <b>19.048.871</b>            | <b>21.171.729</b> |                              |
| 1.1 Receitas Operacionais                                       | 18.885.526                    | 17.997.274        | 18.885.526                   | 17.997.274        |                              |
| 1.2 Perda/ Reversão de Credito de Liquidação Duvidosa           | (18.344)                      | 10.868            | (18.344)                     | 10.868            |                              |
| 1.3 Outras Receitas Operacionais                                | 181.689                       | 3.163.587         | 181.689                      | 3.163.587         |                              |
| 1.4 Resultado de Participação em Controlada                     | (14.077)                      | (964)             | -                            | -                 |                              |
| <b>2 INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>                        | <b>5.804.904</b>              | <b>5.610.665</b>  | <b>5.818.737</b>             | <b>5.612.377</b>  |                              |
| 2.1 Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos            | 5.538.866                     | 5.175.228         | 5.538.866                    | 5.175.228         |                              |
| 2.2 Serviços Adquiridos de Terceiros                            | 14.096                        | 18.674            | 27.755                       | 20.104            |                              |
| 2.3 Propaganda e Comunicação                                    | 15.511                        | 17.301            | 15.584                       | 17.354            |                              |
| 2.4 Utilidades e Serviços                                       | 38                            | 34                | 139                          | 263               |                              |
| 2.5 Provisões diversas  | 236.393                       | 399.428           | 236.393                      | 399.428           |                              |
| <b>3 VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>                           | <b>13.229.890</b>             | <b>15.560.100</b> | <b>13.230.134</b>            | <b>15.559.352</b> |                              |
| <b>4 RETENÇÕES</b>  | <b>304.022</b>                | <b>322.972</b>    | <b>304.022</b>               | <b>322.972</b>    |                              |
| 4.1 Depreciação/Amortização                                     | 304.022                       | 322.972           | 304.022                      | 322.972           |                              |
| <b>5 VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b> | <b>12.925.868</b>             | <b>15.237.128</b> | <b>12.926.112</b>            | <b>15.236.380</b> |                              |
| <b>6 VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>             | <b>626.573</b>                | <b>310.888</b>    | <b>628.897</b>               | <b>313.828</b>    |                              |
| 6.1 Receitas Financeiras  | 626.573                       | 310.888           | 628.897                      | 313.828           |                              |
| <b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>                | <b>13.552.441</b>             | <b>15.548.016</b> | <b>13.555.009</b>            | <b>15.550.208</b> |                              |
| <b>II DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>                      |                               |                   |                              |                   |                              |
| <b>7 REMUNERAÇÃO DO TRABALHO</b>                                | <b>10.522.678</b>             | <b>11.786.706</b> | <b>10.524.757</b>            | <b>11.788.469</b> |                              |
| 7.1 Salários, Honorários e Benefícios                           | 9.925.040                     | 11.167.201        | 9.926.994                    | 11.168.867        |                              |
| 7.2 Encargos Sociais  | 597.638                       | 619.505           | 597.763                      | 619.602           |                              |
| <b>8 REMUNERAÇÃO DO GOVERNO</b>                                 | <b>2.362.929</b>              | <b>2.678.521</b>  | <b>2.363.413</b>             | <b>2.678.917</b>  |                              |
| 8.1 INSS  | 1.502.476                     | 1.662.003         | 1.502.837                    | 1.662.282         |                              |
| 8.2 Impostos e Contribuições (exceto IRPJ e CSLL)               | 848.281                       | 1.016.518         | 848.404                      | 1.016.635         |                              |
| 8.3 Contribuição Social (Tributo corrente)                      | 12.172                        | -                 | 12.172                       |                   |                              |
| <b>9 REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS</b>                    | <b>505.785</b>                | <b>415.481</b>    | <b>505.790</b>               | <b>415.514</b>    |                              |
| 9.1 Aluguéis, Juros, Variação Cambial                           | 501.024                       | 409.593           | 501.025                      | 409.622           |                              |
| 9.2 Outras Remunerações a Terceiros                             | 4.761                         | 5.888             | 4.765                        | 5.892             |                              |
| <b>10 REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS</b>                            | <b>161.049</b>                | <b>667.308</b>    | <b>161.049</b>               | <b>667.308</b>    |                              |
| 10.1 Lucro/Reserva Retidos                                      | 161.049                       | 667.308           | 161.049                      | 667.308           |                              |
| <b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO</b>                               | <b>13.552.441</b>             | <b>15.548.016</b> | <b>13.555.009</b>            | <b>15.550.208</b> |                              |

## Notas Explicativas

### Nota - 1 Informações gerais

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nos 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

A estrutura organizacional dos Correios é composta pelos Núcleos de Governança, Estratégico, Corporativo e de Negócios.

Os Correios têm por objeto: planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Nesses termos, considera-se o serviço postal representado pelo recebimento,

expedição, transporte e entrega de objetos de correspondência, valores e encomendas; e o serviço de telegrama, por meio do recebimento, transmissão e entrega de mensagens escritas, conforme Lei nº 6.538/1978.

No segmento financeiro, o Banco Postal é a marca dos Correios para atuação como correspondente na prestação de serviços bancários básicos em todo o território nacional. Os principais produtos oferecidos são: abertura de contas correntes e de poupanças, saques, depósitos, empréstimos, cartões de crédito, recebimento de títulos, dentre outros.

Desde a edição da Lei nº 12.490/2011, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas em seu objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à sua marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento, desde que obedecida a regulamentação específica do assunto e as exceções mencionadas em tal lei.

Em consonância com a ampliação das atividades do objeto social, a Empresa constituiu

em 2014, a Correiospar, sociedade por ações, subsidiaria integral dos Correios, que pode criar, instalar e suprir sucursais, filiais, agências, representações e escritórios em qualquer parte do território nacional ou no exterior, observada a legislação aplicável. Contudo, até 2018, não houve aquisição de participações societárias ou criação de subsidiárias. Entretanto, há planos estratégicos para os próximos exercícios, conforme disposto na nota 1.2.

### **1.1 - Pressupostos de Continuidade dos Correios**

Em razão dos resultados obtidos nos últimos exercícios, a Empresa tem adotado medidas com o intuito de reverter a atual situação econômico-financeira. Uma dessas medidas foi a revisão do Planejamento Estratégico, estabelecido para o período de 2017 a 2022, que tem por objetivo: focar na melhoria de rentabilidade no curto prazo, por meio de iniciativas imediatas de redução de custo e melhoria na gestão; melhorar processos e tecnologia, visando aumentar produtividade e crescer em negócios emergentes, acelerando o crescimento intensivo dos negócios e investir seletivamente em serviços inovadores.

Em alinhamento à estratégia instituída, os objetivos pactuados foram desdobrados visando detalhar as metas e direcionar os esforços para o atingimento das finalidades pretendidas, resultando em um portfólio de iniciativas estratégicas, destacando-se:

- a.** adequar a força de trabalho ao novo modelo operacional, visando o aumento da produtividade e redução dos custos;
- b.** implantar Centros de Serviços Compartilhados (CSC) com vistas à redução de custos operacionais, aumento dos níveis de serviço e produtividade;
- c.** rever níveis de serviços postais e critérios de universalização;
- d.** automatizar o tratamento de encomendas, aumentando a capacidade produtiva;
- e.** definir modelo de precificação;
- f.** capturar potencial adicional nos mercados atuais;
- g.** oferecer soluções integradas de logística;
- h.** desenvolver ofertas de soluções

integradas de logística e encomendas para grandes clientes e fortalecer o modelo de e-commerce para atender os clientes de e-commerce;

i. investir em novas oportunidades de negócios;

j. criar soluções digitais para aumentar as fontes de receita e melhorar a experiência do cliente;

k. otimizar o modelo de atuação, seja de canais, transportes e/ou distribuição;

l. implantar o Planejamento de Vendas e Operação e implementar um centro de controle, visando criar maior sinergia entre vendas e operações e aumentar a visibilidade do desempenho da operação;

m. remodelar a rede de distribuição, maximizando a relação custo-benefício e a eficiência de entrega;

n. implementar um Modelo de Gestão da Carteira Imobiliária, com o objetivo de identificar oportunidades de ganhos rápidos e gerenciar os imóveis, visando a otimização dos ativos dos Correios;

o. reduzir as despesas aplicando a metodologia Orçamento Base Zero - OBZ;

p. implantar soluções de gestão de desempenho para aumentar a eficiência e a produtividade; e

q. implantar Programa de Excelência Operacional, alinhado à Estratégia Correios, visando a disseminação de uma cultura de melhoria contínua em todos os processos organizacionais.

### 1.2 - Parceria estratégica

Em 20 de dezembro de 2017, foi aprovada, pela Diretoria Executiva, a celebração de um memorando de entendimentos entre os Correios, a Correiospar e uma companhia aérea para a criação de uma joint venture na qual os Correios deterão a participação de 49,99% e a companhia 50,01%.

O memorando de entendimentos foi submetido à aprovação das autoridades brasileiras e órgãos governamentais, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE que, em fevereiro de 2019, aprovou o ato de concentração referente à criação da joint venture para prestação de serviços de transporte de carga e malas postais por via aérea e terrestre, em âmbito nacional.

## Nota - 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 - Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, em consonância à Lei n° 6.404/1976, aos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela CVM.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as empresas abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, essa Demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM n° 557/2008 e apresentada em conjunto com Demonstrações Financeiras exigidas por lei.

Este é o primeiro conjunto de Demonstrações Financeiras anuais dos Correios após a adoção do CPC 47 - Receita de Contratos com Cliente e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. As principais mudanças

de políticas contábeis advindas dessa adoção estão descritas na nota 4.

A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva dos Correios em 13 de março de 2019. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as Demonstrações Financeiras, contudo os conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras e somente elas, sem exceção, estão evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

## **2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os Correios utilizam o Real como moeda funcional para elaboração das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, as quais são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 - Transações e saldos em moeda estrangeira**

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Na data de reporte das Demonstrações Financeiras, os saldos remanescentes das transações reconhecidas no balanço são reconvertidos com base na taxa de câmbio vigente.

Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas operações e da conversão de ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no resultado do período.

Contudo, o efeito da conversão de obrigações com fornecedores provenientes da aquisição de itens não monetários em moeda estrangeira será reconhecido em contrapartida à aquisição em andamento até que esta operação esteja em condições de uso. A partir desse momento, as variações remanescentes serão reconhecidas no resultado do período.

## **2.4 - Base de mensuração**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico de aquisição ou construção, exceto ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e determinadas classes de ativos e passivos ajustados a valor presente ou custo atribuído, conforme apresentado nas políticas contábeis nota 3.

## **2.5 - Estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos pela Administração para o registro de determinadas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em notas explicativas.

As premissas utilizadas para constituição das estimativas são baseadas no histórico das transações e em outros fatores considerados relevantes. No entanto, os resultados reais podem diferir dos valores estimados. As revisões das estimativas são efetuadas anualmente, com os reflexos reconhecidos dentro do próprio exercício em que foram revisadas de forma prospectiva.

As principais estimativas aplicadas

com impacto relevante nas Demonstrações Financeiras são:

**a. Perdas Esperadas de Crédito Liquidação Duvidosa - PECLD**

As perdas referentes a créditos de liquidação duvidosa são constituídas considerando evidências objetivas de perdas que incluem: risco de não recebimento classificado por prazo de vencimento e situações de dificuldades financeiras significativas do cliente. A nota 4.2 apresenta o modelo estabelecido pelo CPC 48 e adotado pelos Correios para o cálculo da imparidade dos ativos.

**b. Provisões para contingências**

A Empresa é parte em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal das operações, nos quais as premissas utilizadas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são estimadas a partir da análise da Administração em conjunto com a área jurídica. Contudo, alterações em tendências de decisões ou jurisprudências de tribunais poderão alterar as estimativas ligadas à provisão para contingências.

Os reflexos do reconhecimento das provisões para contingências são demonstrados na nota 17.2.

**c. Benefícios pós-emprego**

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de pensão e aposentadoria da modalidade benefício definido e os planos de assistência à saúde dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as quais destacam-se:

- taxa de desconto - é estabelecida ao final de cada exercício, pela área financeira da Empresa com base nas futuras saídas estimadas de caixa, necessárias para liquidar as obrigações com os planos de previdência complementar e saúde, em consonância com a legislação vigente.
- taxa de variação de custos médicos e hospitalares - representa a variação do custo das operadoras de planos de saúde comparando dois períodos consecutivos, captando oscilações, tanto da frequência de utilização quanto do preço, dos serviços de assistência médico-hospitalar.

Essas e outras estimativas são revisadas

anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 17.1.1.17.

**d. Créditos Tributários Diferidos**

A determinação do reconhecimento do ativo fiscal diferido de CSLL, requer a utilização de estimativas contidas no orçamento projetado da Empresa, o qual considera projeções de cenários econômicos, taxas de desconto, consecução de novos negócios e implementação de ações para a redução de despesas. Estas estimativas são submetidas à apreciação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração anualmente. Devido ao histórico da rentabilidade não ter se concretizado durante os últimos três exercícios, a Empresa reverteu o valor do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL. A movimentação dos créditos tributários diferidos está evidenciada na nota 20.1.

### e. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Anualmente a Empresa realiza uma avaliação quanto a existência de imóveis classificados no imobilizado e em propriedade para investimento com indicativos de perda a constituir ou reverter, a fim de verificar a necessidade de aplicação do teste de impairment. Contudo, qualquer desvio na análise dos indicativos estabelecidos, poderá comprometer a evidenciação do valor patrimonial e resultado da Empresa. Para maiores detalhes, ver nota 3.14.2.

### 2.6 - Reclassificação e reapresentação

Alguns valores relativos a períodos anteriores foram reclassificados para melhor comparabilidade com o exercício atual. Estas reclassificações não foram consideradas materiais e não afetaram o resultado da Empresa naqueles períodos, conforme apresentado à seguir.

### 2.7 - Impacto da reclassificação sobre o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017

| BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO                             |                     |                            |                             |                            |                             |
|---|---------------------|----------------------------|-----------------------------|----------------------------|-----------------------------|
| CNPJ 34.028.316/0001-03                                 |                     | Controladora               |                             | Consolidado                |                             |
| ATIVO   | Nota                | 31/12/18                   | 31/12/17<br>Reclassificado  | 31/12/18                   | 31/12/17<br>Reclassificado  |
| Circulante  |                     | 3.608.585                  | 3.236.657                   | 3.643.426                  | 3.265.227                   |
| Caixa e Equivalentes de Caixa                           | 6                   | 14.534                     | 6.755                       | 83.758                     | 124.872                     |
| Aplicações  | 7                   | 817.584                    | 340.692                     | 782.161                    | 249.458                     |
| Contas a Receber  | 8                   | 2.427.977                  | 2.465.208                   | 2.427.977                  | 2.465.208                   |
| Estoques  | 9                   | 33.556                     | 53.197                      | 33.556                     | 53.197                      |
| Outros Valores e Bens                                   | 10                  | 314.934                    | 370.805                     | 315.974                    | 372.492                     |
| Créditos com pessoas ligadas                            | 10.1                | 1.431                      | 47.323                      | 1.431                      | 47.323                      |
| Adiantamentos   | 10.2                | 117.255                    | 95.917                      | 117.255                    | 95.917                      |
| Impostos e encargos sociais a compensar                 | 10.3                | 164.697                    | 195.135                     | 165.737                    | 196.822                     |
| Cobrança jurídica/inadimplência                         | 10.4                | 10.663                     | 2.683                       | 10.663                     | 2.683                       |
| Outros créditos   | 10.5                | 20.888                     | 29.747                      | 20.888                     | 29.747                      |
| <strong>Não circulante mantido para venda</strong>      | <strong>11</strong> | <strong>17.406</strong>    | <strong>-</strong>          | <strong>17.406</strong>    | <strong>-</strong>          |
| Terrenos mantidos para venda                            |                     | 26.330                     | -                           | 26.330                     | -                           |
| Prédios mantidos para venda                             |                     |                            | 117                         |                            | 117                         |
| (-) Depreciação Acumulada – Prédios mantidos para venda |                     |                            | (5)                         |                            | (5)                         |
| (-) Perda ao valor recuperável                          |                     | (9.036)                    | -                           | (9.036)                    | -                           |
| <strong>Não Circulante</strong>                         |                     | <strong>9.897.950</strong> | <strong>10.223.561</strong> | <strong>9.863.121</strong> | <strong>10.194.998</strong> |
| <strong>Realizável a Longo Prazo</strong>               |                     | <strong>2.780.639</strong> | <strong>2.945.793</strong>  | <strong>2.779.568</strong> | <strong>2.944.804</strong>  |
| Aplicações  | 7                   | 324.297                    | 648.509                     | 324.297                    | 648.509                     |
| Outras Aplicações - VJORA                               | 12.1.1              | 6.995                      | 4.410                       | 6.995                      | 4.410                       |
| Tributos Diferidos                                      | 20.1.1              | 464.604                    | 580.782                     | 464.604                    | 580.782                     |
| Depósitos Jud., Rec. e Administrativos                  | 12.2                | 118.337                    | 114.915                     | 118.337                    | 114.915                     |

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  |  |                              |                               |
|---|--|------------------------------|-------------------------------|
| CNPJ 34.028.316/0001-03   |  | Controladora                 |                               |
| ATIVIDADES OPERACIONAIS   |  | 31/12/2017<br>Reclassificado | 31/12/2017<br>Reclassificação |
| <strong>Lucro líquido do exercício</strong>                                 |  | <strong>667.308</strong>     | <strong>667.308</strong>      |
| <strong>Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais</strong>    |  | <strong>(780.570)</strong>   | <strong>(780.570)</strong>    |
| ATIVIDADES DE INVESTIMENTO  |  |                              |                               |
| Aplicações financeiras  |  | (293.554)                    | 1.341.312                     |
| Demais atividades de investimento   |  | (273.234)                    | (273.263)                     |
| <strong>Fluxo de caixa usado nas atividades de investimento</strong>        |  | <strong>(566.788)</strong>   | <strong>774.495</strong>      |
| ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO   |  |                              |                               |
| <strong>Caixa originado (aplicado) nas atividades de financiamento</strong> |  | <strong>5.806</strong>       | <strong>5.806</strong>        |
| <strong>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</strong>          |  | <strong>(1.341.580)</strong> | <strong>1.341.312</strong>    |
| Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no início do exercício                   |  | 1.689.027                    | (1.682.004)                   |
| Saldo de Caixa e Equivalente-Caixa no final do exercício                    |  | 347.447                      | (340.692)                     |
|   |  |                              | 6.755                         |

### 2.7.1 - Reclassificação das aplicações do grupo caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa de 2017 estão sendo reclassificados de forma que os mesmos espelhem somente os equivalentes de caixa que atendam às definições do CPC 03(R2) sendo a principal delas a pronta conversibilidade sem mudança de valor e de curíssimo prazo.

### 2.7.2 - Reclassificação do montante repassado à Postal Saúde a título de ativo garantidor do grupo “Convênio Postal Saúde” no ativo não circulante realizável a longo prazo para o grupo “Convênio Postal Saúde” no passivo circulante

O montante de R\$ 100.000, repassado pelos Correios à título de garantia para as obrigações com os prestadores de serviço da operadora foram reclassificados do ativo para o passivo circulante com o objetivo de demonstrar o valor líquido da obrigações da Empresa com a Postal Saúde em relação ao valor devido referente ao serviço saúde.

### 2.7.3 - Impacto da reclassificação dos valores registrados em “Apropriações por competência - patrocinadas/mantidas” para “Convênio Postal Saúde” no passivo circulante

Em 2018 foi realizada a avaliação na metodologia de reconhecimento da obrigação dos Correios referente ao plano de saúde. Após essa análise verificou-se que os valores correspondentes aos eventos faturados contidos na prestação de contas da Postal Saúde, antes registrados no grupo “Apropriação por competência - Patrocinadas/ Mantidas”, deveriam constar no grupo “Convênio Postal Saúde”.

Nesse sentido, com o objetivo de propiciar a comparabilidade entre os períodos foi realizada a reclassificação, em 31 de dezembro de 2017, do montante de R\$ 328.162 referente aos valores faturados informados na prestação de contas enviada pela Postal Saúde em dezembro/2017 da conta “Apropriação por competência - Patrocinadas/ Mantidas” para a conta “Convênio Postal Saúde”.

### 2.8 - Impacto da reclassificação sobre a Demonstração do Resultado em 31 de dezembro de 2017

| DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO                            |           |                         |                 |                              |
|--|-----------|-------------------------|-----------------|------------------------------|
|  | Item-Nota | 31/12/2017<br>Publicado | Reclassificação | 31/12/2017<br>Reclassificado |
| Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados |           | (15.984.574)            | (64.567)        | (16.049.141)                 |
| Superávit PostalPrev                                 | 6.2.1     | -                       | (64.567)        |                              |
| <b>Lucro Bruto</b>                                   |           | <b>1.352.311</b>        | <b>(64.567)</b> | <b>1.287.744</b>             |
| Despesas Gerais e Administrativas                    |           | (556.555)               | (2.838.317)     | (3.394.872)                  |
| Superávit PostalPrev                                 |           | -                       | 64.567          | -                            |
| Reversão do custo do serviço passado – CorreiosSaúde | 6.2.2     | -                       | (2.902.883)     | -                            |
| Outras Receitas                                      |           | (260.704)               | 2.902.883       | 3.163.587                    |
| Reversão do custo do serviço passado - CorreiosSaúde |           | -                       | 2.902.883       | -                            |

#### 2.8.1 - Impacto da reclassificação dos valores correspondentes ao superávit do plano PostalPrev de “Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados” para “Despesas Gerais de administrativas”

A reclassificação da parcela do superávit do plano PostalPrev em Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados tem por objetivo

consolidar as provisões pós-emprego no grupo Despesas Gerais e Administrativas.

#### 2.8.2 - Impacto da reclassificação da reclassificação da reversão do custo do serviço passado do plano CorreiosSaúde de “Despesas Gerais e Administrativas” para “Outras Receitas”

<sup>2</sup> A movimentação da Reversão do custo do serviço passado do plano CorreiosSaúde de Despesas Gerais e Administrativas para Outras Receitas visa permitir a melhor comparabilidade das despesas entre os exercícios de 2017 e 2018.

### **Nota - 3 Resumo das principais práticas e políticas contábeis**

As políticas contábeis aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras dos Correios e da controlada Correiospar são compatíveis com as adotadas e divulgadas nos exercícios anteriores. A Empresa não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor.

O impacto da adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita do Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, que entraram em vigor em janeiro de 2018, estão evidenciados na nota 4. Em relação ao pronunciamento técnico CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, que somente entrará em vigor em janeiro de 2019, a demonstração dos prováveis impactos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, sujeitas a mudanças em razão das análises em andamento, está detalhada na nota 3.26.

#### **3.1 - Demonstrações Consolidadas**

As Demonstrações Financeiras Consolidadas abrangem as informações dos Correios, da subsidiária integral - Correiospar, bem como dos fundos de investimentos exclusivos junto à BB DTVM (BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) e Caixa Econômica Federal - CEF.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, eliminadas as operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados entre as referidas empresas.

#### **3.2 - Demonstração de Fluxo de Caixa - DFC**

A DFC é elaborada pelo método indireto de apresentação, no qual o resultado líquido do período é ajustado com base nos efeitos das transações que não afetam o caixa e pelos efeitos de receitas e despesas que afetam os fluxos de caixa das atividades de investimento e financiamento.

#### **3.3 - Classificação dos ativos e passivos entre circulante e não circulante**

Os ativos e passivos, com exceção da contribuição social diferida e dos direitos a receber da controlada Correiospar, são classificados no circulante quando a realização ou liquidação ocorrerá no prazo de doze meses a contar da data de encerramento do balanço. Todos os demais ativos e passivos, inclusive a contribuição social diferida e direitos a receber da controlada, são classificados no ativo não circulante.

#### **3.4 - Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os valores reconhecidos nas demonstrações individuais são representados por numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Nas demonstrações consolidadas, são acrescidos ao grupo, os valores correspondentes ao caixa e às operações compromissadas das aplicações financeiras em Fundos Extramercado Exclusivos da Controladora.

#### **3.5 - Aplicações Financeiras**

Aplicações financeiras em Fundos Extramercado Exclusivos e Comum da Controladora e Controlada, classificadas como valor justo por meio do resultado, compostas, principalmente, por investimentos em títulos públicos federais brasileiros. Na con-

solidação, são deduzidos do grupo Aplicações, em contrapartida ao grupo Caixa e Equivalentes de Caixa, os valores correspondentes ao caixa e operações compromissadas dos Fundos Extramercado Exclusivos da Controladora.

### **3.6 - Contas a receber**

Os valores a receber são registrados pelo valor nominal dos títulos faturados e não faturados, decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços nacionais e internacionais, ajustados ao câmbio vigente na data de reporte, quando aplicável. Contudo, apesar de ser mensurado pelo custo amortizado, dado o curto prazo de vencimento dos títulos, a Empresa não realiza o ajuste a valor presente desses ativos, por não provocarem efeitos relevantes nas demonstrações.

As perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa - PECLD são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas esperadas na realização desses créditos. Os percentuais para constituição da PECLD são revisados anualmente e o valor ajustado trimestralmente com base em percentuais esperados de perda estabelecidos por classe de vencimento e pela dificuldade financeira significativa dos clientes.

### **3.7 - Estoques**

Os estoques são valorados pelo custo médio ponderado, ajustados ao valor realizável líquido, quando este apresentar-se menor que o custo apurado na aquisição ou personalização do bem.

Trimestralmente, os estoques são revisados para a constituição de possíveis perdas provenientes de itens classificados como obsoletos, danificados ou vencidos.

### **3.8 - Adiantamentos**

Estão representados, principalmente, por adiantamentos de férias concedidos aos empregados e contas a receber de empregados cedidos a órgão públicos.

### **3.9 - Convênio Postal Saúde - Ativo/ Passivo**

A Postal Saúde é a operadora dos planos de saúde oferecidos aos empregados (ativos e aposentados) dos Correios e respectivos dependentes. Atualmente, a empresa possui dois planos de saúde, o CorreiosSaúde I, para os pais dos empregados ativos e aposentados da ECT, e o CorreiosSaúde II, destinado aos empregados ativos, aposentados e respectivos dependentes legais. Destaca-se que, conforme decisão do

TST em dissídio coletivo dos Correios, o plano CorreiosSaúde I permanecerá ativo até 31 de julho de 2019, podendo os beneficiários migrarem para um novo plano a ser constituído pela Postal Saúde com regras distintas.

Até 2017, o custeio das despesas com o plano de saúde era realizado na proporção de 93% para a Empresa e 7% para os empregados. Com o julgamento de dissídio coletivo, no dia 12 de março de 2018, pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST, o compartilhamento das despesas com saúde a partir de 18 de abril de 2018 passou a ser 70% para os Correios e até 30% para os empregados e dependentes legais, que passaram a pertencer ao plano CorreiosSaúde II. Os pais dos empregados ativos e aposentados foram mantidos no plano CorreiosSaúde I, com os percentuais de custeio anterior.

Mensalmente, os Correios efetuam repasses à operadora para a cobertura das despesas com o plano de saúde. Os repasses são reconhecidos, inicialmente, no ativo para posterior apropriação da despesa, conforme prestação de contas relativa aos atendimentos efetuados pela rede credenciada e, caso os valores sejam insuficientes para cobertura das despesas, é reconhecida uma obrigação a pagar à Postal Saúde.

A Postal Saúde administra ainda, por meio de convênio estabelecido com os Correios, a saúde ocupacional dos empregados da ECT, cuja despesa é arcada integralmente pela Empresa.

### **3.10 - Ativos não circulantes mantidos para venda**

São classificados neste grupo, todos os imóveis que a Empresa tenha a intenção de usufruir dos benefícios econômicos gerados com a venda do bem, desde que atendam aos seguintes requisitos:

- a.** a Administração aprovou formalmente a intenção de vender o bem nos próximos doze meses;
- b.** o bem encontra-se desocupado, estando em condições de ser entregue, imediatamente após a realização da venda ao possível comprador;
- c.** o bem foi avaliado e aplicado o teste de impairment; e
- d.** houve a publicação do edital de licitação, iniciando a procura pelo provável comprador.

### **3.11 - Investimentos**

#### **3.11.1 - Participações societárias**

O investimento na controlada Correiospar

está avaliado pelo método de equivalência patrimonial na Demonstração Financeira individual dos Correios, tomando como base, o patrimônio líquido da investida na data do balanço. Dividendos recebidos, devido à apuração de lucro na investida, são reconhecidos em redução ao investimento efetuado pelos Correios. Contudo, na Demonstração Financeira Consolidada o investimento na controlada é eliminado integralmente.

As Demonstrações Financeiras da investida, base para avaliação do investimento, são elaboradas no mesmo período de divulgação das Demonstrações dos Correios.

#### **3.11.2 - Propriedades para investimento**

Esse grupo é composto por imóveis mantidos para renda ou para valorização do capital, cujo reconhecimento tem por base o custo histórico deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação desses imóveis é calculada mensalmente pelo método linear, com base na vida útil econômica e valor residual.

Considerando a grande quantidade de imóveis da ECT em todo território nacional e a pequena

expectativa de variação da vida útil econômica e dos valores residuais dos imóveis, a cada cinco anos, quando da avaliação da carteira imobiliária, esses indicadores são revistos e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

Com base na opção exercida pela Empresa na adoção das normas internacionais de contabilidade, os imóveis foram avaliados ao valor justo para a adoção do custo atribuído, sendo este o resultado da diferença entre o custo histórico e o valor justo, quando o último foi maior.

Os imóveis próprios são classificados como propriedades para investimento nas seguintes situações:

a. cedidos/alugados: quando mais de 50% da área edificada está ocupada por terceiros.

b. desocupados: quando mais de 50% da propriedade está ocupada por terceiros em processos de desocupação ou não estão em uso.

Uma propriedade para investimento pode ser transferida para o imobilizado quando o imóvel for utilizado na atividade operacional da empresa ou para o ativo não circulante mantido para venda, quando há intenção clara de venda pela empresa.

### 3.11.3 - Museu - Correios

Os investimentos no museu dos Correios são avaliados pelo custo histórico.

### 3.12 - Imobilizado

O ativo imobilizado é mensurado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, quando aplicável, da depreciação acumulada e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, com base na opção exercida pela Empresa na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, os imóveis próprios foram avaliados ao valor justo, para adoção do custo atribuído desses ativos.

A Empresa utiliza o método de depreciação linear, definido com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo, a qual é determinada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, exceção feita aos terrenos, pois não são depreciados.

A vida útil econômica e o valor residual dos bens móveis são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e dos bens imóveis, a cada cinco anos, conforme explanado no item propriedade para investimento e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado estão assim distribuídas:

| Natureza do imobilizado               | Tempo de vida útil médio |           |
|---------------------------------------|--------------------------|-----------|
|                                       | Fiscal                   | Econômica |
| Imóveis                               | 25 anos                  | 29 anos   |
| Demais equipamentos de proc. de dados | 5 anos                   | 7 anos    |
| Computador e Impressora               | 5 anos                   | 6 anos    |
| Máquinas e Equipamentos               | 10 anos                  | 15 anos   |
| Motocicletas                          | 4 anos                   | 7 anos    |
| Veículos leves – Carga até 1.000 Kg   | 5 anos                   | 8 anos    |
| Veículos leves – Carga acima 1.000 Kg | 4 anos                   | 9 anos    |
| Veículos motorizados pesados          | 4 anos                   | 11 anos   |
| Veículos não motorizados              | 5 anos                   | 5 anos    |
| Móveis e utensílios                   | 10 anos                  | 15 anos   |
| Ferramentas e instrumentos            | 10 anos                  | 5 anos    |

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao gasto sejam auferidos pela Empresa e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Demais reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os custos com aquisições e imobilizações em andamento são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação, momento em que são reclassificados para a categoria definitiva, iniciando-se a depreciação.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas considerando o menor prazo entre o período do contrato de locação e o tempo de vida útil da benfeitoria no bem.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas provenientes da alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhe-

cidos em outras receitas/despesas operacionais na Demonstração do Resultado.

### 3.13 - Intangível

Os ativos intangíveis estão avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada, calculada de forma linear em relação à vida útil econômica, conforme demonstrado na tabela a seguir:

| Natureza do imobilizado               | Tempo de vida útil médio |           |
|---------------------------------------|--------------------------|-----------|
|                                       | Fiscal                   | Econômica |
| Softwares, Licenciamentos e Similares | 5 anos                   | 5 anos    |

A vida útil econômica e possíveis valores residuais de softwares são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e, caso necessário, ajustados de forma prospectiva.

### 3.14 - Avaliação do valor recuperável dos ativos

#### 3.14.1 - Ativos financeiros

Para os ativos financeiros classificados em custo amortizado, anualmente, a Empresa avalia se há alguma evidência objetiva que determine que um ativo financeiro ou grupo de ativos não sejam reconhecidos ao valor recuperável. Assim, com base no histórico de relacionamento do devedor com os Correios, nas indicações de que o devedor entrará em dificuldades financeiras e no contexto no qual esse está inserido, a Empresa estabelece os percentuais esperados de perdas a serem reconhecidas em relação aos recebíveis.

Com base nesses percentuais, trimestralmente, os valores das PECLD

são ajustados, compostos por uma parcela dedutível e outra não dedutível, no intuito de atender à legislação societária e fiscal (Lei nº 9.430/1996). A parcela dedutível é constituída segundo a lei fiscal e a não dedutível, pela variação entre a PECLD total e a perda dedutível, podendo a cada período ser acrescida ou revertida em contrapartida ao resultado.

Para os ativos classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no mínimo trimestralmente, é efetuado o ajuste a valor de mercado do ativo em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes - ORA. Contudo, caso sejam observados indícios de perdas definitivas de improvável reversão, essas serão reclassificadas para o resultado, considerando não ser permitido manter impairment no patrimônio líquido.

#### 3.14.2 - Ativos não financeiros

Para os imóveis próprios classificados em propriedades para investimento ou no imobilizado, anualmente é verificado se existe indicativo de perda a constituir ou a reverte com base em fatores externos ou internos. Havendo indicativo, procede-se à avaliação do bem para aplicação do teste de impairment a fim de manter o bem ao seu valor recuperável.

Independentemente dos indicativos, a Empresa tem por diretriz avaliar a cada cinco anos toda a carteira de imóveis, para garantir a confiabilidade da base de indicativos de perda e a adequada evidenciação do valor recuperável dos imóveis, bem como a revisão da vida útil econômica e valor residual desses.

Em 2018, foram identificadas perdas que foram reconhecidas conforme disposto nas notas 11, 13 e 14.

Para os bens móveis e intangíveis (softwares), considera-se que o reconhecimento mensal da depreciação/amortização dos bens, com base na vida útil econômica, é suficiente para manter esses registrados ao valor recuperável.

Com relação ao investimento na Correiospar, a Empresa mantém o valor contábil ajustado pelo método de equivalência patrimonial.

### **3.15 - Ajuste a valor presente dos ativos e passivos**

Os ativos e passivos de longo prazo dos Correios são, quando aplicável, ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado, quanto ao valor do dinheiro no tempo, e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais.

Os valores de contas a receber de clientes e valores de contas a pagar a fornecedores não são ajustados ao valor presente das operações devido ao curto prazo de pagamento e recebimento, não provocando impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

### **3.16 - Obrigações com fornecedores**

As obrigações com fornecedores são reconhecidas na competência, quando da entrega de bens adquiridos, conforme as especificações estabelecidas em contrato ou pela prestação de serviços no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas por multas e glosas aplicadas ao fornecedor até o limite da obrigação contraída, sendo que eventuais excessos são reconhecidos no ativo em outros débitos de terceiros ou cobrança jurídica com terceiro, conforme o caso.

Para o reconhecimento de obrigações com fornecedores, nos casos em que a prestação de serviço foi efetuada mas não faturada (accruals), mensalmente é realizada uma estimativa das obrigações a pagar pelos serviços prestados aos Correios, na qual a despesa é reconhecida no mês de competência e revertida no mês seguinte, a fim de anular o efeito da execução definitiva da despesa com a entrega das notas fiscais pelos fornecedores.

Nesses casos, apesar dessas obrigações serem reconhecidas por estimativa, não são tratadas como provisão, devido ao grau de incerteza ser geralmente muito menor do que nas provisões. Portanto, são reconhecidas quando a obrigação presente é resultante de evento passado, a saída de recursos para liquidar a obrigação é

praticamente certa e os valores podem ser estimados com confiabilidade.

As obrigações com fornecedores não são afetadas por ajustes a valor presente por serem obrigações vencíveis em curtíssimo prazo, não provocando efeito relevante nas demonstrações.

### **3.17 - Imunidade tributária recíproca**

Por meio do Recurso Extraordinário RE 601.392/2013, o Supremo Tribunal Federal reiterou e pacificou sua jurisprudência no sentido de que os Correios estão amparados pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, sendo a não incidência do tributo sobre a renda, o patrimônio e os serviços, o resultado prático do imperativo constitucional.

Fundamenta a Corte que a imunidade se aplica tanto às finalidades essenciais (exclusivas) quanto àquelas que não são finalísticas do próprio serviço público (concorrentiais). Destaca-se que as decisões do Pleno são sui generis, uma vez que todas as receitas auferidas pelos Correios abrigam-se sob o manto da imunidade.

A Diretoria Executiva, amparada na consolidada jurisprudência do Supremo Tribu-

nal Federal na sistemática de repercussão geral de Recursos Extraordinários e nos Pareceres Técnicos da assessoria jurídica contratada, decidiu reconhecer no balanço de 2016 os efeitos da cobrança indevida, em tempos pretéritos, do Imposto de Renda e despreconhecer os créditos e obrigações deferidos deste imposto. Sob os mesmos fundamentos, foram ativados créditos decorrentes da parcela paga indevidamente a título de PIS e COFINS por força do enquadramento em regime de apuração não aplicável aos entes imunes a impostos e protocolizados, em 2017, protestos judiciais para o PIS e COFINS, a fim de interromper os prazos prescricionais destas contribuições.

Seguindo a decisão da Diretoria Executiva, desde 2017, a base de cálculo para o Imposto de Renda não é apurada e nem divulgada nas Demonstrações Financeiras.

No exercício de 2018, a Empresa iniciou o efetivo recolhimento do PIS e da COFINS pelo regime cumulativo, em observância aos artigos 10 da Lei nº 10.637/2002 e 10.833/2003. Neste mesmo exercício, ocorreu o julgamento no âmbito do CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, de 3 processos de restituição do Imposto de Renda pago indevidamente no 1º, 2º e 3º trimestres de 2011, cujos Acórdãos

foram proferidos por unanimidade de votos a favor dos Correios, sem interposição de recurso pela PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sendo: Acórdão 1302003.203 - 3ª Câmara / 2ª Turma Ordinária referente ao 1º trimestre de 2011, Acórdão 1301003.443 - 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária referente ao 2º trimestre de 2011 e o Acórdão 1401002.727 - 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária referente ao 3º trimestre de 2011. Os processos administrativos julgados totalizam o valor original de R\$ 166,8 milhões, os quais atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2018 constituem o montante de R\$ 293,4 milhões.

O quadro a seguir representa os efeitos no Ativo e as movimentações ocorridas no resultado da Empresa que refletiram no Patrimônio Líquido, em observância ao pressuposto de sua imunidade tributária:

|  | Reflexos – Imunidade Tributária<br>Balanço Patrimonial |                     |                     |             | 2018 |
|--|--|---------------------|---------------------|-------------|------|
|  | 2017   | Efeitos - Imunidade | Movimentação - 2018 |             |      |
| Ativo  | 1.453.916  | 166.369             | 169                 | 1.621.604   |      |
| IR sobre aplicações financeiras                                | 2.552  | (1.150)             | 169                 | 169         |      |
| Imunidade tributária   | 1.453.916  | 167.519             | -                   | 1.621.435   |      |
| Crédito a Recuperar IRPJ – Imunidade Tributária                | 849.606  | 91.077              | -                   | 940.683     |      |
| Crédito a Recuperar PIS/COFINS – Imunidade Tributária          | 604.310  | 76.442              | -                   | 680.752     |      |
| Patrimônio Líquido   | 747.035  | 166.369             | -                   | 913.404     |      |
| Reversão de IR Diferido Passivo                                | 1.290.725  | -                   | -                   | 1.290.725   |      |
| Reversão de IR Diferido Ativo                                  | (1.997.606)  | -                   | -                   | (1.997.606) |      |
| Atualização monetária sobre Créditos a Recuperar IR/PIS/COFINS | 1.453.916  | 166.369             | -                   | 1.620.285   |      |

Os impactos, no resultado de 2018, foram ocasionados devido à atualização monetária dos créditos de Imposto de Renda, PIS e COFINS.

### 3.17.1 - Tributos correntes

A despesa de CSLL corrente é calculada à alíquota de 9%, com base nas leis e nos norma-

tivos tributários promulgados na data de encerramento do exercício. A Diretoria Executiva, amparada no artigo 150, VI, a, da Constituição Federal deliberou pelo não pagamento do IRPJ, a partir do exercício de 2017, sob o amparo da Empresa ser ente imune a impostos. Desta forma, não consta divulgada a base de cálculo do IRPJ nas Demonstrações Financeiras.

### **3.17.2 - Tributos diferidos**

A Empresa, amparada pela imunidade tributária recíproca, reconhece apenas o ativo e o passivo fiscal diferido de CSLL, de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no Patrimônio Líquido, em Outros Resultados Abrangentes.

O uso de julgamentos se faz presente para determinar o reconhecimento do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL, de modo que este ativo seja reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível. Quanto as ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, o reconhecimento é realizado observando o histórico de rentabilidade.

O ativo fiscal diferido de CSLL é revisado a

cada encerramento do exercício e revertido/reduzido na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do crédito tributário diferido sobre base negativa de CSLL venha a ser utilizado.

### **3.18 - Contas internacionais**

Em decorrência da adesão do Brasil à Convenção Postal Universal, no âmbito da União Postal Universal - UPU, as remessas postais internacionais recebidas pela ECT de outros correios e aquelas postadas no Brasil destinadas à entrega no exterior por outros correios são objeto de acertos financeiros entre os operadores postais envolvidos. Assim, quando a ECT recebe uma remessa postal vinda do exterior é reconhecido no ativo um direito a receber pelo serviço prestado ao correio que enviou a remessa. Por outro lado, quando a Empresa envia uma remessa postal a outro correio é registrada uma obrigação a pagar àquela Administração Postal.

A prestação de contas entre os correios envolvidos na operacionalização de uma remessa postal internacional segue as regras estabelecidas no Regulamento da Convenção Postal Universal. Em resumo, a prestação de

contas confronta os valores a receber e a pagar de cada correio (Administração Postal), apurando-se o saldo credor em Direito Especial de Saque - DES (moeda usada nas relações postais internacionais). Havendo concordância de ambas as partes, o pagamento é efetuado posteriormente pela Administração Postal Devedora, com conversão do saldo final em DES para o Dólar ou Euro, conforme regras divulgadas pela UPU.

Contudo, os recebimentos e pagamentos reconhecidos das Demonstrações Financeiras são efetuados com base na moeda funcional da Empresa, conforme nota 2.2.

Trimestralmente é reconhecida uma perda esperada de crédito de liquidação duvidosa sobre os valores a receber das Administrações Postais Devedoras que, após prestação de contas, foram comunicadas do débito e, decorrido um ano, ainda não efetuaram o pagamento.

### **3.19 - Provisões e passivo contingente**

#### **3.19.1 - Provisões**

As provisões são reconhecidas quando há probabilidade de utilização de benefícios econômicos futuros para liquidação de

uma obrigação presente (legal ou não formalizada) decorrente de um evento passado, cujo valor pode ser estimado com confiabilidade.

As provisões constituídas são provenientes de processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível e fiscal, as quais são provisionadas quando avaliadas com risco de perda provável. A avaliação do valor e grau de risco dos processos é efetuada pela Administração com o apoio da área jurídica, considerando as evidências e jurisprudências disponíveis, a hierarquia das leis, as decisões mais recentes dos tribunais e o andamento dos processos.

O valor das provisões é atualizado mensalmente pelos índices da justiça, conforme natureza do processo, contudo estas obrigações não são ajustadas a valor presente, considerando não haver estimativas confiáveis para efetuar tal ajuste.

### **3.19.2 - Passivo contingente**

Os processos judiciais e administrativos classificados com grau de risco possível ou remoto, por serem caracterizados como passivo contingente, não são registrados no balanço, contudo, aqueles com grau de risco possível são

evidenciados em nota explicativa indicando a quantidade de processos existentes e o valor total envolvido por natureza, conforme nota 17.2.2.1.

### **3.20 - Obrigações financeiras a pagar**

Em face do distrato do Banco Postal, os valores antes registrados em receita apropriar foram atualizados monetariamente para corrigir e estabelecer os custos gerados com a resilição. Assim, considerando que os custos gerados com o distrato foram condicionados à assinatura de um novo contrato que enseja aumento na receita com o serviço do Banco Postal, o reconhecimento desses custos no resultado foram diferidos no mesmo período de duração do novo contrato (30 meses).

Contudo, em dezembro de 2016, com a assinatura do segundo Termo Aditivo ao Instrumento do Contrato de Correspondente - Banco Postal, estendendo junto ao Banco do Brasil o período dos serviços prestados pelo Banco Postal, bem como o prazo para o pagamento da última parcela para 36 meses, os valores de atualização provenientes do saldo remanescente a pagar foram novamente diferidos em 36 meses.

Assim, as obrigações financeiras a pagar foram reconhecidas inicialmente pelo valor justo da obrigação, líquido dos custos gerados com a resilição contratual e, subsequentemente, foram mensuradas pelo custo amortizado e atualizadas com base no método de juros efetivos, sendo esses apropriados para o resultado em despesas financeiras com o transcurso do tempo, em observância ao regime de competência.

### **3.21 - Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida no resultado durante o período do empréstimo, utilizando o método de juros efetivos. Todas as taxas pagas e a pagar na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e aloca as receitas ou despesas de juros no período de compe-

tência. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) durante a vida esperada do ativo/passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.22 - Benefícios a empregados

#### 3.22.1 - Benefícios de curto prazo

As obrigações a pagar no período de até doze meses após o período a que se referem as Demonstrações Financeiras, denominadas de benefícios de curto prazo a empregados, tais como salários e férias, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre esses benefícios, são reconhecidas mensalmente no resultado, respeitando-se o regime de competência, conforme a prestação do serviço correspondente.

##### a. Participação nos lucros e resultados - PLR

Quando aplicável, os Correios, com base no cumprimento de metas de desempenho devidamente estabelecidas no início do ano, efetuam o pagamento de participações nos lucros e

resultados anuais aos empregados e dirigentes.

Com relação à PLR dos empregados, mensalmente, é constituída pela Empresa, na incidência de lucro no período, quando não absorvidos por prejuízos acumulados, uma obrigação a pagar no passivo correspondente a 25% dos dividendos a serem distribuídos aos acionistas, não podendo o montante final a pagar exceder 11,875% sobre o resultado do período.

A PLR dos dirigentes é estabelecida conforme Programa de Remuneração Variável Anual de Dirigentes.

Desde o exercício de 2017, a Empresa vem auferindo lucro no exercício, contudo, conforme estabelece a legislação societária (art. 189 da Lei nº 6.404/1976), do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para a CSLL. Dessa forma, o lucro apurado foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados não será distribuído aos empregados, nem ao acionista.

##### 3.22.2 - Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego são de responsabilidade da Empresa e incluem benefícios de

aposentadoria complementar e de assistência à saúde, pagáveis ao fim do vínculo empregatício junto com a aposentadoria do empregado.

A ECT é patrocinadora de dois planos de previdência: Plano de Benefício Definido (PBD) e do Plano de Contribuição Variável (PostalPrev), que têm por finalidade garantir a suplementação dos benefícios de aposentadoria e pensão a seus empregados e participantes. Os planos são administrados por uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 26 de janeiro de 1981, denominada Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - Postalis. A Empresa também é patrocinadora e mantenedora dos planos de assistência à saúde dos seus empregados e respectivos dependentes, sendo o plano mantido aos empregados aposentados que permaneceram no quadro funcional da Empresa pelo período mínimo de dez anos, com benefício extensivo aos dependentes, conforme critérios estabelecidos.

Os planos PBD e de saúde são classificados na modalidade de benefício definido (BD) e o plano PostalPrev na modalidade de contribuição variável, na qual apresenta características de contribuição definida (CD) para os benefícios programados (aposentadoria nor-

mal e antecipada) e de benefício definido (BD) para os benefícios de risco (auxílio doença, invalidez, pecúlio pensão por morte e renda vitalícia).

Para a parcela do Plano PostalPrev correspondente à contribuição definida, a obrigação da Empresa restringe-se à contribuição mensal, que corresponde a um percentual pré-definido sobre a remuneração dos funcionários vinculados a esse plano.

No entanto, para a parcela do PostalPrev correspondente ao benefício definido, bem como para os planos BD e de saúde, os riscos atuariais e de investimento recaem sobre a Empresa e sobre os participantes ativos e assistidos. Nesses planos, a responsabilidade das obrigações atuariais é remensurada anualmente por atuário independente para o devido reconhecimento de déficit ou superávit atuariais nas Demonstrações Financeiras dos Correios, na proporção da participação da Empresa no plano.

Essa remensuração é baseada no método de crédito unitário projetado, utilizando-se premissas atuariais que incluem variáveis demográficas, econômicas e financeiras. A obrigação é calculada a valor presente e deduzida dos

ativos justos dos planos, se houver, para fins de reconhecimento contábil. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas, quando incorridas, da seguinte maneira:

- a.** custo do serviço e juros líquidos no resultado do exercício; e
- b.** remensurações, em Outros Resultados Abrangentes.

O plano Postalprev apresenta superávit, que não está sendo reconhecido, pois não existem evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou que será reembolsável no futuro.

Em conformidade com a Resolução CGPAR nº 09/2016, compete à Diretoria Executiva da Empresa aprovar as premissas atuariais julgadas mais adequadas para utilização nos cálculos atuariais das obrigações pós-emprego atinentes à parcela de benefício definido (BD) dos planos previdenciários, comparando as

premissas definidas pela Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC) com os resultados dos testes de aderência realizados por meio do atuário responsável pela mensuração da obrigação atuarial, bem como aprovar as premissas econômico-financeiras definidas com base em estudos efetuados pela ECT e pela Postal Saúde.

Nesses termos, uma das principais premissas aprovadas pela Diretoria da Empresa foi a política de custeio do plano de saúde a ser utilizada no cálculo da obrigação atuarial de benefício pós-emprego, na qual, apesar do rateio dos custos do plano de saúde na proporção de 30% para os empregados e 70% para os Correios, conforme decisão do TST, vigorar somente pelo período do dissídio (até agosto de 2019), por prudência, a Empresa optou por aplicar esse percentual no exercício de 2017 na projeção da obrigação atuarial pelo período de 48 meses a contar de 2018, tendo em vista que a Resolução CGPAR 23/2018 estabeleceu esse prazo de 48 meses para as empresas estatais adequarem-se às regras da norma. Após esse período, será utilizado o percentual de 50% para os Correios e 50% para os empregados (paridade), conforme limite máximo de contribuição pela patrocinadora definido na Resolução CGPAR 23/2018.

Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado de 2017, em consonância com o item 120 (a) do CPC 33 (R1). O detalhamento dessas movimentações são apresentados na nota 17.1.1.15.

### 3.22.3 - Outros benefícios de longo prazo

Em novembro de 2016, com o objetivo de reduzir os gastos com a despesa de pessoal, os Correios instituíram o Programa de Demissão Incentivada - PDI, no qual ofereceu a todos os empregados elegíveis (conforme regulamento) que aderissem ao programa requerendo com a sua demissão um Incentivo Financeiro Diferido - IFD a ser pago em 96 parcelas correspondentes a até 35% da média do salário recebido nos últimos cinco anos trabalhados, limitado a R\$ 10 mil , sendo este valor atualizado pelo IPCA, a cada doze meses da data do desligamento. Posteriormente, o plano foi reaberto reduzindo-se os requisitos de elegibilidade e a quantidade de pagamentos para 93 parcelas.

A Empresa reconheceu a obrigação advinda do programa no momento da homologação da rescisão no sindicato, por considerar que este ato torna a decisão do empregado irrevogável.

Essa obrigação foi reconhecida em contrapartida ao resultado de 2017 como despesa de indenização trabalhista, sendo tanto a obrigação quanto a despesa de indenização ajustadas a valor presente, em atendimento ao que estabelece a norma contábil.

### 3.23 - Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

Na adoção inicial das normas internacionais de contabilidade, a Empresa optou por avaliar os imóveis próprios a valor justo, conforme permitia a lei na ocasião. Procedida a avaliação, verificou-se a necessidade de ajustar o valor contábil dos imóveis, até então mantidos ao custo histórico, agregando a esses o valor de custo atribuído, que é resultado da diferença entre o saldo residual do bem evidenciado no ativo e o valor justo apurado na avaliação, conforme laudo emitido por empresa contratada.

Assim, o custo atribuído foi adicionado ao valor do imóvel em contrapartida ao subgrupo Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido - PL. Adicionalmente, foram reconhecidos no passivo, os tributos diferidos dos valores mantidos no AAP, líquidos dos tributos diferidos.

Trimestralmente, o custo atribuído e os tributos diferidos registrados no PL são realizados em contrapartida à conta de lucros acumulados, por ocasião da venda ou da depreciação calculada sobre o custo atribuído.

### 3.24 - Outros resultados abrangentes

Os Correios contratam com uma empresa especializada em cálculos atuariais para revisar as obrigações geradas por cada plano de benefício, conforme apresentado na nota 17.1. Dessa forma, com base nas variações ocorridas entre os cálculos do exercício anterior e o atual, de acordo com o relatório atuarial entregue pela empresa contratada, são identificados os ganhos e perdas atuariais gerados no período, sendo esses reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes em contrapartida à obrigação registrada no Passivo.

Adicionalmente, são reconhecidos no ativo em contrapartida à ORA, os tributos diferidos provenientes dos ganhos e perdas atuariais, a fim de evidenciar esse subgrupo líquido dos tributos diferidos, conforme estabelece a legislação contábil.

Além da forma de reconhecimento já descrita, esse grupo também pode ser

afetado pelos efeitos dos planos superavitários no exercício, como é o caso do PostalPrev, no qual as contribuições normais calculadas com base na folha de pagamento, são superiores à despesa mensurada para o exercício pelo atuário contratado. Dessa forma, o excesso de despesa reconhecido no exercício, advindo do pagamento das contribuições normais, é deduzido na despesa por meio da conta redutora “superávit Postalprev” em contrapartida ao PL.

### **3.25 - Receitas de vendas e prestação de serviço**

A receita é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber dos clientes pela entrega de produtos e prestação de serviços no curso normal das operações, sendo reconhecida no resultado quando for provável que benefícios econômicos fluirão para os Correios por mensuração confiável. O resultado das operações é apurado de forma confiável em conformidade com o regime contábil de competência.

### **3.26 - Norma publicada aderente aos Correios ainda não vigente - CPC 06 (R2)**

A partir de janeiro de 2019, entram em vigor

as novas regras de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidenciação das operações de arrendamento mercantil, conforme pronunciamento técnico CPC 06 (R2), aprovado pela da Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Deliberação CVM nº 787/2017.

Segundo a norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o direito de uso das operações de arrendamento no ativo não circulante em contrapartida ao passivo da empresa pelo valor da obrigação assumida no período do contrato, inclusive observando o prazo de prorrogação ou rescisão contratual, se for provável que ocorram.

No entanto, existem algumas operações de arrendamento nas quais o arrendatário pode isentar-se da aplicação das novas normas. Essas referem-se aos contratos de curto prazo (doze meses) em que não seja provável a prorrogação ou nos quais não haja previsão da opção de compra pelo arrendatário ao final do arrendamento, bem como contratos de baixo valor.

Assim, após analisar as peculiaridades da referida norma com a finalidade de verificar os procedimentos a serem adotados a partir de janeiro de 2019 e respectivos impactos nas

Demonstrações Financeiras, dado ao alto custo da aplicação retrospectiva da norma aos contratos vigentes na data da transição, a ECT optou por aplicar o disposto no item C3 do Pronunciamento Técnico que permite à empresa aplicar a norma somente para os contratos firmados a partir de 2019, mantendo os contratos firmados até 2018 na regras anteriores, ou seja, reconhecer a despesa de aluguel no resultado do exercício, conforme transcurso do tempo.

Dessa forma, considerando que a aplicação da norma será somente para contratos firmados em 2019, não há que se quantificar os impactos da aplicação dessa regra para as Demonstrações Financeiras. Contudo, foi possível observar que a aplicação do CPC 06 (R2) afetará significativamente a composição patrimonial (ativo e passivo) da empresa e o resultado do período, no qual será reconhecida a despesa de depreciação do direito de uso e a despesa de juros transcorridos.

Além disso, haverá um efeito negativo nos indicadores de liquidez da Empresa, uma vez que o direito de uso do bem arrendado será reconhecido no ativo não circulante, mas a obrigação gerada pelo contrato será segregada no passivo circulante e não circu-

lante, respeitando o prazo de exigibilidade do compromisso firmado.

Em relação às operações nas quais a empresa possa figurar como arrendadora do direito de uso, não haverá mudanças nos critérios de reconhecimento e mensuração das operações.

Não existem outras normas (CPC) ou interpretações (ICPC) que ainda não tenham entrado em vigor e que poderiam ter impacto significativo nas Demonstrações Financeiras dos Correios e subsidiária.

## **Nota - 4 Adoção inicial de novos pronunciamentos**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, alinhado às normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB (órgão responsável pela harmonização contábil), emitiu os pronunciamentos elencados a seguir, os quais foram aprovados pela CVM e passaram a ser de aplicação obrigatória pelas companhias abertas, bem como pela ECT, conforme estabelece art. 7º da Lei nº 13.303/16, regulamentada pelo Decreto 8.945/2016.

Embora as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo IASB permitirem a adoção antecipada

das normas, a critério dos administradores das empresas, a CVM, a fim de manter a comparabilidade das Demonstrações Financeiras, vedou a aplicação antecipada dessas normas conforme trata o item 4.5 do OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2018. Portanto, para os Correios, passaram a vigorar, obrigatoriamente, a partir de 1º de janeiro de 2018 os CPC(s) 47 e 48.

Assim, em análise aos impactos gerados com a adoção dessas normas, realizada de acordo com as disposições da aplicação inicial dos Pronunciamentos, verificou-se o seguinte:

### **4.1 - Receita de contrato com cliente CPC 47**

O pronunciamento CPC 47 altera a forma de reconhecimento da receita de contratos com clientes. O princípio básico deste novo pronunciamento é que a entidade deve reconhecer receitas que refletem a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes pelo valor que a entidade espera receber pelo seu desempenho. Ou seja, a receita deve ser reconhecida quando (ou à medida que) satisfizer a obrigação de desempenho ao transferir o controle do bem ou o serviço prometido ao cliente, e não mais pela transferência dos riscos e benefícios.

A Empresa avaliou a aplicação da norma e observou a não ocorrência de efeitos significativos nas informações a serem reportadas. Além disso, haveria alto custo para gerar alteração não significativa de informação.

### **4.2 - Instrumentos financeiros - CPC 48**

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, aprovado pela Deliberação CVM 763/16, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros em substituição às regras dispostas no CPC 38, revogado em 1 de janeiro de 2018.

A alteração na nomenclatura de classificação trazida pelo CPC 48 não promoveu impactos quantitativos na forma de reconhecimento dos instrumentos financeiros na Empresa. Contudo, para os ativos classificados pelo custo amortizado, houve alteração na forma de mensuração do impairment.

Em síntese, a norma proporcionou a modificação da nomenclatura das classificações adotadas de acordo com o modelo de negócio, conforme apresentado a seguir:

| CPC 38                     | CPC 48   |
|----------------------------|--|
| Ativo                      | Ativo  |
| Mantidos para negociação   | Valor justo por meio do resultado (VJPR)             |
| Empréstimos e recebíveis   | Custo amortizado                                     |
| Disponíveis para venda     | Valor justo por meio de outros resultados abrangente |
| Passivo                    | Passivo  |
| Outros passivos pelo custo | Outros passivos pelo custo amortizado                |

O novo modelo de impairment dos ativos financeiros estabelecido pelo CPC 48 alterou a metodologia do cálculo da imparidade dos ativos por meio do conceito de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo baseado apenas em perdas incorridas, apresentado pelo CPC 38 e aplicado até 2017 pelos Correios. Nesse contexto, a Empresa aplicou o modelo de “matriz de provisões” indicado pela CVM, considerando que a carteira de recebíveis não possui componente de financiamento de seus clientes, conforme disciplina o CPC 48.

Para aplicar esse modelo, os títulos dos clientes foram classificados em 6 (seis) classes distintas, com base no vencimento dos títulos na data de 31 de dezembro de 2016 e, na sequência, verificou-se quais títulos ao final de 2017 ainda não tinham sido pagos, estabelecendo o percentual de perda esperada para cada classe de risco, conforme demonstrado a seguir:

| Classificação | Faixas de vencimentos        | Percentual |
|---------------|------------------------------|------------|
| A             | A vencer                     | 0,5%       |
| B             | Vencidos de 1 a 30 dias      | 1,8%       |
| C             | Vencidos de 31 a 60 dias     | 8,4%       |
| D             | Vencidos de 61 a 90 dias     | 17,5%      |
| E             | Vencidos de 91 a 180 dias    | 81,6%      |
| F             | Vencidos há mais de 180 dias | 54,4%      |

De acordo com as disposições transitórias previstas, a Empresa não reapresentou suas Demonstrações Financeiras de períodos anteriores em relação aos novos requerimentos referentes a perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros. Neste caso, as diferenças nos valores contábeis do Contas a receber resultantes da adoção deste normativo em 1º de janeiro de 2018 foram reconhecidas em prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido, conforme demonstrativo a seguir:

| Item do balanço patrimonial | Divulgado em 31/12/2017 | Ajuste pela adoção inicial do PCP 48 | Nota | Saldo em 01/01/2018 |
|-----------------------------|-------------------------|--------------------------------------|------|---------------------|
| <b>Ativo circulante</b>     |                         |                                      |      |                     |
| Contas a receber            | 2.465.208               | (18.765)                             | 9.1  | 2.447.266           |
| <b>Patrimônio líquido</b>   |                         |                                      |      |                     |
| Prejuízos acumulados        | (2.715.420)             | (18.765)                             | 9.1  | (2.734.185)         |

<sup>1</sup> - A diferença entre o valor do impacto da adoção do CPC 48 registrado em 1º de janeiro de 2018 e o valor apresentado em 31 de dezembro de 2018 refere-se à reversão de parte da PECLD apurada de acordo com os percentuais estabelecidos no estudo realizado nesse exercício.

No exercício de 2018, o modelo adotado pela Empresa foi aprimorado com a inclusão de uma nova classe para os valores em recuperação judicial, cujo a perda foi constituída na totalidade do valor, conforme apresentado na nota 8.1.

## Nota - 5 Gestão de risco financeiro

Os Correios contam com estrutura para gestão corporativa de riscos, que tem entre suas atribuições a proposição das políticas e métodos corporativos de gerenciamento de riscos da Empresa. A estrutura tem por objetivo coordenar e apoiar as áreas para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e tratar os riscos.

A política corporativa de gestão de riscos foi aprovada pelo Conselho de Administração e estabelece princípios, diretrizes e responsabilidades a serem seguidos pela Gestão de Riscos Corporativa nos Correios, de forma a agregar

valor à tomada de decisão e ao tratamento adequado dos riscos, respeitando os aspectos regulatórios e as necessidades das partes interessadas, reduzindo os riscos a níveis aceitáveis e aumentando a probabilidade de concretização dos objetivos dos Correios.

A Empresa conta com dois métodos para gerenciamento de riscos: um para avaliação de eventos de riscos de processos e outro para avaliação dos riscos estratégicos. Em alinhamento à estratégia da Empresa, a avaliação de riscos estratégicos é feita anualmente. Nessa periodicidade também são estabelecidos os processos prioritários para avaliação de riscos.

A partir da avaliação do nível de risco, são elaborados planos de tratamento que são acompanhados pela área gestora do processo, monitorados pelo órgão de gestão de riscos e reportados periodicamente à Alta Administração da Empresa, buscando responder aos eventos de forma apropriada e oportuna com informações claras e pertinentes para as partes interessadas.

### 5.1 - Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado, risco de crédito e risco de

liquidez. De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. A gestão de tais riscos está concentrada na imprevisibilidade do mercado e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

Nos Correios, a gestão dos riscos financeiros é de atribuição do Departamento Financeiro e Central de Serviços Financeiros vinculados, respectivamente, à Vice-Presidência de Finanças e Controladoria e da Vice-Presidência de Administração.

O quadro a seguir sintetiza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Empresa administra sua exposição:

| Risco                            | Exposição  | Gestão  |
|----------------------------------|--|---|
| Risco de mercado - taxa de juros | Cédula de Crédito Bancário - empréstimo para capital de giro<br><br>Fundos de Investimento | Controle de parcelas futuras com base em projeções de taxas do Banco Central<br><br>Gerenciamento de risco pelo Value-at-Risk |
| Risco de crédito                 | Contas a receber de clientes<br><br>Fundos de Investimento                                 | Monitoramento da qualidade de crédito por cliente<br><br>Política de crédito e análise dos emissores dos títulos              |
| Risco de liquidez                | Obrigações futuras   | Monitoramento das previsões de fluxo de caixa   |

#### 5.2 - Risco de mercado

Está relacionado às oscilações de preços e taxas como índices de preço, taxas de juros e variações cambiais.

Estas variações podem afetar os retornos esperados dos fundos de investimento nos quais as disponibilidades estão aplicadas. Nesse sentido, os gestores dos fundos de investimentos dos Correios, BB DTVM e CEF, fazem o acompanhamento e gestão dessas aplicações financeiras,

mensurando os riscos e avaliando os impactos de cenários de estresse e sensibilidade e lacunas de descasamento. Para o gerenciamento do risco de mercado dos fundos, é utilizado o Valor em Risco (Value-at-Risk - VaR), com o objetivo de estimar a perda potencial máxima em um horizonte temporal e determinado intervalo de confiança. O Departamento Financeiro recebe mensalmente informações dos gestores sobre o cenário econômico, desempenho e riscos dos fundos e faz o acompanhamento do desempenho em relação ao benchmarking.

O risco de taxa de juros também afeta a Cédula de Crédito Bancário - CCB, empréstimo para capital de giro feito com o Banco do Brasil em dezembro de 2016, uma vez que seus juros são calculados com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Diante disso, os Correios mantêm controle das parcelas futuras de acordo com a projeção de taxas de juros do Banco Central do Brasil, gerando uma previsão dos pagamentos futuros.

Os Correios fazem gestão do fluxo de caixa mediante a projeção das entradas e saídas de caixa, coleta diária de movimentações financeiras de pagamento e recebimento, conciliação do fluxo de caixa e avaliação de saldo dis-

ponível, possibilitando a análise da situação financeira da Empresa.

### 5.2.1 - Taxa de juros

É proveniente da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem os Correios ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

A cédula de crédito bancário, detalhada na nota 16.10, é remunerada à base de um percentual sobre a taxa média do CDI.

### 5.3 - Risco de crédito

#### 5.3.1 - Risco de crédito - contas a receber de clientes

A Empresa definiu em seus manuais políticas voltadas para os processos que envolvem o crédito de clientes, faturamento e cobrança. Os riscos são geridos corporativamente pela Central de Serviços Financeiros - CEFIN, que

acompanha os eventos desconformes, suas origens, a avaliação das consequências e mensuração dos seus impactos.

No caso de risco de crédito decorrente de concessão de crédito a clientes, os Correios avaliam, conforme política definida, a qualidade do crédito em consideração principalmente o histórico de relacionamento e indicadores financeiros, definindo limites individuais de crédito.

O acompanhamento e o plano de ações para a mitigação dos riscos de crédito é realizado diariamente, mediante análise do consumo (postagens) em confrontação com o limite de crédito disponibilizado para o cliente.

A expectativa de perda na deterioração do saldo de contas a receber é registrada em quantia considerada suficiente para cobrir todas as perdas prováveis quando da execução das contas a receber de clientes.

#### 5.3.2 - Risco de crédito - fundos de investimento

O controle do risco de crédito relacionado aos fundos de investimento é feito pelos gestores por meio de políticas de crédito

e análise dos emissores dos ativos financeiros. Por exigência da legislação (Resolução nº 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução nº 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional), os Correios podem aplicar apenas em títulos de emissão do Tesouro Nacional.

#### 5.4 - Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa de curto e longo prazo é realizada pelo Departamento Financeiro. Esse Departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. O excesso de caixa mantido é monitorado pelo Departamento Financeiro. Os Correios investem o excesso de caixa em títulos públicos que apresentem os melhores índices de negociabilidade no mercado, com vencimentos e liquidez apropriados para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões mencionadas.

#### 5.5 - Gestão de capital

Os objetivos dos Correios ao administrar seu

capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade, para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo.

A Empresa monitora seus resultados por meio do acompanhamento do EBITDA (sigla para o inglês de Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização). Esse indicador mostra o potencial de geração de caixa de um negócio, pois indica quanto dinheiro é gerado pelos ativos operacionais.

| Descrição  | 2018      | 2017        |
|--|-----------|-------------|
| Resultado Líquido do Exercício                               | 161.049   | 667.308     |
| Depreciação e Amortização                                    | 304.022   | 322.972     |
| Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido) | 145.586   | 10.051      |
| Despesas e Receitas Financeiras                              | (277.397) | 70.831      |
| EBITDA   | 333.260   | 1.071.162   |
| Pós-emprego – Previdência – BD                               | (1.339)   | (78.656)    |
| Superávit – PostalPrev                                       | (89.442)  | (90.944)    |
| Pós-emprego – saúde  | 144.811   | 618.000     |
| Reversão do custo do serviço passado – saúde                 | -         | (2.902.883) |
| IFD / PDI  | 232.659   | 993.241     |
| EBITDA ajustado  | 619.949   | (390.080)   |

Cálculo baseado nas Demonstrações Consolidadas.

A melhora do EBITDA ajustado em 2018, em relação ao ano anterior, está relacionado, principalmente, ao aumento nominal da Receita Líquida de Vendas e Serviços de 4,8% e redução dos Custos com Produtos Vendidos e Serviços prestados de -2,3%.

#### 5.6 - Cláusulas contratuais restritivas - Covenants

Sob os termos do empréstimo, contidos na nota 16.10, a Empresa é obrigada a cumprir

obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

| Exercício | Dívida Líquida/ EBITDA |
|-----------|------------------------|
| 2017      | Inferior a 4,0x        |
| 2018      | Inferior a 3,5x        |
| 2019      | Inferior a 3,0x        |
| 2020      | Inferior a 3,0x        |

Em 31 de dezembro de 2018, a proporção da dívida líquida em relação ao EBITDA foi de -0,93, o caixa e as aplicações financeiras são superiores à dívida bruta total, conforme detalhado a seguir:

| Descrição                             | 2018      | 2017      |
|---------------------------------------|-----------|-----------|
| Caixa e Equivalentes de Caixa         | 83.758    | 124.871   |
| Aplicações LP                         | 1.106.458 | 897.968   |
| A - Total                             | 1.190.215 | 1.022.839 |
| Passivo Circulante                    | 515.981   | 527.296   |
| Empréstimos e Financiamentos          | 181.694   | 182.647   |
| Obrig. Financeiras a pagar            | 334.287   | 344.649   |
| Passivo não Circulante                | 363.388   | 827.186   |
| Emprestimos e Financiamentos          | 363.388   | 545.082   |
| Obrig. Financeiras a pagar            | -         | 282.104   |
| B - Dívida Bruta Total                | 879.369   | 1.354.482 |
| C - Dívida Líquida (B - A)            | (310.847) | 331.643   |
| D - EBITDA                            | 333.260   | 1.071.162 |
| E - Dívida Líquida / EBITDA ( C / D ) | (0,93)    | 0,31      |

Cálculo baseado nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

## Nota - 6 Caixa e equivalentes de caixa

|                               | Controladora |            | Consolidado |            |
|-------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                               | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.110        | 851        | 73.333      | 118.967    |
| Caixa/ Disponibilidades       | 10.424       | 5.904      | 10.425      | 5.905      |
| Total                         | 14.534       | 6.755      | 83.758      | 124.872    |

### 6.1 - Caixa/ Disponibilidades

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de R\$ 4.110 em caixa da Controladora, estava distribuído, de maneira heterogênea, em 6.317 unidades de atendimento, presentes nos Estados da Federação. No consolidado estão incluídas as disponibilidades e as operações compromissadas referentes aos fundos exclusivos:13B do Banco do Brasil e Fundo X da

CEF, que na visão da Controladora são considerados na rubrica “Aplicações”. A redução do valor do caixa consolidado de 31 de dezembro de 2018, se comparado à posição de 31 de dezembro de 2017, deve-se à migração de investimentos que antes eram aplicados em fundos exclusivos para fundos de investimentos comuns que não possui as características necessárias para aplicar as regras de consolidação (vide nota 7.1).

A migração do Fundo 13 A para o Fundo FAE 2 ocorreu para facilitar as operações de aplicação e resgate, pois o Fundo FAE 2 não é um fundo exclusivo, o que permite maiores movimentações diárias sem impedimentos grados pelo limite de 25% de operações compromissadas, uma vez que o patrimônio líquido total do fundo é bem maior que o valor total que os Correios tem aplicado nele.

### 6.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerosos em contas mantidas com instituições bancárias. O saldo da controladora em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 10.424.

## Nota - 7 Aplicações

| Aplicações | Controladora |            | Consolidado |            |
|------------|--------------|------------|-------------|------------|
|            | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Aplicações | 817.584      | 340.692    | 782.161     | 249.458    |
| Total      | 817.584      | 340.692    | 782.161     | 249.459    |

obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados. A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic, ou seja, os fundos devem ser compostos por Letras do Tesouro Nacional (LTN), Notas do Tesouro Nacional - Série F (NTN-F) ou Notas do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B).

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil - BBDTVM e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

As aplicações da Correiospar estão acrescidas ao consolidado e representam Fundos de Investimentos extramercado no Banco do Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - BBDTVM registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A Empresa e sua Controlada aplicam suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2023, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixas das empresas, sendo classificados como Valor Justo por meio do Resultado - VJPR.

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a carteira de investimento está classificada no nível 1 da hierarquia do valor justo.

De acordo com a Resolução 3.284 de 25 de maio de 2005 alterada pela Resolução 4.034 de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são

### 7.1 - Composição - aplicações:

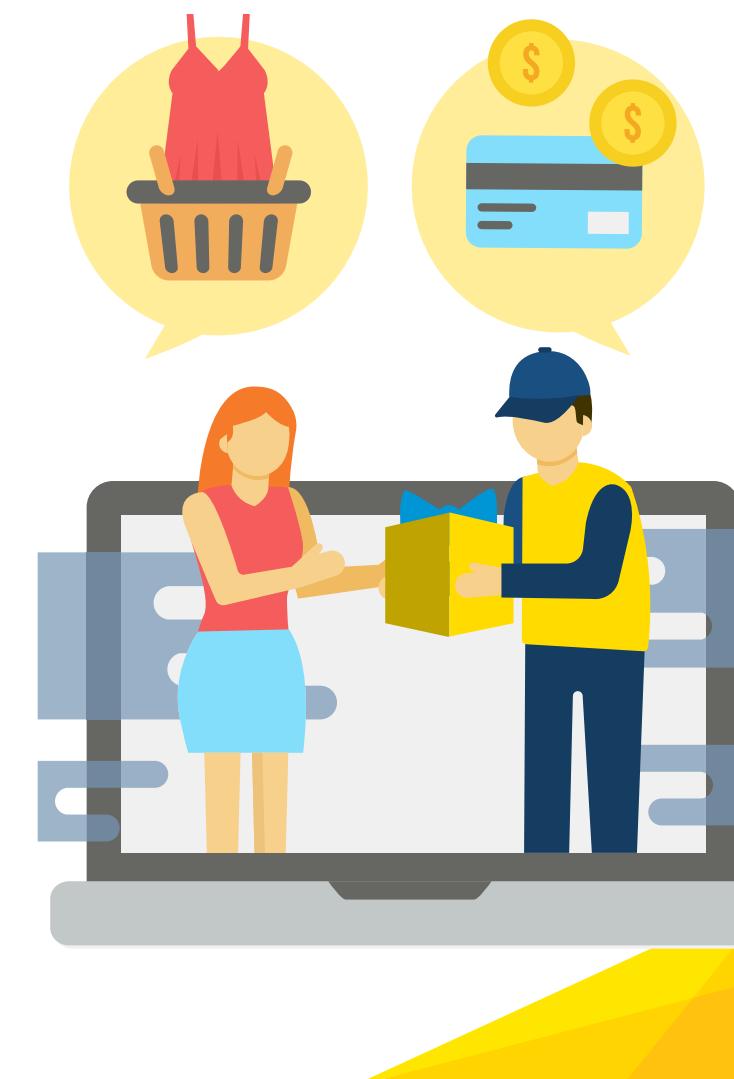
| Aplicações Financeiras                                 | Controladora     |                | Consolidado      |                |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|
|  | 31/12/2018       | 31/12/2017     | 31/12/2017       | 31/12/2017     |
| Banco do Brasil - FAE - 2                              | 688.430          | -              | 722.230          | 26.881         |
| Banco do Brasil - Fundo 13 B                           | 359.291          | 648.256        | 290.869          | 570.444        |
| Caixa Econômica Federal - Fundo X                      | 94.160           | 62.645         | 93.359           | 62.400         |
| Banco do Brasil - Fundo 13 C                           | -                | 155.017        | -                | 132.141        |
| Banco do Brasil - Fundo 13 A                           | -                | 123.283        | -                | 106.101        |
| <b>Total (Líquido do IR)</b>                           | <b>1.141.881</b> | <b>989.201</b> | <b>1.106.458</b> | <b>897.967</b> |
| A - Total circulante - Títulos                         | 749.932          | 224.168        | 783.742          | 251.084        |
| B - Total circulante - Caixa/ Operações Compromissadas | 69.223           | 118.116        |                  |                |
| C - Total circulante - IR sobre aplicações financeiras | (1.571)          | (1.592)        | (1.581)          | (1.626)        |
| D - Total circulante - Líquido do IR (A + B + C)       | 817.584          | 340.692        | 782.161          | 249.458        |
| E - Total não circulante - Títulos                     | 324.297          | 648.509        | 324.297          | 648.509        |

### 7.1.1 - Composição das aplicações por título e prazo de vencimento:

| Aplicação                       | Controladora     |                | Consolidado      |                |
|---------------------------------|------------------|----------------|------------------|----------------|
|                                 | 31/12/2018       | 31/12/2017     | 31/12/2018       | 31/12/2017     |
| NTN-B                           | 384.985          | 633.779        | 384.985          | 633.779        |
| LTN                             | -                | 226.286        | -                | 226.286        |
| Cotas - FAE 2                   | 689.262          | -              | 723.072          | 26.916         |
| NTN-F                           | -                | 12.974         | -                | 12.974         |
| Caixa/ Operações compromissadas | 69.223           | 118.116        |                  |                |
| <b>Subtotal</b>                 | <b>1.143.470</b> | <b>991.155</b> | <b>1.108.057</b> | <b>899.955</b> |
| Ajustes                         | (18)             | (362)          | (18)             | (362)          |
| <b>Total</b>                    | <b>1.143.452</b> | <b>990.793</b> | <b>1.108.039</b> | <b>899.593</b> |
| Imposto de renda                | (1.571)          | (1.592)        | (1.581)          | (1.626)        |
| <b>Líquido</b>                  | <b>1.141.881</b> | <b>989.201</b> | <b>1.106.458</b> | <b>897.967</b> |

| Composição das aplicações classificadas no ativo circulante (Consolidado) - 2018 |          |          |                |                |                     |                       |
|--|----------|----------|----------------|----------------|---------------------|-----------------------|
| Vencimento   | LTN      | NTN-F    | NTN-B          | Cotas          | Provisão de Ajustes | Total                 |
| 2019   | -        | -        | 60.688         | 723.072        | (1.581)             | (18) 782.161          |
| <b>Subtotal</b>  | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>60.688</b>  | <b>723.072</b> | <b>(1.581)</b>      | <b>(18) 782.161</b>   |
| Composição das aplicações classificadas no ativo não circulante (Consolidado) -  |          |          |                |                |                     |                       |
| Vencimento   | LTN      | NTN-F    | NTN-B          | Cotas          | Provisão de Ajustes | Total                 |
| 2020   | -        | -        | 70.868         | -              | -                   | 70.868                |
| 2021   | -        | -        | 61.433         | -              | -                   | 61.433                |
| 2022   | -        | -        | 139.148        | -              | -                   | 139.148               |
| 2023   | -        | -        | 52.848         | -              | -                   | 52.848                |
| <b>Subtotal</b>  | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>324.297</b> | <b>-</b>       | <b>-</b>            | <b>324.297</b>        |
| <b>Total</b>   | <b>-</b> | <b>-</b> | <b>384.985</b> | <b>723.072</b> | <b>(1.581)</b>      | <b>(18) 1.106.458</b> |

| Composição das aplicações classificadas no ativo circulante (Consolidado) - 2017 |                |               |                |               |                     |                      |
|--|----------------|---------------|----------------|---------------|---------------------|----------------------|
| Vencimento   | LTN            | NTN-F         | NTN-B          | Cotas         | Provisão de Ajustes | Total                |
| 2018   | 129.706        | -             | 94.824         | 26.916        | (1.626)             | (362) 249.458        |
| <b>Subtotal</b>  | <b>129.706</b> | <b>-</b>      | <b>94.824</b>  | <b>26.916</b> | <b>(1.626)</b>      | <b>(362) 249.458</b> |
| Composição das aplicações classificadas no ativo não circulante (Consolidado) -  |                |               |                |               |                     |                      |
| Vencimento   | LTN            | NTN-F         | NTN-B          | Cotas         | Provisão de Ajustes | Total                |
| 2019   | 33.190         | -             | 126.342        | -             | -                   | 159.532              |
| 2020   | 48.003         | -             | 110.252        | -             | -                   | 158.255              |
| 2021   | 15.387         | 12.974        | 138.800        | -             | -                   | 167.161              |
| 2022   | -              | -             | 163.561        | -             | -                   | 163.561              |
| <b>Subtotal</b>  | <b>96.580</b>  | <b>12.974</b> | <b>538.955</b> | <b>-</b>      | <b>(1.626)</b>      | <b>(362) 648.509</b> |
| <b>Total</b>   | <b>226.286</b> | <b>12.974</b> | <b>633.779</b> | <b>26.916</b> | <b>(1.626)</b>      | <b>(362) 897.967</b> |



## Nota - 8 Contas a receber

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das PECLD.

| Contas a receber                           | Controladora |           | Consolidado |           |
|--|--------------|-----------|-------------|-----------|
|  | 31/12/201    | 31/12/201 | 31/12/201   | 31/12/201 |
| Serviços Faturados                         | 1.568.674    | 1.551.480 | 1.568.674   | 1.551.480 |
| Débitos Internacionais                     | 653.307      | 619.936   | 653.307     | 619.936   |
| Serviços a Faturar                         | 114.933      | 212.831   | 114.933     | 212.831   |
| Valores a receber de AGF                   | 54.031       | 52.047    | 54.031      | 52.047    |
| Cartões de crédito                         | 32.260       | 22.327    | 32.260      | 22.327    |
| Prestação de contas – Agências (ACC, AGF e | 4.746        | 6.575     | 4.746       | 6.575     |
| Outros valores a receber de clientes       | 26           | 12        | 26          | 12        |
| Total                                      | 2.427.977    | 2.465.208 | 2.427.977   | 2.465.208 |

O detalhamento de serviços faturados, líquido das PECLD, por período de vencimento e a vencer, estão detalhados a seguir:

| Serviços faturados por faixa de vencimento | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| A - A vencer                               | 1.435.824    | 1.417.785  | 1.435.824   | 1.417.785  |
| B - Vencidos de 1 a 30 dias                | 73.039       | 70.249     | 73.039      | 70.249     |
| C - Vencidos de 31 a 60 dias               | 19.557       | 21.617     | 19.557      | 21.617     |
| D - Vencidos de 61 a 90 dias               | 12.415       | 14.822     | 12.415      | 14.822     |
| E - Vencidos de 91 a 180 dias              | 18.548       | 16.122     | 18.548      | 16.122     |
| F - Vencidos há mais de 180 dias           | 21.889       | 39.512     | 21.889      | 39.512     |
| Total a Receber                            | 1.581.272    | 1.580.107  | 1.581.272   | 1.580.107  |
| PECLD Total                                | (12.598)     | (28.627)   | (12.598)    | (28.627)   |
| Total Líquido a Receber                    | 1.568.674    | 1.551.480  | 1.568.674   | 1.551.480  |

### 8.1 - Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa:

Em conformidade com as novas regras de mensuração e reconhecimento de impairment sobre os ativos financeiros, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros, a partir de janeiro de 2018, a PECLD passou a ser constituída com base nas perdas esperadas, em substituição ao modelo de perdas incorridas disciplinado anteriormente pelo extinto CPC 38.

Assim, os percentuais de perda dos serviços faturados foram obtidos a partir da confrontação das faturas

vencidas e a vencer de novembro do exercício anterior, classificadas por classe de vencimento, que ainda permaneciam em aberto em outubro do exercício atual. Apurados os percentuais de perda esperada seguindo o modelo de matriz de provisão, esses percentuais foram aplicados sobre o valor das faturas em aberto classificadas nas classes de vencimentos levantadas na data de encerramento do balanço, conforme detalhado a seguir:

| Período                        | PECLD 2018                   |           |                |
|--------------------------------|------------------------------|-----------|----------------|
|                                | Base de cálculo <sup>1</sup> | (%) PECLD | Perda esperada |
| A- a vencer                    | 1.082.884                    | 0,10%     | 1.083          |
| B- vencidos de 1 a 30 dias     | 55.433                       | 3,30%     | 1.829          |
| C- vencidos de 31 a 60 dias    | 16.352                       | 1,70%     | 278            |
| D- vencidos de 61 a 90 dias    | 10.599                       | 3,80%     | 403            |
| E- vencidos de 91 a 180 dias   | 13.410                       | 7,50%     | 1.006          |
| F- vencidos a mais de 180 dias | 19.681                       | 30,80%    | 6.061          |
| G- recuperação judicial        | 1.938                        | 100,00%   | 1.938          |
| <b>Total</b>                   | <b>1.200.297</b>             | <b>-</b>  | <b>12.598</b>  |

<sup>1</sup> - Do saldo de serviços faturados foram deduzidas as faturas estornadas ou pagas até o início da apuração e com termo de confissão de dívida e acordo de parcelamento em execução (efetivo cumprimento).

O valor da PECLD registrada em 2017, em consonância ao CPC 38 foi de R\$ 28.627, conforme demonstrado no quadro abaixo:

| PECLD  | Controladora | Consolidado |
|--|--------------|-------------|
|  | 31/12/2017   | 31/12/2017  |
| Títulos de empresas privadas vencidos ao fim de 2017 (24% do saldo)                              | 27.773       | 27.773      |
| Títulos de empresas públicas vencidas ao fim de 2017 (1% do saldo)                               | 462          | 462         |
| Títulos de empresas em recuperação judicial ao fim de 2017 (100% do saldo – vencidos e a vencer) | 392          | 392         |
| Total  | 28.627       | 28.627      |

Caso o CPC 48 tivesse sido adotado em 2017, o valor a registrar de PECLD no período seria de R\$ 47.391, apurado conforme tabela a seguir:

| Período                          | PECLD 2017      |           |                |
|----------------------------------|-----------------|-----------|----------------|
|                                  | Base de cálculo | (%) PECLD | Perda esperada |
| A - A vencer                     | 1.417.785       | 0,5%      | 7.088          |
| B - Vencidos de 1 a 30 dias      | 70.274          | 1,8%      | 1.264          |
| C - Vencidos de 31 a 60 dias     | 21.603          | 8,4%      | 1.815          |
| D - Vencidos de 61 a 90 dias     | 14.843          | 17,5%     | 2.598          |
| E - Vencidos de 91 a 180 dias    | 16.095          | 81,6%     | 13.134         |
| F - Vencidos há mais de 180 dias | 39.507          | 54,4%     | 21.492         |
| Total                            | 1.580.107       |           | 47.391         |

A variação entre as perdas registradas no exercício atual em relação à 2017 refere-se, principalmente, à reclassificação, em 2018, para o ativo não circulante do montante de R\$ 20.153 referente a títulos a receber de cliente cujo Plano de Recuperação Judicial foi homologado em junho de 2018.

Sobre o valor reclassificado foi aplicado o percentual de 100% de perda.

É apresentada a seguir a conciliação/ movimentação da PECLD, composta por parcelas de perdas dedutíveis (Lei nº 9.430/1996) e de perdas não dedutíveis:

| Conciliação da PECLD de serviços faturados              | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------|------------|
| A - Perda total no início do período                    | 28.627     | 37.430     |
| B - Perda dedutível em 1º de janeiro                    | (57)       | (93)       |
| C - Perda não dedutível no início do período (A - B)    | 28.570     | 37.337     |
| D - Adições   | 43.014     | 22.628     |
| E - Baixas  | (58.992)   | (31.395)   |
| F - Perda não dedutível no final do período (C + D + E) | 12.592     | 28.570     |
| G - Perda dedutível no final do período                 | 6          | 57         |
| PECLD no final do período (F + G)                       | 12.598     | 28.627     |

Para fins fiscais, o excesso de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real para o cômputo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

## Nota - 9 Estoques

Os estoques estão armazenados em dois grandes Centros de Distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas, as unidades de atendimento e demais unidades operacionais. As perdas com estoque estão constituídas para os materiais que se encontram obsoletos, danificados ou vencidos.

| Estoques                            | Controladora |            | Consolidado |            |
|-------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                     | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Material para consumo               | 29.708       | 39.150     | 29.708      | 39.150     |
| Material para revenda/ almoxarifado | 8.148        | 16.181     | 8.148       | 16.181     |
| Material em consignação             | 564          | 565        | 564         | 565        |
| Perdas com estoque                  | (4.864)      | (2.699)    | (4.864)     | (2.699)    |
| Total                               | 33.556       | 53.197     | 33.556      | 53.197     |

## Nota - 10 Outros valores e bens

### 10.1 - Créditos com pessoas ligadas

| Créditos com pessoas ligadas              | Controladora |            | Consolidado |            |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
|   | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Empregados liberados - Postal Saúde       | 1.099        | -          | 1.099       | -          |
| Concessão de uso de espaço - Postal Saúde | 332          | -          | 332         | -          |
| Serviço saúde                             | -            | 47.323     | -           | 47.323     |
| Total                                     | 1.431        | 47.323     | 1.431       | 47.323     |

#### 10.1.1 - Empregados liberados à Postal Saúde

Valor devido aos Correios referente às despesas com remuneração e encargos de empregados cedidos à Postal Saúde.

#### 10.1.2 - Concessão de uso de espaço

Refere-se ao resarcimento do uso de espaço dos Correios pela Postal Saúde.

#### 10.1.3 - Serviço saúde

A utilização do saldo do adiantamento da conta Serviço Saúde foi ocasionada pela comprovação das despesas assistenciais realizada pela Postal Saúde.

### 10.2 - Adiantamentos

| Adiantamentos          | Controladora |            | Consolidado |            |
|------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                        | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Adiantamento de férias | 105.989      | 86.275     | 105.989     | 86.275     |
| Empregados cedidos     | 6.796        | 2.084      | 6.796       | 2.084      |
| Adiantamento salarial  | 3.485        | 3.418      | 3.485       | 3.418      |
| Demais adiantamentos   | 985          | 4.140      | 985         | 4.140      |
| Total                  | 117.255      | 95.917     | 117.255     | 95.917     |

#### 10.2.1 - Empregados cedidos

Valor devido aos Correios referente às despesas com remuneração e encargos de empregados cedidos para órgãos do governo, líquido de PECLD, cuja constituição é feita à base de 100% dos valores vencidos há mais de 365 dias.

#### 10.2.2 - Demais adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas

a comprovação posterior, bem como adiantamentos a estagiários.

#### 10.3 - Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem a valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

| Impostos e encargos sociais a compensar          | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| IRPJ a restituir                                 | 120.701      | 127.513    | 22.905      | 129.152    |
| CSLL a restituir                                 | 13.163       | 19.793     | 111.989     | 19.793     |
| INSS a restituir/ compensar                      | 10.105       | 9.104      | 10.105      | 9.104      |
| IR retido na fonte                               | 5.286        | 20.440     | 5.286       | 20.440     |
| ICMS a recuperar/ compensar                      | 3.457        | 1.551      | 3.457       | 1.551      |
| Demais impostos/ encargos a restituir/ compensar | 3.117        | 3.066      | 3.117       | 3.080      |
| CSLL retida na fonte                             | 2.244        | 5.271      | 2.244       | 5.271      |
| COFINS a restituir/ compensar                    | 1.972        | 2.271      | 1.972       | 2.271      |
| IR sobre aplicações financeiras                  | 1.571        | 2.552      | 1.581       | 2.586      |
| ISS retenção por clientes                        | 923          | 1.119      | 923         | 1.119      |
| COFINS retido na fonte                           | 711          | 711        | 711         | 711        |
| Salário família/ maternidade                     | 671          | 658        | 671         | 658        |
| PIS retido na fonte                              | 393          | 393        | 393         | 393        |
| INSS retenção por clientes                       | 383          | 213        | 383         | 213        |
| PIS a restituir/ compensar                       | -            | 480        | -           | 480        |
| Total  | 164.697      | 195.135    | 165.737     | 196.822    |

### 10.3.1 - CSLL e IR a restituir

As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até o final do exercício de 2018. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB.

### 10.3.2 - IR e CSLL retidos na fonte

São os impostos e contribuições retidos na fonte sobre os valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal.

### 10.3.3 - PIS e COFINS a restituir/ compensar

Compreendem os créditos fiscais relativos a pagamentos indevidos ou a maior. No exercício de 2018 os saldos foram objeto de processos administrativos de compensação/restituição junto à RFB.

### 10.4 - Cobrança jurídica/ inadimplência

Representam os direitos, líquido das perdas esperadas de crédito de liquidação duvi-

dosa - PECLD, cuja cobrança está no âmbito judicial.

| Cobrança jurídica/ Inadimplência           | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Faturas em cobrança jurídica               | 5.033        | 1.380      | 5.033       | 1.380      |
| Acordos jurídicos - REFIS                  | 3.633        | -          | 3.633       | -          |
| Inadimplentes - AGF                        | 1.936        | 1.061      | 1.936       | 1.061      |
| Débitos de empregados em cobrança jurídica | 46           | 90         | 46          | 90         |
| Inadimplentes - ACC                        | 15           | 152        | 15          | 152        |
| Total                                      | 10.663       | 2.683      | 10.663      | 2.683      |

#### 10.4.1 - Faturas em cobrança jurídica

O montante líquido de R\$ 5.033 refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

O percentual apurado para a constituição da PECLD das faturas em cobrança jurídica, é revisado anualmente e tem como base a relação, por categoria dos valores, dos acordos judiciais e extrajudiciais em efetiva execução, sob responsabilidade da área jurídica, referente às parcelas ainda não pagas bem como o valor dos acordos judiciais e extraju-

diciais firmados e pagos nos últimos doze meses.

A constituição das perdas dedutíveis é baseada no reconhecimento da perda definitiva, para controle por cinco anos, a contar da data do vencimento, em observância às regras estabelecidas na Lei nº 9.430/1996.

Para o reconhecimento da perda é aplicado o percentual esperado de perda sobre a diferença existente entre o valor das faturas em cobrança jurídica e o total das perdas dedutíveis em cobrança judicial.

| Perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD | Controladora/ consolidado |            |                     |            |
|---|---------------------------|------------|---------------------|------------|
|   | Percentual aplicado       | 31/12/2018 | Percentual aplicado | 31/12/2017 |
| Perdas não dedutíveis                                       | 95,7%                     | 112.885    | 95,7%               | 67.598     |
| Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)                            | 100,0%                    | 24.416     | 100,0%              | 45.701     |
| Perdas de títulos de empresas em recuperação judicial       | 100,0%                    | -          | 100,0%              | 745        |
| Total   |                           | 137.301    |                     | 114.044    |

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

| Movimentação - PECLD                                    | Controladora/ consolidado |            |
|---|---------------------------|------------|
|   | 31/12/2018                | 31/12/2017 |
| A - Perda total no início do período                    | 114.044                   | 125.229    |
| B - Perda dedutível em 1º de janeiro                    | (45.701)                  | (51.707)   |
| C - Perda não dedutível no início do período (A + B)    | 68.343                    | 73.522     |
| D - Adições   | 65.829                    | 24.666     |
| E - Baixas  | (21.287)                  | (29.845)   |
| F - Perda não dedutível no final do período (C + D + E) | 112.885                   | 68.343     |
| G - Perda dedutível no final do período                 | 24.416                    | 45.701     |
| PECLD no final do período (F + G)                       | 137.301                   | 114.044    |

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituiu, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

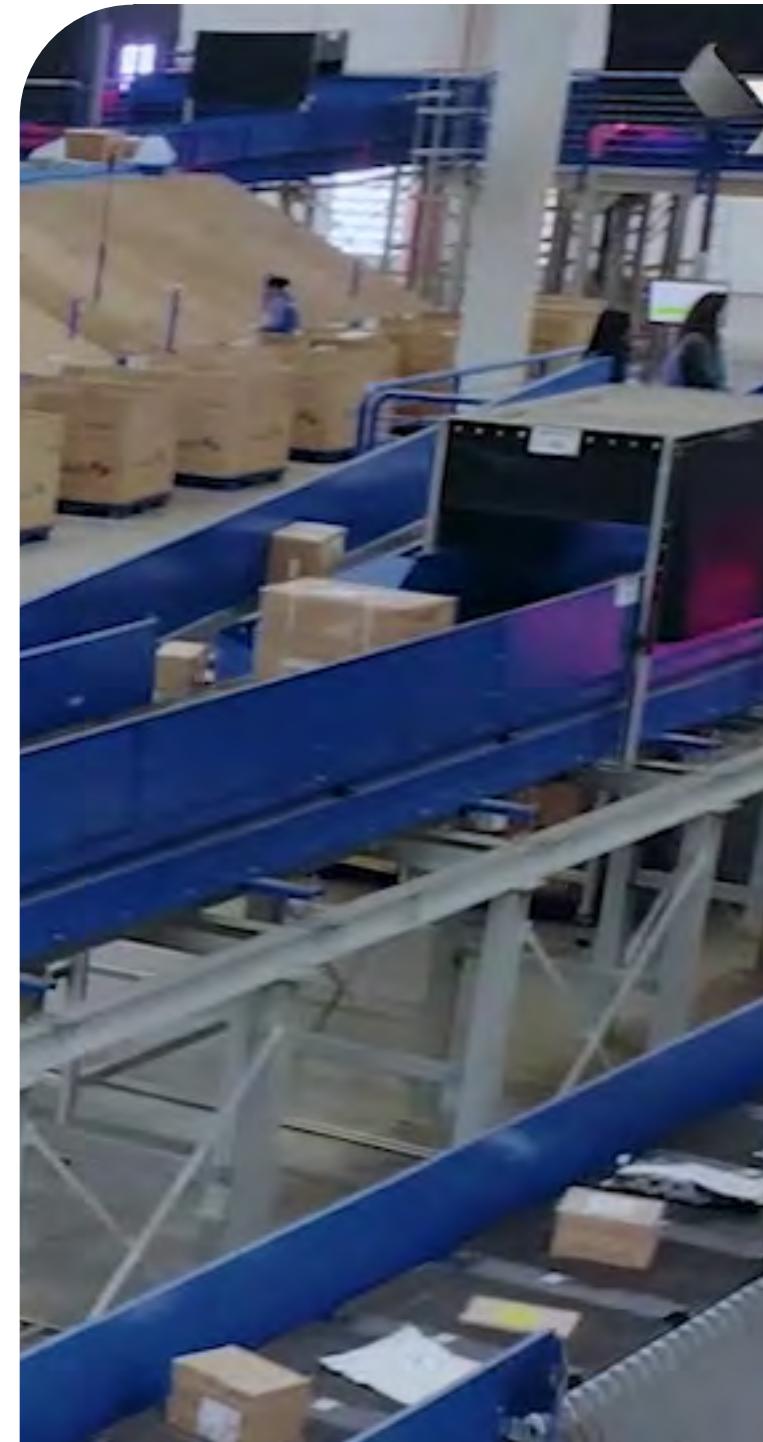
#### 10.4.2 - Acordos Jurídicos - REFIS

Corresponde aos valores decorrentes Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT - REFIS POSTAL), instituído em 2018, cujo objetivo era a renegociação de dívidas de clientes (pessoas físicas ou jurídicas) contraídas com a Empresa.

O programa teve por objeto os créditos cíveis dos Correios que estavam judicializados, cujos valores atualizados até o dia 06 de abril de 2017 não ultrapassavam a quantia de R\$ 5.000.

#### 10.4.3 - Inadimplentes - AGF

Refere-se a valores não repassados pelas AGFs no prazo regulamentar estabelecido para a prestação de contas líquidos do percentual de perda esperada.



## 10.5 - Outros créditos

| Outros créditos                        | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Float bancário - faturamento           | 8.587        | -          | 8.587       | -          |
| Débitos de empregados                  | 5.665        | 4.434      | 5.665       | 4.434      |
| Bens sucateados                        | 2.670        | 105        | 2.670       | 105        |
| Débitos de terceiros                   | 1.710        | 22.119     | 1.710       | 22.119     |
| Telesena - resgate de título           | 1.250        | 1.379      | 1.250       | 1.379      |
| Débitos de empregados - agência        | 312          | 1.366      | 312         | 1.366      |
| Saque de conta virtual                 | 293          | 8          | 293         | 8          |
| Coupons - réponse trocado              | 205          | 169        | 205         | 169        |
| Vale postal internacional - importação | 196          | 167        | 196         | 167        |
| Total                                  | 20.888       | 29.747     | 20.888      | 29.747     |

### 10.5.1 - Float bancário

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

### 10.5.2 - Débitos de empregados

São débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, reconhecidos após apuração de responsabilidade e a respectiva emissão de Portaria para desconto em folha de pagamento.

### 10.5.3 - Bens sucateados

Valores líquidos de depreciação dos bens sucateados destinados à alienação, doação ou desmonte, cuja data de realização

esteja fixada/prevista até o final do exercício seguinte.

### 10.5.4 - Débitos de terceiros

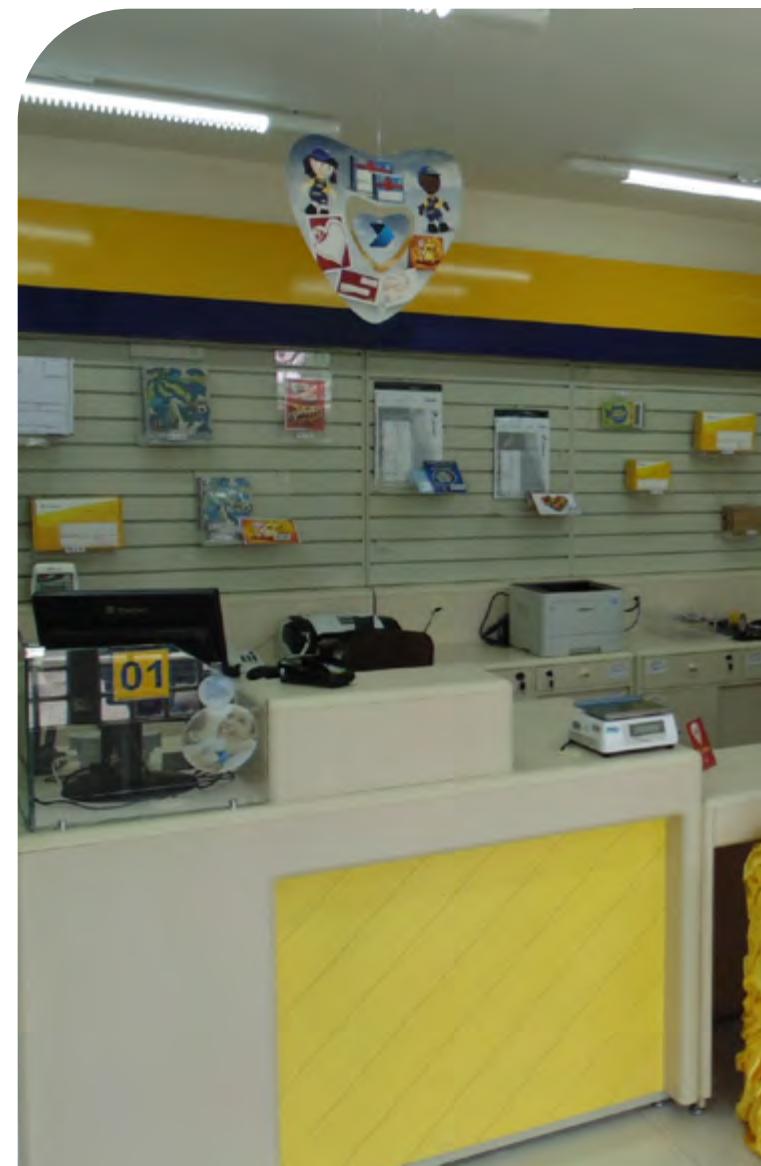
A rubrica é composta, principalmente, pelas multas aplicadas a fornecedores por descumprimento contratual. A redução na rubrica deve-se, principalmente, ao aumento do percentual da PECLD, que em 2017 era de 52% e em 2018 foi de 98,1%.

### 10.5.5 - Telesena - resgate de título

Refere-se ao valor pago relativo a títulos de capitalização hábeis para resgate.

### 10.5.6 - Outros débitos de empregados - agência

Representam os débitos decorrentes de diferenças de caixa das agências. A perda esperada é constituída à base de 96,4% do saldo acumulado na conta.



## Nota - 11 Ativo não circulante mantido para venda

Trata-se de imóveis não utilizados pela Empresa, no qual a Administração se comprometeu a adotar todas as ações necessárias para se desfazer do bem nos próximos doze meses usufruindo dos benefícios econômicos gerados com a venda.

| Mantidos para venda                             | Saldo em 31/12/2017 | Transf. de Prop. para Investimento | Depreciação | Impairment | Baixa | Saldo em 31/12/2018 |
|---|---------------------|------------------------------------|-------------|------------|-------|---------------------|
| Terrenos  | -                   | 26.330                             | -           |            | -     | 26.330              |
| Prédios   | -                   | 117                                | (5)         |            | -     | 112                 |
| <i>Impairment</i> mantidos p/ venda (nota 11.1) | -                   | -                                  |             | (9.036)    | -     | (9.036)             |
| Total   | -                   | 26.446                             | (5)         | (9.036)    | -     | 17.406              |

Em atendimento ao disposto no CPC 31 a depreciação dos imóveis foi interrompida quando da reclassificação para mantidos para a venda, mantendo-se o saldo acumulado até a data da transferência.

### 11.1 - Regras para a mensuração e reconhecimento do impairment

Para a aplicação do teste de impairment, são confrontados o valor recuperável do imóvel com o seu valor contábil líquido, a fim de verificar a necessidade ou não de reconhecimento de uma estimativa de perda. Caso o valor recuperável do imóvel seja inferior ao seu valor contábil líquido, faz-se uma estimativa de perda reduzindo o valor do ativo ao valor recuperável, por

outro lado, se o valor do imóvel for superior ao valor contábil líquido deste, mantém-se o valor contábil do imóvel.

O valor recuperável dos imóveis é estabelecido com base no valor justo líquido das despesas incrementais conforme segue:

a.o valor justo do imóvel é definido com base em avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT; e

b.são consideradas despesas incrementais para dedução do valor justo as despesas, relevantes, que somente existirão em caso de uma possível venda.

## Nota - 12 Ativo não circulante

### 12.1 - Investimentos não permanentes

#### 12.1.1 - Outras aplicações - VJORA

As rubricas registradas no quadro a seguir foram classificadas como ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

| Outras aplicações - VJORA    | Controladora |            | Consolidado |            |
|------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                              | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Participações não relevantes | 6.302        | 3.516      | 6.302       | 3.516      |
| FINAM/FINOR                  | 693          | -          | 693         | -          |
| Outros investimentos         | -            | 894        | -           | 894        |
| Total                        | 6.995        | 4.410      | 6.995       | 4.410      |

#### 12.1.1.1 - Participações não relevantes

Trata-se de ações de companhias telefônicas. O acréscimo no saldo refere-se à valorização das ações.

#### 12.1.1.2 - FINAM/ FINOR

Valores relativos à aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM e Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. Sobre os depósitos do FINOR estão constituídas perdas não dedutíveis de 100%. Os valores convertidos em certificados estão atualizados conforme cotação do dia 31 de dezembro de 2018.

## 12.2 - Depósitos judiciais, recursais e administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

| Depósitos judiciais, recursais e administrativos | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Depósitos recursais administrativos              | 69.318       | 70.057     | 69.318      | 70.057     |
| Depósitos judiciais                              | 22.154       | 21.701     | 22.154      | 21.701     |
| Depósitos recursais                              | 16.787       | 16.271     | 16.787      | 16.271     |
| Penhora de numerários                            | 10.078       | 6.886      | 10.078      | 6.886      |
| Total  | 118.337      | 114.915    | 118.337     | 114.915    |

Os valores de R\$ 22.154 e R\$ 16.787 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 69.318 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD. O valor de R\$ 10.078 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

a. os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial e recebem atualização monetária;

b. os depósitos recursais eram exigidos

para interposição de recursos judiciais antes da Empresa ser equiparada à Fazenda Pública e são atualizados monetariamente;

c. os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, aplicadas pelo órgão fiscalizador e recebem atualiza-

ção monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;

d. as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo Juízo sem que haja prévia comunicação

e. à empresa. As penhoras são realizadas via sistema BACENJUD, que interliga a Justiça ao Banco Central e às instituições bancárias, para agilizar a solicitação de informações e o envio de ordens judiciais ao Sistema Financeiro Nacional, via internet, e são reconhecidas como direito tendo em vista que a empresa foi equiparada à Fazenda Pública.

## 12.3 - Tributos a compensar

| Tributos a compensar                              | Controladora |            | Consolidado |            |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
|   | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Imunidade tributária                              | 1.621.435    | 1.453.916  | 1.621.435   | 1.453.916  |
| IR  | 940.683      | 849.606    | 940.683     | 849.606    |
| PIS/ COFINS                                       | 680.752      | 604.310    | 680.752     | 604.310    |
| Tributos retidos na fonte - contrato Banco Postal | 239.957      | 139.492    | 239.957     | 139.492    |
| Total   | 1.861.392    | 1.593.408  | 1.861.392   | 1.593.408  |

Os Correios, amparados pela imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, protocolizaram, em 2016, pedidos de restituição na esfera administrativa dos valores pagos indevidamente a título de IRPJ.

O montante de R\$ 1.621.435 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, PIS e COFINS registrados em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 1.453.916, e atualizados em 31 de dezembro de 2018 pelo valor de R\$ 166.369, por levar em consideração o êxito obtido em três dos dez pedidos de restituição e acrescido de R\$ 1.150 referente a IRPJ retido sobre aplicações financeiras de exercícios anteriores.

Os créditos de IR totalizam R\$ 940.683 e estão sendo discutidos em âmbito administrativo por meio de dez pedidos de restituição. Desses pedidos, três foram julgados pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF a favor dos Correios, nos meses de agosto e outubro de 2018.

Os créditos de PIS e COFINS no total de R\$ 680.752 estão resguardados pelo Protesto Judicial protocolizado em 24 de julho de 2017.

O saldo de R\$ 239.957 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF .

#### 12.4 - Outros

|                               | Controladora |            | Consolidado |            |
|-------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                               | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Outros - ativo não circulante |              |            |             |            |
| Acordos jurídicos - REFIS     | 3.069        | -          | 3.069       | -          |
| Correiospar - resarcimentos   | 1.071        | 989        | -           | -          |
| Outros débitos de empregados  | 721          | 856        | 721         | 856        |
| Débitos de ex-empregados      | 153          | 1.284      | 153         | 1.284      |
| Renegociação de faturas       | -            | 613        | -           | 613        |
| Outros créditos a realizar    | -            | 27         | -           | 27         |
| Total                         | 5.014        | 3.769      | 3.943       | 2.780      |

##### 12.4.1 - Correiospar - resarcimentos

Compreende o resarcimento de atividades administrativas, estabelecido conforme convênio entre a Correiospar e os Correios.

##### 12.4.2 - Débitos de ex-empregados

São débitos de ex-empregados não recuperados na rescisão contratual, anteriormente registrados em conta de outros débitos de empregados no curto prazo. A perda esperada é constituída à base de 99% do saldo acumulado na conta.

#### Nota - 13 Investimentos

##### 3.1 - Investimentos permanentes

###### 13.1.1 - Imóveis mantidos para investimentos

Os imóveis cedidos, alugados ou desocupados, isto é, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas são caracterizados como mantidos pelo proprietário para obter rendas, e, nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 28 - Propriedades para Investimentos são classificados como Investimentos.

Os critérios para classificação e os métodos e taxas de depreciação são os mesmos utilizados para o imobilizado, constantes na nota 3.12.

| Imóveis mantidos para investimentos       | Controladora/ consolidado |            |                      |                          |                     |
|---|---------------------------|------------|----------------------|--------------------------|---------------------|
|   | Saldo em 31/12/2017       | Impairment | Transferências Saída | Depreciação/ Amortização | Saldo em 31/12/2018 |
| Terrenos cedidos ou alugados              | 72.605                    | -          | -                    | -                        | 72.605              |
| Prédios cedidos ou alugados               | 5.580                     | -          | -                    | (905)                    | 4.675               |
| Terrenos desocupados                      | 588.458                   | -          | (26.330)             | -                        | 562.128             |
| Prédios desocupados                       | 23.407                    | -          | (112)                | (226)                    | 23.069              |
| <i>Impairment</i> prédios                 | -                         | (553)      |                      |                          |                     |
| <i>Impairment</i> desocupados (nota 11.1) | (34)                      | (63.634)   | 9.036                | -                        | (55.185)            |
| Instalações desocupadas                   | 109                       | -          | -                    | -                        | 109                 |
| Total                                     | 690.125                   | (64.187)   | (17.406)             | (1.131)                  | 607.401             |

Nesse exercício a Correiospar apresentou um prejuízo de R\$ 14.077, que acrescido do prejuízo acumulado até 2017 de R\$ 2.427 reduziu o saldo do investimento, após a aplicação do método de equivalência patrimonial, para R\$ 33.758.

## Nota - 14 Imobilizado

Os critérios de mensuração, métodos e taxas de depreciação são apresentados na nota 3.12.

### 13.2 - Correiospar

Os Correios constituíram, em 24 de dezembro de 2014, a sociedade comercial sob forma de sociedade anônima, denominada Correios Participações S/A - Correiospar, com o capital subscrito de R\$ 300.000, representado por 300.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Desse montante, R\$ 50.262 foram integralizados, dentre os quais R\$ 20.262 foram repassados em 2018.

| Imobilizado   | Controladora/Consolidado |                |                |                        |                      |                          |                 |                     |
|---|--------------------------|----------------|----------------|------------------------|----------------------|--------------------------|-----------------|---------------------|
|   | Saldo em 31/12/2017      | Adições        | Baixas         | Transferências Entrada | Transferências Saída | Depreciação/ Amortização | Bens sucateados | Saldo em 31/12/2018 |
| Terrenos  | 3.536.455                | -              | -              | -                      | -                    | -                        | -               | 3.536.455           |
| <i>Impairment</i> terrenos                          | (491)                    | -              | -              | -                      | -                    | -                        | -               | (491)               |
| Prédios   | 1.396.371                | 3.941          | -              | 31.578                 | -                    | (29.424)                 | -               | 1.402.466           |
| <i>Impairment</i> prédios                           | (50.435)                 | -              | -              | -                      | -                    | -                        | -               | (50.435)            |
| Instalações em prédios próprios                     | 83.445                   | 524            | -              | -                      | (8.662)              | (9.992)                  | -               | 60.315              |
| Benefeitorias e instalações em imóveis de terceiros | 38.814                   | 54             | (34)           | 6.569                  | -                    | (18.869)                 | -               | 26.534              |
| Obras em andamento                                  | 88.123                   | 18.787         | (505)          | -                      | (32.416)             | -                        | -               | 73.989              |
| <b>Subtotal imóveis</b>                             | <b>5.092.282</b>         | <b>23.306</b>  | <b>(539)</b>   | <b>38.147</b>          | <b>(41.078)</b>      | <b>(58.285)</b>          | <b>-</b>        | <b>5.053.833</b>    |
| Móveis e utensílios                                 | 190.576                  | 7.210          | (509)          | 2.255                  | -                    | (41.928)                 | (1.012)         | 156.592             |
| Máquinas e equipamentos                             | 363.499                  | 72.617         | (427)          | 23.964                 | -                    | (72.589)                 | (678)           | 386.386             |
| Veículos motorizados                                | 439.088                  | 25.253         | (38)           | -                      | (122)                | (26.044)                 | (838)           | 437.299             |
| Veículos não motorizados                            | 5.058                    | 239            | (8)            | -                      | (1)                  | (2.870)                  | (12)            | 2.406               |
| Ferramentas e instrumentos                          | 300                      | 1              | -              | -                      | (1)                  | (185)                    | 2               | 117                 |
| Equipamentos de processamento de dados              | 146.030                  | 28.186         | (39)           | 27.728                 | -                    | (56.102)                 | (27)            | 145.776             |
| Aquisição de bens e equipamentos em andamento       | 233.024                  | 42.213         | -              | -                      | (56.992)             | -                        | -               | 224.245             |
| <b>Subtotal móveis</b>                              | <b>1.377.575</b>         | <b>175.719</b> | <b>(1.021)</b> | <b>53.947</b>          | <b>(51.116)</b>      | <b>(199.718)</b>         | <b>(2.565)</b>  | <b>1.352.821</b>    |
| <b>Total</b>  | <b>6.469.857</b>         | <b>199.025</b> | <b>(1.560)</b> | <b>92.094</b>          | <b>(92.194)</b>      | <b>(258.003)</b>         | <b>(2.565)</b>  | <b>6.406.654</b>    |

## Nota - 15 Intangível

Corresponde à softwares não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

Os critérios de mensuração e métodos de amortização estão detalhados na nota 3.13.

| Intangível                  | Controladora/ consolidado |         |                        |                      |                          |                     |
|-----------------------------|---------------------------|---------|------------------------|----------------------|--------------------------|---------------------|
|                             | Saldo em 31/12/2017       | Adições | Transferências Entrada | Transferências Saída | Depreciação/ Amortização | Saldo em 31/12/2018 |
| Software, licenc. similares | 89.219                    | 24.042  | 105                    | (13)                 | (44.848)                 | 68.505              |
| Total Intangível            | 89.219                    | 24.042  | 105                    | (13)                 | (44.848)                 | 68.505              |

## Nota - 16 Passivo circulante

### 16.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

| Fornecedores                  | Controladora |            | Consolidado |            |
|-------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                               | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Material, produtos e serviços | 968.416      | 747.123    | 968.416     | 747.123    |
| Consignações                  | 149          | 149        | 149         | 149        |
| Outros                        | 16           | -          | 16          | -          |
| Total                         | 968.581      | 747.272    | 968.581     | 747.272    |

#### 16.1.1 - Outros

Refere-se aos pagamentos realizados nas agências, à fornecedores, por meio de Autorizações de Pagamento - APs.

base 1/12 (um doze avos) da remuneração de cada empregado acrescidas do adicional de 70% conforme acordo coletivo de tra-

lho, registradas mensalmente; e demais encargos sociais retidos.

### 16.2 - Salários e consignações

Correspondem às obrigações trabalhistas devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis; às provisões de férias à

| Salários e consignações           | Controladora |            | Consolidado |            |
|-----------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                   | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Férias                            | 1.194.407    | 1.258.279  | 1.194.407   | 1.258.279  |
| INSS - empregado                  | 42.826       | 43.257     | 42.826      | 43.257     |
| Postalis (PostalPrev) - empregado | 39.120       | 41.516     | 39.120      | 41.516     |
| Obrigações trabalhistas           | 18.235       | 17.106     | 18.235      | 17.106     |
| Postalis (BD) - empregado         | 12.395       | 13.123     | 12.395      | 13.123     |
| Retenção SEST/ SENAT              | 3            | 2          | 3           | 2          |
| Total                             | 1.306.986    | 1.373.283  | 1.306.986   | 1.373.283  |

**16.3 - Encargos sociais**

| Encargos sociais          | Controladora |            | Consolidado |            |
|---------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                           | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| INSS - empregador         | 119.080      | 121.142    | 119.080     | 121.142    |
| FGTS                      | 53.373       | 53.889     | 53.373      | 53.889     |
| PostalPrev - empregador   | 37.336       | 39.337     | 37.336      | 39.337     |
| Postalis - PBD            | 12.420       | 13.143     | 12.420      | 13.143     |
| Salário educação          | 11.303       | 11.493     | 11.303      | 11.493     |
| Senai adicional           | 905          | 920        | 905         | 920        |
| INSS - autônomos/ avulsos | 672          | 369        | 672         | 369        |
| Total                     | 235.089      | 240.293    | 235.089     | 240.293    |

**16.4 - Impostos e contribuições**

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias

| Impostos e contribuições                | Controladora |            | Consolidado |            |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
|   | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| IR retido de empregados                 | 50.766       | 46.860     | 50.766      | 46.860     |
| COFINS                                  | 39.621       | 53.900     | 39.631      | 53.906     |
| Retenções na fonte - Lei nº 9.430/1996  | 29.956       | 25.831     | 29.956      | 25.831     |
| PIS                                     | 8.585        | 11.654     | 8.587       | 11.655     |
| ICMS                                    | 9.659        | 7.198      | 9.659       | 7.198      |
| ISSQN - retido de terceiros             | 6.235        | 5.320      | 6.235       | 5.320      |
| INSS empresas - retenção na fonte       | 6.412        | 4.989      | 6.412       | 4.989      |
| IR retido de terceiros                  | 2.610        | 1.909      | 2.610       | 1.909      |
| INSS retenção - contribuinte individual | 166          | 179        | 166         | 179        |
| Outras obrigações tributárias           | 67           | -          | 67          | -          |
| Total                                   | 154.077      | 157.840    | 154.089     | 157.847    |



## 16.5 - Arrecadações e recebimentos

As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir. Essas obrigações são liquidadas, mensalmente, e na forma pactuada nos contratos com terceiros.

| Arrecadações e recebimentos                        | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Recebimento para o Postalis                        | 21.629       | 24.946     | 21.629      | 24.946     |
| Recebimento de imposto de importação               | 10.673       | 7.933      | 10.673      | 7.933      |
| Emissão de vale postal nacional                    | 8.113        | 6.718      | 8.113       | 6.718      |
| Telesena - venda de título                         | 1.028        | 1.818      | 1.028       | 1.818      |
| Outros recebimentos/ arrecadações                  | 637          | 1.384      | 637         | 1.384      |
| Importação/ Exportação - vale postal internacional | 173          | 440        | 173         | 440        |
| Certificado digital                                | 52           | 4.280      | 52          | 4.280      |
| Total  | 42.305       | 47.519     | 42.305      | 47.519     |

### 16.5.1 - Recebimento para o Postalis

Compreendem os valores dos empréstimos consignados dos funcionários, descontados em folha de pagamentos, para repasse ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - Postalis.

### 16.5.2 - Recebimento de imposto de Importação

Referem-se aos valores arrecadados, relativos à cobrança do imposto de importação, quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

### 16.5.3 - Emissão de Vale Postal Nacional

Esses valores correspondem à execução do serviço de Vale Posta Nacional Eletrônico (VPN-e).

### 16.5.4 - Outros recebimentos/ arrecadações

São as obrigações decorrentes de arrecadações para terceiros, recebimento de contas e taxas.

## 16.6 - Adiantamentos de clientes

O valor de R\$ 21.656, em 2018, e R\$ 6.427, em 2017, representam os montantes recebidos de clientes, provenientes de faturas emitidas e pagas indevidamente ou com valor a maior e de faturas pagas em duplicidade.

## 16.7 - Contas internacionais a pagar

O valor de R\$ 95.367, em 2018, e R\$ 85.774, em 2017, representam as obrigações para com as Administrações Postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios.

## 16.8 - Precatórios

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

| Precatório                             | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Precatórios judiciais (circulante)     | 129.728      | 87.944     | 129.728     | 87.944     |
| Precatórios judiciais (não circulante) | 39.243       | 31.128     | 39.243      | 31.128     |
| Total                                  | 168.971      | 119.072    | 168.971     | 119.072    |

O aumento observado no passivo e despesas de Precatórios em 2018 está relacionado, principalmente, ações de natureza trabalhista.

Essa variação pode ser justificada pela entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, conhecida como “Reforma Trabalhista”, alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e pelas volumosas ações do Sindicato de Brasília e do Sindicato do Rio de Janeiro, bem como os acordos de Gratificação de função.

#### 16.9 - Apropriações por competência - Patrocinadas/ Mantidas

| Apropriações por competência – Patrocinadas/<br>mantidas | Controladora |                                | Consolidado |                                |
|--|--------------|--------------------------------|-------------|--------------------------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017<br>(reclassificado) | 31/12/2018  | 31/12/2017<br>(reclassificado) |
| CorreiosSaúde  | 68.114       | 82.971                         | 68.114      | 82.971                         |
| Postalis   | 30.750       | 27.959                         | 30.750      | 27.959                         |
| Benefício Definido - BD                                  | 30.173       | 27.204                         | 30.173      | 27.204                         |
| PostalPrev   | 577          | 755                            | 577         | 755                            |
| Total  | 98.864       | 110.930                        | 98.864      | 110.930                        |

#### 16.10 - Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

| Empréstimos e Financiamentos | Controladora/ Consolidado |                          |                       |                      |                |
|------------------------------|---------------------------|--------------------------|-----------------------|----------------------|----------------|
|                              | Saldo da Obrigação        | Amortização do Principal | Amortização dos juros | Despesa do exercício | Dívida Líquida |
| 31/12/2017                   | 721.923                   | -                        | (89.629)              | 95.434               | 727.728        |
| 31/12/2018                   | 727.729                   | (187.500)                | (51.917)              | 56.770               | 545.082        |

| Empréstimos e Financiamentos               | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Empréstimos e Financiamentos (curto prazo) | 181.694      | 182.647    | 181.694     | 182.647    |
| Empréstimos e Financiamentos (longo prazo) | 363.388      | 545.082    | 363.388     | 545.082    |
| Total                                      | 545.082      | 727.729    | 545.082     | 727.729    |

| Características                          | Saldo em 31/12/2017                                    |
|--|--|
| Objetivo                                 | Capital de giro  |
| Saldo da obrigação atuarial              | 750.000  |
| Data da emissão                          | 28/12/2016   |
| Vencimento final                         | 28/12/2021   |
| Remuneração                              | de 125 a 130% da taxa média do CDI                     |
| Exigibilidade de juros                   | Mensal a partir de janeiro/2017                        |
| Encargos financeiros totais <sup>2</sup> | 29.076   |
| Amortizações                             | 48 parcelas mensais a partir de 28/01/2018             |
| Garantia                                 | Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias |

<sup>1</sup> - Cédula de crédito bancário.

<sup>2</sup> - Refere-se à comissão flat, imposto sobre operações financeiras (IOF) e despesas bancárias.

De acordo com os termos do contrato de empréstimo, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

| Exercício | Dívida Líquida/ EBITDA |
|-----------|------------------------|
| 2017      | Inferior a 4,0x        |
| 2018      | Inferior a 3,5x        |
| 2019      | Inferior a 3,0x        |
| 2020      | Inferior a 3,0x        |

Em 31 de dezembro de 2018, a proporção da dívida líquida em relação ao EBITDA foi de -0,93, pois a soma do caixa e aplicações financeiras era superior à dívida bruta total, indicando que os Correios atenderam à cláusula contida no contrato do empréstimo.

### 16.11 - Participação nos Lucros e Resultados - PLR

|  | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR | -            | 26.384     | -           | 26.384     |
| Participação nos Lucros e Resultados - PLR |              |            |             |            |

Em 2018, com base em estudo elaborado pela área de Relações Trabalhistas e apreciado pelo Departamento Jurídico, o valor remanescente da PLR foi revertido integralmente em contrapartida ao resultado.

### 16.12 - Receitas a apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e/ ou faturamente por estimativa que constituirão receitas em competências seguintes.

Do montante de R\$ 28.495, registrado nesta rubrica em 2018, R\$ 22.041 são provenientes de alugueis de caixas postais e R\$ 6.454 refere-se à faturamento por estimativa.

O valor de R\$ 20.744, registrado em 2017 é composto por R\$ 19.957 proveniente alugueis de caixas postais e R\$ 517 referente a faturamento por estimativa.

### 16.13 - Obrigações financeiras a pagar

Em face do distrato, os Correios reconheceram um custo gerado pela resilição no valor de R\$405.233, derivados da atualização monetária do valor principal a ser devolvido de R\$ 1.460.017, constituindo, em 30 de maio de 2014, uma dívida de R\$ 1.865.250.

| Distrato do Banco Postal | Controladora/ Consolidado |                      |             |
|--------------------------|---------------------------|----------------------|-------------|
|                          | Valor Principal           | Valor da Atualização | Valor Total |
| 30/05/2014               | 1.460.017                 | 405.233              | 1.865.250   |

Verifica-se que o custo gerado com este distrato está condicionado à assinatura do novo contrato, o qual enseja um aumento de receita com o serviço de Banco Postal. Assim, seguindo o princípio da confrontação da receita com a despesa, o custo da operação, deverá ser apropriado na despesa à medida que a receita do novo contrato é reconhecida, durante o período de 30 meses.

Até 2016, foi pago o montante de R\$ 1.411.848, referente às duas primeiras parcelas do distrato (a primeira parcela, paga em 02 de janeiro de 2015, no valor de R\$ 662.014 e a segunda parcela, paga em 04 de janeiros de 2016, no valor de R\$ 749.834).

Contudo, em 05 de dezembro de 2016, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Instrumento de Distrato do Contrato de Correspondente - Banco Postal, que alterou a forma de pagamento da terceira parcela da devolução, prevista para 02 de janeiro de 2017. Com a nova redação, o saldo devedor apurado em 05 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 846.311, deverá ser pago em 36 parcelas consecutivas e mensais, correspondentes, cada uma, a 1/36 do seu valor, admitindo-se a antecipação do pagamento.

As parcelas mensais serão atualizadas, mensalmente, pela taxa Selic, desde 05 de dezembro de 2016 até a data do seu efetivo pagamento, sendo que a primeira parcela foi paga em 02 de janeiro de 2017.

Ao final de 2018 a dívida referente ao distrato do Banco Postal apresentou a seguinte composição:

| Distrato - Banco Postal | Controladora/ Consolidado                |            |             |                      |                |
|-------------------------|--|------------|-------------|----------------------|----------------|
|                         | Data                                     | Saldo      | Amortização | Despesa do exercício | Dívida Líquida |
| 31/12/2017              | 854.928                                  | (299.327)  |             | 71.152               | 626.753        |
| 31/12/2018              | 626.753                                  | (322.548)  |             | 30.082               | 334.287        |
| <b> </b>                |  |            |             |                      |                |
| Distrato - Banco Postal | Controladora                             |            | Consolidado |                      |                |
|                         | 31/12/2018                               | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017           |                |
|                         | Distrato - Banco Postal (circulante)     | 334.287    | 344.649     | 334.287              | 344.649        |
|                         | Distrato - Banco Postal (não circulante) | -          | 282.104     | -                    | 282.104        |
|                         | Total                                    | 334.287    | 626.753     | 334.287              | 626.753        |

#### 16.14 - Convênio Postal Saúde

Trata-se das obrigações a pagar para operadora do plano de saúde dos funcionários dos Correios.

| Convênio Postal saúde                     | Controladora |                                | Consolidado |                                |
|---|--------------|--------------------------------|-------------|--------------------------------|
|   | 31/12/2018   | 31/12/2017<br>(reclassificado) | 31/12/2018  | 31/12/2017<br>(reclassificado) |
| Saúde                                     | 126.031      | 128.162                        | 126.031     | 128.162                        |
| Ressarcimento de despesas administrativas | 53.924       | 71.138                         | 53.924      | 71.138                         |
| Ambulatórios                              | 19.315       | 9.829                          | 19.315      | 9.829                          |
| Saúde ocupacional                         | 12.236       | 8.707                          | 12.236      | 8.707                          |
| Benefício medicamentos                    | 1.333        | 2.166                          | 1.333       | 2.166                          |
| Total                                     | 212.839      | 320.002                        | 212.839     | 320.002                        |

#### 16.15 - Outros débitos

| Outros - passivo circulante | Controladora |            | Consolidado |            |
|-----------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                             | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Caução fornecedores         | 44.704       | 38.673     | 44.704      | 38.673     |
| Convênio SESI/SENAI         | 9.982        | 9.306      | 9.982       | 9.306      |
| Retenções judiciais         | 2.781        | 2.412      | 2.781       | 2.412      |
| Ressarcimento ao SUS        | 2.249        | -          | 2.249       | -          |
| Prestação de contas AGF/    | 2.050        | 1.229      | 2.050       | 1.229      |
| Honorários de sucumbência   | 21           | 124        | 21          | 124        |
| Outros credores             | 5.936        | 691        | 5.936       | 691        |
| Total                       | 67.723       | 52.435     | 67.723      | 52.435     |

##### 16.15.1 - Ressarcimento ao SUS

Refere-se à obrigação legal das operadoras de planos privados de assistência à saúde de restituir as despesas com SUS no eventual atendimento de seus beneficiários. Os valores em questão referem-se à cobranças de Autorização de Internação Hospitalar - AIH correspondentes à períodos anteriores à criação da Postal Saúde.

## Nota - 17 Passivo não circulante

### 17.1 - Benefício pós-emprego

#### 17.1.1 - Composição da provisão para benefícios pós-emprego

As provisões para benefícios pós-emprego referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde sob responsabilidade dos Correios.

A tabela a seguir apresenta a composição dessas provisões e das despesas:

| Benefício pós-emprego  | Controladora/ Consolidado |             |
|--|---------------------------|-------------|
|  | 31/12/2018                | 31/12/2017  |
| Patrimônio   |                           |             |
| CorreiosSaúde (passivo)  | 3.918.101                 | 3.778.762   |
| Postalis Plano Benefício Definido - PBD (passivo) <sup>1</sup>                                       | 3.256.391                 | 3.102.427   |
| PostalPrev (outros resultados abrangentes)   | (336.604)                 | (247.162)   |
| Total  | 6.837.888                 | 6.634.027   |
| Resultado  |                           |             |
| A - Despesa com saúde de empregados ativos   | 1.048.549                 | 1.280.492   |
| B - Despesa com saúde de aposentados   | 318.776                   | 306.414     |
| C - Despesas administrativas e outras despesas com saúde não relacionadas ao pós-emprego             | 123.373                   | 187.035     |
| D - Despesa total com saúde (A + B + C)  | 1.490.698                 | 1.773.941   |
| E - Total da provisão pós emprego saúde (relatório técnico atuarial)                                 | 463.587                   | (1.978.469) |
| Custo dos juros/ custo dos serviços - corrente   | 463.587                   | 924.414     |
| Reversão do custo do serviço passado   | -                         | (2.902.883) |
| F - Total do registro em provisão do pós-emprego saúde (E - B)                                       | 144.811                   | (2.284.883) |
| G - Despesa com Postalis - PBD   | 273.345                   | 266.917     |
| H - Despesa administrativa/ outros - Postalis PBD  | 27.335                    | 29.082      |
| I - Despesa - PBD líquida de despesa administrativa/ outros (F - G)                                  | 246.010                   | 237.835     |
| J - Total da provisão pós emprego Postalis PBD (relatório técnico atuarial)                          | 244.672                   | 159.179     |
| K - Total do registro em provisão do pós-emprego PBD (J - I)   | (1.338)                   | (78.656)    |
| L - Total do registro referente ao <i>superávit</i> do plano PostalPrev (relatório técnico atuarial) | (89.442)                  | (90.944)    |
| Impacto no resultado do registro do pós-emprego (F + K + L)  | 54.031                    | (2.454.483) |

<sup>1</sup>Para compor as obrigações atuariais do Plano Benefício Definido - PBD é necessário somar as obrigações de curto e longo prazos de benefício pós-emprego com os valores registrados nas contas "Postalis - PBD" do grupo "Encargos sociais" e Postalis "Benefício Definido - BD" do grupo "Apropriações por competência - patrocinadas/ mantidas".

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

#### 17.1.1.1 - Plano de saúde - CorreiosSaúde

Até dezembro de 2013 o plano de saúde da Empresa era de autogestão na modalidade coletivo empresarial, prestado aos beneficiários com abrangência em todo território nacional.

Em 05 de dezembro de 2013 foi celebrado entre a Empresa e a Postal Saúde um Convênio de Adesão que formaliza a condição da Empresa como Patrocinadora Mantenedora do plano.

A Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) sob o nº 41913-3, constituída em abril de 2013, é a operadora do plano assistência à saúde oferecido aos empregados da Empresa, na modalidade autogestão como uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede e foro em Brasília/DF.

Desde o dia 1º de janeiro de 2014, toda a operação do Plano de Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica da Empresa é realizada pela Postal Saúde. Esse processo envolve a operacionalização da assistência, além da responsabilidade técnica e contratual sobre os serviços assistenciais contratados junto à Rede Credenciada.

O plano de saúde, denominado Correios-Saúde, é oferecido como benefício aos empregados ativos, aposentados, aposentados por invalidez e anistiados da Empresa e seus dependentes, bem como aos empregados ativos, aposentados e aposentados por invalidez do Postalis e seus dependentes.

A Empresa tem a obrigação, como mantenedora, de participar dos custeios dos planos de assistência à saúde operados pela Postal Saúde, repassando os recursos financeiros para cobertura das despesas com a rede credenciada e com os custos de administração.

Em decisão proferida pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST no julgamento do dissídio coletivo relativo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2017/2018 para o custeio do plano

CorreiosSaúde foi fixada a cobrança de mensalidades de titulares, correspondente à aplicação dos percentuais de 2,3% a 4,4%, de acordo com a remuneração recebida, obedecendo ao teto máximo de mensalidade por faixa etária, da tabela fixada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), prevista na Resolução Normativa nº 63/2003. Além disso, os dependentes passam a contribuir para o plano com mensalidades correspondentes a 60% da mensalidade do titular, no caso de cônjuge/companheiro(a), e de 35%, nos casos de filhos e menor sob guarda. Os participantes também são responsáveis pelo pagamento de coparticipação de até 30% do valor dos custos assistenciais, dependendo do teto máximo fixado na decisão.

Os titulares do plano CorreiosSaúde e seus dependentes, filhos, menor sob guarda e cônjuge/companheiro(as), migrarão para o plano CorreiosSaúde II, a partir de 2018, para atender à forma de custeio do plano definida pelo TST. Os genitores dos titulares permanecerão no plano CorreiosSaúde, com a forma de custeio vigente antes da decisão do TST. Na forma da decisão do TST, os genitores inscritos no plano CorreiosSaúde, a partir de agosto de 2019, migrarão para o

plano família ou serão desligados do plano.

A Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações da União (CGPAR), em 18 de janeiro de 2018, emitiu as Resoluções CGPAR nº 22 e 23 que estabelecem diretrizes e parâmetros para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados, dentre elas a cobrança de mensalidades, a limitação de dependentes e a paridade das contribuições de participantes e patrocinador no custeio do benefício à saúde em planos na modalidade de autogestão. As Resoluções têm como objetivo fortalecer a gestão corporativa dos planos, favorecendo ao seu equilíbrio econômico-financeiro e atuarial.

Os cálculos atuariais do plano Correios-Saúde, elaborados em 1º de março de 2019, contemplam as alterações no plano decorrentes da decisão do TST e da Resolução CGPAR nº 23/2018.

#### 17.1.1.2 - Plano de previdência - previdência complementar

Os planos previdenciários são sub-

metidos a avaliações atuariais anuais na Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), seguindo orientações da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), para as quais são utilizadas hipóteses e premissas definidas pela Entidade a partir de estudos de aderência realizados pelo atuário responsável pelos mesmos. Na ocorrência de déficit atuarial deverá ser elaborado plano de equacionamento, o qual deverá ser aprovado até o final do exercício seguinte pelo Conselho Deliberativo da EFPC. O plano de equacionamento fixará as contribuições extraordinárias a serem pagas pelos participantes, assistidos e patrocinadoras, na proporção contributiva em relação às contribuições normais vigentes no período em que foi apurado o resultado deficitário.

#### 17.1.1.2.1 - PostalPrev - CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela con-

tribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocínado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo indeterminado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

#### 17.1.1.2.2 - Postalis - BD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalis e foi instituído na ocasião da criação do Instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

Para o plano BD, são previstas no regulamento do plano contribuições normais e extraordinárias a serem realizadas

pelos participantes e pela patrocinadora, com base na aplicação de um percentual sobre a remuneração dos participantes. Ainda são previstas contribuições adicionais pelos participantes assistidos, para cobertura de despesas não cobertas pelas contribuições normais e extraordinárias. Os participantes e a patrocinadora, atualmente, além das contribuições normais, efetuam contribuições extraordinárias ao plano para cobertura de déficit atuarial apurado nos períodos de 2013 a 2015.

Todos os benefícios do plano BD são constituídos na modalidade de benefício definido e têm os seus valores definidos a partir do Salário-Real-de-Benefício de cada participante e do valor pago pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, sendo reajustados pelo INPC calculado e divulgado pelo IBGE.

#### 17.1.1.3 - Governança e estrutura regulatória

O plano CorreiosSaúde é um plano não adaptado à Lei nº 9.656/1998, classificado pelas normas da ANS como “ativo com comercialização suspensa”. Por determinação legal, aos planos nessa situação, não é permitida a inclusão de novos beneficiários

titulares, sendo cabível a inclusão de novo cônjuge e filhos dos atuais beneficiários.

A Empresa, na qualidade de mantenedora e patrocinadora, é responsável pela garantia financeira do plano de saúde e, consequentemente, com poder de gestão no plano.

A Postal Saúde tem como órgãos estatutários: a Assembleia Geral, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. A Assembleia Geral é órgão soberano e tem como principais atribuições eleger e destituir membros dos conselhos deliberativo e fiscal, decidir sobre alterações estatutárias e extinção da sociedade. O Conselho Deliberativo da Postal Saúde é o órgão de orientação estratégica, sendo responsável por definir políticas de saúde, elaborar os orçamentos anuais e acompanhar os negócios e atividades, entre outros. É formado por representantes dos Correios e de participantes do plano. À Diretoria Executiva compete propor e executar as diretrizes e políticas aprovadas pelo Conselho Deliberativo, além dos demais atos necessários à gestão. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão administrativa e econômico-financeira do plano Correios-

Saúde, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da Operadora.

Em relação aos planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela Empresa, a administração é realizada pelo Postalis regida por seu Estatuto, pelos regulamentos dos planos de benefícios e pela legislação específica do setor de previdência privada, tais como: Resolução MPS/CGPC nº 26 de 24 de fevereiro de 2014, nº 16, de 19 de novembro de 2014 e nº 22, de 25 de novembro de 2015, que preveem as condições e procedimentos a serem observados na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

O Postalis encontra-se, atualmente, sobre intervenção da PREVIC, conforme Portaria nº 955, de 03 de outubro de 2017, e tem por objetivo a manutenção dos planos de benefícios, tendo em vista, principalmente, o descumprimento de normas relacionadas à contabilização de reservas técnicas e aplicação de recursos.

#### **17.1.1.3.1 - Quantidade de participantes**

| Quantidade de participantes dos planos | Controladora/ Consolidado |            |             |         |         |            |             |         |
|--|---------------------------|------------|-------------|---------|---------|------------|-------------|---------|
|  | 2018                      |            |             |         | 2017    |            |             |         |
|  | Ativos                    | Assistidos | Dependentes | Total   | Ativos  | Assistidos | Dependentes | Total   |
| CorreiosSaúde                          | 102.643                   | 28.169     | 228.695     | 359.507 | 108.650 | 30.637     | 253.289     | 392.576 |
| PostalPrev                             | 92.798                    | 5.298      |             | 98.096  | 97.584  | 4.866      |             | 102.450 |
| Benefício Definido - PBD               | 54.615                    | 31.591     |             | 86.206  | 57.968  | 30.005     |             | 87.973  |

#### 17.1.1.4 - Análise de riscos

Os planos de benefícios definidos no Brasil normalmente expõem seus patrocinadores a riscos atuariais tais como: risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de rotatividade e risco de salário. Os riscos relacionados ao benefício definido dos planos previdenciários decorrentes dos benefícios a serem pagos aos membros (aposentados) e dependentes dos membros do plano (viúva(o) e órfãos beneficiários) são compartilhados entre a Empresa, participantes ativos e assistidos, na ordem de 50% para a Empresa, de acordo com a Lei Complementar n° 108/2001 e Resolução MPS/CGPC n° 26/2008

## Riscos atuariais do plano de benefício definido

Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, os gestores do fundo de pensão consideram apropriados e mantêm, atualmente, investimentos diversificados em renda fixa, renda variável, estruturados e investimentos no exterior, entre outros, para alavancar o retorno gerado pelo fundo.

## Risco de investimento

## Risco de taxa de juros

### Risco de rotatividade

O plano CorreiosSaúde não possui ativos financeiros para cobertura da obrigação atuarial, sendo os custos assistenciais decorrentes da utilização dos serviços cobertos pela Empresa e participantes.

O Postalis, entidade de previdência complementar que administra os planos de benefícios PostalPrev e PBD, estabelece política de investimentos para o período de 5 (cinco) anos, com revisão anual, tendo como objetivo orientar, no horizonte estabelecido, as aplicações dos ativos financeiros garantidores segundo a natureza do investimento e limites propostos, observada a Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional, visando obter maior segurança, liquidez e rentabilidade dos investimentos e a menor exposição a riscos. A política de investimentos é objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo do Postalis e para a sua formulação são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefício, considerando:

- a. taxa esperada de retorno;
  - b. preservação do capital;
  - c. diversificação;
  - d. tolerância a risco;
  - e. estabilidade;
  - f. liquidez; e
  - g. regra geral de benefícios.

#### **17.1.1.5 - Ativos dos planos: política de investimentos, estratégia de confrontação de ativos e passivos e categorias de ativos**

Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados no exterior, imóveis e operações com participantes. Para o gerenciamento de ativos e passivos dos planos de benefícios é realizado, periodicamente, estudo de Asset Liabilitily Management (ALM).

Para os benefícios definidos do plano PostalPrev, além dos mecanismos de gerenciamento de ativos e passivos, há a constituição de fundo previdencial com vistas a mitigar os riscos de surgimento de déficits atuariais.

Os principais riscos associados a planos de benefícios estão relacionados a variações de base cadastral (alteração por experiência) e taxa de juros atuarial, para os quais são previstos, em relação ao Plano BD, contabilização de superávit, quando houver, em reserva de contingência e, para o Plano PostalPrev, a constituição de fundos previdenciais, além de reserva de contingência.

Os ativos dos planos PostalPrev e PBD

estão assim distribuídos por categoria:

| Categoria de ativos           | PostalPrev |      |         |      | Benefício Definido - PBD |      |           |      |
|-------------------------------|------------|------|---------|------|--------------------------|------|-----------|------|
|                               | 2018       |      | 2017    |      | 2018                     |      | 2017      |      |
|                               | Valor      | (%)  | Valor   | (%)  | Valor                    | (%)  | Valor     | (%)  |
| Títulos públicos              | 643.227    | 0,75 | 386.334 | 0,67 | 1.520.178                | 0,53 | 1.629.811 | 0,44 |
| Créditos privados e depósitos | 10.911     | 0,01 | 15.183  | 0,03 | 43.616                   | 0,02 | 234.909   | 0,06 |
| Ações                         | 4.998      | 0,01 | 44.992  | 0,08 | 49.565                   | 0,02 | 202.752   | 0,06 |
| Fundos de investimentos       | 123.972    | 0,14 | 82.016  | 0,14 | 732.849                  | 0,25 | 1.084.210 | 0,30 |
| Empréstimos e financiamentos  | 75.219     | 0,09 | 50.183  | 0,09 | 242.694                  | 0,08 | 270.587   | 0,07 |
| Investimentos imobiliários    | 467        | 0,00 | -       | -    | 284.237                  | 0,10 | 237.880   | 0,06 |
| Depósito judicial             | -          | -    | -       | -    | 17.695                   | 0,01 | 7.291     | 0,00 |
| Total                         | 858.794    |      | 578.708 |      | 2.890.834                |      | 3.667.440 |      |

#### 17.1.1.6 - Avaliação atuarial

Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria contratada para realizar a avaliação atuarial dos planos de benefícios pós-emprego patrocinados pelos Correios, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), recepcionado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela Empresa.

O valor presente da obrigação de benefício definido, bem como o custo do serviço corrente e passado, foram mensurados pelo método da unidade de crédito

projetada, considerando premissas demográficas e financeiras mutuamente compatíveis.

#### 17.1.1.7 - Principais premissas

As premissas usadas na avaliação atuarial, considerando as bases de dados coleadas em novembro de 2017, para os planos BD e PostalPrev e dezembro de 2017, para o plano CorreiosSaúde, bem como novembro de 2018, para os planos BD e PostalPrev e dezembro de 2018, para o plano CorreiosSaúde, foram as seguintes:

| Principais premissas  | CorreiosSaúde                                    |  | PostalPrev  |   | Benefício Definido (PBD)                              |   |
|---|--|--|---|---|---|---|
|   | 2018   | 2017   | 2018  | 2017  | 2018  | 2017  |
| <b>Financeiras:</b>   |  |  |   |   |   |   |
| Taxa de juros de desconto atuarial anual  | 10,90%   | 10,25%   | 10,98%  | 9,66%   | 10,90%  | 10,25%  |
| Taxa de juros real de desconto atuarial anual   | 6,88%  | 6,49%  | 6,97%   | 5,44%   | 6,89%   | 6,13%   |
| Taxas médias esperadas de aumento de salários   | N/A  | N/A  | 6,42%   | 6,88%   | N/A   | N/A   |
| Taxas médias esperadas de aumento de benefícios   | N/A  | N/A  | 3,75%   | 4,00%   | 3,75%   | 3,88%   |
| Taxa média de inflação anual  | 3,75%  | 3,53%  | 3,75%   | 4,00%   | 3,75%   | 3,88%   |
| Expectativa de retorno dos ativos do plano (anual)  | N/A  | N/A  | 9,66%   | 9,66%   | 10,90%  | 10,25%  |
| Taxa de crescimento real dos custos por envelhecimento (aging factor)                       | 2,16%  | 0,12%  | N/A   | N/A   | N/A   | N/A   |
| Taxa de crescimento real anual dos custos por aumento nos valores dos procedimentos (HCCTR) | 0,91%  | 2,00%  | N/A   | N/A   | N/A   | N/A   |
| <b>Demográficas:</b>  |  |  |   |   |   |   |
| Taxa de rotatividade  | 1,83% até a aposentadoria e nula após essa data. | 1,83% até a aposentadoria e nula após essa data. | 1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.      | 1,83% até a aposentadoria e nula após essa data.      | 1,18% até a aposentadoria e nula após essa data.      | 1,18% até a aposentadoria e nula após essa data.      |
| Taxa de mortalidade/ sobrevivência de ativos  | RP-2000 M&F suavizada em 10%                     | AT 2000 M&F                                      | RP-2000 M&F suavizada em 10%                          | AT 2000 M&F   | RP-2000 M&F suavizada em 20%                          | AT 2000 M&F   |
| Taxa de mortalidade/ sobrevivência de aposentados   | RP-2000 M&F suavizada em 10%                     | AT 2000 M&F                                      | RP-2000 M&F suavizada em 10%                          | AT 2000 M&F   | RP-2000 M&F suavizada em 20%                          | AT 2000 M&F   |
| Taxa de mortalidade/ sobrevivência de inválidos   | RP 2000 DISABLED M&F                             | RP 2000 Disabled M&F                             | RP 2000 DISABLED M&F                                  | RP 2000 Disabled M&F                                  | AT 49 M&F avançada em 50%                             | AT 49 M (A65%) e AT 49 F (A75%)                       |
| Tábua de entrada em invalidez   | IAPB-57 Fraca                                    | Light média D60%                                 | IAPB-57 Fraca   | Light média D60%                                      | Álvaro Vindas   | Light fraca   |
| Tábua de morbidez   | N/A  | N/A  | N/A   | N/A   | N/A   | N/A   |
| Idade de aposentadoria  | Conforme regulamento                             | Conforme regulamento                             | Conforme regulamento                                  | Conforme regulamento                                  | Conforme regulamento                                  | Conforme regulamento                                  |
| <b>Composição familiar para custos de pensão</b>  |  |  |   |   |   |   |
| Participantes/ aposentados  | São utilizados os dados reais                    | São utilizados os dados reais                    | Cônjugue do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos | Cônjugue do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos | Cônjugue do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos | Cônjugue do sexo feminino 4 anos mais novo e 2 filhos |
| <b>Principais hipóteses e parâmetros:</b>   |  |  |   |   |   |   |
| Taxa de juros de desconto   | 10,90% RP-2000                                   | 10,25% AT 2000                                   | 10,98% RP-2000  | 10,25% AT 2000  | 10,90% RP-2000  | 10,25% AT 2000  |
| Taxa de mortalidade/ sobrevivência de ativos e aposentados                                  | M&F suavizada em 10%                             | M&F  | M&F suavizada em 10%                                  | M&F   | M&F suavizada em 20%                                  | M&F   |
| Taxa de crescimento real dos custos com saúde   | 0,91%  | 2,00%  | N/A   | N/A   | N/A   | N/A   |

Para o plano CorreiosSaúde foram considerados apenas os empregados ativos que alcançaram mais de dez anos de serviço no momento da aposentadoria, conforme estabelecido no acordo coletivo de trabalho.

#### 17.1.1.8 - Análise da obrigação atuarial

Na posição de 31 de dezembro de 2018, os planos administrados pelo Postalis e pela Postal Saúde encontram-se registrados, nas

Demonstrações Financeiras da Empresa, conforme abaixo:

##### a. Planos de previdência complementar

i. Plano PBD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (9.403.617) encontra-se parcialmente fundado por ativos justos do plano no montante de R\$ 2.890.834, resultando em um valor presente líquido da obrigação atuarial de R\$ (6.147.225), sendo reconhecido 50% (cinquenta por cento) deste valor na forma da Lei Complementar nº 108/2001, ou seja, R\$ (3.256.391). A obrigação atuarial relativa aos participantes assistidos é de R\$ (6.147.226) e aos participantes ativos é de R\$ (3.256.391).

ii. Plano PostalPrev: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor justo dos ativos do plano de R\$ 858.795 supera o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (609.522), resultando em um superávit de R\$ 249.273, que não está sendo reconhecido, pois não existem evidências de que esse poderá reduzir efetivamente as contribuições da Empresa ou será reembolsado no futuro.

b. Plano de assistência à saúde (CorreiosSaúde): não existem ati-

vos para este plano, portanto a obrigação líquida corresponde ao valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ (3.918.101).

#### 17.1.1.9 - Conciliação do valor presente da obrigação atuarial

| Conciliação do valor presente da obrigação atuarial         | CorreiosSaúde |             | PostalPrev |           | Benefício definido (PBD) |             |
|---|---------------|-------------|------------|-----------|--------------------------|-------------|
|   | 2018          | 2017        | 2018       | 2017      | 2018                     | 2017        |
| Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício | (3.778.762)   | (6.532.848) | (462.140)  | (346.640) | (9.872.295)              | (9.216.715) |
| Custo dos juros   | (387.323)     | (744.090)   | (44.643)   | (36.675)  | (693.911)                | (829.469)   |
| Custo do serviço corrente                                   | (76.264)      | (180.323)   | (7.663)    | (8.177)   | (17.349)                 | (18.227)    |
| Benefícios pagos pelo plano                                 | 318.776       | 306.414     | 48.140     | 47.649    | 589.354                  | 526.826     |
| Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais                 | 5.472         | 469.202     | (143.216)  | (118.297) | 590.584                  | (334.710)   |
| Decorrentes de ajustes de experiência                       | (166.151)     | (183.202)   | (21.271)   | (116.254) | (303.625)                | 90.719      |
| Decorrentes de alterações de premissas biométricas          | 90.612        | 78.999      | (134.738)  | 5.181     | 65.116                   | 50.474      |
| Decorrentes de alterações de premissas financeiras          | 137.348       | (23.504)    | 12.793     | (7.224)   | 829.093                  | (475.903)   |
| Decorrentes de alteração nos crescimentos de custos médicos | (56.337)      | 596.909     | -          | -         | -                        | -           |
| Custo do serviço passado                                    | -             | 2.902.883   | -          | -         | -                        | -           |
| Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício  | (3.918.101)   | (3.778.762) | (609.522)  | (462.140) | (9.403.617)              | (9.872.295) |

#### 17.1.1.10 - Conciliação do valor justo dos ativos do plano

| Conciliação do valor justo dos ativos do plano                            | CorreiosSaúde |           | PostalPrev |           | Benefício Definido (PBD) |           |
|---|---------------|-----------|------------|-----------|--------------------------|-----------|
|   | 2018          | 2017      | 2018       | 2017      | 2018                     | 2017      |
| Valor justo dos ativos do plano no início do exercício                    | -             | -         | 578.709    | 534.107   | 3.667.440                | 5.348.141 |
| Receita de juros  | -             | 55.903    | 56.510     | 375.912   | 609.153                  |           |
| Contribuições do patrocinador   | 318.776       | 306.414   | 47.250     | 47.245    | 243.763                  | 235.988   |
| Contribuições dos participantes   | -             | 49.855    | 51.876     | 90.676    | 79.364                   |           |
| Benefícios pagos pelo plano   | (318.776)     | (306.414) | (48.140)   | (47.649)  | (589.354)                | (526.826) |
| Ganhos/ (perdas) sobre os ativos do plano (excluindo a receita de lucros) | -             | 175.218   | (63.380)   | (897.603) | (2.078.380)              |           |
| Valor justo dos ativos do plano no final do exercício                     | -             | -         | 858.795    | 578.709   | 2.890.834                | 3.667.440 |

#### 17.1.1.11 - Conciliação do efeito do teto do ativo

O plano Postalprev apresenta superávit à reconhecido, pois não existem evidências de que este poderá produzir efetivamente as contribuições da Empresa ou será reembolsado no futuro. O superávit somente será reconhecido quando atendidas as disposições constantes da Lei Complementar nº 109/2001, observando-se ainda as disposições do CPC 33 (R1).

O teto do ativo é reconhecido contabilmente em conta retificadora de despesas em contrapartida a outros resultados abrangentes.

| Conciliação dos saldos do efeito do teto do ativo | PostalPrev |          |
|---|------------|----------|
|   | 2018       | 2017     |
| Efeito do teto do ativo no início do exercício    | 116.569    | 187.467  |
| Juros sobre o teto do ativo                       | 11.261     | 19.835   |
| Remensurações do efeito do teto do ativo          | 121.443    | (90.733) |
| Efeito do teto do ativo no final do exercício     | 249.273    | 116.569  |

#### 17.1.1.12 - Conciliação da mudança da restrição da obrigação atuarial

A obrigação do Plano de Benefício Definido (PBD) é reconhecida na proporção dos riscos de participantes, assistidos e patrocinador na forma da Lei Complementar nº 108/2001 e Resolução CGPC nº 26/2008. Essa proporção é de 50% sobre o valor da obrigação e a movimentação encontra-se demonstrada abaixo:

| Conciliação da mudança na restrição da obrigação | Benefício Definido - PBD |           |
|--|--------------------------|-----------|
|  | 2018                     | 2017      |
| Restrição da obrigação no início do exercício    | 3.102.427                | 1.934.287 |
| Mudança na restrição da obrigação atuarial       | 153.964                  | 1.168.140 |
| Restrição da obrigação no final do exercício     | 3.256.391                | 3.102.427 |

A mudança no efetivo do compartilhamento de risco é reconhecida em outros resultados abrangentes.

**17.1.1.13 - Status dos planos e movimentação dos passivos/ ativos líquidos reconhecidos no balanço**

| Status dos planos e ativo/ (passivo) líquido reconhecido              | CorreiosSaúde |             | PostalPrev |           | Benefício Definido (PBD) |             |
|---|---------------|-------------|------------|-----------|--------------------------|-------------|
|   | 2018          | 2017        | 2018       | 2017      | 2018                     | 2017        |
| Valor presente da obrigação atuarial                                  | (3.918.101)   | (3.778.762) | (609.522)  | (462.140) | (9.403.617)              | (9.872.295) |
| Efeito da restrição sobre a obrigação atuarial                        | -             | -           |            |           | 3.256.391                | 3.102.427   |
| Valor presente da obrigação atuarial líquida                          | (3.918.101)   | (3.778.762) | (609.522)  | (462.140) | (6.147.225)              | (6.769.868) |
| Valor justo dos ativos  | -             | -           | 858.795    | 578.709   | 2.890.834                | 3.667.440   |
| Superávit (Déficit) do plano  | (3.918.101)   | (3.778.762) | 249.273    | 116.569   | (3.256.391)              | (3.102.428) |
| Efeito do teto do ativo   | -             | -           |            | (116.569) |                          | -           |
| Passivo reconhecido no balanço patrimonial                            | (3.918.101)   | (3.778.762) | 249.273    | -         | (3.256.391)              | (3.102.428) |
| Movimentação do ativo/ (passivo) líquido reconhecido no balanço       |               |             |            |           |                          |             |
|   | CorreiosSaúde |             | PostalPrev |           | Benefício Definido (PBD) |             |
|   | 2018          | 2017        | 2018       | 2017      | 2018                     | 2017        |
| Ativo/ (passivo) líquido no início do exercício                       | (3.778.762)   | (6.532.848) | -          | -         | (3.102.437)              | (1.934.287) |
| Contribuições do patrocinador, líquido de carregamento administrativo | 318.776       | 306.414     | 47.250     | 47.245    | 243.763                  | 235.988     |
| Valores reconhecidos no resultado da empresa                          | (463.587)     | 1.978.470   | 42.192     | 43.699    | (244.672)                | (159.179)   |
| Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes                 | 5.472         | 469.202     | (89.442)   | (90.944)  | (153.055)                | (1.244.959) |
| Ativo/ (passivo) líquido no final do exercício                        | (3.918.101)   | (3.778.762) | -          | -         | (3.256.391)              | (3.102.437) |



#### 17.1.1.14 - Obrigações reconhecidas no circulante e no não circulante

| Obrigação atuarial líquida - circulante e não circulante          | CorreiosSaúde |             | PostalPrev        |          | Benefício Definido (PBD) |             |
|---|---------------|-------------|-------------------|----------|--------------------------|-------------|
|   | 2018          | 2017        | 2018 <sup>1</sup> | 2017     | 2018                     | 2017        |
| Obrigação atuarial líquida reconhecida no circulante              | (331.527)     | (317.230)   | (37.913)          | (40.092) | (253.747)                | (245.144)   |
| <b>Encargos sociais (nota 17.3)</b>                               | -             | -           | (37.336)          | (39.337) | (12.420)                 | (13.143)    |
| Apropriações por competência - Patrocinadas/ Mantidas (nota 17.9) | -             | -           | (577)             | (755)    | (30.173)                 | (27.204)    |
| Contribuições esperadas para o exercício seguinte                 | (331.527)     | (317.230)   | -                 | -        | (211.154)                | (204.797)   |
| Obrigação atuarial líquida reconhecida no não circulante          | (3.586.574)   | (3.461.532) | -                 | -        | (3.002.644)              | (2.857.284) |
| Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço patrimonial     | (3.918.101)   | (3.778.762) | (37.913)          | (40.092) | 3.256.391                | (3.102.428) |

<sup>1</sup> Referem-se às contribuições da parte CD do plano a serem pagas em janeiro de 2019, conforme **nota 17.3**.

#### 17.1.1.15 - Valores reconhecidos no resultado da Empresa

A variação em resultado ocorrida no período de 31 de dezembro de 2017 para 31 de dezembro de 2018 decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

a. da mudança da taxa de juros em 31 de dezembro de 2017, utilizada para cálculo dos juros líquidos referente ao exercício de

2018, que no plano BD alterou de 11,39% (31 de dezembro de 2016) para 10,25% (31 de dezembro de 2017), no PostalPrev, de 10,58% (31 de dezembro de 2016) para 9,66% (31 de dezembro de 2017) e no CorreiosSaúde de 11,39% (31 de dezembro de 2016) para 10,25% (31 de dezembro de 2017);

b. do aging factor, que em 31 de dezembro de 2016 é de 1,58% e em 31 de dezembro de 2017 é de 0,12%.

| Valores reconhecidos no resultado do exercício | CorreiosSaúde |           | PostalPrev <sup>1</sup> |          | Benefício Definido (PBD) |           |
|--|---------------|-----------|-------------------------|----------|--------------------------|-----------|
|  | 2018          | 2017      | 2018                    | 2017     | 2018                     | 2017      |
| Custo do serviço corrente líquido              | (76.264)      | (180.323) | 42.192                  | 43.699   | 73.327                   | 61.137    |
| Custo do serviço corrente                      | (76.264)      | (180.323) | (7.663)                 | (8.177)  | (17.349)                 | (18.227)  |
| Contribuições dos participantes                | -             | -         | 49.855                  | 51.876   | 90.676                   | 79.364    |
| Juros líquidos                                 | (387.323)     | (744.090) | -                       | 36.675   | (317.999)                | (220.316) |
| Custo dos juros sobre a obrigação              | (387.323)     | (744.090) | (44.643)                | 56.510   | (693.911)                | (829.469) |
| Receita de juros                               | -             | -         | 55.903                  | (19.835) | 375.912                  | 609.153   |
| Custo dos juros sobre o teto do ativo          | -             | -         | (11.260)                | -        | -                        | -         |
| Custo do serviço passado <sup>1</sup>          | -             | 2.902.883 | -                       | -        | -                        | -         |
| Valores reconhecidos no resultado do           | (463.587)     | 1.978.470 | 42.192                  | 80.374   | (244.672)                | (159.179) |

<sup>1</sup> Valores reconhecidos em contas redutoras de despesas

#### 17.1.1.16 - Conciliação dos valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

A variação em ganhos/ perdas atuariais, por ajustes de experiência, ocorrida em 31 de dezembro de 2018, é originada:

a. Planos Postalprev e PBD: variações registradas nos dados cadastrais dos participantes e assistidos ao longo de período, bem como desvios entre os eventos estimados e ocorridos nos planos (mortes, invalidez e sobrevivência) e no fator de determinação do valor real dos benefícios, além da redução no valor justo dos ativos; e

b. CorreiosSaúde: variações registradas nos dados cadastrais dos participantes e assistidos ao longo do período, bem como desvios entre os eventos estimados e ocorridos no plano (mortes, invalidez e sobrevivência).

Os ganhos/ perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31 de dezembro de 2018, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31 de dezembro de 2017, que passaram de 10,25% (31 de dezembro de 2017) para 10,90% (31 de dezembro de 2018), nos planos BD e CorreiosSaúde, e de 9,66% (31 de

dezembro de 2017) para 10,98% (31 de dezembro de 2018) no plano PostalPrev.

As perdas atuariais decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos são originados da alteração do aging factor, que passou de 0,12% a.a., em 31 de dezembro 2017, para 2,16% a.a. em 31 de dezembro de 2018. A inflação médica do plano variou de 2,00% a.a. em 31 de dezembro de 2017 para 0,91% a.a. em 31 de dezembro de 2018, ocasionando ganhos atuariais.

|  | CorreiosSaúde |           | PostalPrev |           | Benefício Definido (PBD) |             |
|--|---------------|-----------|------------|-----------|--------------------------|-------------|
|  | 2018          | 2017      | 2018       | 2017      | 2018                     | 2017        |
| Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes                          |               |           |            |           |                          |             |
| Ganhos e perdas sobre valor justo dos ativos do plano                          | -             | -         | 175.218    | (63.380)  | (897.603)                | (2.078.380) |
| Ganhos e perdas sobre a obrigação de benefício definido                        | 5.472         | 469.202   | (143.217)  | (118.297) | 590.584                  | (334.710)   |
| Ganhos e perdas resultantes da alteração em hipóteses demográficas/biométricas | 90.612        | 78.999    | (134.738)  | 5.181     | 65.116                   | 50.474      |
| Ganhos e perdas resultantes da alteração de hipóteses financeiras              | 137.348       | (23.504)  | 12.973     | (7.224)   | 829.093                  | (475.903)   |
| Ganhos e perdas decorrentes de ajustes de experiência                          | (166.151)     | (183.202) | (21.272)   | (116.254) | (303.625)                | 90.719      |
| Ganhos e perdas decorrentes de alteração no crescimento dos custos médicos     | (56.337)      | 596.909   |            | -         | -                        | -           |
| Mudança do teto do ativo   | -             | -         | (121.443)  | 90.733    | -                        | -           |
| Mudança na restrição da obrigação atuarial                                     |               |           |            | -         | 153.964                  | 1.168.140   |
| Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes             | 5.472         | 469.202   | (89.442)   | (90.944)  | (153.055)                | (1.244.950) |

#### 17.1.1.17 - Análise de sensibilidade das principais hipóteses

As análises de sensibilidade a seguir demonstradas são baseadas na mudança em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer e as mudanças em algumas das suposições podem

ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos foi aplicado o mesmo método do cálculo das responsabilidades com o plano nesta demonstração de posição financeira do final do período, ou seja valor presente de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada.



|   | CorreiosSaúde    |             |               |             |   |             | Parâmetros  |  |
|---|------------------|-------------|---------------|-------------|---|-------------|-------------|--|
|   | Tábua biométrica |             | Taxa de juros |             | Taxa de crescimento dos custos de saúde (HCCTR) |             |             |  |
|   | Suaviz. 10%      | Agrav. 10%  | - 0,25%       | + 0,25%     | - 0,25%   | + 0,25%     |             |  |
| Análise de sensibilidade das principais hipóteses |                  |             |               |             |   |             |             |  |
| Valor presente da obrigação atuarial              | (4.014.616 )     | (3.829.423) | (4.005.099)   | (3.834.662) | (3.830.681)                                     | (4.008.981) | (3.918.101) |  |
| Valor justo dos ativos                            | -                | -           | -             | -           | -   | -           | -           |  |
| Superávit/(Déficit) técnico do plano              | (4.014.616 )     | (3.829.423) | (4.005.099)   | (3.834.662) | (3.830.681)                                     | (4.008.981) | (3.918.101) |  |
| Variações:  |                  |             |               |             |   |             |             |  |
| No valor presente da obrigação atuarial           | 2,46             | (2,26)      | 2,22          | (2,13)      | (2,23)  | (2,32)      |             |  |
| No superávit/(déficit) técnico do plano           | 2,46             | (2,26)      | 2,22          | (2,13)      | (2,23)  | (2,32)      |             |  |

|   | PostalPrev       |            |               |           |                      |           | Parâmetros |  |
|---|------------------|------------|---------------|-----------|----------------------|-----------|------------|--|
|   | Tábua biométrica |            | Taxa de juros |           | Crescimento salarial |           |            |  |
|   | Suaviz. 10%      | Agrav. 10% | - 0,25%       | + 0,25%   | - 0,25%              | + 0,25%   |            |  |
| Análise de sensibilidade das principais hipóteses |                  |            |               |           |                      |           |            |  |
| Valor presente da obrigação atuarial              | (598.822)        | (619.783)  | (610.099)     | (609.498) | (606.941)            | (612.158) | (609.522)  |  |
| Valor justo dos ativos                            | 858.795          | 858.795    | 858.795       | 858.795   | 858.794              | 858.795   | 858.795    |  |
| Superávit/(Déficit) técnico do plano              | 259.973          | 239.012    | 248.696       | 249.297   | 251.853              | 246.637   | 249.273    |  |
| Variações:  |                  |            |               |           |                      |           |            |  |
| No valor presente da obrigação atuarial           | (1,76)           | 1,68       | 0,09          | -         | (0,42)               | 0,43      |            |  |
| No valor justo dos ativos do plano                | -                | -          | -             | -         | -                    | -         |            |  |
| No superávit/(déficit) técnico do plano           | 4,29             | (4,12)     | (0,23)        | (0,01)    | 1,04                 | (1,06)    |            |  |

|   | Benefício Definido (PBD) |             |               |             |             |  | Parâmetros |  |
|---|--------------------------|-------------|---------------|-------------|-------------|--|------------|--|
|   | Tábua biométrica         |             | Taxa de juros |             |             |  |            |  |
|   | Suaviz. 10%              | Agrav. 10%  | - 0,25%       | + 0,25%     |             |  |            |  |
| Análise de sensibilidade das principais hipóteses |                          |             |               |             |             |  |            |  |
| Valor presente da obrigação atuarial              | (9.554.626)              | (9.266.646) | (9.663.212)   | (9.155.859) | (9.403.617) |  |            |  |
| Valor justo dos ativos                            | 2.890.834                | 2.890.834   | 2.890.834     | 2.890.834   | 2.890.834   |  |            |  |
| Superávit/ (Déficit) técnico do plano             | (6.663.792)              | (6.375.812) | (6.772.378)   | (6.265.025) | (6.512.783) |  |            |  |
| Variações:  |                          |             |               |             |             |  |            |  |
| No valor presente da obrigação atuarial           | 1,61                     | (1,46)      | 2,76          | (2,63)      |             |  |            |  |
| No valor justo dos ativos do plano                | -                        | -           | -             | -           |             |  |            |  |
| No superávit/(déficit) técnico do plano           | 2,32                     | (2,10)      | 3,99          | (3,80)      |             |  |            |  |

O cálculo foi efetuado estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 31 de dezembro de 2018, considerando as premissas mais sensíveis dos planos.

A variação de 0,25% nas hipóteses atuariais de taxas de desconto, custos médicos e crescimento salarial, bem como o acréscimo/decréscimo de um ano na idade do participante teriam os seguintes efeitos no valor da obrigação:

#### 17.1.1.18 - Duration dos planos

| Duration dos Planos     | 2018      | 2017      |
|-------------------------|-----------|-----------|
| CorreiosSaúde           | 12,2 anos | 14,1 anos |
| PostalPrev              | 17,4 anos | 19,2 anos |
| Benefício Definido (BD) | 13,2 anos | 14,4 anos |

#### 17.1.1.19 - Descrição da taxa de juros real de desconto atuarial anual

Até 2017 as taxas de desconto eram definidas considerando o rendimento de títulos públicos com vencimento mais próximo à duration dos planos. Em 2018, em consonância com o disposto nos itens 77, 83 e 84 do Pronunciamento Contábil CPC 33 (R1) foram averiguados os rendimentos dos títulos corporativos de alta qualidade, representados por 126 debêntures de empresas classificadas na escala de grau de investimento pelas agências de classificação de risco Moody's, Fitch e Standard & Poor's, com vencimentos entre 2019 e 2033.

As remunerações tomadas como referenciais coincidiram com as taxas de juros reais anuais de emissão dos instrumentos financeiros, por serem as taxas apresentadas em prospecto pela empresa emissora, ou seja, efetivamente pagas. As debêntures listadas possuem, como característica, os pagamentos dos juros reais acrescidos da variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Selecionaram-se apenas os títulos corporativos cujas classificações de rating das respectivas empresas ocorreram no mesmo ano que se refere a Demonstração Financeira (2018).

As taxas de desconto foram calculadas pelo método da taxa média ponderada.

A taxa de inflação adotada como parâmetro para o cálculo das taxas de juros nominais considerou a média geométrica das expectativas de mercado (medianas), divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em 28 de dezembro de 2018, para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mesmo indexador das debêntures.

O período de referência considerado na apuração da inflação média foi o intervalo entre 2019 e 2132, de forma a abranger o fluxo de maturidade mais longa. Observa-se que as projeções de mercado para o IPCA,

disponibilizadas pelo BACEN, na referida data (28 de dezembro de 2018), limitavam-se ao ano 2022. Por conseguinte, a última projeção disponível do índice foi extrapolada até o último ano dos fluxos de pagamento, obtendo-se a média geométrica de 3,75%.

#### 17.1.1.20 - Tábua de mortalidade

Após teste de aderência que levou em consideração nove diferentes tábuas de mortalidade, incluindo a tábua utilizada em 2017

| Montantes de contribuições a serem pagas pela Empresa no exercício de 2019 | CorreiosSaúde | PostalPrev | Benefício Definido (PBD) |
|--|---------------|------------|--------------------------|
| Normais  | 330.730       | -          | 101                      |
| Extraordinárias (benefício definido)                                       | -             | 49.140     | 252.803                  |
| Para cobertura de despesas administrativas do plano PBD                    | -             | -          | 28.101                   |
| Total de contribuições   | 330.730       | 49.140     | 281.005                  |

#### 17.1.1.21.2 - Projeção de (despesas)/ receitas para o exercício de 2019

| Montantes de contribuições a serem pagas pela Empresa no exercício de 2019 | CorreiosSaúde    | PostalPrev <sup>1</sup> | Benefício Definido (PBD) |
|--|------------------|-------------------------|--------------------------|
| Custo do serviço corrente líquido  | (77.790)         | 39.903                  | 61.406                   |
| <b>Custo do serviço</b>  | <b>(77.790)</b>  | <b>(9.019)</b>          | <b>(14.401)</b>          |
| Contribuição dos participantes   | -                | 48.922                  | 75.807                   |
| Custo de juros líquidos  | (426.681)        | -                       | (354.947)                |
| <b>Custo de juros sobre a obrigação atuarial<sup>2</sup></b>               | <b>(426.681)</b> | <b>(68.571)</b>         | <b>(670.048)</b>         |
| Retorno esperado dos ativos justos   | -                | 96.614                  | 315.101                  |
| <b>Custo sobre o efeito do teto do ativo</b>                               | <b>-</b>         | <b>(28.043)</b>         | <b>-</b>                 |
| <b>Total da (despesa)/ receita esperada</b>                                | <b>(504.471)</b> | <b>39.903</b>           | <b>(293.540)</b>         |

<sup>1</sup> A ser reconhecido em conta retificadora de despesas.

<sup>2</sup> O cálculo do custo dos juros do plano BD contempla a dedução da parcela de responsabilidade dos participantes, face à paridade contributiva de que trata a Lei Complementar nº 108/2001.exercício de 2018

### 17.1.1.1 - Perfil de vencimento das obrigações atuariais

| Perfil de vencimento das obrigações atuariais <sup>1</sup> | CorreiosSaúde | PostalPrev | Benefício Definido (PBD) |
|--|---------------|------------|--------------------------|
| Até 1 ano  | 327.525       | 37.810     | 635.717                  |
| De 1 ano até 2 anos  | 343.365       | 48.997     | 651.115                  |
| De 2 anos até 5 anos                                       | 1.041.509     | 218.888    | 2.082.500                |
| Acima de 5 anos  | 10.510.071    | 8.514.489  | 26.679.628               |
| Total de contribuições                                     | 12.222.470    | 8.820.184  | 30.048.960               |

<sup>1</sup> Valores nominais, sem efeitos inflacionários e desconto a valor presente.

### 17.2 - Passivos contingentes

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza trabalhista, cível e tributária. A Empresa constituiu provisões para processos classificados como perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos trabalhistas são movidos, na grande maioria, por ex-empregados, empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função, representação e outros.

Nas ações de natureza cível, destacam-se, principalmente, as ações de cobrança movi-

das por fornecedores pelo entendimento de vícios nos contratos de prestação de serviço e/ou fornecimento de produtos.

As ações tributárias compreendem, principalmente, as contribuições previdenciárias retidas nas faturas de prestação de serviços das empresas ao não recolhimento de contribuição previdenciária pelos Correios em

face de divergências sobre a natureza (indenizatória ou remuneratória) de verba paga a empregado em várias modalidades, principalmente abono.

As provisões são constituídas à base de 100% do valor de cada demanda judicial ou administrativa, movida contra os Correios, cujo desfecho seja avaliado pela área jurídica como de perda provável. Em 31 de dezembro 2018, essas provisões, atualizadas monetariamente, são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

#### 17.2.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas:

| Movimentação das provisões passivas contingenciadas (controladora/ consolidado) |             |                     |                     |                      |                       |   |                     |
|---|-------------|---------------------|---------------------|----------------------|-----------------------|---|---------------------|
| Âmbito  | Natureza    | Saldo em 01/01/2018 | Reversão/ Conversão | Provisões Adicionais | Atualização Monetária | Alteração no valor provisionado inicialmente <sup>1</sup> | Saldo em 31/12/2018 |
| Judicial  | Cível       | 58.001              | (3.200)             | 2.776                | 5.508                 | (30)  | 63.055              |
|   | Criminal    | -                   | -                   | -                    | -                     | -   | -                   |
|   | Fiscal      | 8.017               | (141)               | 644                  | 741                   | (1)   | 9.260               |
|   | Trabalhista | 306.836             | (83.014)            | 29.197               | 9.982                 | (2.291)   | 260.710             |
|   | Subtotal    | 372.854             | (86.355)            | 32.617               | 16.231                | (2.322)   | 333.025             |
| Administrativo  | Cível       | -                   | -                   | -                    | -                     | -   | -                   |
|   | Criminal    | -                   | -                   | -                    | -                     | -   | -                   |
|   | Fiscal      | 12.764              | (9.068)             | -                    | 292                   | -   | 3.988               |
|   | Trabalhista | -                   | -                   | -                    | -                     | -   | -                   |
|   | Subtotal    | 12.764              | (9.068)             | -                    | 292                   | -   | 3.988               |
| Total   |             | 385.618             | (95.423)            | 32.617               | 16.523                | (2.322)   | 337.013             |

<sup>1</sup> Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

Em 31 de dezembro de 2018, os Correios eram réus em 4.664 processos classificados como risco de perda provável. Apresenta-se a seguir os principais processos em que a empresa está envolvida:

| Autor  | Natureza  | Exposição máxima atualizada |
|--|---|-----------------------------|
| SINTECT  | Trabalhista<br>URP de fevereiro/89 (Plano Verão)        | 18.958                      |
| TAF Linhas Aéreas S/A  | Cível<br>Reequilíbrio econômico-financeiro de contrato  | 26.773                      |
| VARIG  | Cível<br>Pagamento de faturas                           | 3.647                       |
| SINCOTELBA - Sindicato dos Trabalhadores em Correios e Telégrafos no estado da Bahia | Trabalhista<br>Pagamento de adicional de periculosidade | 2.514                       |
| Evangélica Mendes da Fonseca   | Trabalhista<br>Pagamento de indenização                 | 2.249                       |
| Adão Barcala do Nascimento e Outros  | Trabalhista<br>Pagamento de progressões salariais       | 2.163                       |
| João Batista Junior e/ou outros  | Cível<br>Anistia  | 1.624                       |
| INSS - Instituto Nacional do Seguro Social   | Fiscal<br>Pagamento de contribuições previdenciárias    | 1.231                       |
| Manhães Advogados Associados   | Cível<br>Pagamento de honorários                        | 1.000                       |
| INSS - Instituto Nacional do Seguro Social   | Fiscal<br>Pagamento de contribuições previdenciárias    | 383                         |

## 17.2.2 - Processos judiciais e administrativos não provisionados

### 17.2.2.1 - Perda possível

A empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 31 de dezembro de 2018, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 13.780 processos, conforme demonstrado na tabela.

| Em 31/12/2018 | Ações classificadas como de risco de perda possível (controladora/ consolidado) |           |                       |           |            |           |
|---------------|---|-----------|-----------------------|-----------|------------|-----------|
|               | Âmbito judicial   |           | Âmbito administrativo |           | Total      |           |
|               | Quantidade  | Valor     | Quantidade            | Valor     | Quantidade | Valor     |
| Cível         | 2.892   | 455.642   | 51                    | 565.695   | 2.943      | 1.021.337 |
| Criminal      | -   | -         | -                     | -         | -          | -         |
| Fiscal        | 768   | 428.558   | 365                   | 492.972   | 1.133      | 921.530   |
| Trabalhista   | 9.688   | 692.873   | 16                    | 58        | 9.704      | 692.931   |
| Total         | 13.348  | 1.577.073 | 432                   | 1.058.725 | 13.780     | 2.635.798 |

Em outubro de 2018, a Diretoria Executiva aprovou a diretriz de provisionamento e contingenciamento relativos a processos jurídicos. A aprovação está alinhada ao Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.

Após a publicação da nova diretriz, foi realizado estudo com objetivo de avaliar a expectativa de reconhecimento do Passivo Contingente nas Demonstrações Financeiras dos Correios.

A Empresa revisou os dados históricos referentes ao período de 2015 a 2017 e o desempenho das causas que motivaram os registros do Passivo Contingente. O resultado da análise impôs mudança na forma de classificação dos riscos processuais, que passarão a ser apresentados como:

a. processos massificados: são relativos às ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante. A apuração da provisão é realizada mensalmente, considerando o valor esperado da perda, realizada por meio de aplicação de parâmetro estatístico, observando-se a natureza da ação e as características do juízo em que tramitam; e

b. processos individualizados: são relativos às ações com características peculiares ou de valor relevante, apurando-se periodicamente a probabilidade de perda, a partir da determinação do valor pedido e particularidades das ações.

A expectativa é que durante o exercício de 2019 seja implantada a nova diretriz nos Correios.

### 17.3 - Tributos a compensar

O valor refere-se a ações judiciais cujo mérito visava reconhecer o direito dos Correios em compensar débitos de PIS e COFINS com créditos de FINSOCIAL. Em 2018, as aludidas ações judiciais tiveram o risco classificado em perda remota pela área jurídica, sendo este o motivo da desconstituição da obrigação.

| Tributos a compensar | Controladora |            | Consolidado |            |
|----------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                      | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Tributos a compensar | -            | 13.374     | -           | 13.374     |
| Total                | -            | 13.374     | -           | 13.374     |

### 17.4 - Tributos diferidos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios e sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado e da propriedade para investimento. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

No exercício de 2018, o passivo fiscal foi movimentado pelo registro decorrente da CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA.

A Empresa registra apenas os valores referentes ao passivo fiscal de CSLL diferida, por ser considerada ente imune a impostos, conforme art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

| Tributos diferidos | Controladora |            | Consolidado |            |
|--------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                    | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| CSLL Diferida      | 473.526      | 477.484    | 473.526     | 477.484    |
| Total              | 473.526      | 477.484    | 473.526     | 477.484    |

### 17.5 - Obrigações trabalhistas

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido - IFD, oferecido aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado - PDI.

O PDI foi dividido em dois ciclos, sendo o primeiro finalizado, com desligamentos entre fevereiro e dezembro de 2017 e o segundo com desligamentos iniciados em dezembro de 2017 e com previsão de término em 2018.

Em 2018 foram pagos 7.892 empregados que aderiram ao PDI com direito ao recebimento do IFD (6.157 relativos ao primeiro ciclo e 1.735 referentes ao segundo ciclo).

São realizados pagamentos mensais e consecutivos de caráter indenizatório aos que aderiram ao PDI, denominado IFD. Para os empregados desligados no primeiro ciclo, os desembolsos compreenderão o período de 96 meses, a partir do desligamento, com valor limitado a R\$ 10 mil reais. Já aos empregados que aderiram ao segundo ciclo, os pagamentos ocorrerão por 93 meses, sendo o valor máximo limitado a R\$ 9,8 mil.

Os pagamentos de incentivos ocorridos em 2018 totalizaram R\$ 193.859..

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos doze meses.

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram anualmente corrigidos pelas projeções do IPCA.

Em atendimento às recomendações do CPC 12, que dispõe sobre o ajuste a valor presente, a taxa de desconto dos fluxos do IFD foi selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional.

O critério adotado para seleção do título foi a duration inferior mais próxima aos fluxos de desembolsos do IFD, sendo selecionada a Nota do Tesouro Nacional Série F (NTN-F), com vencimento em 1º de janeiro de 2025. Esse título reflete, adicionalmente, o custo de oportunidade entre o lançamento do PDI e a manutenção dos recursos no caixa.

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

| Obrigações trabalhistas | Controladora |            | Consolidado |            |
|-------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                         | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| PDI - circulante        | 159.831      | 124.197    | 159.831     | 124.197    |
| PDI - não circulante    | 879.900      | 797.024    | 879.900     | 797.024    |
| Total                   | 1.039.731    | 921.221    | 1.039.731   | 921.221    |

## 17.6 - Outros

| Obrigações trabalhistas             | Controladora |            | Consolidado |            |
|-------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                     | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Honorários de sucumbência           | 632          | -          | 632         | -          |
| Parcelamento – Ressarcimento ao SUS | 104          | -          | 104         | -          |
| Total                               | 6.736        | -          | 6.736       | -          |

### 17.6.1 - Honorários de sucumbência

O valor de R\$ 632 refere-se aos honorários de sucumbência do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT - REFIS POSTAL).

## Nota - 18 Patrimônio líquido

### 18.1 - Capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social totaliza R\$ 3.222.700 constituído integralmente pela União.

### 18.2 - Adiantamente para futuro aumento de capital - AFAC

Em dezembro de 2018, com base na Lei nº 13.479 de 22 de novembro de 2018, a União efetuou aporte no valor de R\$ 224.000 com o objetivo de implantar o Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações “Participação da União no Capital - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa “Adequação do Modelo Operacional dos Correios” Pertencente ao Programa DEZ em 1 - Nacional. Até 31 de dezembro de 2018 foi efetivamente utilizado na implantação do Programa o montante de R\$ 43.242, cujo valor foi capitalizado no exercício, ficando o saldo de R\$ 180.758 .

### 18.3 - Ajuste de avaliação patrimonial - AAP

#### 18.3.1 - AAP - Bens imóveis

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

#### 18.3.2 - AAP - Mantidos para venda

Valor correspondente ao custo atribuído dos ativos mantidos para venda.

|                                       | Controladora |            | Consolidado |            |
|---------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                       | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Ajuste de avaliação patrimonial - AAP |              |            |             |            |
| Custo atribuído                       | 4.790.852    | 4.898.916  | 4.790.852   | 4.898.916  |
| Tributo diferido                      | (430.885)    | (440.611)  | (430.885)   | (440.611)  |
| Total                                 | 4.359.967    | 4.458.305  | 4.359.967   | 4.458.305  |

|                                       | Controladora |            | Consolidado |            |
|---------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                       | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Ajuste de avaliação patrimonial - AAP |              |            |             |            |
| Custo atribuído                       | 17.367       | -          | 17.367      | -          |
| Tributo diferido                      | (1.563)      | -          | (1.563)     | -          |
| Total                                 | 15.804       | -          | 15.804      | -          |

#### 18.4 - Outros resultados abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e as variações de mercado das participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA bem como os tributos diferidos relacionados a essas variações.

|  | Controladora |             | Consolidado |             |
|--|--------------|-------------|-------------|-------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017  | 31/12/2018  | 31/12/2017  |
| Outros resultados abrangentes                            |              |             |             |             |
| Ganhos/ perdas atuariais/ Tributos diferidos             | (4.986.596)  | (4.762.853) | (4.986.596) | (4.762.853) |
| Ganhos/ perdas atuariais                                 | (5.446.485)  | (5.209.460) | (5.446.485) | (5.209.460) |
| Postalis - PBD   | (2.649.021)  | (2.495.966) | (2.649.021) | (2.495.966) |
| CorreiosSaúde  | (2.460.860)  | (2.466.332) | (2.460.860) | (2.466.332) |
| PostalPrev   | (336.604)    | (247.162)   | (336.604)   | (247.162)   |
| Tributos diferidos sobre ganhos/ perdas atuariais        | 459.889      | 446.607     | 459.889     | 446.607     |
| Postalis - PBD   | 238.412      | 224.637     | 238.412     | 224.637     |
| CorreiosSaúde  | 221.477      | 221.970     | 221.477     | 221.970     |
| Ganhos/ perdas sobre investimentos/ Tributos diferidos   | 2.535        | -           | 2.535       | -           |
| Ganhos/ perdas - outras aplicações                       | 2.786        | -           | 2.786       | -           |
| Ganhos em participações não relevantes                   | 2.786        | -           | 2.786       | -           |
| Tributos diferidos sobre ganhos/ perdas em investimentos | (251)        | -           | (251)       | -           |
| Total  | (4.984.061)  | (4.762.853) | (4.984.061) | (4.762.853) |

**18.5 - Prejuízos acumulados**

O prejuízo acumulado ao final do período é de R\$ 2.540.454, tendo em vista a absorção do lucro líquido no exercício de R\$ 161.049, conforme estabelece o artigo 189 da Lei nº 6.404/1976, a realização do ajuste de avaliação patrimonial de R\$ 26.509 e o impacto pela adoção inicial do CPC 48 - R\$ 12.592, que juntos diminuíram o diminuindo o prejuízo acumulado de exercícios anteriores de R\$ 2.715.420

**Nota - 19 Demonstração do resultado****19.1 - Receita líquida de vendas e serviços**

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com Administrações Postais e empresas.

|                                      | Controladora |            | Consolidado |            |
|--------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                      | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Receita líquida de vendas e serviços | 18.907.982   | 18.309.924 | 18.907.982  | 18.309.924 |
| Receitas nacionais                   | 18.253.681   | 17.814.394 | 18.253.681  | 17.814.394 |
| Receitas internacionais              | 654.301      | 495.530    | 654.301     | 495.530    |
| (-) Deduções                         | (732.125)    | (973.039)  | (732.125)   | (973.039)  |
| (-) Impostos                         | (709.669)    | (660.388)  | (709.669)   | (660.388)  |
| (-) Descontos incondicionais         | (20.399)     | (289.352)  | (20.399)    | (289.352)  |
| (-) Receitas canceladas              | (2.057)      | (23.299)   | (2.057)     | (23.299)   |
| Total                                | 18.175.857   | 17.336.885 | 18.175.857  | 17.336.885 |

Em 2018 a receita líquida atingiu o montante de R\$ 18.175.857. O quadro a seguir apresenta os maiores destaques de vendas/ serviços, que representaram 90,30% da receita bruta do período.

|  | Controladora/ consolidado |            |                  |            |
|--|---------------------------|------------|------------------|------------|
|  | 31/12/2018                |            | 31/12/2017       |            |
| Receita de vendas/ serviços em relação à receita bruta total | Participação (%)          | 31/12/2018 | Participação (%) | 31/12/2018 |
| FAC  | 23,7                      | 4.480.610  | 28,5             | 5.219.056  |
| Sedex  | 22,6                      | 4.274.602  | 18,6             | 3.408.395  |
| PAC  | 18,3                      | 3.462.827  | 14,6             | 2.675.915  |
| Carta  | 13,9                      | 2.636.517  | 13,9             | 2.552.729  |
| Serviços de Distribuição                                     | 2,6                       | 490.910    | 1,9              | 346.902    |
| Malote   | 2,1                       | 402.110    | 2,5              | 457.957    |
| Mala Direta Postal   | 2,1                       | 398.063    | 2,4              | 435.340    |
| Logística Reversa  | 2,0                       | 372.393    | 1,6              | 285.832    |
| Logística Integrada  | 1,8                       | 348.498    | 2,0              | 358.073    |
| FNDE   | 1,2                       | 232.535    | 1,4              | 256.870    |
| Outros   | 9,7                       | 1.808.917  | 12,6             | 2.312.855  |
| Total  | 100                       | 18.907.982 | 100              | 18.309.924 |

**19.2 - Custo dos produtos vendidos e serviços prestados**

Os custos de 2018 atingiram R\$ 15.679.112. Desse total, R\$ 9.824.546 referem-se aos custos com salários, encargos, benefícios e saúde, e o restante foi distribuído, principalmente, entre remuneração de agências franqueadas (AGFs), transportes, prestação de serviços de terceiros e aluguéis.

| Custo dos Produtos Vendidos e dos Serviços Prestados    | Controladora |                                | Consolidado  |                                |
|---|--------------|--------------------------------|--------------|--------------------------------|
|   | 31/12/2018   | 31/12/2017<br>(Reclassificado) | 31/12/2018   | 31/12/2017<br>(Reclassificado) |
| Pessoal   | (9.964.659)  | (10.767.182)                   | (9.964.658)  | (10.767.182)                   |
| Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios) | (8.333.848)  | (8.481.202)                    | (8.333.848)  | (8.481.202)                    |
| Saúde   | (1.490.698)  | (1.773.941)                    | (1.490.698)  | (1.773.941)                    |
| Incentivo Financeiro Diferido-IFD                       | (140.113)    | (512.039)                      | (140.112)    | (512.039)                      |
| Remuneração de AGF                                      | (1.724.063)  | (1.423.293)                    | (1.724.063)  | (1.423.293)                    |
| Transporte de malas e malotes                           | (1.544.899)  | (1.444.917)                    | (1.544.899)  | (1.444.917)                    |
| Serviços de pessoas físicas/ jurídicas                  | (1.134.553)  | (1.120.409)                    | (1.134.553)  | (1.120.409)                    |
| Aluguéis  | (445.198)    | (448.627)                      | (445.198)    | (448.627)                      |
| Utilidades  | (322.226)    | (319.748)                      | (322.226)    | (319.748)                      |
| Material e Produtos                                     | (236.983)    | (215.331)                      | (236.983)    | (215.330)                      |
| Depreciação/ Amortização                                | (227.190)    | (241.835)                      | (227.191)    | (241.836)                      |
| Internacionais  | (52.745)     | (46.653)                       | (52.745)     | (46.653)                       |
| Impostos, taxas e contribuições                         | (26.596)     | (21.146)                       | (26.596)     | (21.146)                       |
| Total   | (15.679.112) | (16.049.141)                   | (15.679.112) | (16.049.141)                   |

**19.2.1 - Pessoal**

O decréscimo em salários, encargos e benefícios está relacionado à diminuição no quadro de pessoal ocasionado pelo Plano de Desligamento Incentivado - PDI. O maior volume de rescisões de empregados por adesão ao Plano ocorreu em 2017, razão pela qual observa-se a redução na despesa com o Incentivo Financeiro Diferido - IFD em 2018.

A oscilação na despesa com serviço saúde refere-se à implementação do formato de custeio do plano CorreiosSaúde, por decisão proferida em 12 de março de 2018 pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que estabeleceu o pagamento de mensalidades e alteração na coparticipação das despesas médicas.

**19.3 - Despesas com vendas/ serviços**

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda. Apresentou movimentação de R\$ 117.667 em 2018, R\$ 94.048 inferior à 2017, devido à redução das despesas com propaganda e publicidade e multas aplicadas por clientes.

| Despesas com vendas/ serviços         | Controladora |            | Consolidado |            |
|---------------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                       | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Remuneração de unidades terceirizadas | (78.111)     | (84.830)   | (78.111)    | (84.830)   |
| Provisão para perdas                  | (20.614)     | (32.453)   | (20.614)    | (32.453)   |
| Patrocínio                            | (13.800)     | (14.460)   | (13.800)    | (14.460)   |
| Propaganda e publicidade              | (2.037)      | (49.399)   | (2.037)     | (49.399)   |
| Multas contratuais de clientes        | (1.232)      | (27.093)   | (1.232)     | (27.093)   |
| Outros                                | (1.873)      | (3.480)    | (1.873)     | (3.480)    |
| Total                                 | (117.667)    | (211.715)  | (117.667)   | (211.715)  |

## 19.4 - Despesas gerais e administrativas

Correspondem aos gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio. Atingiu o montante de R\$ 2.528.658, sendo que a despesa de R\$ 2.512.373 refere-se à Controladora e R\$ 16.285 refere-se à Controlada.

| Despesas gerais e administrativas                                       | Controladora |                                | Consolidado |                                |
|---|--------------|--------------------------------|-------------|--------------------------------|
|   | 31/12/2018   | 31/12/2017<br>(Reclassificado) | 31/12/2018  | 31/12/2017<br>(Reclassificado) |
| Pessoal   | (2.062.692)  | (2.686.812)                    | (2.065.132) | (2.688.854)                    |
| Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefícios)                 | (1.970.146)  | (2.205.610)                    | (1.972.586) | (2.207.652)                    |
| Incentivo Financeiro Diferido - IFD                                     | (92.546)     | (481.202)                      | (92.546)    | (481.202)                      |
| Precatórios   | (270.298)    | (194.540)                      | (270.298)   | (194.540)                      |
| Constituição/ reversão pós-emprego - CorreiosSaúde                      | (144.811)    | (618.000)                      | (144.811)   | (618.000)                      |
| Constituição/ reversão de perdas  | (83.622)     | (59.053)                       | (83.622)    | (59.053)                       |
| Depreciação/ Amortização  | (76.832)     | (81.137)                       | (76.832)    | (81.137)                       |
| Serviços de pessoas físicas/ jurídicas e outros                         | (10.802)     | (10.751)                       | (24.647)    | (12.473)                       |
| Constituição/ reversão de contingências cíveis - âmbito judicial        | (6.897)      | (1.303)                        | (6.897)     | (1.303)                        |
| Acordo judicial   | (1.875)      | (2.282)                        | (1.875)     | (2.282)                        |
| Constituição/ reversão de contingências fiscais - âmbito judicial       | (1.243)      | 1.476                          | (1.243)     | 1.476                          |
| Impostos, taxas e contribuições   | (827)        | (1.019)                        | (827)       | (1.019)                        |
| Constituição/ reversão pós-emprego - PBD                                | 1.339        | 78.656                         | 1.339       | 78.656                         |
| Constituição/ reversão de contingências fiscais - âmbito administrativo | 8.776        | (12.764)                       | 8.776       | (12.764)                       |
| Superávit - PostalPrev  | 89.442       | 90.944                         | 89.442      | 90.944                         |
| Constituição/ reversão de contingências trabalhista - âmbito judicial   | 47.969       | 101.713                        | 47.969      | 101.713                        |
| Total   | (2.512.373)  | (3.394.872)                    | (2.528.658) | (3.398.636)                    |

A redução nas despesas gerais e administrativas está relacionada, em maior parte, pela diminuição das despesas de pessoal, ocasionada principalmente pelo PDI, cujo maior volume de adesões ocorreu em 2017. O decréscimo das despesas com o pós-emprego saúde, referentes ao custo dos juros e custo dos serviços projetados para o exercício, está atrelado à redução da obrigação atuarial da saúde provocada da decisão do TST e Resolução CGPAR nº 23, que estabele-

ceram novos limites de custeio dos Correios em relação ao plano de saúde e a abrangência de concessão do benefício.

## 19.5 - Resultado de participação em controlada

Representa o prejuízo de R\$ 14.077 decorrente do resultado da Correiospar em 2018, registrado na Controladora pelo Método de Equivalência Patrimonial.

## 19.6 - Outras receitas operacionais

| Outras Receitas Operacionais                               | Controladora |                                | Consolidado |                                |
|--|--------------|--------------------------------|-------------|--------------------------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017<br>(Reclassificado) | 31/12/2018  | 31/12/2017<br>(Reclassificado) |
| Multas aplicadas a fornecedores                            | 84.394       | 97.586                         | 84.394      | 97.586                         |
| Despesas recuperadas                                       | 45.121       | 43.186                         | 45.121      | 43.186                         |
| Multas aplicadas a clientes                                | 32.133       | 36.629                         | 32.133      | 36.629                         |
| Taxa mensal de franquia - AGF                              | 17.110       | 14.313                         | 17.110      | 14.313                         |
| Reversão do custo do serviço passado - CorreiosSaúde       | -            | 2.902.883                      | -           | 2.902.883                      |
| Ganhos contingenciais - PIS/ COFINS - Imunidade tributária | -            | 56.050                         | -           | 56.050                         |
| Outros   | 2.931        | 12.940                         | 2.931       | 12.940                         |
| Total  | 181.689      | 3.163.587                      | 181.689     | 3.163.587                      |

### 19.6.1 - Reversão do custo do serviço passado - CorreiosSaúde

Reversão de parte da obrigação atuarial do benefício pós-emprego saúde ocasionada pela adoção da decisão do TST no julgamento do dissídio coletivo 2017/2018, bem como da Resolução CGPAR nº 23, que alteraram a participação da Empresa no custeio e limitaram a cobertura do plano CorreiosSaúde em relação aos pais, pelo período de um ano, contado de agosto de 2018.

## 19.7 - Outras despesas operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

| Outras Despesas Operacionais   | Controladora |            | Consolidado |            |
|--------------------------------|--------------|------------|-------------|------------|
|                                | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Prejuízos na alienação de bens | (2.554)      | (3.243)    | (2.554)     | (3.243)    |
| Perdas de investimentos        | (201)        | -          | (201)       | -          |
| Impostos vinculados à receita  | -            | (89.410)   | (115)       | (89.547)   |
| Total                          | (2.755)      | (92.653)   | (2.870)     | (92.790)   |

### 19.7.1 - Impostos vinculados à receita (PIS/COFINS)

Corresponde à parcela de PIS e COFINS apurada até o exercício de 2017 pelo regime não cumulativo, em observância à obrigatoriedade da base de cálculo destas contribuições sujeitarem-se ao regime misto. Amparada pelo pressuposto legal de que o ente imune a impostos não se submete ao regime não cumulativo (artigos 10º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003), a Empresa a partir de 2018 passou a apurar as contribuições apenas pelo regime cumulativo.

## 19.8 - Receitas financeiras

| Receitas Financeiras                    | Controladora |            | Consolidado |            |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
|   | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Receita de juros                        | 277.652      | 18.186     | 277.652     | 18.186     |
| Variação cambial                        | 241.756      | 96.306     | 241.756     | 96.306     |
| Rentabilidade de aplicações financeiras | 82.163       | 167.917    | 84.308      | 170.842    |
| Variação monetária                      | 20.164       | 21.430     | 20.343      | 21.446     |
| Outras                                  | 4.838        | 7.048      | 4.838       | 7.048      |
| Total                                   | 626.573      | 310.887    | 628.897     | 313.828    |

### 19.8.1 - Receita de juros

A variação justificada pela atualização monetária de (R\$ 166.369) oriunda dos créditos tri-

butários de pagamento indevido de IRPJ e da atualização monetária de (R\$ 100.465) oriunda dos créditos tributários de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS retidos na fonte e remanesce após a resilição do Contrato de Correspondente Bancário firmado entre Correios e Banco do Brasil. Ambos os créditos encontram-se formalizados por meio de pedidos de restituição protocolados no âmbito da Receita Federal do Brasil - RFB. Os créditos tributários de pagamento indevido de IRPJ, fundamentam-se na tese da Imunidade tributária (art. 150, VI A da CF) e foram solicitados à RFB por meio de pedidos de restituição, dos quais 3 já foram julgados pelo CARF, a favor dos Correios, por unanimidade de votos, sem interposição de recurso pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN. O pedido de restituição dos créditos tributários atrelados ao Contrato de Correspondente bancário, aguarda julgamento administrativo.

### 19.8.2 - Variação cambial

O acréscimo da receita de variação cambial internacional refere-se ao aumento dos valores a receber das Administrações Postais e da cotação do DES no período de janeiro a dezembro de 2018. De acordo com

as cotações obtidas no site do Fundo Monetário Internacional- FMI, enquanto de janeiro a dezembro de 2017 a moeda teve um acréscimo de 7,5%, no mesmo período de 2018 a valorização foi de 14,4%.

#### **19.8.3 - Rentabilidade das aplicações financeiras**

A redução da média mensal do saldo aplicado em 2018 em relação ao ano anterior aliado à redução da taxa Selic contribuíram para que a rentabilidade dos fundos fosse inferior à de 2017.

##### **19.9.1 - Variação cambial**

O acréscimo da receita de variação cambial internacional refere-se ao aumento dos valores a receber das Administrações Postais e da cotação do DES no período de janeiro a dezembro de 2018.

##### **19.9.2 - Encargos - financiamento da dívida interna**

O decréscimo tem origem na redução da despesa com a atualização da dívida com o empréstimo (nota 17.10) e distrato com o Banco Postal (nota 17.13), tendo em vista as amortizações de saldo dos referidos passivos.

#### **19.9 - Despesas financeiras**

| Receitas Financeiras                    | Controladora |            | Consolidado |            |
|---|--------------|------------|-------------|------------|
|   | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Variação cambial                        | (153.047)    | (54.830)   | (153.047)   | (54.830)   |
| Encargos Financiamento dívida interna   | (92.671)     | (167.363)  | (92.671)    | (167.363)  |
| Apropriação/ atualização - AVP          | (79.629)     | (19.891)   | (79.629)    | (19.891)   |
| Perdas nas aplicações financeiras       | (7.962)      | (9.406)    | (7.962)     | (9.406)    |
| Taxa administrativa - cartão de crédito | (6.955)      | (4.120)    | (6.955)     | (4.120)    |
| Multas                                  | (5.854)      | (9.144)    | (5.854)     | (9.144)    |
| Despesas bancárias                      | (3.086)      | (2.151)    | (3.087)     | (2.152)    |
| Juros                                   | (558)        | (6.657)    | (558)       | (6.660)    |
| Notificação de infração                 | (138)        | (110.148)  | (138)       | (110.148)  |
| Outros                                  | (1.600)      | (945)      | (1.600)     | (945)      |
| Total                                   | (351.500)    | (384.655)  | (351.501)   | (384.659)  |

##### **19.9.3 - Notificação de infração**

Em 2017, a rubrica de notificação de infração apresentou saldo elevado ocasionado, principalmente, pelo registro do parcelamento de dívidas decorrentes da adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária - PERT.

#### **Nota - 20 Tributos sobre o lucro**

Amparada pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, a Empresa, imune ao IRPJ, apura a CSLL a alíquota de 9% na controladora. Para a controlada (Correiospar) o IRPJ e a CSLL são tributados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, com base nas leis tributárias vigentes, na data do balanço em que houve a geração do resultado tributável.

No exercício de 2018, apresenta-se o efeito tributário em cenário de Lucro Fiscal na controladora e de Prejuízo Fiscal de IRPJ e Base Negativa de CSLL na controlada (Correiospar). Este cenário, implica em não reconhecimento de despesa corrente na Demonstração do Resultado da controlada e por consequência o não pagamento destes tributos.

| Demonstrativo da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro | Controladora |            | Consolidado |            |
|--|--------------|------------|-------------|------------|
|  | 31/12/2018   | 31/12/2017 | 31/12/2018  | 31/12/2017 |
| Resultado antes do JSCP  | 306.635      | 677.359    | 292.558     | 676.395    |
| (+/-) Ajustes Lei 12.973/14  | (43.931)     | (79.300)   | (43.931)    | (79.300)   |
| Resultado antes do IRPJ e CSLL   | 262.704      | 598.059    | 248.627     | 597.095    |
| Efeito total sobre o lucro/ prejuízo fiscal <sup>1</sup>                         | 17.389       | (164.343)  | 12.659      | (164.666)  |
| Efeito de IRPJ e CSLL da alíquota vigente  | 23.643       | 53.825     | 18.857      | 53.498     |
| Efeito sobre as diferenças permanentes   | 4.413        | 4.499      | 4.469       | 4.503      |
| Efeitos sobre as diferenças temporárias  | (10.667)     | (222.667)  | (10.667)    | (222.667)  |
| Adições  | 1.063.129    | 575.187    | 1.063.129   | 575.187    |
| Exclusões  | (1.073.796)  | (797.854)  | (1.073.796) | (797.854)  |
| Efeito da compensação de base negativa de CSLL                                   | (5.217)      | -          | (5.217)     | -          |
| IRPJ e CSLL correntes  | (12.172)     | -          | (7.442)     | -          |
| CSLL diferida  | (133.414)    | (10.051)   | (133.414)   | (10.051)   |
| Constituição de passivo fiscal de CSLL Lei nº 12.973/2014                        | (3.954)      | (7.317)    | (3.954)     | (7.317)    |
| Realização do ativo de CSLL sobre diferenças temporárias                         | (98.640)     | (147.256)  | (98.640)    | (147.256)  |
| Reversão do ativo de CSLL sobre base negativa                                    | (30.820)     | (3.048)    | (30.820)    | (3.048)    |
| Receitas com a utilização de créditos fiscais em parcelamento especial           | -            | 147.390    |             | 147.390    |
| Total dos tributos sobre o lucro   | (145.586)    | (10.051)   | (140.856)   | (10.051)   |

<sup>1</sup>Alíquota de 9% de CSLL para os Correios e 34%(IR/CSLL) para Correiospar.

## 20.1 - Tributos Diferidos

### 20.1.1 - Tributos Diferidos Ativos

A Empresa, em conformidade com o disposto no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, apresenta os ativos fiscais diferidos de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL reconhecidos diretamente sobre o resultado, os quais são provenientes das diferenças temporárias, ajustes da Lei nº 12.973/2017 (impairment e depreciação), e de base de cálculo negativa de CSLL, ou diferidos sobre outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

| Tributos diferidos - ativos   | Controladora/ Consolidado |              |           |            |
|---|---------------------------|--------------|-----------|------------|
|   | 31/12/2017                | Constituição | Reversão  | 31/12/2018 |
| A – Das bases fiscais   | 30.820                    | -            | (30.820)  | -          |
| Bases negativas   | 30.820                    | -            | (30.820)  | -          |
| B - Das diferenças temporárias  | 98.639                    | -            | (98.639)  | -          |
| Contingências trabalhistas  | 17.708                    | -            | (17.708)  | -          |
| Contingências cíveis  | 5.022                     | -            | (5.022)   | -          |
| Fornecedores provisão   | 36.004                    | -            | (36.004)  | -          |
| Reservas déficit BD - Postalis  | 10.268                    | -            | (10.268)  | -          |
| Outras contingências  | 29.637                    | -            | (29.637)  | -          |
| C - Dos ajustes Lei nº 12.973/2014  | 4.715                     | -            | -         | 4.715      |
| Impairment - terrenos   | 44                        | -            | -         | 44         |
| Impairment - prédio   | 4.542                     | -            | -         | 4.542      |
| Depreciação - custo atribuído   | 129                       | -            | -         | 129        |
| Total de ativos diferidos sobre movimentações temporárias e prejuízos fiscais (A + B + C) | 134.174                   | -            | (129.459) | 4.715      |
| D - Das despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes                            | 446.608                   | 13.774       | (493)     | 459.890    |
| Benefício pós-emprego plano saúde   | 221.971                   | -            | (493)     | 221.479    |
| Benefício pós-emprego Postalis BD   | 224.637                   | 13.774       | -         | 238.411    |
| Total   | 580.782                   | 13.774       | (129.952) | 464.604    |

Em observância ao item 56 do CPC 32 a Empresa reverteu o valor contábil do ativo fiscal diferido sobre base negativa de CSLL, uma vez que fortes evidências estavam disponíveis de que não haverá lucro tributável futuro suficiente para permitir que o benefício de todo aquele ativo fiscal diferido poderia ser utilizado. Já os créditos diferidos decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões não dedutíveis, constituídos entre 2010 e 2014, representados principalmente por provisões de contingências trabalhistas e de fornecedores, foram realizados na sua totalidade.

O ativo fiscal diferido de CSLL sobre Ajustes Lei nº 12.973/2014 e Outros Resultados Abrangentes (ORA) manteve-se registrado, uma vez que estes saldos não dependem de resultados futuros para se realizarem, pois a movimentação ocorre por meio das remensurações das provisões de benefício pós-emprego, em Outros Resultados Abrangentes ou mediante efeito no resultado do exercício decorrente da depreciação, alienação ou baixa dos bens.

A Empresa apresenta em 31 de dezembro de 2018, ativo fiscal diferido, decorrente de base negativa de contribuição social e de

diferenças temporárias, passível de reconhecimento futuro, considerando as possibilidades previstas pela legislação. Não existe prazo de restrição para a utilização destes créditos, o quadro abaixo demonstra o montante apurado até o exercício de 2018.

| Ativo fiscal diferido passível de reconhecimento futuro | Valor   |
|---|---------|
| Sobre base negativa de CSLL - exercício 2016            | 23.313  |
| Sobre base negativa de CSLL - exercício 2017            | 189.169 |
| Sobre diferenças temporárias                            | 288.099 |
| Total   | 500.581 |

#### 20.1.2 - Tributos Diferidos Passivos

O Passivo fiscal diferido de CSLL é originado pelas diferenças temporárias apuradas entre:

- a.a** diferença de base e de taxa de depreciação entre a legislação contábil societária e a legislação fiscal vigente;
- b.**CSLL diferida sobre o custo atribuído aos bens imóveis quando da adoção inicial dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis; e
- c.**sobre os ajustes decorrentes do valor justo do ganho em investimentos por meio de outros resultados abrangente (VJORA).

| Tributos diferidos - passivos                       | Controladora/ Consolidado |              |                |                |
|---|---------------------------|--------------|----------------|----------------|
|   | 31/12/2017                | Constituição | Reversão       | 31/12/2018     |
| A - Das diferenças temporárias – Lei nº 12.973/2014 | 36.873                    | 3.954        | -              | 40.827         |
| Depreciação de bens operacionais                    | 36.873                    | 3.954        | -              | 40.827         |
| B - Das receitas reconhecidas no PL                 | 440.611                   | 251          | (8.163)        | 432.699        |
| Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído   | 440.611                   | -            | -              | 432.448        |
| Ajuste de ganho em investimentos - VJORA            | -                         | 251          | -              | 251            |
| <b>Total</b>  | <b>477.484</b>            | <b>4.205</b> | <b>(8.163)</b> | <b>473.526</b> |

## Nota - 21 Seguro dos bens

Os Correios não mantém política de contratar seguros para os seus bens móveis e estoques mantidos nos Centros de Distribuição, tendo em vista a expectativa do custo não cobrir o benefício que se possa ter com a adoção desse instrumento, exceto imóveis (prédios) discriminados a seguir, que são cobertos por seguros contra incêndio, raio, explosão, alagamento e danos elétricos.

| Imóvel            | Seguradora                  | Valor segurado |
|-------------------|-----------------------------|----------------|
| Edifício Sede/BSB | Tokio Marine Seguradora S/A | 335.903        |
| Edifício Pasteur  | Tokio Marine Seguradora S/A | 30.609         |
| Total             | -                           | 366.512        |

Com relação aos veículos, existe apólice específica com a empresa AIG Seguros Brasil S.A. relativa à responsabilidade civil por danos materiais e corporais, referente às operações aeronáuticas dos Correios, incluindo a responsabilidade civil de veículos e equipamentos de propriedade da Empresa e do serviço por ela prestado quando em circulação e/ou operação na área interna dos aeroportos administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, cujo limite máximo de indenização (LMI) é de R\$ 2.500.

## Nota - 22 Partes relacionadas

### 22.1 - Entidade controladora

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT é uma organização constituída sob a forma de empresa pública, nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, e está vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, sua controladora, com capital social exclusivamente integralizado pela União.

### 22.2 - Partes relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas Demonstrações Financeiras de 2018, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

| Entidade  | Relacionamento       | Nota                      |
|---|----------------------|---------------------------|
| Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC     | Controladora         |                           |
| Correiospar - Correios Participações S/A                                | Controlada           | 13.4.1 e 20.5             |
| Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios | Patrocinada/ Mantida | 11.1, 17.9 e 17.14        |
| Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos     | Patrocinado          | 17.2, 17.3, 17.5.1 e 17.9 |

### 22.3 - Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações financeiras em questão.

#### 22.3.1 - Transações com a Correiospar

A Correios Participações S/A - Correiospar, sociedade por ações, é subsidiária integral da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, constituída em 2014, com objetivo de constituir subsidiárias, adquirir controles ou participações acionárias em sociedades empresárias, bem como proceder às alienações correspondentes, com vistas ao cumprimento de atividades dispostas no objeto social dos Correios e gerir as relações de governança com as empresas subsidiárias criadas e com aquelas em que vier a adquirir controles e participações societárias.

Correios e a Correiospar celebraram, em 03 de junho de 2015, Convênio de Execução de Atividades Operacionais Comuns e Complementares e de Compartilhamento de Estruturas e Recursos (“CONVÊNIO”), que se desenvolverá por meio de Planos de Trabalho, envolvendo

diversas áreas da ECT, as quais serão devidamente resarcidas em relação às atividades prestadas de acordo com o valor apurado de custo administrativo de cada participante.

O impacto das transações ocorridas entre os Correios e a Correiospar está apresentado na tabela contida na nota 13.4.1.

#### **22.3.2 - Transações com a Caixa de Assistência Postal Saúde**

A Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios, associação civil, sem fins lucrativos, fundada em abril de 2013, tem por objetivo atuar como operadora de saúde dos Correios, na modalidade de auto-gestão, nos termos da Resolução Normativa da ANS nº 137/2006.

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 05 de dezembro de 2013, mensalmente, provisoriamente integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância as boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Cor-

reios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora - Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado no item D do quadro da nota 18.1.1.

#### **22.3.3 - Transações com o Instituto de Previdência Complementar dos Correios - Postalis**

Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As notas 17.2, 16.3, 17.5.1 e 17.9 apresentam as transações ocorridas com o Postalis em 2018.

#### **22.4 - Remuneração do Pessoal Chave da Administração**

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da administração dos Correios e suas partes relacionadas.

|   | Total de Membros |           | Correios     |              | Correiospar  |              | Postal Saúde <sup>1</sup> |          | Postalis <sup>1</sup> |              |
|---|------------------|-----------|--------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|----------|-----------------------|--------------|
|   | 2018             | 2017      | 2018         | 2017         | 2018         | 2017         | 2018                      | 2017     | 2018 <sup>3</sup>     | 2017         |
| <b>Benefícios de Curto Prazo</b>                    |                  |           |              |              |              |              |                           |          |                       |              |
| Conselho de Administração/Deliberativo <sup>2</sup> | 16               | 17        | 324          | 337          | 192          | 165          | -                         | -        | -                     | 209          |
| Conselho Fiscal                                     | 11               | 11        | 169          | 161          | 150          | 117          | -                         | -        | -                     | 135          |
| Diretoria Executiva                                 | 15               | 15        | 7.161        | 6.288        | 1.502        | 1.602        | -                         | -        | -                     | 1.733        |
| Participações nos Lucros – PLR                      | -                | -         | -            | -            | -            | -            | -                         | -        | -                     | -            |
| Outros (Remuneração Variável Anual)                 | -                | -         | -            | -            | -            | -            | -                         | -        | -                     | -            |
| <b>Total</b>  | <b>42</b>        | <b>43</b> | <b>7.654</b> | <b>6.786</b> | <b>1.844</b> | <b>1.884</b> | <b>-</b>                  | <b>-</b> | <b>-</b>              | <b>2.077</b> |

(1) Postal saúde não há remuneração considerando que os integrantes do Conselho Deliberativo, Fiscal e a Diretoria são empregados dos Correios.

(2) A estrutura da Postal Saúde e Postalis são definidas por Conselho Deliberativo.

(3) Em virtude do Postalis estar sob intervenção desde 04 de outubro de 2017, não ocorreram pagamentos de remuneração e benefícios no ano de 2018.

## Nota - 23 Outras informações

### 23.1 - Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração dos Correios (em Reais):

| Remuneração de Empregados e Dirigentes | 2018   | 2017   |
|--|--------|--------|
| Menor Salário                          | 1.706  | 1.614  |
| Maior Salário                          | 46.728 | 46.728 |
| Salário Médio                          | 2.509  | 2.457  |
| Dirigentes                             |        |        |
| Presidente                             | 46.728 | 46.728 |
| Vice-Presidentes                       | 40.633 | 40.663 |
| Conselheiros                           |        |        |
| Conselho Fiscal                        | 4.475  | 4.131  |
| Conselho de Administração              | 4.475  | 4.131  |
| Comitê de Auditoria                    | 8.951  | -      |





# Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)

Brasília - DF

## Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, individuais e consolidadas, - ECT (“Empresa” ou ‘ECT”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos e possíveis efeitos dos assuntos mencionados na seção intitulada como “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis

acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião com ressalvas

#### Ativo contingente registrado

Amparada nos julgamentos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal, a Empresa, conforme descrito nas notas nº 3.17 e nº 12.3, discute e questiona, no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB) e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) que a totalidade dos seus serviços prestados está abrangida pela imunidade recíproca (CF, artigo 150, VI, “a”, e §§ 2º e 3º), considerando que a Empresa seria uma extensão das atividades da união. A Administração da Empresa, com base na classificação de êxito como “provável ganho” recomendada por sua assessoria jurídica e pela atual jurisprudência favorável sobre o tema, incluindo o resultado do julgamento de três processos de restituição do Imposto de Renda, que totalizam, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 293 milhões, proferido de forma favorável à Empresa, pelo Conselho Administrativo de

Recursos Fiscais - CARF, de forma unânime, sem interposição de recursos pela PGFN, decidiu elaborar e apresentar as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 no pressuposto de sua imunidade tributária em relação ao imposto de renda, consequentemente, um ativo contingente, representado por dez processos de restituição do Imposto de Renda, no montante de R\$ 1.621 milhões, mantém-se reconhecido às demonstrações contábeis à título de tributos a recuperar. Entretanto, considerando o atual estágio que se encontram as referidas discussões junto à RFB e PGFN, a classificação de risco atribuída pela assessoria jurídica ao mérito e as dificuldades operacionais a serem superadas para que os pedidos de restituições sejam homologados, o referido ativo, nesse momento, é caracterizado como “ativo contingente”, consequentemente, estão apresentados a maior o ativo e o patrimônio líquido pelo valor R\$ 1.621 milhões e o resultado do exercício pelo valor de R\$ 167 milhões, respectivamente.

Conforme descrito na nota 13 às demonstrações financeiras, a Administração da Empresa identificou e registrou redução no valor recuperável de determinados ativos, pelo valor de R\$ 64.187 mil. Nesse contexto, diante do referido indicativo quantitativo presente em 31 de dezembro de 2018, a Administração

não avaliou a indicação de ocorrência de redução no valor recuperável dos demais imóveis presentes nas mesmas praças. Conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem que na data do balanço se analise a evidência objetiva de que o ativo imobilizado esteja registrado por valor acima de seu valor recuperável (impairment), e, na indicação de possível perda, o cálculo detalhado e específico deve ser efetuado. Conforme divulgado na nota 3.14.2, às demonstrações financeiras, a Administração adotou como política a avaliação a cada cinco anos de toda a carteira de imóveis, que culminará, desde a última avaliação, no exercício de 2019. Devido à ausência de avaliação para indicação de perda do valor recuperável para os demais imóveis presentes nas mesmas praças, não nos foi possível concluir sobre a necessidade de se constituir ou não provisão para perdas sobre os referidos ativos constantes no imobilizado (nota 14) e em propriedade para investimentos (nota 13).

### **Limitação de escopo - Contingências judiciais**

Conforme descrito na nota 17.2, às demonstrações financeiras, a Empresa está envolvida em processos legais de natureza

trabalhista, cível e tributária e diante desse risco, constituiu provisão para contingências no valor de R\$ 337.013 mil, em 31 de dezembro de 2018. Entretanto, conforme descrito na nota 17.2.2.1, em outubro de 2018 a Administração da Empresa aprovou nova diretriz de provisionamento e contingenciamento relativos à processos judiciais, visando a dar conformidade ao estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC 25). A expectativa da Administração é de que durante o exercício de 2019 a nova diretriz seja implementada. Consequentemente, não foi praticável nas circunstâncias, a realização de trabalhos alternativos que nos permitissem concluir sobre a adequação dos saldos de provisão para contingências registrados, em 31 de dezembro de 2018, e seus possíveis reflexos no resultado.

### **Limitação de escopo - Benefício pós-emprego do plano Previdencial BD**

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 17.1, a Empresa é patrocinadora de uma Empresa fechada de previdência privada, denominada “Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos - POSTALIS” e possui consignado em suas demonstrações financeiras provisões para benefícios pós emprego, no montante de R\$ 3.256

milhões, em 31 de dezembro de 2018. Sobre a referida obrigação, temos as seguintes limitações de escopo:

i) encontra-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal, pela Polícia Federal e outras autoridades públicas, no âmbito das chamadas operações “Lava Jato”, “Greenfield”, “Rizoma” e “Pausare”, envolvendo determinados fundos de investimentos financeiros e outros ativos da carteira de investimentos do Postalis. Os desfechos dessas investigações e eventuais efeitos às demonstrações financeiras ainda não são totalmente conhecidos; e

ii) A determinação do montante da provisão para benefícios pós emprego do plano BD levou em consideração os parâmetros das Leis Complementares nºs 108 e 109 de 2001, utilizando-se da paridade contributiva de 50% (cinquenta por cento), entretanto, representantes dos participantes do plano BD questionam a legalidade das cobranças extraordinárias dos equacionamentos dos déficits apurados em função dos supostos atos de má-gestão na Administração dos ativos garantidores às reservas matemáticas do plano. Conside-

rando o atual estágio em que se encontram os referidos processos judiciais, não é possível determinar se o provisionamento parcial de 50% será suficiente para suportar as saídas futuras de caixa que serão requeridas pelo desfecho desses processos.

Considerando os assuntos descritos nos itens i) e ii), acima, não foi possível determinar por meio de procedimentos alternativos de auditoria qual seria o impacto, se houver, sobre o valor das provisões de benefícios pós emprego no montante de R\$ 3.256 milhões e sobre os saldos de outros resultados abrangentes registados diretamente no patrimônio líquido correspondente ao valor líquido do Plano BD, no valor de R\$ 2.411 milhões, bem como sobre os respectivos créditos tributários de contribuições social sobre o lucro (CSSL) constituídos sobre essas provisões.

### **Incerteza relevante quanto à continuidade operacional**

Chamamos a atenção para o fato de que a Empresa apresenta prejuízos acumulados, elevados custos assistenciais e previdenciais com seus funcionários e responde a um volume relevante de contingências de natu-

reza cíveis, fiscais, trabalhistas e criminais. Esses fatos indicam a possível existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Os planos da Administração para manutenção das atividades estão descritos na Nota Explicativa nº 1.1. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. A continuidade operacional da Empresa dependerá do sucesso do plano de continuidade e ou de eventuais aportes de seu controlador.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Con-

tador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho reali-

zado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, a Empresa mantém o registro de ativo contingente relacionado à imunidade tributária bem como não foi capaz de mensurar os potenciais efeitos advindos das limitações de escopo anteriormente descritas na mesma seção e, dessa forma, não registrou os impactos sobre o patrimônio líquido e resultado apresentados. Não obstante o fato do relatório da administração estar consistente com as demonstrações financeiras, concluímos que as outras informações apresentam distorção relevante, pelas mesmas razões e valores mencionados na seção “Base para opinião com ressalva”.

## Outros assuntos

### Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Empresa e apresentada de forma voluntária, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das

demonstrações financeiras da Empresa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado”. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção “Base para opinião com ressalvas”, a demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto

### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança

razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos,

conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

rio. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 20 de março de 2019.

**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 SP 013846/0-1 - DF - S**

**Fabiano de Oliveira Barbosa**  
Contador CRC DF 015827/0-3

## Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

Os Correios firmaram contrato com a BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples, cujo objeto é prestação de serviços de auditoria contábil sobre as demonstrações financeiras dos Correios e suas coligadas, controladas, mantidas, e participadas, relativas ao exercício social de 2017 e subsequentes, durante a vigência do contrato, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais da International Financial Reporting Standards (IFRS), bem como outros serviços a serem executados correlatos aos trabalhos de auditoria.



# Capítulo 6 – Outras Informações Relevantes

## Materialidade

Para determinar a materialidade das informações do Relato Integrado Correios 2018, fizemos uma ampla pesquisa de assuntos relevantes que possam impactar nossa capacidade de gerar valor no curto, médio e longo prazo, tais como: a Estratégia dos Correios; as tendências de mercado internacional e nacional; as principais demandas dos nossos clientes e sociedade em geral; avaliamos a situação econômico financeira da empresa, e o conteúdo estabelecida pelo Anexo II da Decisão Normativa TCU 170, de 19 de setembro de 2018.

A Estratégia Correios influenciou de maneira significativa a seleção das informações relevantes, pois norteou a gestão, reposicionou os Correios no mercado e contribuiu para a sustentabilidade. Para tanto, Iniciativas Estratégicas foram implementadas pela empresa para alcançar os Objetivos Estratégicos e as metas futuras. Assim, de forma a justificar os resultados relativos aos Objetivos Estratégicos estabelecidos, foi realizada a avaliação das Iniciativas Estratégicas através dos Indicadores Estratégicos, por meio de um processo de Governança da Gestão Estratégica.

Por fim, as informações apresentadas são úteis para avaliar a razoabilidade do que foi relatado,

pois evidenciam resultados financeiros e qualitativos expressivos obtidos pelos Correios, prestando contas à sociedade e aos órgãos de controle.

## Determinações e recomendações do TCU

No exercício de 2018, foram tratados pelos Correios quatrocentos e cinquenta e oito Acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), dos quais constaram 464 medidas, conforme abaixo:

| Medidas                         | Total | 2004 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 |
|---------------------------------|-------|------|------|------|------|------|------|------|------|------|
| Ciência                         | 260   |      | 1    | 1    | 3    | 5    | 2    | 1    | 45   | 202  |
| Determinação                    | 186   | 1    |      | 6    | 4    | 3    | 4    | 4    | 15   | 149  |
| Recomendação                    | 18    |      | 1    | 2    | 2    | 3    | 1    | 1    | 2    | 6    |
| TOTAL                           | 464   | 1    | 2    | 9    | 9    | 11   | 7    | 6    | 62   | 357  |
| Quantidade de Acórdãos por ano* | 458   | 1    | 2    | 10   | 8    | 11   | 7    | 6    | 62   | 351  |

Todos os Acórdãos são encaminhados à AUDIT e CA, em atenção ao que disciplina os normativos vigentes.

O Tribunal de Contas da União requereu aos Correios o registro sobre as medidas adotadas pela empresa para atendimento a determinações em quatro Acórdãos, quais sejam:

**Acórdão nº 910/2018 - TCU** - Plenário, noticiado aos Correios através do Ofício 0551/2018-TCU/SECEX-MA, de 22/2/2018, para que sejam inseridas no Relatório de Gestão a ser encaminhado no próximo exercício as providências adotadas quanto à Tomada de Contas Especial - TCE, que teve por objeto a falta de numerário no caixa da Agência dos Correios de Luís Domingues/MA.

Assim, seguem as informações sobre as medidas adotadas pela empresa:

•Medidas adotadas: : Processo NUP nº 53101.001963/2016-24 - TCE Agência Correios Domingues/MA. Considerando a não quitação do débito, foi providenciado em 27/03/2018, a inscrição do responsável no CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados com Órgãos Federais e ajuizamento da Ação de Cobrança, em 09/05/2018, sob o número 0016578-30.2018.5.16.0004, distribuído na 4ª Vara do Trabalho de São Luís.

**Acórdão 1000/2018 TCU PL** - subitem 1.8, noticiado aos Correios através do Ofício 0174/2018-TCU/SeinfraCOM, de 3/5/2018 O Tribunal de Contas da União determinou que os Correios informassem nas próximas contas da entidade, acerca do andamento dos processos NUP 53101.003727/2016-42, que apura supostas irregularidades relacionadas aos contratos 92/2014 e 94/2014, celebrados entre a Postal Saúde e as sociedades empresariais UNIBEM Assessoria em Medicina e Segurança no Trabalho Ltda e TOTAL LIFE Assistência à Vida Ltda.; NUP 53101.005472/2016-52, referente às supostas irregularidades na implantação e na gestão do Plano Postal Benefícios Medicamentos (PBM); e NUP 53101.001976/2017-84, que apura responsabilidades por supostas irregularidades relacionadas à contratação da gráfica do sindicato dos Bancários (Bangraf).

Dessa forma, a seguir constam informações sintéticas sobre o andamento dos processos, considerando que tais informações são intrinsecamente sigilosas em razão da natureza jurídica de sindicância disciplinar.

•Medidas adotadas: Em 2018, foi instruído o Processo NUP 53101.003727/2016-42 - UNIBEM e TOTAL LIFE, sendo o início da fase de apresentação das defesas em 2019. No Processo NUP nº 53101.005472/2016-52 - PBM foi realizada a fase de diliação probatória, em 2018, restando as oitivas de duas testemunhas indicadas pela defesa do sindicado. Em 2019, será aberto prazo para os sindicados complementarem suas respectivas defesas, tendo em vista as novas provas produzidas. No NUP 53101.001976/2017-84 (Bangraf), o Processo encontra-se em fase de elaboração do Relatório Final, sendo que os trabalhos da Comissão de Sindicância deverão ser concluídos no prazo estabelecido.

**Acórdão 2404/2018** - O Tribunal de Contas da União determina, através do Ofício 4973/2018-TCU/Sefip, de 29/10/2018, a juntada de cópia desse acórdão e das peças 1 e 6 dos autos do TC 004.718/2018-6 ao processo de prestação de contas dos Correios referente ao exercício de 2018.

•Medidas adotadas: O Acórdão 2404/2018 e Peças 1 e 6 estão no anexo deste relatório.

•Acórdão 586/2013 - A 2ª Câmara do Tribunal de Contas da União determinou que seja informado na prestação de contas dos Correios:

**a.** O resultado do processo DECOD-001/2011 a respeito da apuração de responsabilidade pelo pagamento indevido de taxa de administração à empresa Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE);

**b.** Os resultados do processo de apuração do impacto das gravações da operação Déjà Vu com os atos analisados no âmbito do Processo AUDIT 616/2007;

•Medidas adotadas: No Processo DECOD-001/2011 (NUP: 53101.004756/2013-89), os empregados citados foram exculpados no julgamento, por meio da Decisão CODIS 029/2014, de 18/07/2014. O referido processo encontra-se arquivado desde 08/09/2014. No Processo AUDIT 616/2007 (NUP: 53101.005586/2013-93) houve julgamento em 17/09/2013, por meio da Decisão CODIS 056/2013, de prescrição da penalidade. Em 14/11/2014, o referido processo foi arquivado.

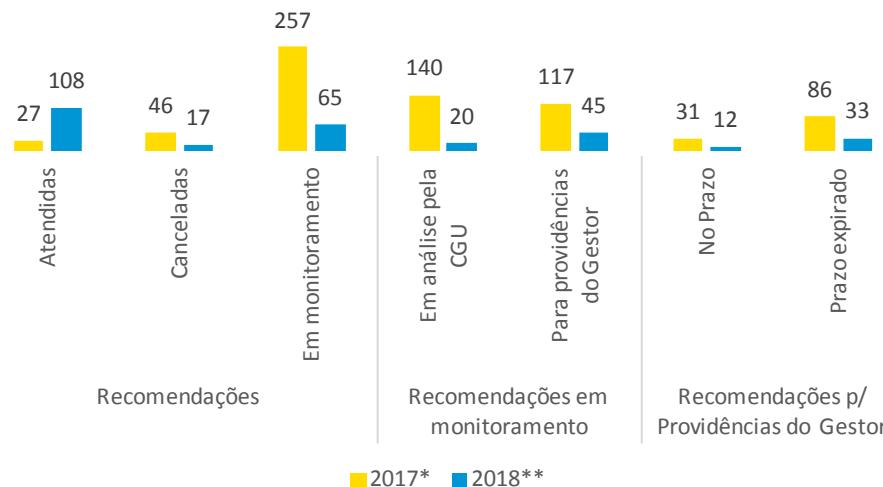
## Tratamento e recomendações da CGU

As recomendações oriundas dos relatórios da Controladoria Geral da União (CGU) são geridas, por meio do Sistema Monitor o que melhorou o desempenho saltando de 27 para 108 o número de recomendações atendidas.

Todas as recomendações são encaminhadas à Auditoria e Conselho de Administração, em atenção ao que disciplinam os normativos vigentes.

Os gráficos a seguir apresentam a evolução do tratamento destas recomendações:

Tratamento e recomendações da CGU



Fontes: \*Relatório de Avaliação de Gestão - Exercício 2017, posição em 31/12/2017.

\*\* DEREL/PRESI - Consulta ao Sistema Monitor, posição em 31/12/2018.



No exercício de 2018, a CGU realizou uma auditoria anual de contas em que resultaram em recomendações que estão contempladas no corpo do presente relatório e no seu anexo.

# Administração

## Diretoria executiva



**Jovino Francisco Filho**  
Diretor de Administração

**General Juarez Cunha**  
Presidente

**Artur José Solon Neto**  
Diretor de Governança,  
Compliance e Segurança

**Heronides Eufrásio Filho**  
Diretor de Gestão Estratégica  
de Pessoas

**Alex do Nascimento**  
Diretor de Negócios

**Sergio Neves Moraes**  
Diretor de Gestão Estratégica,  
Tecnologia e Finanças

## Conselho fiscal

**Roberta Moreira da Costa Bernardi Pereira**

Presidente



**Johnny Ferreira  
dos Santos**

**Gustavo Zarif  
Frayha**

## Conselho de administração

**Maurício Fortes  
Garcia Lorenzo**

**Ruy do Rêgo Barros Rocha**  
Vice-Presidente do Conselho de  
Administração

**José Luís Nunes  
do Couto**



**Fábio Rezende  
Scarton Coutinho**

**Juarez Aparecido  
de Paula Cunha**

**Leonardo Raupp  
Bocorny**

## Declaração de Integridade do Relatório Integrado dos Correios 2018

*Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que a alta administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), assegura a integridade do Relato Integrado Correios 2018, pois foi realizada a efetiva liderança e tomada de decisões sobre a preparação e a apresentação das informações, incluindo a supervisão dos empregados ativamente envolvidos no processo.*

*Declaro ainda que, ao envolver todas as áreas dos Correios em um pensamento coletivo na preparação e seleção dos temas relevantes, o relato contém informações confiáveis e integradas da estratégia da organização e da nossa capacidade de gerar valor ao longo do tempo. Para isso, este documento está em conformidade com a Estrutura Internacional para o Relato Integrado do Conselho Internacional para Relato Integrado (IIRC).*



Ruy do Rego Barros Rocha  
Vice-Presidente do Conselho de Administração

# Anexos e Apêndices

## Estrutura organizacional - 2018

**ASSEMBLÉIA GERAL**

**CONSELHO FISCAL**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**AUDIT - AUDITORIA**

**COAUD - Comitê de Auditoria**

**COGSI - Comitê de Gestão de Segurança da Informação e Comunicação**

**CORES - Comitê de Remuneração e Sucessão**

**OUVID - OUVIDORIA**

**COELE - Comitê de Elegibilidade**

**CGORC - Comitê de Governança, Riscos e Controles**

**PRESIDENTE**

**SERIG - Superintendência de Relacionamento Institucional e Jurídico**

**DEREL** - Departamento de Relações Institucionais

**DEJUR** - Departamento Jurídico

**SECET** - Secretaria Executiva da Comissão de Ética

**COETI** - Comitê de Estratégia de TIC

**CODIS** - Comitê de Disciplina

**CEOZB** - Comitê Executivo Orçamento Base Zero

**CORR** - Corregedoria

**SEGER** - Secretaria Geral

**DGORC** - Departamento de Governança, Riscos e Compliance

**DESTI** - Departamento de Estratégia e Inovação

**DCORE** - Departamento de Comunicação Corporativa Estratégica

**VIPAD** - VICE-PRESIDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO

**DEINP** - Departamento de Infraestrutura e Patrimônio

**DCOMS** - Departamento de Compras e Suprimento

**SECSC** - Superintendência Executiva do CSC Corporativo

**VITEC** - VICE-PRESIDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**DEPGE** - Departamento de Planejamento e Gestão de TI

**DEREL** - Departamento de Relacionamento de TI com o Negócio

**DETEC** - Departamento de Desenvolvimento de Serviços de TI

**VIGEP** - VICE-PRESIDÊNCIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS

**DEGEP** - Departamento de Políticas de Gestão de Pessoas

**DEREL** - Departamento de Relacionamento Organizacional

**GERT** - Gerência de Relações do Trabalho

**VIFIC** - VICE-PRESIDÊNCIA DE FINANÇAS E CONTROLADORIA

**DEFIN** - Departamento Financeiro

**DECON** - Departamento de Contabilidade

**DETRI** - Departamento Tributário

**DEIMP** - Departamento de Estratégia e Inteligência de Mercado

**SUCON** - Superintendência de Controladoria

**VICOM** - VICE-PRESIDÊNCIA COMERCIAL

**DEENC** - Departamento de Negócios de Encomenda e e-commerce

**DPOST** - Departamento de Negócios Postais

**DEVAR** - Departamento de Varejo e outros Negócios

**DEVEN** - Departamento de Vendas

**DEREc** - Departamento de Relacionamento com o Clientes

**VICAN** - VICE-PRESIDÊNCIA DE CANAIS

**DESEC** - Departamento de Estratégia e Experiência do Cliente

**DEFIS** - Departamento de Canais Físicos

**DEDIG** - Departamento de Canais Digitais

**VINEP** - VICE-PRESIDÊNCIA DE NEGÓCIOS PÚBLICOS

**DEIMP** - Departamento de estratégia e Inteligência de Mercado

**DESOP** - Departamento de Soluções de Negócios Públicos

**VIOPE** - VICE-PRESIDÊNCIA DE OPERAÇÕES

**DEPLA** - Departamento de Planejamento e Automação

**DERAT** - Departamento de Atendimento

**DTRAT** - Departamento de Tratamento

**DETRA** - Departamento de Transporte

**DEDIS** - Departamento de Coleta e Distribuição

**DELOG** - Departamento de Logística

**SE** - SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE OPERAÇÕES

## Créditos

### Coordenação

Departamento de governança corporativa

### Edição

Departamento de comunicação corporativa estratégica

### Projeto gráfico e diagramação

Cesar Bulcão

Versão 1.0

De Brasil  
a gente entende.



MAIO 2019